



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 1075

Quarta-feira - 12 de Setembro de 2012

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos .....	3
Biguaçu .....	3
Braço do Trombudo .....	6
Caçador.....	17
Camboriú.....	32
Campo Alegre .....	32
Campos Novos .....	34
Capinzal .....	44
Catanduvas.....	45
Concórdia .....	47
Cordilheira Alta .....	56
Curitibanos .....	73
Forquilha .....	88
Fraiburgo.....	89
Garopaba.....	107
Garuva .....	108
Gaspar .....	113
Guaramirim.....	116
Herval d'Oeste .....	116
Ibiam .....	117
Imbituba .....	122
Ipumirim .....	125
Irineópolis .....	125
Itapoá .....	126
Joaçaba .....	127
Lauro Muller .....	134
Lebon Regis.....	134
Leoberto Leal.....	135
Lindóia do Sul .....	136
Luzerna .....	156
Meleiro .....	156
Monte Carlo.....	156
Morro da Fumaça .....	157
Navegantes.....	158
Novo Horizonte .....	158
Palhoça .....	159
Passo de Torres.....	160
Pinheiro Preto .....	161
Porto Belo.....	162
Porto União.....	206
Rio do Sul.....	207
Salto Veloso .....	211
São Bento do Sul.....	212
São Lourenço do Oeste.....	223
São Pedro de Alcântara.....	226
Schroeder .....	227
Timbó .....	235
Vargeão.....	240

Vidal Ramos.....	240
Videira.....	241

### Associações

EGEM .....	243
------------	-----

### Consórcios

AGIR .....	244
ARIS .....	246
CIM-AMAVI .....	249
CINCO.....	250

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

#### Decreto N° 1.564; de 30 de Agosto de 2012.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sergio Luiz Schmitz, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente, nos termos das disposições do inciso III e § 2º, do art. 7º da Lei Municipal nº 571, de 23 de novembro de 2011;

Considerando a disponibilidade de recursos financeiros de exercícios anteriores, segundo as vinculações que adiante se identifica e que devem ser utilizados na mesma finalidade de vinculação;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar, com a inclusão de vinculações relativas a recursos vinculados e remanescentes de exercícios anteriores, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, no valor de R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil, quinhentos reais), para atender às seguintes ações:

07.00 GERÊNCIA DE URBANISMO, HAB. IND. e COM.  
07.01 Urbanismo - Serviços de Infraestrutura Urbana  
15 URBANISMO  
15.451 Infraestrutura Urbana  
15.451.0025 Obras de Infraestrutura Urbana  
15.451.0025.1.018 Obras de Infraestrutura Urbana  
4 DESPESAS DE CAPITAL  
4.4 Investimentos  
4.4.90.00.0.3.0000 Aplicações Diretas

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Danilo Murilo Chagas da Silva e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

R\$ 26.500,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar aberto nos termos do artigo anterior têm origem na utilização de recursos do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2011, na vinculação, daquele exercício "0.1.000 - Recursos Ordinários - Orçamentos Municipais".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 30 de Agosto de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

### **Decreto Nº 1.565 de 03 de Setembro de 2012**

**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.**

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art. 76 da Lei Complementar nº 011, de 10 de Janeiro de 2005;

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedida férias regulamentar ao Servidor Público Municipal em Cargo de Provimento em Comissão, DANIVAL RAMIRO RIBEIRO, no cargo de ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO, lotado na Gerência de administração.

Art. 2º. Período aquisitivo de 01/04/2010 a 31/03/2011, período de gozo 03 de setembro de 2012 a 02 de outubro de 2012 de 2012. Sendo que dos referidos dias serão convertidos os primeiros dez (10) dias em pecúnia; em conformidade com o art. 77, parágrafo 1º da Lei Complementar nº 011 de 10 de Janeiro de 2005.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas no orçamento municipal, em dotações específicas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 03 de setembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações.

### **Decreto Nº 1.568; de 04 de Setembro de 2012**

**DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por LEI;

Considerando a necessidade de utilização dos recursos provenientes do excesso de arrecadação segundo as respectivas vinculações orçamentárias;

Considerando a existência de saldos decorrentes da arrecadação e do excesso de arrecadação em vinculações orçamentárias relacionadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 571 de 23 de novembro de 2011;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde - FMS, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.140,54 (seis mil, cento e quarenta reais, cinquenta e quatro), para a suplementação na seguinte ação orçamentária:

08.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

08.01 Fundo Municipal de Saúde - FMS

10 SAÚDE

10.301 Atenção Básica

10.301.0034 Atendimento Equitativo e Universalizado

10.301.0034.2.060 Serviços Médicos, Hospitalares e de Diagnósticos

3 DESPESAS CORRENTES

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0310 Aplicações Diretas

R\$ 6.140,54

Art. 2º A abertura do crédito adicional suplementar, nos termos do artigo anterior, é suportada pela utilização de saldo decorrente do excesso de arrecadação, exclusivamente no vínculo 0.1.0310.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 04 de setembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO

Responsável pelas Publicações

**Decreto Nº 1567 de 04 de Setembro de 2012**  
**NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.**

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 10, da Lei Complementar 013, de 10 de janeiro de 2005 e Lei Complementar nº 014, de 10 de Janeiro de 2005.

**DECRETA:**

Artigo 1º -Fica nomeada a Sra. DAYANE EMANUELE PIAZZA, para exercer o Cargo de PROFESSOR; não Habilitado - 20 horas; para atuar no Ensino Infantil e 20 horas no Ensino Fundamental, na rede Municipal de Ensino, em substituição á servidora efetiva no cargo VANIA MARILDE LAUTERT, afastada para tratamento de saúde.

Artigo 2º - A contratação ora realizada, dar-se á até que perdurar o afastamento da servidora efetiva identificada no artigo anterior.

Artigo 3º- As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, em 04 de setembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARCELO CONTESSOTTO  
 Responsável Pelas Publicações

**Decreto Nº. 1.566 de 03 de Setembro de 2012.**  
**CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EM FUNÇÃO GRATIFICADA.**

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal, de Alto Belo Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do Art.76 da Lei Complementar nº. 011, de 10 de Janeiro de 2005;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica concedida férias regulamentares a Servidora Pública Municipal em Função Gratificada de DIREÇÃO DE PROGRAMAS DE SAÚDE, conforme especificação abaixo:

Servidor	Período Aquisitivo	Período de gozo
MARIA SUZANA ROSETTO	16/05/2011 a 15/05/2012	03/09/2012 a 17/09/2012

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 03 de setembro de 2012.

SERGIO LUIZ SCHMITZ  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta data.

MARCELO CONTESSOTTO  
 Responsável pelas Publicações.

## Antônio Carlos

### PREFEITURA

**Portaria Nº 431/2012**

PORTARIA Nº 431/2012.

Prorroga Contratação temporaria.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORARIA, de GRAZIELA MULLER, no Cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA, a partir de 10 de setembro de 2012 em substituição a VERA LUCIA SCHMITT JUNKES, no periodo de Licença para Tratamento de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 10 de setembro de 2012.

GERALDO PAULI  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, na Secretaria Municipal, em 10 de setembro de 2012.

RUDINEI GOEDERT  
 Coordenador de Administração e Finanças

## Biguaçu

### PREFEITURA

**Decreto**

DECRETO Nº 197/2012 DE: 06 DE SETEMBRO DE 2012.

REGULAMENTA O ACESSO A INFORMAÇÃO PÚBLICA PELO CIDADÃO (LEI FEDERAL Nº 12.527/2011), NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, CRIA NORMAS DE PROCEDIMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas nos incisos II, IV e VII do art. 98, da Lei Orgânica do Município, e Considerando as disposições da Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011, cuja vigência se dá desde 16 de maio de 2012;

**DECRETA:**

Art. 1º. O acesso à informação pública garantido no inciso XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 e § 2º do art. 216 da CF se dará, no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal de Biguaçu, segundo ditames da Lei Federal nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 e deste Decreto.

Parágrafo único - Para estes efeitos considera-se administração indireta das autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia, as entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos ou subvenções sociais do Município de Biguaçu, ou com este mantenha contrato de gestão, termo

de parceria, convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 2º - Este decreto estabelece procedimentos para que a Administração Municipal, no âmbito do poder Executivo, cumpra com eficiência e efetividade as determinações da Lei Federal 12.527/11, estabelecendo regras para a gestão das informações e documentos públicos e sigilosos gerados por este Poder.

§ 1º - Com os documentos sigilosos, podem se exemplificar, a ficha cadastral com os dados pessoais do servidor público, os dados fiscais repassados pelo contribuinte para efeitos de cadastramento e lançamento fiscal, o conteúdo dos envelopes para habilitação e propostas em processos licitatórios de qualquer natureza enquanto a Lei exigir que permaneçam lacrados, o prontuário médico de pacientes, as notificações compulsórias contendo a identificação de pacientes com doenças infecto contagiosas.

§ 2º - Havendo dúvida quanto ao sigilo da informação em hipóteses diferentes exemplificadas no parágrafo anterior, o acesso somente poderá se dar após a concordância do titular do órgão.

Art. 3º - A título de orientação, praticidade e segurança na execução das normas ditadas por este Decreto, reproduz-se as definições para os termos utilizados, dadas no art. 4º da Lei Federal 12.527/11, a saber:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

Art. 4º - O serviço de informações ao cidadão no âmbito da Administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal será coordenado pelo órgão de Controle Interno, Secretaria Municipal de Administração e Ouvidoria Municipal, a quem compete orientar, cobrar e fiscalizar a efetividade por parte dos órgãos públicos na prestação deste serviço.

§ 1º - Compete ao órgão de Controle Interno, à Secretaria Municipal de Administração e à Ouvidoria Municipal também, divulgar orientação ao cidadão quanto a fora de procedimento para o acesso à informação pública, utilizando, para tanto:

I - O diário dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), conforme Decreto Municipal nº 88, de 13 de julho de 2009;

II - A página da Prefeitura Municipal de Biguaçu na "internet" ([www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)).

§ 2º - Todos os órgãos da administração municipal elencados no Parágrafo único do art. 1º deste Decreto ficam subordinados ao órgão de Controle Interno no que se referir à eficiência no cumprimento das normas estabelecidos neste Decreto.

Art. 5º - Cada órgão da Administração direta e indireta do Município deverá ser convocado pelo Poder Executivo de controle interno para designar servidor titular e um substituto, lotados no órgão, que serão responsáveis por receber a solicitação da informação correspondente ao seu setor ou que estiver a sua disposição, bem como disponibilizá-la ao interessado no tempo, modo e forma aqui regulamentado.

§ 1º - O Órgão da administração que contar com Ouvidor Setorial, a este, será designado automaticamente, o servidor titular a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º - Na página oficial na "internet" cada órgão deverá fazer constar em destaque, permanentemente, o endereço físico e virtual onde o interessado poderá requerer a informação desejada, bem como o nome do servidor responsável pelo serviço, inclusive o número do telefone através do qual este poderá ser contactado no horário de expediente.

§ 3º - Em caso de o servidor titular não estar apto às funções, deverá este ser representado pelo servidor substituto.

§ 4º - Os servidores designado para este trabalho bem como todos os que o órgão de Controle Interno entende necessário serão permanentemente capacitados para atuarem na implementação e correto funcionamento desta política de acesso à informação.

Art. 6º - Nos casos de repasse de recurso público, subvenções sociais ou celebrações de contrato de gestão, convênio, acordo com entidade privada sem fins lucrativos esta deverá ser alterada formalmente da responsabilidade pelo acesso a informação.

Art. 7º - O pedido da formulação pública deverá ser feito formalmente por meio físico ou por meio virtual, nele devendo constar, obrigatoriamente:

I - o nome, qualificação e número do documento de identidade do solicitante;

II - O endereço completo do solicitante, inclusive o virtual se houver;

III - a descrição clara e completa da informação ou do documento desejado.

Parágrafo único - A falta de um dos requisitos previstos no caput deste artigo implicará na devolução do requerimento pelo mesmo meio em que foi feito, sugerindo-se a complementação do dado faltoso ou incompleto para que possa ter prosseguimento.

Art. 8º - No caso de o interessado desejar cópia de documento, esta somente poderá ser entregue depois de autenticada pelo servidor responsável pelo fornecimento, ficando a cargo do solicitante o pagamento do seu custo.

§ 1º - Se o volume de documentos solicitados for significativo e o solicitante tiver urgência em tê-los, poderá indicar, no requerimento, empresa especializada no serviço de extração de cópias, desde que sediada neste Município.

§ 2º - Igual procedimento previsto no parágrafo anterior se dará, neste caso, obrigatoriamente, quando o documento desejado estiver fora dos parâmetros da capacidade de extração do equipamento existente na Prefeitura.

§ 3º - Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, o original



do documento público somente sairá do órgão por ele responsável sob a guarda de um servidor público que acompanhará a extração da(s) cópia(s). Nestes casos as cópias serão entregues ao interessado independente da autenticação prevista no caput deste artigo.

§ 4º - As cópias extraídas em equipamento da Prefeitura somente poderão ser executadas após a comprovação do recolhimento do seu custo em favor da Prefeitura.

§ 5º - O Órgão de Controle Interno, Secretaria de Administração Municipal estabelecerá, por Instrução Normativa, tabela de preço por fotocópia, usando parâmetros o preço praticado pelas empresas especializadas sediadas no Município. Havendo divergência de mercado entre estas, o preço a ser praticado deverá ser igual a do menor.

§ 6º - O órgão de Controle Interno, Secretaria Municipal de Administração e Ouvidoria Municipal, juntamente com a Secretaria Municipal da Fazenda, estabelecerá o documento adequado para o recolhimento do ônus previsto nos parágrafos anteriores.

Art. 9º - Quando possível e o requerente assim aceitar, a informação poderá ser fornecida em formato digital através da "internet".  
Parágrafo único - Na hipótese de a informação solicitada já constar na página oficial virtual da Prefeitura, o servidor somente dará esta informação ao requerente, indicando o endereço correto para encontra-la.

Art. 10 - A informação solicitada deverá ser respondida no prazo de 24 horas da data e que se deu o protocolo, sendo prudente que seja solicitada de forma imediata.

§ 1º - Não sendo possível o acesso imediato da informação na forma disposta no caput deste artigo, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá:

I - disponibilizá-la no prazo de 20 (vinte) dias, comunicando ao interessado, neste mesmo prazo, o local e modo que a mesma será fornecida ou o endereço onde poderá ser consultada;

II - o prazo referido no inciso anterior poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias mediante justificativa expressa, da qual será cientificado o requerente.

§ 2º - Em se tratando de informação total ou parcialmente sigilosa, o requerente deverá no prazo estabelecido no caput deste artigo, ser informado da negativa do fornecimento, da possibilidade de interposição de recurso, bem como prazo e suas condições, indicando a autoridade competente para apreciação.

Art. 11 - O interessado em obter a informação pública que por motivos diversos não for atendido satisfatoriamente em suas pretensões terá direito a propor recurso no prazo de 10 (dez) dias da data da ciência da resposta.

§ 1º - O recurso previsto no caput deste artigo será formal, contendo as razões e dirigido à autoridade máxima do órgão responsável pela resposta (Procuradoria Geral, Secretário Municipal, Diretor Presidente do Órgão, Superintendente, etc.), que deverá apresentar manifestação no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data do protocolo.

§ 2º - Mantida a recusa pela autoridade competente, esta deverá remeter o apelo juntamente com sua decisão ao Ouvidor Geral da Prefeitura que, em última instância administrativa, ratificará a decisão ou atenderá o acesso à informação desejada.

Art. 12 - O servidor público municipal responsável pelo acesso à informação que descumprir, destruir, alterar, recusar de fornecê-la, impor sigilo para obtenção de proveito pessoal ou que de má-fé divulgar informação sigilosa sob qualquer pretexto, as determinações deste Decreto, ficam sujeitas as penas previstas no art. 32 e seguintes da Lei 12.527/11, que deverão ser aplicadas obedecendo-se as formalidades previstas estatutariamente.

Parágrafo Único - Idêntica responsabilidade recairá sobre qualquer servidor público municipal que destruir ou alterar informação pública ou facilitar o acesso àqueles de natureza sigilosa.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13 - É dever dos órgãos e entidades públicas continuarem a

promover a divulgação de todos os atos da Administração na conformidade do que prevê o art. 37 e seus incisos da Constituição Federal c/c art. 8º da Lei Federal nº 12.527/11.

Parágrafo Único - As divulgações de que trata o caput deste artigo deverão ser feitas, independentemente da utilização de outros meios, em sítio oficial da Prefeitura na internet, sendo o titular de cada órgão responsável direto pela autorização diária desta página, bem como pela autoridade e disponibilidade da mesma.

Art. 14 - A Superintendência de Comunicação e a Gerência de CPD manterão o "Portal da Internet da Prefeitura" com um canal de comunicação entre o governo e a sociedade, facilitando a esta o acesso aos portais, tais como: execução orçamentária; recursos públicos recebidos e ou transferidos de outros órgãos com a exposição da origem, valores e favorecidos; atos de gestão com o servidor público municipal, respeitando aqueles considerados sigilosos; celebração de contratos e convênios (minuta) e outras avenças correlatas; etc.

Art. 15 - Ao final de cada mês e até o quinto dia do mês subsequente, todos os órgãos da Administração direta ou indireta do Poder Executivo Municipal remeterão à Secretaria Controladora dos serviços de acesso à informação relatório de atendimento do mês, para fins estatísticos.

Art. 16 - Este Decreto entra em vigor a partir do dia 1º de junho de 2012.

Biguaçu, 06 de setembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

MARIVALDE INÊZ KONS  
Escriturária

**Termo de Dispensa de Licitação 09/2012 FUNREBOM**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
FUNREBOM BIGUAÇU  
GERÊNCIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 009-FUNREBOM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DA ESTRUTURA FÍSICA A QUAL ABRI-GARÁ AS NOVAS INSTALAÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILI-TAR DE BIGUAÇU.

EMPRESA CONTRATADA: Genus Engenharia Ltda

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ÓRGÃO/UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.01

PROJETO/ATIVIDADE: 2.047

ELEMENTO DA DESPESA: 33.90.39.05.00.00.00

VALOR: R\$ 7.900,00 (oito mil novecentos reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2012.

Biguaçu, 10 de setembro de 2012.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS  
Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Portaria N° 159/2012

PORTARIA Nº 159/2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E AMPARADO NA INSTRUÇÃO NORMATIVA TC - 14/2012 de 13.06.2012 etc

#### RESOLVE:

ART. 1º- DESIGNAR AS SERVIDORAS MICHELLE VERMOEHLEN, MATRICULA 1352/01, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO E ROSANA BAADE LEONHARDT, MATRICULA 25/01, OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO E NOMEADA PARA EXERCER EM COMISSÃO O CARGO DE SECRETÁRIA DA SAÚDE, PARA FICAREM RESPONSÁVEIS PELA REALIZAÇÃO DE DESPESAS SOB O REGIME DE ADIANTAMENTO.

ART. 2º- ESTA PORTARIA ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.

BRAÇO DO TROMBUDO, EM 10 DE SETEMBRO DE 2.012.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 42/2012

EXTRATO DE CONTRATO 42/2012

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Cervale Coop. Eltr. Rural Vale do Itajaí

CNPJ sob o nº 83.148.411/0001-56, Sito a Rua XV de Novembro, 871

Cidade de Rio do Sul - SC

Objeto: Obras de instalação de rede Iluminação Pública e Rede de Energia Elétrica, com fornecimento de material e mão de obra, de diversas ruas do município.

Valor: R\$ 34.113,70 (trinta e quatro mil, cento e treze reais e setenta centavos).

Vigência: 31.12.2012.

Data da assinatura: 10.09.2012

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preço 5/2012 FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/10

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012      Data do Registro: 11/09/2012      Válido até: 11/09/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Alestra 30 c/21 comp (2652)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	17,3000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	17,3400	2
2	Candicort creme (2653)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	17,7100	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	17,7400	2
3	Glicolive 1500mg c/30 comp (2654)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	78,6600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	78,6800	2
4	Levofloxacino 500mg c/7 (2655)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LEGRAND	0	50,1700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	50,1900	2
5	Deltaflan gel 60 gr (2656)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	DELTA	0	18,1300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DELTA	0	18,1700	2
6	Deltaflan D c/12 comp (2658)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DELTA	0	20,6100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	DELTA	0	20,6500	2
7	Vertigium 10 mg c/50 comp (2659)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	7,8300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	7,8900	2
8	Cetoconazol Creme 30 gr (2660)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	0	11,0700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOSINTETIC	0	11,1100	2
9	Tandrilan c/30 comp (2661)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIAO QUIMI	0	24,2000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	UNIAO QUIMI	0	24,3500	2
10	Angelic Comp (2662)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	69,7500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	69,8800	2
11	Venaflon c/30 comp (2663)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	TEUTO	0	44,0100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TEUTO	0	44,0600	2
12	Hexomedine Spray (2664)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANOFI AVEN	0	29,4700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANOFI AVEN	0	29,4900	2
13	Amidalin pastilha c/20 caps (2665)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANDOZ	0	7,6500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANDOZ	0	7,7000	2
14	Combiron drágeias c/45 (2666)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	23,4000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	23,4600	2
15	Seretide Discus 50/250 mg (2667)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GSK	0	73,8000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	GLAXO	0	73,8400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 2/10

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012      Data do Registro: 11/09/2012      Válido até: 11/09/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Seretide Spray 25/125/mg (2668)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	GLAXO	0	73,8000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GSK	0	73,8600	2
17	Cecoflan 100 mg c/12 comp (2669)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	VITAPAN	0	25,1500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	VITAPAN	0	25,2300	2
18	Celestrat xpe c/ 120 ml (2670)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIAO QUIMI	0	16,1400	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	UNIAO QUIMI	0	16,1800	2
19	Diasec c/12 comp (2671)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	HEXAL	0	7,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANDOZ	0	7,1300	2
20	Daktasol loção c/30 ml (2672)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	7,9700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	8,0400	2
21	Selene c/21 comp (2673)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	16,5900	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	16,6300	2
22	Budecort aqua 32 mg c/120 doses (2674)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRA ZENE	0	21,5400	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENIC	0	21,5700	2
23	Tobramicina + Dexametasona colírio (2675)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTETIC	0	14,6800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOSINTETIC	0	14,7400	2
24	Duovent aerossol c/200 doses (2676)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BEHRINGER	0	11,0300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BOEHRINGER	0	11,1100	2
25	Dramin B6 c/30 comp (2774)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	12,6500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NYCOMED	0	12,7000	2
26	Artrolive c/30 comp (2678)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	58,2400	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	59,1200	2
27	Neosaldina c/20 comp (2679)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NYCOMED	0	13,8000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	13,8800	2
28	Naramig 2,5 c/4 comp (2680)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	GLAXO	0	13,2400	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GSK	0	13,2700	2
29	Engov c/6 Comp (2681)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	COSMED	0	3,5500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	HYPERMARC	0	3,6000	2
30	Epocler flaconete c/10 ml (2682)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	COSMED	0	1,8500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	HYPERMARC	0	1,9300	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 3/10

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012      Data do Registro: 11/09/2012      Válido até: 11/09/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
31	Elani 28 mg (2683)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS	0	43,5000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	43,5900	2
32	Gestinol 28 (2684)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	31,1000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS	0	31,5800	2
33	Yaz c/21 comp (2685)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	52,3800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	52,4600	2
34	Efortil comp 5mg (2686)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BEHRINGER	0	2,8800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BOEHRINGER	0	2,9200	2
35	Artoglico c/30 saches (2687)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SIGMA PHAR	0	99,1100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SIGMA PHAR	0	99,1500	2
36	Aradois H 50/12,5 mg c/30 (2688)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	45,8800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	45,9900	2
37	Miofibrax 10mgc/15 comp (2775)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	12,5100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LEGRAND	0	12,5500	2
38	Ablock 25 mg c/30 comp (2690)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	10,1200	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	10,1500	2
39	Triquilar c/21 comp (2691)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	6,5200	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SCHERING	0	6,5900	2
40	Bromidrato de fenoterol gotas c/20 ml (2692)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TEUTO	0	3,1200	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS	0	3,1600	2
41	Brometo de Ipratrápio gotas c/20 ml (2693)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIAO QUIMI	0	8,6300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TEUTO	0	8,6800	2
42	Melagrião Xarope (2694)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	CATARINENS	0	15,5300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	CATARINENS	0	15,5800	2
43	Fluimucil D 600 mg c/16 envelopes (2695)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ZAMBOM	0	57,0000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZAMBON	0	57,0700	2
44	Cardizen 60mg c/50 comp (2696)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BOEHRINGER	0	35,9500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BEHRINGER	0	35,9800	2
45	Hirudoid 500 gel (2449)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DAICHI SANK	0	18,4000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANKYO	0	18,4800	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 4/10

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012      Data do Registro: 11/09/2012      Válido até: 11/09/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	Atmos 5mg/20mg c/30 comp (2697)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	78,2000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	78,6000	2
47	Atorvastatina 20mg c/30 comp (2698)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	56,8900	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS	0	56,9300	2
48	Tandrilax c/30 comp (2699)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	31,4600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	31,7300	2
49	Forten c/10 flaconetes (2433)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	CHIESI FARM.	0	34,1000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	CHIESI	0	34,3500	2
50	Labirin 16 mg c/30 comp (2463)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	APSEN	0	22,6800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NYCOMED	0	22,7900	2
51	Pressat 5 mg c/30 comp (2700)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	31,9000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	31,9800	2
52	Maracugina liquido c/150 ml (2701)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	COSMED	0	30,5000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	HYPERMARC	0	30,8000	2
53	Glucoreumin c/30 saches (2702)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ZAMBOM	0	130,4600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ZAMBON	0	132,6600	2
54	Oncilon em orabase c/ 10gr (2703)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BRISTOL	0	12,8700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BMS	0	12,9400	2
55	Neopiridin Spray (2704)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	17,9100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	17,9800	2
56	Leite NAM 1 lata 400gr (2705)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NESTLE	0	46,9000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NESTLE	0	46,9900	2
57	Dexacitoneurim Ampola 3 ml (2706)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERCK	0	7,0300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MERCK SA	0	7,0900	2
58	Tenoretic 50 mg c/28 comp (2707)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRA ZENECA	0	32,3600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENECA	0	32,4100	2
59	Agederm 100 ml (2708)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	HELIANTO	0	12,7600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	TEUTO	0	12,8300	2
60	Tandene c/30 comp (2776)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BUNKER	0	27,0700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BUNKER	0	27,4400	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 5/10

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012      Data do Registro: 11/09/2012      Válido até: 11/09/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
61	Torsilax c/30 (2710)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	23,9500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	24,0500	2
62	Insulina Humulin 70n/30r c/10 ml (2712)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ELI LILLY	0	45,0700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ELY LILLI	0	45,5400	2
63	Insulina Lantus Solostar 10ml (2713)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANOFI	0	102,8400	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ELY LILLI	0	105,9200	2
64	Insulina NovoRapid Flex pen 5x3ml (2714)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SANOFI	0	187,1500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NORDISK	0	189,6300	2
65	Tampão ocular infantil c/12 (2715)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	3 M	0	8,8400	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEXCARE	0	8,9000	2
66	Tampão ocular adulto (2716)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	3 M	0	17,0000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEXCARE	0	17,5300	2
67	Vasogard 100mg c/60 comp (2717)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTETIC/	0	41,1000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	41,6000	2
68	Marevan 5 mg c/30 comp (2718)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	FARMAQUIMI	0	15,7000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	FARMOQUIMI	0	15,8000	2
69	Neovite lutein c/60 comp (2719)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BL IND OTICA	0	101,4800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAUSCH & LC	0	101,7400	2
70	Microvlar c/21 comp (2777)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	5,3000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	5,3500	2
71	Cerazette 75 mg c/28 comp (2721)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	29,2000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SCHERING&P	0	29,3400	2
72	Elani Ciclo 21c/21 comp (2722)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	42,5500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS	0	42,6300	2
73	Hirudoid pomada 40 gr (2723)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	DAIICHI SANK	0	17,4000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	DAIICHI-SANK	0	17,5200	2
74	Premarin 0,625 mg c/28 comp (2724)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	WYETH	0	28,4400	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	28,7200	2
75	Rifamacina spray 20 ml (2725)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	11,4300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	11,5100	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 6/10

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012      Data do Registro: 11/09/2012      Válido até: 11/09/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	Diosmin 450/5 mg 450/5 mg /c30 (2726)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	47,1600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	47,5800	2
77	Vertex 10 mg c/50 comp (2727)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	21,1800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	21,5900	2
78	Pantoprazol 20 mg c/28 comp (2728)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	45,4300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	HEXAL	0	45,5100	2
79	Pantoprazol 40mg c/28 comp (2729)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	HEXAL	0	80,9800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	81,4900	2
80	Aires 600mg c/16 saches (2730)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	27,9300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	27,9700	2
81	Level c/21 comp (2731)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	13,7300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB	0	13,8600	2
82	Floratil ped c/6 sache (2732)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERCK	0	25,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MERCK SA	0	25,1000	2
83	Floratil 100mg c/12 comp (2733)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERCK	0	28,2000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MERCK SA	0	28,5500	2
84	Cetobeta creme 30 gr (2734)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BUNKER	0	24,6300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BUNKER	0	24,6300	2
85	Castanha da India c/60 comp (2735)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MAKROFARM	0	19,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MACKROFARI	0	19,5000	2
86	Travatan Colirio 2,5 ml (2736)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ALCON CONS	0	81,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ALCON	0	82,0000	2
87	Retemic 5 mg c/30 comp (2737)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	APSEN	0	22,3700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	APSEN FARM	0	22,6900	2
88	Domperidona 1mg/ml 100ml (2738)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS	0	10,0400	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	0	10,3100	2
89	Venalot c/30 comp (2426)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NYCOMED	0	34,1500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NYCOMED	0	34,6100	2
90	Loratadina liquido 60 ml (2441)	UND	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANDOZ	0	18,6500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	FARMASA	0	18,7700	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 7/10

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012      Data do Registro: 11/09/2012      Válido até: 11/09/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	Cebralat 50 mg c/30 (2739)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	17,4200	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS FARMA	0	17,4700	2
92	Cloridrato de Clonazepam 10mg c/30 comp (2740)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	8,9000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	9,0000	2
93	Loratadina 10 mg c/12 comp (2741)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SANDOZ	0	21,5600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTETIC/	0	21,7700	2
94	Vasativ 100mg c/60 comp (2742)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	37,8100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	37,9200	2
95	Prednisolona 3mg/ml 120 ml (1412)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOSINTETIC/	0	17,2000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATI DONAL	0	17,3600	2
96	Atenolol 50mg+clortalidona 12,5mg c/30 comp (2743)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	0	12,9100	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	13,0100	2
97	Selozok 50 mg c/20 comp (2744)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ASTRAZENECA	0	36,0000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ASTRA ZENECA	0	36,5500	2
98	Cloridrato de diltiazem 60mg c/50 comp (2745)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	GERMED	0	20,8300	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	20,9300	2
99	Femiane c/21 comp (2746)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	28,5300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	28,8200	2
100	Cetoconazol xampu 100 ml (2747)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATI DONAL	0	26,8600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TEUTO	0	26,9900	2
101	Aminofilina 200mg c/20 comp (2748)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	NEO QUIMICA	0	5,9500	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NEOQUIMICA	0	6,0700	2
102	Diclofenaco dietilaminio gel 60 gr (2749)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MEDLEY	0	12,8700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LUPER	0	12,9400	2
103	Beta trinta injetável 5mg/12mg c/1 ml (2750)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	11,7600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	11,8600	2
104	Andolba spray 43 gr (2751)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	19,0200	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	19,4600	2
105	Cerumin gotas 8 ml (2752)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ALCON	0	8,9700	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ALCON	0	9,1200	2



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 8/10

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012      Data do Registro: 11/09/2012      Válido até: 11/09/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
106	Pratiderm pomada 60gr (2753)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	PRATI-DONAC	0	20,6100	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PRATI DONAC	0	20,8600	2
107	Bezafibrato 200mg c/20 comp (2754)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LEGRAND	0	17,9000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EMS	0	18,1900	2
108	Diane 35 c/21 comp (2755)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	19,5000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	19,7500	2
109	Vagivit 250 mg c/6 comp vaginais (2756)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	31,3500	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	31,6600	2
110	Citoneurin 5000 c/20 comp (2758)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MERCK	0	46,0800	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	MERCK SA	0	46,5400	2
111	Colpistatin creme vaginal 40 gr (2759)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	20,9600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	21,0300	2
112	Rusovas 10mg c/30 comp (2760)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EMS SA	0	58,3800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	SIGMA PHARM	0	58,4700	2
113	Desalex 60 ml (2761)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	SCHERING PL	0	35,0900	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	MANTICORP	0	35,3400	2
114	Artrodar 50 mg c/30 comp (2762)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	TRB PHARMA	0	118,5000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	TRB PHARMA	0	119,2500	2
115	Ebastel liquido 60 ml (2763)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	32,3700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	32,4400	2
116	Pantogar c/30 capsulas (2764)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	60,0100	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	60,6600	2
117	Pariet 10mg c/14 comp (2765)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	JANSEN-CILA	0	56,7600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	JANSSEN CIL	0	56,8800	2
118	Nikkho-vac gotas 15 ml (2766)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ZYDUS NIKKC	0	29,5200	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	NIKKO	0	29,6400	2
119	Lipless 100 mg c/30 comp (2767)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAB SANU	0	62,8300	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	63,0200	2
120	Lactugold ameixa liquido 120 ml (2768)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ARTE NATIVA	0	24,9600	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	DAIICHI-SANK	0	25,0300	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 9/10

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012**

**Número do Registro de Preços: 5/2012      Data do Registro: 11/09/2012      Válido até: 11/09/2013**

**Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	Nebilet 5 mg c/28 comp (2769)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BIOLAG SANL	0	71,7000	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BIOLAB	0	72,0500	2
122	Natifa pro c/28 comp (2770)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	LIBBS	0	53,0900	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	53,4900	2
123	Artico c/30 saché (2771)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	134,8000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	135,2000	2
124	Nausicalm B6 c/30 comp (2772)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	UNIAO QUIMI	0	10,3000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	UNIAO QUIMI	0	10,4200	2
125	Insulina Humalog Mix 50mcg refil 3x2ml (2773)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ELY LILLI	0	197,3000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ELI LILLY	0	200,1500	2
126	Prolopa 200/50 mg (2657)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	PROD ROCHE	0	63,5800	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ROCHE	0	64,0300	2
127	Neovlar c/21 comp (2779)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	BAYER	0	4,7600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	4,8100	2
128	Primera 30mg c/21 comp (2780)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	20,2000	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	20,2800	2
129	Tamisa 20mg c/21 comp (2781)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	EUROFARMA	0	17,8600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	EUROFARMA	0	17,9300	2
130	Elani Ciclo c/21 comp (2782)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	LIBBS	0	32,6200	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	BAYER	0	32,8100	2
131	Femina c/21 comp (2783)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ACHE	0	18,1700	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ACHE	0	18,2400	2
132	Nordette c/21 comp (2784)	CX	MARLUS IVAN NAGEL (6328)	WHYET	0	6,1700	1
			FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	WYETH	0	6,2300	2
133	Evanor c/21 comp (2785)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	WYETH	0	5,9600	1
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	WHYET	0	6,0300	2
134	Secfar 1000 c/4 comp (2786)	CX	FARMACIA VALE AZUL LTDA (6014)	ELOFAR	0	26,6700	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO**

Página: 10/10

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2012****Número do Registro de Preços: 5/2012**      **Data do Registro: 11/09/2012**      **Válido até: 11/09/2013****Objeto da Compra:** Aquisição de medicamentos a serem adquiridos das farmácias do município para auxílio aos pacientes.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			MARLUS IVAN NAGEL (6328)	ELOFAR	0	26,8900	2

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2012****PROCESSO Nº 3/2012**

(6014) - FARMACIA VALE AZUL LTDA

(6328) - MARLUS IVAN NAGEL

BRACO DO TROMBUDO , 11 de Setembro de 2012.

# Caçador

## PREFEITURA

### Decreto Nº 5.347

DECRETO nº 5.347, de 06 de setembro de 2012.  
Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTÔNIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, JUAREZ HOFFELDER, CARLOS ANTONIO SOTEL, JEAN FABIO PEREIRA e JULIO CEZAR ROSSETTI, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação dos veículos, máquinas e bens inservíveis abaixo relacionados, no estado em que se encontram, para posteriormente serem levados à Leilão:

I - Um Automóvel Gol Power 4 portas, Marca Volkswagen, ano 2007, Modelo MI Power Total Flex, placas MDQ8444 renavan 924858877. Suspensão ruim e pneus meia vida, lataria boa. Estado de conservação regular. KM 429000;

II - Um Automóvel Gol CLI/CL 1.8, Marca Volkswagen, ano 1995, placas LWW4435 renavan 634376098. Lataria boa, pneus meia vida, motor bom. KM 59735;

III - Um Automóvel Corsa HATCH HB MAXX 1.4 (sinistrado), 4 portas, ano 2010/2011, placas MHA8026 renavan 210455861. Radiador batido. KM 55.000. Suspensão com amortecedor DE quebrado. Lataria amassada;

IV - Um Automóvel Gol City 1.0, marca Volkswagen, ano 2006, placas MFM8231 renavan 877005648. Embriagem e rolamento de roda ruim. Lataria boa. Suspensão regular. Estofamento bom. KM 148375;

V - Um Automóvel Gol 1.0, marca Volkswagen, CL Star, ano 1982, placas LZJ3874 renavan 541830983. Lataria boa, Pneus ruim. Motor bom. Suspensão boa;

VI - Um Automóvel Uno Mille EP 1.0, ano 1995, placas LZK7080 Renavan 646733699. Copnservação regular. Motor bom. Lataria Regular. Problema ignição. Pneus meia vida. KM 124000;

VII - Um Automóvel Courier, Placas MDF 5587, renavan 837809959, com 2 portas, Marca Ford, modelo 1.6L, ano 2004, com carroceria tipo furgão. Carroçaria ruim. Pmneus meia vida. Suspensão ruim. Lataria regular;

VIII - Um Automóvel Tempra IE, marca Fiat, 2 portas, ano 1996, cor cinza, placas HUT3895 renavan 657508179. Lataria com pintura ruim. Pneus ruim. Suspensão ruim;

IX - Um Microônibus Sprinterm, Marca Mercedes Benz, ano 2004placas MCP5856 renavan 834120062. Pneus meia vida. Motor regular. Lataria boa. Estado de conservação bom;

X - Um Microônibus Volkswagen 28P, ano 1999. Placas MAO3253 renavan 719358159. Lataria boa. Motor bom. Pneus meia vida. KM 235544;

XI - Um Caminhão Basculante 608, Marca Mercedes Benz, ano 1985, placas MAA7917 renavan 551891092. Pneus meia vida.

Conservação regular. Lataria boa. KM 44567;

XII - Um Caminhão Prancha Guindaste, marca Volkswagen, modelo VW 11130, ano 1986, placas LZV6423, renavan 551864680. Pneus meia vida. Conservação regular. KM 17.825;

XIII - Uma Moto 200 CC, marca Sundown, ano 2009, placas MHE5053 renavan 133858294. Estado de conservação regular. Sem bateria. Pneus maia vida. KM 29.196;

XIV - Uma moto XTZ125K, marca Yamaha, ano 2004, placas MGC4093 renavan 827965974. Estado de conservação regular. Pneus meia vida. KM 15.760;

XV - Uma Moto Suzuki 125CC, modelo JTA/Struder, ano 2007, placas MDS3313 renavan 920473555. Conservação regular. Pneus meia vida. KM 16.157;

XVI - Um Trator de Esteira Fiat Allis, marca Fiat, modelo FD49, ano 1990, sem as 02 (duas) esteiras. Orçamento previsto R\$ 29.000,00;

XVII - Um Trator de esteira, marca Komatsu, modelo 301/2275, ano de ano 1982, com problema no torque, rodante quebrado lado direito, comandos não vira;

XVIII - Uma Máquina Motoniveladora HWB Scânia, modelo 165 S, ano 1979. Problema na embreagem. Conservação regular. Motor bom. Pneus Meia vida;

XIX - Um Trator de Pneu Valmet, ano 1988, com problema no Hidráulico. Pneus ruim. Lataria boa. Estado de conservação regular;

XX - Um Trator CBT 8440, Marca CBT, ano 1972, com problema na transmissão. Pneus ruim. Conservação regular;

XXI - Um Britador Móvel Rebocável, com transmissão mecânica, torque de trator, marca Aço Paulista, com cardam quebrado. Conservação regular;

XXII - Um Trenzinho Rebocável com 2 composições de 5 bancos em madeira cada, marca Pontal. Pneus regular;

XXIII - Uma Carreta para Trator c/ 4 pneus, sem marca, com pneus Dianteiros 235/75. 15 e traseiros 750x16. Conservação regular;

XXIV - Um Reboque Trailler, ano 2002, placas MCI9727 Renavan 552115231. Com beliche, pia e frigobar. Conservação regular. Cobertura regular;

XXV - Um Reboque Trailler, ano 1994, placas LZQ3900 Renavan 628350333. Com armário, pia e condicionador de ar. Cobertura boa.. Conservação regular;

XXVI - Um Ônibus Vokswagen/Comil PIA 0. Capacidade 32 P. Ano 2003/2003. Placas MDM6072. Renavan 801965870. Estado de conservação Regular.

Art. 2º A Comissão deverá apresentar laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de setembro de 2012.

IMAR ROCHA  
Prefeito Municipal.

## Ata da Análise de Documentação do Edital de Credenciamento Nº 03-2012 Prefeitura

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2012 - PMC  
CREDENCIAMENTO/SELEÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA E OU CONSTRUÇÃO CIVIL  
ATA Nº 01/2012

Análise da documentação apresentada no Credenciamento nº 03/2012 de 13 de agosto de 2012, cujo objeto é: O credenciamento/seleção de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material, mão de obra e equipamentos), interessadas na construção de 125 (cento e vinte e cinco) unidades habitacionais, no Bairro Nossa Senhora Salete, neste Município, através do PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com as especificações mínimas das unidades habitacionais, constantes no Anexo "III".

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e doze, às catorze horas e trinta minutos, na sala da Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador/SC, reuniu-se a Comissão Especial, designada pelo Decreto nº 5.320 de 14 de agosto de 2.012, para analisarem a documentação apresentada pela proponente interessada neste Credenciamento acima mencionado. O Presidente da Comissão declarou aberta a sessão e fez alguns comentários sobre o procedimento, compareceu a seguinte empresa interessada:

1) CONSTRUTORA NC LTDA /CNPJ Nº 07.654.599/0001-26;

Ato contínuo ao procedimento, foram abertos os envelopes contendo a documentação da única empresa interessada no credenciamento, onde verificou-se que a mesma protocolou sob o nº 10855-2012 de 05 de setembro de 2012, dois envelopes, sendo um contendo o credenciamento do representante (que não compareceu) e o outro contendo a documentação da empresa acima descrita, e que a mesma cumpriu todas as exigências constantes no item 3.1. do Edital. Desta análise verificou-se que a proponente cumpriu o estatuído no Edital quanto à apresentação de documentos, exceto a comprovação de Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA referente ao Atestado do Engenheiro João Alberto Brust, e comprovação de vínculo empregatício das profissionais engenheiras: Candida Luisa Klein e Francieli Fiorini, desta forma comunique-se a empresa que no prazo improrrogável de (05) cinco dias úteis contados da publicação para que seja apresentado os documentos faltantes, para que se efetive o credenciamento, conforme Edital.

Fica Aberto o prazo para recurso e verificação da documentação constante do processo por parte dos interessados. Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente ata, que segue assinada pelos membros da Comissão. Caçador/SC, 05 de setembro de 2012.

LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA  
Presidente

NEWTON MARÇAL SANTOS  
Membro

CAROLINA FRUET DE LIMA  
Membro

## Data Abertura Propostas TP 11-2012 Prefeitura

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR  
SECRETARIA MUNICIPAL DE Gabinete do Prefeito

RESUMO ATA DEFININDO DATA ABERTURA PROPOSTAS TP 11-2012

Como não houve recursos no prazo legal, fica estabelecida nova sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas de preços das empresas habilitadas às 14:00 horas do dia 12 (doze) de setembro de 2012.

## Contrato 26-2012 Assistencia Social

Contrato nº 26/2012 - FMAS - 2º aditamento ao contrato administrativo nº 19/2010, prorroga prazo e concede reajuste pelo IGP-M para contratação de empresa especializada em serviços de monitoramento 24 horas, instalação, manutenção e locação de sistema eletrônico de segurança para conservação do patrimônio público Municipal. Prorrogação do prazo pelo período de 12 (doze) meses, e concessão de reajuste pelo IGP-M acumulado no período, ou seja, aproximadamente 6,6766% (seis vírgula sessenta e sete por cento) conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretária de Assistência Social e mediante parecer jurídico favorável. O preço certo ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 3.869,76 (três mil oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos), a serem pagos mensalmente a quantia de R\$ 322,48 (trezentos e vinte e dois reais e quarenta e oito centavos), estando o mesmo de acordo com parágrafo segundo da Cláusula Segunda do Contrato Principal e de conformidade com o arts. 57, II e 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. Processo licitatório nº 15/2010, PR nº 08/2010. Contratado: INVIOSAT SEGURANÇA LTDA/CNPJ nº 07.168.167/0001-05. Prazo: 27/08/2013. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

## Contrato 90-2012 Prefeitura

Contrato nº 90/2012 - Aquisição de material de expediente para a Polícia Militar. Processo Licitatório nº 113/2012 PR nº 68/2012. Contratado: DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME/CNPJ nº 09.008.570/0001-00. Valor: R\$ 2.985,60. Prazo: 12 (doze) meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	15	CAIXAS	CLIPS TAMANHO 01, CAIXA COM 500 GR	NEW	3,95	59,25
3	15	CAIXAS	CLIPS TAMANHO 02, CAIXA COM 500 GR	NEW	3,95	59,25
4	15	CAIXAS	CLIPS TAMANHO 03, CAIXA COM 500 GR	NEW	3,95	59,25
5	15	CAIXAS	CLIPS TAMANHO 04, CAIXA COM 500 GR	NEW	3,95	59,25
6	15	CAIXAS	CLIPS TAMANHO 06, CAIXA COM 500 GR	NEW	3,95	59,25
7	15	CAIXAS	CLIPS TAMANHO 08, CAIXA COM 500 GR	NEW	3,95	59,25
8	30	CAIXAS	GRAMPO 26/6 COM 5.000 UNIDADES	BRW	1,90	57,00
10	2000	UNID	ENVELOPE 17 X 25 PARDOS	IPECOL	0,09	180,00
11	2000	UNID	ENVELOPE 21 X 29 PARDOS	IPECOL	0,08	160,00
12	2000	UNID	ENVELOPE 23 X 33 PARDOS	IPECOL	0,12	240,00
16	30	UNID	BORRACHA MÉDIA	ZAP	0,18	5,40
17	40	UNID	LÁPIS PRETO	LEONORA	0,23	9,20
18	20	UNID	APONTADOR	FOSKA	0,15	3,00



20	40	UNID	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12 MM X 50 M	EUROCEL	0,69	27,60
24	40	UNID	FITA CREPE BRANCA 50 MM X 50 M	EUROCEL	6,10	244,00
25	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 03 COM 72 UNIDADES	GASFER	2,10	31,50
26	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 04 COM 72 UNIDADES	GASFER	2,73	40,95
27	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 05 COM 72 UNIDADES	GASFER	2,83	42,45
28	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 06 COM 72 UNIDADES	GASFER	2,88	43,20
29	15	CAIXAS	COLCHETE Nº 07 COM 72 UNIDADES	RAFFA	3,00	45,00
30	10	CAIXAS	COLCHETE Nº 08 COM 72 UNIDADES	RAFFA	3,80	38,00
31	10	CAIXAS	COLCHETE Nº 15 COM 72 UNIDADES	GASFER	7,00	70,00
32	50	UNID	COLA EM BASTÃO COM 10 GR	LEONORA	0,68	34,00
33	3	CAIXAS	CANETA VERMELHA, CAIXA COM 50 UNIDADES	JOCAR	14,50	43,50
34	10	CAIXAS	CANETA AZUL, CAIXA COM 50 UNIDADES	JOCAR	14,50	145,00
35	5	CAIXAS	CANETA PRETA, CAIXA COM 50 UNIDADES	JOCAR	14,50	72,50
36	50	UNID	CORRETIVO COM 18 ML	NEW MAGIC	0,70	35,00
37	70	UNID	CANETA MARCA TEXTO	JOCAR	0,70	49,00
38	30	UNID	RÉGUA EM PLÁSTICO DURO, COM 30 CM	WALEU	0,70	21,00
39	50	UNID	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO	ICL	0,75	37,50
40	50	UNID	COLA BRANCA COM 90 GR	PIRATININGA	0,70	35,00
41	200	UNID	CAIXA DE ARQUIVO MORTO	DIAL	0,95	190,00
42	30	UNID	PRANCHETA EM ACRÍLICO TRANSPARENTE TAMANHO OFÍCIO	NOVACRIL	5,80	174,00
43	10	UNID	LIVRO ATA COM 200 FOLHAS	TI LIBRA	8,50	85,00
44	20	UNID	LAPISEIRA 07	TRIS	1,90	38,00
46	30	UNID	PINCEL MARCADOR (VÁRIAS CORES)	LYKE	0,95	28,50
47	30	UNID	PINCEL PARA QUADRO BRANCO (AZUL-VERMELHO- PRETO)	MASTER	1,50	45,00

48	10	UNID	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	RADEX	3,20	32,00
51	10	CAIXAS	PAPEL CARBONO, CAIXA COM 100 UNIDADES	CIS	22,50	225,00
52	10	UNID	TESOURA TAMANHO MÉDIO	JOCAR	1,23	12,30
53	15	UNID	ESTILETE TAMANHO GRANDE	FOSKA	1,20	18,00
54	8	UNID	GRAMPEADOR TAMANHO MÉDIO	BRW	6,50	52,00
55	5	UNID	ALMOFADA PARA CARIMBO COR AZUL	RADEX	2,20	11,00
56	5	UNID	TINTA PARA CARIMBO COR AZUL	RADEX	1,90	9,50
TOTAL GERAL 2.985,60						

**Contrato 91-2012 Prefeitura**

Contrato nº 91/2012 - Aquisição de material de expediente para a Polícia Militar. Processo Licitatório nº 113/2012 PR nº 68/2012. Contratado: PAPELARIA PARAÍSO LTDA EPP/CNPJ nº 02.949.623/0001-30. Valor: R\$ 6.233,00. Prazo: 12 (doze) meses.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	50	CAIXAS	PAPEL A4 COM 10 RESMAS	CHAMEX	87,00	4.350,00
9	3000	UNID	ENVELOPE 11 X 23 PARDO	FORONI	0,06	180,00
13	2000	UNID	ENVELOPE 23 X 36 PARDO	FORONI	0,10	200,00
14	3000	UNID	ENVELOPE 31 X 41 PARDO	FORONI	0,16	480,00
15	3000	UNID	ENVELOPE NA COR BRANCA 17 X 25	FORONI	0,10	300,00
19	30	UNID	BOBINA PARA FAX	DATAPEL	3,50	105,00
21	40	UNID	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 19 MM X 50 M	EUROCEL	0,85	34,00
22	40	UNID	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 MM X 50 M	EUROCEL	1,65	66,00
23	40	UNID	FITA CREPE BRANCA 25 MM X 50 M	EUROCEL	2,50	100,00

45	30	CAIXAS	GRAFITE PARA LAPISEIRA 07	FABER CASTEL	2,25	67,50
49	30	UNID	PASTA DE PLÁSTICO PARA DOCUMENTOS	ACP	0,85	25,50
50	100	UNID	CARTOLINA VÁRIAS CORES 50 X 60	ALFORM	0,25	25,00
57	500	UNID	TRANSPARÊNCIA	USA	0,60	300,00
TOTAL GERAL 6.233,00						

### Contrato 92-2012 Prefeitura

Contrato n.º 92/2012 - 4º aditamento ao contrato administrativo nº 139/2011, acrescenta serviços e quantitativos para contratação de empresa habilitada para construção de uma ponte pré-moldada em concreto protendido classe 45 NBR 7188 com vão total de 48,10 metros. Acréscimo nos quantitativos no percentual aproximado de 10% (dez) por cento do valor total do Contrato Principal, conforme solicitação e justificativa emitida pelo IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Caçador e mediante parecer jurídico favorável nº 364/2012, documentos estes anexos ao presente, para todos os fins e efeitos legais. O preço certo e ajustado para a totalidade dos acréscimos é de R\$ 83.816,20 (oitenta e três mil, oitocentos e dezesseis reais e vinte centavos) conforme planilha de serviços e preços anexos ao presente, perfazendo o percentual aproximado de 10 % (dez por cento) do valor total anterior contratado, estando o mesmo de acordo com os percentuais estabelecidos no artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes. Processo licitatório nº 92/2011, TP nº 01/2011. Contratado: ZANCO CONSTRUTORA LTDA- EPP/CNPJ nº 95.865.044/0001-90. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### Contrato 93-2012 Prefeitura

Contrato n.º 93/2012 - 3º aditamento ao contrato administrativo nº 120/2009, prorroga prazo de locação, concede reajuste e altera destinação da locação, para locação de imóvel para instalação da Guarda Municipal. Prorrogação do prazo pelo período de 12 (doze) meses, aplicação de reajuste no percentual de 6,6766% (seis virgula sessenta e sete e sessenta e seis) por cento, índice do IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, bem como, altera a destinação da locação para funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, de acordo com a solicitação e justificativa, mediante parecer jurídico favorável nº 363/2012. O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 23.283,70 (vinte e três mil, duzentos e oitenta e três reais e setenta centavos), a serem pagos mensalmente a quantia de R\$ 1.940,30 (um mil, novecentos e quarenta reais e trinta centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. Processo licitatório nº 133/2009, DL nº 10/2009. Contratada/Locadora: ANGELINA BORGHETTI- CPF nº 719.476.209-91. Prazo: 17/09/2013. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

### Ata SRP 128 - 2012 Saúde

Ata SRP 128/2012 FMS - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE COLETA DESTINADOS A IMPLANTAÇÃO DO NOVO POSTO DE COLETA DE EXAMES referente ao processo licitatório nº 46/2012, PR 31/2012. Contratado: LABORSYS PRODUTOS DIAGNÓSTICOS E HOSPITALARES LTDA - EPP Valor: R\$ 67.100,00 Prazo: 05/01/2013 sendo:

#### LOTE 01: AGULHAS, ESCALPES E ADAPTADORES

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	R\$
01	Agulha 30 x 8	Para coleta de sangue a vácuo, com dispositivo de segurança pós-coleta, medindo 30 x 8 (21G), bisel trifacetado, siliconizada e estéril. Embalagem individualizada, com lacre de segurança. Rosca para encaixe do adaptador.	20.000 unidades	0,5906
02	Agulha 30 x 7	Para coleta de sangue a vácuo, com dispositivo de segurança pós-coleta, medindo 30 x 7 (22G), com bisel trifacetado, siliconizada e estéril. Embalagem individualizada, com lacre de segurança. Rosca para encaixe do adaptador.	10.000 unidades	0,5906
03	Escalpe 21 G	Escalpe para a coleta de sangue a vácuo, com trava de segurança pós-coleta. Agulha de calibre 21 G, tubo de vinil flexível, asas flexíveis na cor verde, com rosca para adaptador luer, estéril e embalagem individualizada.	2.000 unidades	3,371
04	Escalpe 23 G	Escalpe para coleta de sangue a vácuo, com trava de segurança pós-coleta. Agulha de calibre 23 G, tubo de vinil flexível, asas flexíveis na cor azul claro, rosca para adaptador luer. Estéril, em embalagem individualizada.	2.000 unidades	3,371
05	Escalpe 25 G	Escalpe para coleta de sangue a vácuo, com trava de segurança pós-coleta. Agulha de calibre 25 G, tubo em vinil flexível, asas flexíveis na cor azul marinho, com adaptador luer para coletas múltiplas. Estéril em embalagem individualizada.	4.000 unidades	3,371

06	Adaptador Luer	Adaptador luer na cor branca para ser acoplado aos escalpes, para coletas múltiplas de sangue a vácuo. Estéril em embalagem individualizada..	100 unidades	3,1166
07	Adaptador de agulhas	Adaptador em plástico rígido, não estéril, para agulha múltipla de sangue a vácuo e tubos de 13 a 16 mm com flange e marca guia.	250 unidades	0,4089
TOTAL				45.100,00

## LOTE 02: TUBOS DE COLETA A VÁCUO

ITEM	PRODUTO	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	R\$
08	Tubos com EDTA	Para coleta de sangue a vácuo, em plástico transparente, estéril, contendo EDTA Dipotássico, para aspiração de 2 ml de sangue para uso pediátrico. Tampa plástica roxa com rolha de borracha siliconizada.	2.000 tubos	0,484
09	Tubos com EDTA	Para coleta de sangue a vácuo, em plástico transparente, estéril, contendo EDTA Dipotássico para aspiração de 4 ml de sangue. Tampa plástica na cor roxa com borracha siliconizada.	20.000 tubos	0,3024
10	Tubos Secos	Para coleta de sangue a vácuo, em plástico transparente, estéril, com ativador de coágulo a base de sílica, para aspiração de 10 ml de sangue. Tampa de borracha siliconizada na cor vermelha	30.000 tubos	0,3024

11	Tubos Secos	Para coleta a vácuo, em plástico transparente, estéril, com ativador de coágulo a base de sílica para aspiração de 4 ou 5 ml de sangue. Tampa plástica na cor vermelha	2.000 tubos	0,2797
12	Tubo com gel separador	Para coleta de sangue a vácuo, em plástico transparente, incolor, estéril, com gel separador de soro e ativador de coágulo, para aspiração de 8,5 ou 9 ml de sangue. Tampa plástica amarelo com rolha de borracha siliconizada.	3.000 tubos	0,499
13	Tubos com gel separador	Para coleta de sangue a vácuo, em plástico transparente, estéril, com gel separador de soro e ativador de coágulo, para aspiração de 5 ml (13x100 mm) de sangue. Tampa plástica amarelo ouro com rolha siliconizada.	1.000 tubos	0,4687
14	Tubos com Citrato de Sódio	Para coleta de sangue a vácuo, em plástico ou vidro, estéril, contendo citrato de sódio 3,2%, para aspiração de 3,36 ou 4,5 ml de sangue. Tampa plástica azul claro com rolha de borracha siliconizada	6.000 tubos	0,4385

15	Tubos com Fluoreto/EDTA	Para coleta de sangue a vácuo, em plástico transparente, estéril, para aspiração de 4 ml de sangue contendo Fluoreto de Sódio + EDTA. Tampa plástica na cor cinza com rolha de borracha siliconizada.	2.000 tubos	0,378
TOTAL				22.000,00
VALOR GLOBAL				67.100,00

**Ata SRP 129 - 2012 Saúde**

Ata SRP 129/2012 FMS - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE COLETA DESTINADOS A IMPLANTAÇÃO DO NOVO POSTO DE COLETA DE EXAMES referente ao processo licitatório nº 46/2012, PR 31/2012. Contratado: FA-NEM LTDA Valor: R\$ 10.220,00 Prazo: 05/01/2013 sendo:

**LOTE 03: CENTRÍFUGAS SOROLÓGICAS**

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R\$
16	Centrífuga sorológica	<p>Centrífuga sorológica com:</p> <p>Trava de segurança na tampa; Sensor de tampa aberta; Velocidade de 500 a 3400 rpm, incremento de 100 rpm programável; Temporizador de precisão de 1 seg a 99:59 seg; Painel digital composto de display de cristal líquido e teclado de fácil operação; Freio automático ou acionado através do teclado Motor de indução (sem escovas), rolamentos de esfera, longa vida útil; Tensão de Alimentação: 110/220V 50/60 Hz 200 VA</p> <p>Construção:</p> <p>Em chapa de aço e ABS e pintura em poliuretano. Acesso amplo à câmara de centrifugação para a troca e manuseio dos tubos. Sistema de ventilação do motor.</p> <p>Rotor que permite a utilização de adaptadores para outras caçapas.</p> <p>Kit caçapa 7 x 10 ml (Capacidade total de carga: 28 tubos);</p> <p>Características Técnicas:</p> <p>-Potência:200 W -Força G Máxima: 1700 x g -Temperatura de Funcionamento: 0 a 35 °C (ambiente) -Temporizador: de 1 minuto à 1 Hora -Freio: automático (&lt;15 seg. )</p> <p>O produto deve ter Registro no Ministério da Saúde O produto deve vir acompanhado do Certificado de calibração;</p> <p>Garantia mínima:12 meses</p>	03 centrífugas	3.200,00
TOTAL				9.600,00

**LOTE 04: BANHO-MARIA SOROLÓGICO**

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R\$
17	Banho-sorológico	- Controle automático microprocessado, - Indicação Digital (Display LED), de quatro dígitos; - Sensor de temperatura tipo Pt 100, resolução de 0,1°C; - Capacidade para no mínimo 60 tubos grandes;  - PAINEL DE CONTROLE: Controlador e indicador digital de temperatura, chave de acionamento luminoso para aquecimento e botão liga/desliga.  - SISTEMA DE AQUECIMENTO: Aquecimento por meio de resistências tubulares blindadas em aço Inox AISI 304. - FAIXA DE TEMPERATURA: Temperatura regulável de ambiente a 60°C; - ESTRUTURA INTERNA: Chapa de aço inox; - ESTRUTURA EXTERNA: Chapa de aço carbono SAE 1020 com tratamento anticorrosivo e pintura eletrostática a pó. - RODÍZIOS: Pés de borracha. - VOLTAGEM: Equipamento fornecido em 220 V. - Garantia de no mínimo 12 meses.	01 unidade	620,00
		TOTAL		620,00
		VALOR GLOBAL		10.220,00

### Ata SRP 130 - 2012 Saúde

Ata SRP 130/2012 FMS - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE COLETA DESTINADOS A IMPLANTAÇÃO DO NOVO POSTO DE COLETA DE EXAMES referente ao processo licitatório nº 46/2012, PR 31/2012. Contratado: CENTERLABSC – COMÉRCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA ME Valor: R\$ 3.400,00 Prazo: 05/01/2013 sendo:

#### LOTE 05 AUTOCLAVE

ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R\$
18	Autoclave	Caldeira vertical simples fabricada em aço inoxidável AISI 304. Para 30 litros. Tampa em bronze fundido, internamente estanhada e com guarnição de vedação em silicone resistente a altas temperaturas. Levantamento de tampa através de pedal. Cesto em aço inoxidável totalmente perfurados para permitir a circulação do vapor. Válvula de controle com sistema de peso e contrapeso para regulagem de pressão de trabalho. Manômetro com duas escalas, uma para a temperatura (de 100 a 143°C) e outra para a pressão (de 0 a 3,0 Kgf/cm²). Pressão de trabalho de 1,5 Kgf/cm², correspondente a 127°C. Parte superior do gabinete em chapa de aço inoxidável com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi, quatro pés de borracha. Manipulos para fechamento em baquelite, isolante ao calor. Resistência elétrica de imersão, blindada e fabricada de tubo de aço inoxidável ou cobre cromado. Painel com lâmpada piloto, chave seletora de calor de três posições e instruções de uso. Escoamento para limpeza e drenagem total, através de registro. Válvula de alívio de pressão regulada para atuar com pressão igual ou superior à MPTA (máxima pressão de trabalho admissível). Construída com base nas Normas ASME e ABNT e atende à Norma Regulamentadora NR 13. Garantia de no mínimo 12 meses.	01 unidade	3.400,00
		TOTAL		3.400,00
		VALOR GLOBAL		3.400,00

### Ata SRP 131 - 2012 Saúde

Ata SRP 131/2012 FMS - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE COLETA DESTINADOS A IMPLANTAÇÃO DO NOVO POSTO DE COLETA DE EXAMES referente ao processo licitatório nº 46/2012, PR 31/2012. Contratado: QUIMIOLAB COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS DE LABORATÓRIO LTDA - EPP Valor: R\$ 1.000,00 Prazo: 05/01/2013 sendo:

#### LOTE 06 - DEIONIZADOR DE ÁGUA



ITEM	Produto	Especificação	Quantidade	R\$
19	Deionizador	Com resina de troca iônica (catiônica e aniônica ) na mesma coluna; Coluna regenerada; Confeccionado em plástico pvc; Possui sensor condutivímetro de alarme ótico (alertando da necessidade da troca da coluna). Lâmpada vermelha que indica quando há necessidade de troca da coluna intercambiável Condutividade : 0,7 a 4,0 $\mu$ S/cm Resistividade : 1,5 a 0,3 M $\Omega$ xcm pH: 5 a 8 Eletrólitos totais dissolvidos <1 ppm Vazão de 50 L/ hora; Voltagem 220 V; Resina regenerada com rendimento de no mínimo 900 L. Garantia mínima de 12 meses.	01 unidade	579,8319
20	Barreletes	Para armazenamento de água deionizada sem risco de contaminação. Mangueira de nível graduada de líquido depositado, tampa móvel que permite fácil acesso para limpeza e torneira de escoamento. Fabricados em plástico de cor branca. Capacidade para armazenar 10 litros;	04 unidades	105,042
		TOTAL		1.000,00
		VALOR GLOBAL		1.000,00

**Editais de Notificação de Trânsito Nºs 1471 a 1474**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1471/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACO3702	55480860C	6599/2	22/07/2012	230 * V
AHC6233	55477856C	6920/0	17/07/2012	233
BGP7956	55692852D	6599/2	21/07/2012	230 * V
IIE4499	54148359D	5010/0	22/08/2012	162 * I
IIE4499	54148360D	5061/0	22/08/2012	163 c/c 162 * I
JUC0297	54148505D	6599/2	24/08/2012	230 * V
LYW8166	54788612C	5010/0	22/08/2012	162 * I
LZO9874	55482396C	6920/0	12/07/2012	233
MAE6243	55476317C	5010/0	22/08/2012	162 * I
MAE6243	55476319C	6599/2	22/08/2012	230 * V
MBF2743	55951275B	5010/0	24/08/2012	162 * I
MCI5448	55692740D	5010/0	23/08/2012	162 * I
MCI5448	55692741D	6599/2	23/08/2012	230 * V
MDI7963	55480864C	6599/2	15/08/2012	230 * V
MDZ8972	55477097C	6599/2	20/08/2012	230 * V
MEW6679	55692753D	6920/0	17/08/2012	233
MEY1094	55477854C	6599/2	17/07/2012	230 * V
MGC2815	55477865C	6920/0	23/07/2012	233
MJK0945	55692648D	5010/0	24/08/2012	162 * I
MJW5762	55480863C	5010/0	09/08/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 053 1472/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AMR9730	55693209D	5185/1	21/08/2012	167
ANT3434	55693213D	5185/1	21/08/2012	167
AOJ6666	54148451D	5541/2	17/08/2012	181 * XVII
AOT8138	55478920C	5380/0	31/07/2012	181 * I
BGP7956	55692851D	5207/0	21/07/2012	169
DSH5910	55478150C	5525/0	21/07/2012	181 * XV
ELF2190	54788609C	7366/2	22/08/2012	252 * VI
JUC0297	55694452D	5185/1	24/08/2012	167
JUC0297	55694453D	7366/2	24/08/2012	252 * VI
LXP2303	55692649D	5525/0	27/08/2012	181 * XV
LXP2303	55692650D	5452/1	27/08/2012	181 * VIII
LYT0553	55692641D	5525/0	22/08/2012	181 * XV
LYW8166	54788611C	5185/1	22/08/2012	167
MDC8395	54148212D	5541/2	16/08/2012	181 * XVII
MDC8395	54148453D	5541/2	17/08/2012	181 * XVII
MFK2753	54148213D	5541/2	23/08/2012	181 * XVII
MGD5004	54147831D	7366/2	20/08/2012	252 * VI
MGD9598	54148087D	6050/1	28/07/2012	208
MHY9936	54147833D	5738/0	21/08/2012	186 * II
MIB8700	54148403D	5541/2	20/08/2012	181 * XVII
MIJ3091	54148362D	5541/2	22/08/2012	181 * XVII
MIP2260	55478922C	7366/2	04/08/2012	252 * VI
MIS7331	54148258D	7366/2	22/08/2012	252 * VI
MIX9447	54148304D	5541/2	21/08/2012	181 * XVII
MIX9447	54148323D	5541/2	24/08/2012	181 * XVII
MKR6030	55951627B	5525/0	05/08/2012	181 * XV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1473/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADI5104	55482159C	6920/0	29/05/2012	R\$ 127,69	233
AJA3568	55475745C	5010/0	14/06/2012	R\$ 574,61	162 * I
AKL4541	55476314C	6599/2	14/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
AKL4541	55476315C	6610/2	14/06/2012	R\$ 127,69	230 * VII
AQQ3785	54147414D	6599/2	09/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
ASS0515	55482187C	6920/0	20/06/2012	R\$ 127,69	233
BNP9325	55481013C	5169/1	16/06/2012	R\$ 957,69	165
BOR8824	55476485C	5010/0	07/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
BQJ7471	55477088C	5169/1	29/07/2012	R\$ 957,69	165
CHI9979	54147469D	6599/2	13/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
DWT8571	55480829C	5169/1	26/04/2012	R\$ 957,69	165
IET4708	55481622C	6920/0	30/03/2012	R\$ 127,69	233
IQJ3511	55481648C	6920/0	16/04/2012	R\$ 127,69	233
LXA9057	55477927C	6920/0	04/05/2012	R\$ 127,69	233
LYH5773	54147656D	6912/0	05/05/2012	R\$ 53,20	232
LYP2006	54147974D	6769/3	15/06/2012	R\$ 85,12	230 * XXII
LZV4814	55480211C	5010/0	02/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAL3376	55482174C	6920/0	12/06/2012	R\$ 127,69	233
MBK6126	54147662D	6610/2	08/05/2012	R\$ 127,69	230 * VII
MBW3830	55482186C	6920/0	19/06/2012	R\$ 127,69	233
MDA2771	55481642C	6920/0	13/04/2012	R\$ 127,69	233
MFJ0571	54147580D	6599/2	15/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
MGA2569	54147071D	5010/0	02/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGD4144	55480837C	6556/1	12/05/2012	R\$ 191,53	230 * I
MGP8320	55480681C	6602/0	21/06/2012	R\$ 191,53	230 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

LUIZ ANTONIO PIAZZON

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1474/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJS8760	55477229C	5452/1	24/04/2012	R\$ 127,69	181 * VIII
ALP7266	55477238C	5525/0	01/05/2012	R\$ 85,12	181 * XV
ALY6767	54147464D	5460/0	21/06/2012	R\$ 85,12	181 * IX
AQF1317	55477272C	7366/2	18/04/2012	R\$ 85,12	252 * VI
HGR8325	54147248D	6050/1	07/05/2012	R\$ 191,53	208
IFX3047	54147809D	5541/2	25/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
LYH5773	54147657D	5428/4	05/05/2012	R\$ 191,53	181 * V
LYW0389	54147430D	5541/2	01/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MAT7740	54147796D	5541/2	13/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MDD3948	55482082C	5720/0	03/06/2012	R\$ 127,69	186 * I
MER6485	54147448D	5215/2	14/06/2012	R\$ 191,53	170
MHI3066	54147356D	5541/1	06/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MII7930	54147924D	5185/1	19/06/2012	R\$ 127,69	167
MIZ9909	55480300C	7366/2	03/07/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MMM1199	54147233D	5541/2	14/04/2012	R\$ 53,20	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

OSMAR PEREIRA DIAS

AUTORIDADE MUNIC DE TRANSITO

**CÂMARA MUNICIPAL****Resolução Nº 009, de 05 de Setembro de 2012.**

RESOLUÇÃO Nº 009, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012.

Nomeia Comissão Especial para estabelecer normas e procedimentos para premiação do Selo Social de Caçador.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 43 inciso II da Lei Orgânica do Município de Caçador e em conformidade com a Lei nº 2.731, de 26 de julho de 2010,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os cidadãos(as) abaixo relacionadas, para em nome da entidade que representam comporem a Comissão Especial para estabelecer normas e procedimentos para as inscrições, prazo, divulgação, classificação e julgamento do Selo Social e Caçador junto à Câmara Municipal de Caçador:

- José Ari Lins, Juliana Maciel Kohl e Ilvaita Maria Faoro Baron - Câmara Municipal;
- Dila Marchi Gonçalves Bridi, Joceli Cristiane Martins e Leandro Chiarello de Souza - Prefeitura Municipal;
- Neide Trento Yoshida - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Rosecler Faoro - Associação Empresarial de Caçador;
- Tiago Borga - Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Caçador;
- Rosemeri Menegazzo Ferlin - Câmara de Dirigentes Lojistas de Caçador;
- Odelir Neves - Associação das Micro e Pequenas Empresas do Alto Vale do Contestado;
- Teresina Aparecida Wanes Coelho de Souza - Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 2012.  
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO,  
Presidente.

**Camboriú****PREFEITURA****Resultado PR 25/12 - FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2012-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi "DESERTA". Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 10 de Setembro de 2012.  
MILTON ANTONIO DA SILVA  
Prefeito Municipal Em Exercício

**Campo Alegre****PREFEITURA****Portaria Nº 9.302 de 06 de Setembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.302 DE 06 DE SETEMBRO DE 2012

ALTERA DISPOSIÇÕES DO ART. 1º DA PORTARIA

Nº 9.119 DE 23 DE MAIO DE 2012.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 71, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal; RESOLVE:

Art.1º) Alterar as disposições do Art. 1º da Portaria nº 9.119 de 23 de maio de 2012, o qual passa a ter a seguinte redação:

Art.1º) Conceder Progressão Horizontal por Desempenho a Servidora Pública Municipal, Cargo Agente Operacional I, Função Auxiliar de Serviços Gerais - FRANCISCA DO ROCIO DA ROCHA, Matrícula Funcional nº 000260, Registro no Sistema Sob nº 313800, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de maio de 2012.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Município de Campo Alegre/SC, 06 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 06/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 9.303 de 06 de Setembro de 2012**

Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 9.303 DE 06 DE SETEMBRO DE 2012

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM

TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias a servidora ocupante do cargo público de Professor I, JULIANA TEREZINHA DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000470, Registro no Sistema sob nº 954476, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, e pagamento de um terço referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 21 de dezembro de 2011 a 29 de janeiro de 2012, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21 de dezembro de 2011.

Art.4º) Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 06 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em:  
06/09/2012

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Pregão (Presencial) Nº 116/2012**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO (presencial) Nº 116/2012

A licitação tem como objeto a aquisição de Tubo de pvc, para manutenção da Rede de abastecimento, para a Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

-Critério julgamento: MENOR PREÇO UNITÁRIO (por item).

- Data/horário/local entrega envelopes documentação/propostas:  
ATÉ AS 9 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 24/09/2012, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

#### **VALOR ESTIMADO**

Item	Qtde	Unid	Descrição	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
01	3.000	M	Tubo PVC CL-12, Jeli PBA DN 50 / de 60	4,58	13.740,00

- As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

As despesas oriundas da contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade: 1 – Prefeitura Municipal de Campo Alegre; Órgão: 13.00 – Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental; Unidade: 13.01 – Serviço de Saneamento Ambiental; Função: 17 – Saneamento; Subfunção: 512 – Saneamento Básico Urbano; Programa: 77 – Águas de Campo Alegre; Projeto: 2.125 – Ampliação da Rede de Abastecimento de água; Elemento de Despesa: 33.90.30.00.00.00 – Material de Consumo; Recurso: 0.1.0766 – Recursos Saneamento Básico, código reduzido 297.

- Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

- Para obter cópia deste Edital e anexos, os interessados deverão acessar o site [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), no ícone "Licitação" / "Pregão" / "Pregão 116/2012".

- A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

Campo Alegre, 10 de setembro de 2012.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

# Campos Novos

## CÂMARA MUNICIPAL

Balancete 08/2012

**SANTA CATARINA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 1/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1		ATIVO	4.726.524,27D	696.734,40	436.252,81	4.987.005,86D
1.1		ATIVO CIRCULANTE	443.159,21D	202.798,10	145.450,28	500.507,03D
1.1.1		DISPONIVEL	443.159,21D	202.798,10	145.450,28	500.507,03D
1.1.1.1		DISPONIVEL EM MOEDA NACIONAL	443.159,21D	202.798,10	145.450,28	500.507,03D
1.1.1.1.2		BANCOS CONTA MOVIMENTO	443.159,21D	202.798,10	145.450,28	500.507,03D
1.1.1.1.2.99		OUTRAS CONTAS	443.159,21D	202.798,10	145.450,28	500.507,03D
1.1.1.1.2.99.04		CAIXA ECONOMICA FEDERAL	443.159,21D	202.798,10	145.450,28	500.507,03D
1.1.1.1.2.99.04.01		CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	443.159,21D	202.798,10	145.450,28	500.507,03D
1.1.1.1.2.99.04.01.00.0001 (10792)	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	443.159,21D	202.798,10	145.450,28	500.507,03D
1.1.2		CREDITOS EM CIRCULACAO	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1		CREDITOS A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.9		CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.9.01		SALARIO-FAMILIA	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2.1.9.02		SALARIO-MATERNIDADE	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4		ATIVO PERMANENTE	442.778,48D	0,00	0,00	442.778,48D
1.4.2		IMOBILIZADO	442.778,48D	0,00	0,00	442.778,48D
1.4.2.1		BENS MOVEIS E IMOVEIS	442.778,48D	0,00	0,00	442.778,48D
1.4.2.1.1		BENS IMOVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.1.92 (9917)	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.4.2.1.2		BENS MOVEIS	233.605,88D	0,00	0,00	233.605,88D
1.4.2.1.2.06 (9927)	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.4.2.1.2.12 (9930)	P	APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.4.2.1.2.18 (9934)	P	COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.4.2.1.2.33 (9943)	P	EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	16.506,80D	0,00	0,00	16.506,80D
1.4.2.1.2.34 (9944)	P	MAQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	44.904,26D	0,00	0,00	44.904,26D
1.4.2.1.2.35 (9945)	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	37.329,91D	0,00	0,00	37.329,91D
1.4.2.1.2.36 (9946)	P	MAQUINAS, INSTALACOES E UTENS. DE ESCRITORIO	37.772,42D	0,00	0,00	37.772,42D
1.4.2.1.2.42 (9950)	P	MOBILIARIO EM GERAL	81.764,49D	0,00	0,00	81.764,49D
1.4.2.1.2.87 (9967)	P	MATERIAL DE USO DURADOURO	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.4.2.1.2.99 (9979)	P	OUTROS BENS MOVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.9		ATIVO COMPENSADO	3.840.586,58D	493.936,30	290.802,53	4.043.720,35D
1.9.2		FIXACAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1		DOTACAO ORCAMENTARIA	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1.1		DOTACAO INICIAL	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1.1.01		CREDITO INICIAL	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.2.1.1.01.01 (10308)	O	ORIGINARIO DO ORCAMENTO	2.406.981,88D	0,00	0,00	2.406.981,88D
1.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.429.800,70D	493.190,63	290.402,53	1.632.588,80D
1.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.429.800,70D	493.190,63	290.402,53	1.632.588,80D
1.9.3.2.9		OUTRAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.429.800,70D	493.190,63	290.402,53	1.632.588,80D
1.9.3.2.9.02		DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS	1.429.800,70D	493.190,63	290.402,53	1.632.588,80D
1.9.3.2.9.02.01 (18397)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-A UTILIZAR	436.773,90D	202.798,10	144.932,25	494.639,75D
1.9.3.2.9.02.02 (18398)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-COMPROMETID	6.426,77D	144.942,25	145.460,28	5.908,74D
1.9.3.2.9.02.03 (18399)	C	DISPONIBILIDADES POR FONTE DE RECURSOS-UTILIZADA	986.600,03D	145.450,28	10,00	1.132.040,31D
1.9.9		COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	3.804,00D	745,67	400,00	4.149,67D
1.9.9.1		RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E BENS	3.804,00D	745,67	400,00	4.149,67D



**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 2/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1.9.9.1.1		RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	745,67	400,00	4.149,67D
1.9.9.1.1.99		OUTRAS RESPONSABILIDADES DE TERCEIROS	3.804,00D	745,67	400,00	4.149,67D
1.9.9.1.1.99.00.01		RESPONSÁVEIS POR ADIANTAMENTOS	3.804,00D	745,67	400,00	4.149,67D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0003 (10801)	C	IDERNEI ANTONIO TITON	3.804,00D	0,00	0,00	3.804,00D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0011 (18353)	C	JOSÉ ADELAR CARPES	0,00	300,00	300,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0017 (26308)	C	JULIO FRANÇA DOS SANTOS	0,00	100,00	100,00	0,00
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0018 (31623)	C	RAQUEL DA COSTA VIEIRA	0,00	261,67	0,00	261,67D
1.9.9.1.1.99.00.01.00.0019 (31637)	C	CIDINEI CORDEIRO	0,00	84,00	0,00	84,00D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 3/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2		PASSIVO	4.279.135,00C	599.679,61	802.977,85	4.482.433,24C
2.1		PASSIVO CIRCULANTE	84,04C	169.709,16	169.873,63	248,51C
2.1.1		DEPOSITOS	84,04C	26.291,51	26.455,98	248,51C
2.1.1.1		CONSIGNACOES	84,04C	24.084,41	24.248,88	248,51C
2.1.1.1.1		PREVIDENCIA SOCIAL	0,00	6.338,20	6.338,20	0,00
2.1.1.1.1.02 (10048)	F	INSS	0,00	6.338,20	6.338,20	0,00
2.1.1.1.4		TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	232,10C	7.743,62	7.781,68	270,16C
2.1.1.1.4.02 (10055)	F	ISS	232,10C	0,00	38,06	270,16C
2.1.1.1.4.04 (10056)	F	IRRF A RECOLHER PARA OS COFRES PUBLICOS DO EXECUTI	0,00	7.743,62	7.743,62	0,00
2.1.1.1.9		OUTROS CONSIGNATARIOS	148,06D	10.002,59	10.129,00	21,65D
2.1.1.1.9.99		OUTROS CONSIGNATARIOS	148,06D	10.002,59	10.129,00	21,65D
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0002 (10808)	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	0,00	9.980,94	9.980,94	0,00
2.1.1.1.9.99.00.00.00.0006 (15255)	F	TIM - CELULARES	148,06D	21,65	148,06	21,65D
2.1.1.4		DEPOSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	0,00	2.207,10	2.207,10	0,00
2.1.1.4.9		DEPOSITOS PARA QUEM DE DIREITO	0,00	2.207,10	2.207,10	0,00
2.1.1.4.9.01 (10062)	F	DEPOSITOS DE TERCEIROS	0,00	2.207,10	2.207,10	0,00
2.1.2		OBRIGACOES EM CIRCULACAO	0,00	143.417,65	143.417,65	0,00
2.1.2.1		OBRIGACOES A PAGAR	0,00	143.417,65	143.417,65	0,00
2.1.2.1.1		FORNECEDORES	0,00	30.364,60	30.364,60	0,00
2.1.2.1.1.01		DO EXERCICIO	0,00	30.364,60	30.364,60	0,00
2.1.2.1.1.01.00.01		FORNECEDORES DO EXERCICIO	0,00	30.364,60	30.364,60	0,00
2.1.2.1.2		PESSOAL A PAGAR	0,00	89.831,40	89.831,40	0,00
2.1.2.1.2.01		PESSOAL A PAGAR DO EXERCICIO	0,00	89.831,40	89.831,40	0,00
2.1.2.1.9		DEBITOS DIVERSOS A PAGAR	0,00	23.221,65	23.221,65	0,00
2.1.2.1.9.08		BENEFÍCIOS A PAGAR	0,00	23.221,65	23.221,65	0,00
2.1.2.1.9.08.01		DO EXERCÍCIO	0,00	23.221,65	23.221,65	0,00
2.4		PATRIMONIO LIQUIDO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
2.4.1		PATRIMONIO/CAPITAL	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
2.4.1.1 (9524)	P	PATRIMONIO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
2.9		PASSIVO COMPENSADO	3.840.586,58C	429.970,45	633.104,22	4.043.720,35C
2.9.2		EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA	2.406.981,88C	429.570,45	429.570,45	2.406.981,88C
2.9.2.1		DISPONIBILIDADES DE CREDITO	1.568.076,99C	429.560,45	286.162,80	1.424.679,34C
2.9.2.1.1 (9744)	O	CREDITO DISPONIVEL	1.439.688,78C	142.725,15	10,00	1.296.973,63C
2.9.2.1.3		CREDITO UTILIZADO	128.388,21C	286.835,30	286.152,80	127.705,71C
2.9.2.1.3.01 (10141)	O	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	6.301,27C	143.417,65	142.735,15	5.618,77C
2.9.2.1.3.02		CREDITO LIQUIDADO	122.086,94C	143.417,65	143.417,65	122.086,94C
2.9.2.1.3.02.01 (10457)	O	CREDITO EMPENHADO - LIQUIDADO	122.086,94C	143.417,65	143.417,65	122.086,94C
2.9.2.4		EXECUCAO DA DESPESA	838.904,89C	10,00	143.407,65	982.302,54C
2.9.2.4.1		EMISSAO DE EMPENHO	838.904,89C	10,00	143.407,65	982.302,54C
2.9.2.4.1.04		EMPENHOS POR CREDOR	838.904,89C	10,00	143.407,65	982.302,54C
2.9.2.4.1.04.03 (10484)	O	VALORES PAGOS	838.904,89C	10,00	143.407,65	982.302,54C
2.9.3		EXECUCAO DA PROGRAMACAO FINANCEIRA	1.429.800,70C	0,00	202.788,10	1.632.588,80C
2.9.3.2		DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	1.429.800,70C	0,00	202.788,10	1.632.588,80C
2.9.3.2.9 (18401)	C	Controle das disponibilidades de recursos	1.429.800,70C	0,00	202.788,10	1.632.588,80C
2.9.9		COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	3.804,00C	400,00	745,67	4.149,67C

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 4/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2.9.9.1 (9543)	C	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDADE	3.804,00C	400,00	745,67	4.149,67C

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 5/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3		DESPESA	960.991,83D	143.407,65	10,00	1.104.389,48D
3.3		DESPESAS CORRENTES	956.677,73D	143.407,65	10,00	1.100.075,38D
3.3.1		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	783.312,75D	113.053,05	0,00	896.365,80D
3.3.1.9		Aplicacoes Diretas	783.312,75D	113.053,05	0,00	896.365,80D
3.3.1.9.0.01		Aposentadorias e Reformas	167.778,89D	23.221,65	0,00	191.000,54D
3.3.1.9.0.01.01 (26418)	F	Proventos - Pessoal Civil	167.778,89D	23.221,65	0,00	191.000,54D
3.3.1.9.0.11 (26356)	F	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	502.485,91D	73.784,31	0,00	576.270,22D
3.3.1.9.0.13		Obrigacoes Patronais	111.703,71D	15.933,39	0,00	127.637,10D
3.3.1.9.0.13.02 (28897)	F	Contribuições Previdenciárias - INSS	111.703,71D	15.933,39	0,00	127.637,10D
3.3.1.9.0.16		Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	1.344,24D	113,70	0,00	1.457,94D
3.3.1.9.0.16.44 (28907)	F	Serviços Extraordinários	1.344,24D	113,70	0,00	1.457,94D
3.3.3		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	173.364,98D	30.354,60	10,00	203.709,58D
3.3.3.9		Aplicacoes Diretas	173.364,98D	30.354,60	10,00	203.709,58D
3.3.3.9.0.14		Diarias - Civil	59.720,00D	12.800,00	0,00	72.520,00D
3.3.3.9.0.14.14 (30048)	F	Diárias no País - Civil	59.720,00D	12.800,00	0,00	72.520,00D
3.3.3.9.0.30		Material de Consumo	28.780,77D	4.261,60	0,00	33.042,37D
3.3.3.9.0.30.01 (30065)	F	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	5.441,30D	682,50	0,00	6.123,80D
3.3.3.9.0.30.16 (30080)	F	Material de Expediente	1.123,63D	188,80	0,00	1.312,43D
3.3.3.9.0.30.21 (30085)	F	Material de Copa e Cozinha	2.033,07D	384,20	0,00	2.417,27D
3.3.3.9.0.30.22 (30086)	F	Material de Limpeza e Produção de Higienização	1.700,37D	230,60	0,00	1.930,97D
3.3.3.9.0.30.23 (30087)	F	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	2.739,00D	0,00	0,00	2.739,00D
3.3.3.9.0.30.26 (30090)	F	Material Elétrico e Eletrônico	160,18D	0,00	0,00	160,18D
3.3.3.9.0.30.39 (30103)	F	Material para Manutenção de Veículos	1.688,86D	2.713,00	0,00	4.401,86D
3.3.3.9.0.30.49 (30113)	F	Bilhetes de Passagens	10.469,70D	0,00	0,00	10.469,70D
3.3.3.9.0.30.99 (30117)	F	Outros Materiais de Consumo	3.424,66D	62,50	0,00	3.487,16D
3.3.3.9.0.36		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.679,48D	745,67	10,00	3.415,15D
3.3.3.9.0.36.96 (30182)	F	Outros Serviços de Terc-Pessoa Física-Pagto Antec	2.579,48D	745,67	10,00	3.315,15D
3.3.3.9.0.36.99 (30183)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100,00D	0,00	0,00	100,00D
3.3.3.9.0.39		Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	64.874,73D	9.697,33	0,00	74.572,06D
3.3.3.9.0.39.01 (30198)	F	Assinatura de Periódicos e Anuidades	510,00D	0,00	0,00	510,00D
3.3.3.9.0.39.08 (30205)	F	Manutenção de Software	3.928,70D	564,20	0,00	4.492,90D
3.3.3.9.0.39.11 (30208)	F	Locação de Softwares	4.324,79D	626,71	0,00	4.951,50D
3.3.3.9.0.39.19 (30214)	F	Manutenção e Conservação de Veículos	520,50D	555,00	0,00	1.075,50D
3.3.3.9.0.39.43 (30232)	F	Serviços de Energia Elétrica	5.627,80D	823,27	0,00	6.451,07D
3.3.3.9.0.39.44 (30233)	F	Serviços de Água e Esgoto	628,99D	79,15	0,00	708,14D
3.3.3.9.0.39.47 (30236)	F	Serviços de Comunicação em Geral	4.780,00D	0,00	0,00	4.780,00D
3.3.3.9.0.39.48 (30237)	F	Serviços de Seleção e Treinamento	6.380,00D	2.050,00	0,00	8.430,00D
3.3.3.9.0.39.50 (30239)	F	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	510,00D	30,00	0,00	540,00D
3.3.3.9.0.39.58 (30246)	F	Serviços de Telecomunicações	19.410,07D	1.776,65	0,00	21.186,72D
3.3.3.9.0.39.63 (30251)	F	Serviços Gráficos e Editoriais	1.640,00D	0,00	0,00	1.640,00D
3.3.3.9.0.39.77 (30265)	F	Vigilância Ostensiva/Monitorada	724,48D	105,85	0,00	830,33D
3.3.3.9.0.39.90 (30275)	F	Serviços de Publicidade Legal	1.793,00D	75,00	0,00	1.868,00D
3.3.3.9.0.39.99 (30282)	F	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	14.096,40D	3.011,50	0,00	17.107,90D
3.3.3.9.0.46		Auxilio-Alimentacao	17.310,00D	2.850,00	0,00	20.160,00D
3.3.3.9.0.46.01 (30286)	F	Auxilio-Alimentação em Pecúnia	17.310,00D	2.850,00	0,00	20.160,00D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 6/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.4		DESPESAS DE CAPITAL	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4		INVESTIMENTOS	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4.9		Aplicacoes Diretas	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4.9.0.52		Equipamentos e Material Permanente	4.314,10D	0,00	0,00	4.314,10D
3.4.4.9.0.52.06 (31202)	F	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	1.847,80D	0,00	0,00	1.847,80D
3.4.4.9.0.52.35 (31218)	F	Equipamentos de Processamento de Dados	899,00D	0,00	0,00	899,00D
3.4.4.9.0.52.42 (31224)	F	Mobiliário em Geral	1.567,30D	0,00	0,00	1.567,30D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 7/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4		RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00



**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 8/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5		RESULTADO DIMINUTIVO DO EXERCICIO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2		INTERFERENCIAS PASSIVAS	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A CREDITO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3.3.07		AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D
5.2.2.3.3.07.03 (10545)	P	AJUSTE DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIRO	438.464,38D	0,00	0,00	438.464,38D

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 9/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6		RESULTADO AUMENTATIVO DO EXERCICIO	1.846.845,48C	0,00	200.581,00	2.047.426,48C
6.1		RESULTADO ORCAMENTARIO	1.408.381,10C	0,00	200.581,00	1.608.962,10C
6.1.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	1.404.067,00C	0,00	200.581,00	1.604.648,00C
6.1.2.1		TRANSFERENCIAS RECEBIDAS	1.404.067,00C	0,00	200.581,00	1.604.648,00C
6.1.2.1.2		REPASSE RECEBIDO	1.404.067,00C	0,00	200.581,00	1.604.648,00C
6.1.2.1.2.00.00.01		TRANSFERENCIA DE FINANCEIRA RECEBIDA	1.404.067,00C	0,00	200.581,00	1.604.648,00C
6.1.2.1.2.00.00.01.00.0100 (10867)	F	Transferência recebida (duodécimo)	1.404.067,00C	0,00	200.581,00	1.604.648,00C
6.1.3		MUTACOES ATIVAS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1		INCORPORACAO DE ATIVOS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1.1		AQUISICOES DE BENS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1.1.02		BENS MOVEIS	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.1.3.1.1.02.01 (10585)	P	BENS MOVEIS DE USO PERMANENTE	4.314,10C	0,00	0,00	4.314,10C
6.2		RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2		INTERFERENCIAS ATIVAS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS A DEBITO	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3.3		MOVIMENTOS DE FUNDOS PROPRIOS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3.3.07		AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C
6.2.2.3.3.07.03 (10587)	P	AJUSTES DE SISTEMAS CONTABEIS - NAO FINANCEIROS	438.464,38C	0,00	0,00	438.464,38C

**SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**  
Balancete de Verificação - 2012

Betha Sistemas

Exercício de 2012

Agosto

Página: 10/10

Máscara	Sist. Contábil	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
9		DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL:				1.439.821,66	1.439.821,66	

CAMPOS NOVOS, 06/09/2012

\_\_\_\_\_  
JOSE ADELAR CARPES  
PRESIDENTE CAMARA

\_\_\_\_\_  
JOELMA F. FAÉ  
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

**SAMAE****Ext Ct 38/2012**

SAMAE-SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
CAMPOS NOVOS - SANTA CATARINA

TERMO DO CONTRATO CNO Nº. 38/2012  
PROCESSO Nº-CNO-017/2012

DATA DE ASSINATURA: 10 de Setembro de 2012.

OBJETO: Contratação da Prestação de Serviços de locação de equipamento Retroescavadeira.

CONTRATADA: LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME

PRAZO: até 31/12/2012

Campos Novos - SC, 10 de Setembro de 2012.

JOEL FRANSCISCO FAGUNDES

Diretor do SAMAE

**Capinzal****PREFEITURA****PMC - Processo Licitatório Nº 0113/2012 - Pregão Eletrônico Nº 0022/2012****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório Nº 0113/2012

Pregão Eletrônico Nº 0022/2012

OBJETO: Fornecimento fracionado de combustível -Óleo Diesel S50, para manutenção da frota da Municipalidade - Secretaria de Educação Cultura e Esportes, Recursos próprio e salário Educação.

ENTREGA E ABERTURA: através do site <https://cidadecompras.com.br> Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 28/09/2012.

**MENOR PREÇO UNITÁRIO****INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:**

No endereço <https://cidadecompras.com.br>

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações,  
RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0 \_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

CAPINZAL, 12 de setembro de 2012.

KATIA BAZZO

Pregoeira

**Termo Aditivo 002/2012 - Contrato Superior 0025/2012**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 002/2012

CONTRATO SUPERIOR 0025/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: HERBERTO EDEMAR HELLER EPP

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é o aumento de 18,8 km na linha 07 do item 07, conforme planilha em anexo. municipal

de ensino para o exercício de 2012, com recursos do Transporte - Convênio Estado, Salário Educação e PNATE.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 06/09/2012 A 31/12/2012

**Termo Aditivo 002/2012 - Contrato Superior 0029/2012**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO 002/2012

CONTRATO SUPERIOR 0029/2012

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: FIGUEIRO TRANSPORTE E TURISMO LTDA

OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é o aumento de 10,3 km na linha 08 do item 08, conforme planilha em anexo.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 06/09/2012 A 31/12/2012

**SIMAE****Aviso de Licitação - Tomada de Preço Nº Cao/03/2012**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

AUTARQUIA INTERMUNICIPAL DOS MUNICÍPIOS DE CAPINZAL E OURO/SC

**AVISO DE LICITAÇÃO**

TOMADA DE PREÇO Nº CAO/03/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº CAO/0202/2012

OBJETO: ELABORAÇÃO DE PROJETO ESTRUTURAL E ARQUITETÔNICO, E CONSTRUÇÃO DE UM RESERVATÓRIO, EM CONCRETO ARMADO, COM FORMATO CIRCULAR, COM DIÂMETRO INTERNO DE 16,90 METROS, ADAPTADO A ÁREA DISPONÍVEL NO LOCAL DE EXECUÇÃO DA OBRA, APOIADO EM CHÃO FIRME, SEMI-ENTERRADO, COM CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO DE NO MÍNIMO 1000 M³ DE ÁGUA.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

PRAZO PARA ENTREGA DO ENVELOPE Nº 01 "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO":

EMPRESAS NÃO CADASTRADAS: Até às 14:00 horas, do dia 02 de Outubro de 2012.

EMPRESAS CADASTRADAS: Até às 14:00 horas, do dia 04 de Outubro de 2012.

PRAZO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES Nº 02 "PROPOSTA":

TODAS AS EMPRESAS : Até às 14:00 horas (quatorze horas), do dia 04 de Outubro de 2012.

ABERTURA: Na data de 04 de Outubro de 2012, às 14:30 horas (quatorze horas e trinta minutos).

Local: Escritório do SIMAE.

Endereço: Rua Domingos Omizollo, 447 - Bairro São Luiz, Cep. 89.665.000 - Capinzal/SC.

RETIRADA DO EDITAL: No escritório do SIMAE, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente no endereço acima citado, pelo e-mail [material@simaecao.com.br](mailto:material@simaecao.com.br) ou pelo telefone (049) 3555-1107 - com a Comissão de Licitação.

Capinzal/SC, 10 de Setembro de 2012.

SIDNEI PENSO

Diretor

# Catanduvás

## PREFEITURA

### Decreto Nº 1.839/12 de 09 de Agosto de 2012.

DECRETO Nº 1.839/12 DE 09 DE AGOSTO DE 2012.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO DECORRER DO EXERCÍCIO, NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL."

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvás-Sc, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 103, VIII, da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2.339/11 de 08 de Dezembro de 2011, em seu Artigo 4º Inciso I e Lei Federal nº 4.320/64, (Art. 7º, I e 43, § 1º, II e § 3º).

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 86.053,50 (Oitenta e seis mil, cinqüenta e três reais e cinqüenta centavos), nas seguintes Dotações Orçamentárias.

ÓRGÃO 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO

UNID. ORÇ. 0401 EDUCAÇÃO

365 EDUCAÇÃO INFANTIL

1029 Construção e Ampliação de Creches

11 162 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos DO FNDE - Pró Infância R\$ 24.813,10

ÓRGÃO 06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

UNID. ORÇ. 0601 SERVIÇOS URBANOS

451 INFRAESTRUTURA URBANA

1037 Pavimentação de Ruas Estradas e Passeio

12 124/55 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Convenio do Estado R\$ 22.234,00

UNID. ORÇ. 0602 DIVISÃO DOS TRANSPORTES E OBRAS

782 TRANSPORTES RODOVIÁRIOS

2051 Manutenção dos Serviços Urbanos

54 124/55 OUT. DESPESAS CORRENTES- Recursos Convenio Gov. Est. R\$ 21.650,00

ÓRGÃO 07 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

UNID. ORÇ. 0701 ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO

122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

0074 Sentenças Judiciais

6 100 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Próprios R\$ 17.356,40

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Primeiro, são oriundos de Transferências de Convênios com o FNDE, Governo do Estado e Recursos Próprios.

Art. 2º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 47.298,81 (Quarenta e sete mil, duzentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos), no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, nas seguintes Dotações Orçamentárias

ÓRGÃO 25 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

UNID. ORÇ. 2501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CATANDUVAS

301 ATENÇÃO BÁSICA

2091 Manutenção da Secretaria da Saúde

82 123 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Programa MPMAC R\$ 5.630,00

82 123 OUT. DESPESAS CORRENTES - Rec. Programa Cofinanciamento R\$ 37.450,00

82 167/61 OUT. DESPESAS CORRENTES - Rec. Farmácia Básica R\$ 3.218,81

1094 Aquisição de Veículos, Equipamentos e Mobiliário em Geral

77 123 DESPESAS DE CAPITAL - Recursos Programa MPMAC R\$ 1.000,00

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Segundo, são oriundos de Recursos do Programa Mpmac Ações Estratégicas Farmácia Básica e Cofinanciamento.

Art. 3º - Fica o Setor Contábil autorizado a proceder a SUPLEMENTAÇÃO, na importância de R\$ 15.317,97 (Quinze mil, trezentos e dezessete reais e noventa e sete centavos), no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, na seguinte Dotação Orçamentária.

ÓRGÃO 30 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNID. ORÇ. 3001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

2076 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social

70 152/67 OUT. DESPESAS CORRENTES - Recursos Programa IGD R\$ 15.317,97

§ 1º - Os recursos mencionados no Artigo Terceiro, são oriundos de Recursos de Programa IGD - Índice de Gestão Descentralizada.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Catanduvás SC, 09 de Agosto de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN CLAUDINEI ANTONIO SELLA  
Prefeita Municipal Sec. Municipal de Administração.

Registrado e Publicado por esta Secretaria em 09/08/2012.

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0122/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0122/2011

Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011)

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvás, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS -SC

Contratado (a): SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade da presente contratação, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 11 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais

cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do termo aditivo do contrato: 1º de agosto de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0123/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0123/2011

Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011)

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvás, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS -SC

Contratado (a): BONATO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade da presente contratação, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 11 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do termo aditivo do contrato: 1º de agosto de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0124/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0124/2011

Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011)

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvás, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS -SC

Contratado (a): G & D MATERIAIS DE CONSTRUCAO E CONSTRUTORA LTDA EPP.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade da presente contratação, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 11 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do termo aditivo do contrato: 1º de agosto de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0125/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0125/2011

Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011)

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvás, com interveniência da Caixa Econômica Federal.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS -SC

Contratado (a): LEONARDO BERTONCELLO PAGLILIOSA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade da presente contratação, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 11 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do termo aditivo do contrato: 1º de agosto de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0126/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0126/2011

Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011)

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvás, com interveniência da Caixa Econômica Federal.



Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS -SC  
Contratado (a): IRANI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade da presente contratação, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 11 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do termo aditivo do contrato: 1º de agosto de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

### **Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0127/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0127/2011

Pregão nº 0003/2011 (Processo Licitatório nº 0004/2011)

Objeto: Aquisição de materiais de construção, em sistema de Registro de Preço, para construção de 200 unidades habitacionais, visando cumprimento de convênio celebrado entre o Governo Federal e o município de Catanduvás, com intervenção da Caixa Econômica Federal.

Contratante: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS -SC

Contratado (a): ELETRICA R. N. LTDA ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula XII do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade da continuidade da presente contratação, e;

CONSIDERANDO, a necessidade de estender o prazo para cumprimento do contrato, por interesse da Administração Municipal

RESOLVE:

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 31 de dezembro de 2012, iniciando em 11 de agosto de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do termo aditivo do contrato: 1º de agosto de 2012.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

## **Concórdia**

### **PREFEITURA**

#### **Lei Nº 4.452, de 5 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.452, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012.

Autoriza abertura de crédito especial e suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a anular parte das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização Administrativa - SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 04.122.0038.2036 Manutenção das Atividades-Meio da SEDET

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0017 Recursos da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP R\$ 34.600,00

Projeto/Atividade 22.661.0039.2037 Ações da Produção Industrial

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.204,90

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.122.0061.2251 Manutenção das Atividades-Meio do FMHIS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 700,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 16.990,00

Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.500,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações

**Diretas**

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

**TOTAL ANULADO R\$ 229.994,90.**

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º desta Lei, fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE**

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 04.122.0021.2022 Manutenção das Atividades-Meio da SEMADRA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

**Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0017 Recursos da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP R\$ 34.600,00

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 140.204,90

**Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2252 Ações das Habitações Rurais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 23.990,00

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 11.200,00

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 229.994,90.**

Art. 3º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do possível excesso de arrecadação do Convênio IGD/SUAS, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

**Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.244.0059.2202 Proteção Social Básica - CRAS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0052 Outras Transferências de Recursos do FNAS R\$ 4.600,53

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.600,53.**

Art. 4º Fica o Poder Executivo do Município autorizado a suplementar, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0010.2009 Manutenção das Atividades

**do PROCON**

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0024 Transferências de Convênios - Outros R\$ 14.000,00

**Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS**

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0089 Alienação de Bens Destinados a Outros Programas R\$ 363.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS

Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências

de Impostos - Saúde.. R\$ 254.000,00

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 631.000,00.**

Art. 5º Ficam alteradas nas Leis nºs. 4.108, de 13 de outubro de 2009; 4.295, de 13 de junho de 2011 e 4.386, de 16 de dezembro de 2011, as ações mencionadas nesta LEI.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

JOAQUIM PEDRO B. BICCA

NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

**Lei Nº 4.453, de 5 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

LEI Nº 4.453, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012.

Autoriza o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, celebrar convênios com a Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI.

Art. 1º Fica o Município, pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, autorizado a celebrar convênio com a Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco, inscrita no CNPJ sob nº 83.506.030/0002-82, objetivando a conjunção de esforços, no sentido de propiciar atendimento de casos que não sejam de emergência e urgência, fora do expediente de atendimento médico do Município, podendo o FMS participar com o valor de R\$ 83.700,00 (oitenta e três mil



e setecentos reais).

Art. 2º Fica acrescido o valor de R\$ 169.791,90 (cento e sessenta e nove mil, setecentos e noventa e um reais e noventa centavos), já reajustado pelo índice de referência máximo do IPC-DI (FGV), referente aos meses de janeiro a dezembro de 2011, ao art. 1º da Lei nº 4.391, de 16 de fevereiro de 2012, para atender o déficit financeiro do Pronto Socorro, apresentado pela Beneficência Camiliana do Sul - Hospital São Francisco.

Art. 3º As ações e obrigações das partes serão fixadas nos Termos de que trata esta LEI.

Art. 4º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento geral do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA

NETO SEGUNDO

Secretário Municipal de Finanças

GENAIR LOURDES BOGONI

Secretária Municipal de Saúde

Publicada nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de setembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 5.741, de 4 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.741, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012.

Renumerar o Decreto nº 5.531, de 8 de agosto de 2012.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI.

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 5.531, de 8 de agosto de 2012, fica renumerado para 5.731, de 8 de agosto de 2012.

Parágrafo único. A nova numeração do Decreto de que trata o caput deste artigo não altera seu conteúdo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de setembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 5.742, de 4 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.742, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012.

Tomba como patrimônio histórico e arquitetônico, o Capitel do Santuário Nossa Senhora da Salete.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, arts. 5º, XXIV, 63, VI e 150, c/c o disposto na Lei nº 1.925, de 12 de novembro de 1984 e alteração e no Decreto nº 4.551, de 17 de dezembro de 2002 e considerando o Ofício SPHAM/COTESPHAMC nº. 007/2012, de 22 de agosto de 2012, da Comissão Técnica do Serviço do Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Município de Concórdia - COTESPHAMC.

DECRETA:

Art. 1º Fica tombado, como patrimônio histórico e arquitetônico do Município de Concórdia, o Capitel do Santuário Nossa Senhora da Salete, edificado em 1964, situado no Bairro Nossa Senhora da Salete, neste Município.

§ 1º O Capitel de que trata o caput deste artigo está localizado no imóvel registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 3.636, Livro nº 2 - "N", de propriedade da MITRA DIOCESANA DE JOAÇABA, inscrita no CNPJ sob nº 83.226.506/0001-40.

§ 2º O Capitel possui as seguintes características: estrutura em concreto armado, paredes de tijolos, pavimentação externa das calçadas em paver, escadas externas e pavimentação interna em cerâmica com acabamentos em granito, revestimentos em reboco, esquadrias superiores em vidro fantasia nas cores verde, dourado e branco, com estrutura em ferro, esquadrias inferiores em vidro temperado incolor, pinturas externa e interna em PVC sobre textura, nas cores branco e azul claro, base inferior externa na cor cinza, cobertura superior em laje impermeabilizada e do perímetro externo em vidro temperado incolor com estrutura atirantada.

§ 3º O tombamento compreende o exterior e o interior da edificação.

Art. 2º O bem de que trata o art. 1º deste Decreto não poderá ser, em nenhuma hipótese, alterado, destruído, demolido, mutilado ou restaurado, sem prévia autorização do Poder Executivo Municipal, sob pena de embargo, com incidência de multa de 100% (cem por cento) sobre o valor do dano causado.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 4 de setembro de 2012.

ELISETTE MARIA PEDOTT

Diretora Administrativa

### **Decreto Nº 5.743, de 5 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 5.743, DE 5 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre crédito especial e suplementar; dá outras providências.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 4.452, de 5 de setembro de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam anuladas partes das dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE**

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 20.606.0026.1008 Modernização e Organização Administrativa - SEMADRA

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

**Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 04.122.0038.2036 Manutenção das Atividades-Meio da SEDET

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0017 Recursos da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP R\$ 34.600,00

Projeto/Atividade 22.661.0039.2037 Ações da Produção Industrial

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 40.204,90

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 100.000,00

**Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.122.0061.2251 Manutenção das Atividades-Meio do FMHIS

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 700,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 16.990,00

Projeto/Atividade 16.481.0062.2253 Ações das Habitações Urbanas

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 10.500,00

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 7.000,00

**TOTAL ANULADO R\$ 229.994,90.**

Art. 2º Com os recursos de que trata o art. 1º deste Decreto, ficam suplementadas as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE**

Unidade Orçamentária 07.01 Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

Projeto/Atividade 04.122.0021.2022 Manutenção das Atividades-Meio da SEMADRA

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

**Órgão 10 SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**

Unidade Orçamentária 10.01 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

Projeto/Atividade 23.695.0040.2039 Manutenção das Atividades Voltadas ao Turismo

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0017 Recursos da Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP R\$ 34.600,00

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 140.204,90

**Órgão 16 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

Unidade Orçamentária 16.01 Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

Projeto/Atividade 16.481.0062.2252 Ações das Habitações Rurais

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários R\$ 23.990,00

Fonte de Recursos 0.2.0000 Recursos Ordinários R\$ 11.200,00

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 229.994,90.**

Art. 3º Fica suplementada, com recursos do possível excesso de arrecadação do Convênio IGD/SUAS, a dotação constante no elemento do seguinte projeto/atividade do orçamento vigente:

**Órgão 15 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Unidade Orçamentária 15.01 Fundo Municipal de Assistência Social

Projeto/Atividade 08.244.0059.2202 Proteção Social Básica - CRAS

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.1.0052 Outras Transferências de Recursos do FNAS R\$ 4.600,53

**TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 4.600,53.**

Art. 4º Ficam suplementadas, com recursos do superávit financeiro verificado no exercício de 2011, as dotações constantes nos elementos dos seguintes projetos/atividades do orçamento vigente:

**Órgão 04 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

Unidade Orçamentária 04.01 Secretaria Municipal de Administração

Projeto/Atividade 04.122.0010.2009 Manutenção das Atividades do PROCON

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00 Outras Despesas Correntes - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0024 Transferências de Convênios - Outros R\$ 14.000,00

**Órgão 08 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E OBRAS**

Unidade Orçamentária 08.01 Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras

Projeto/Atividade 15.451.0032.1009 Modernização Urbanística

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00 Investimentos - Aplicações Diretas

Fonte de Recursos 0.3.0089 Alienação de Bens Destinados a

Outros Programas R\$ 363.000,00

**Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Unidade Orçamentária 13.01 Fundo Municipal de Saúde



Projeto/Atividade 10.303.0050.2103 Ações de Média e Alta Complexidade - FMS  
Elemento 3.3.50.00.00.00.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos  
Fonte de Recursos 0.3.0002 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde.. R\$ 254.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 631.000,00.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

JOAQUIM PEDRO B. BICCA NETO SEGUNDO  
Secretário Municipal de Finanças

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 5 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

#### **Decreto Nº 684/2012, de 30 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 684/2012, DE 30 DE AGOSTO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO SANTORI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2012, à servidora ANDREIA CRISTINA PELLIZZARO SANTORI, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 92410-08, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 1º de agosto de 2007 a 31 de julho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 30 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

#### **Decreto Nº 685/2012, de 31 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 685/2012, DE 31 DE AGOSTO DE 2012.

Dá nova redação à alínea "a" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 557/2011, de 7 de julho de 2011, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COM-DECON.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 621, de 16 de fevereiro de 2012 e no Decreto nº 4.514, de 8 de outubro de 2002 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º A alínea "a" do inciso III do art. 1º do Decreto nº 557/2011, de 7 de julho de 2011, que designa membros para integrar o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - COMDECON, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

a) efetivo: RODRIGO FAGGION BASSO;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

#### **Decreto Nº 686/2012, de 31 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 686/2012, DE 31 DE AGOSTO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora VANIA ONEIDE TRENTINI SANFERARI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2012, à servidora VANIA ONEIDE TRENTINI SANFERARI, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 93890-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 31 de julho de 2007 a 30 de julho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 31 de agosto de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 687/2012, de 3 de Setembro de 2012**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 687/2012, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.

Designa a servidora DAIANE ROMAN para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a servidora DAIANE ROMAN, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para responder pelo cargo de Chefe do Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, no período de 3 a 16 de setembro de 2012, em face do afastamento do titular, em gozo de férias, percebendo, nesse ínterim, vencimentos próprios do cargo, nível 3, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 688/2012, de 3 de Setembro de 2012**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 688/2012, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora MARISA ADELAIDE LAZZARIN.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica concedido, no mês de setembro de 2012, à servidora MARISA ADELAIDE LAZZARIN, ocupante do cargo de Especialista em Educação, código 11.12, matrícula 33332-00, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao

quinquênio - período aquisitivo de 31 de julho de 2007 a 30 de julho de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

DILCE LURDES GEHLEN  
Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 689/2012, de 3 de Setembro de 2012**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 689/2012, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.

Averba tempo de contribuição.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam averbados 5.337 dias, ou seja: 14 (quatorze) anos, 7 (sete) meses e 17 (dezessete) dias de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor ROBERTO DE BALDE, ocupante do cargo de Motorista, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 27 de julho de 2010.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
(Diretoria Administrativa), em 3 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 690/2012, de 3 de Setembro de 2012**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 690/2012, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.

Altera dispositivos do inciso II do art. 1º do Decreto nº 185/2012, de 1º de fevereiro de 2012 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia - COMTUR.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.014, de 5 de novembro de 1997 e alterações e no Decreto nº 3.960, de 28 de abril de 1998 e alterações.

**DECRETA:**

Art. 1º O inciso II do art. 1º do Decreto nº 185/2012, de 1º de fevereiro de 2012 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Turismo de Concórdia - COMTUR, terá os seguintes dispositivos alterados:

I - o item 10 da alínea "a" passa a vigorar com a seguinte redação:

"10. GENI JOSE BONATTO - Associação Empresarial de Concórdia - ACIC;" (NR)

II - o item 10 da alínea "b" passa a vigorar com a seguinte redação:

"10. DOLMAR FRIZON - ACIC;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 691/2012, de 3 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 691/2012, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.

Dá nova redação à alínea "e" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 155/2009, de 27 de janeiro de 2009 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei Complementar nº 253, de 27 de novembro de 2002 e no Decreto nº 4.639, de 2 de julho de 2003.

**DECRETA:**

Art. 1º A alínea "e" do inciso II do art. 1º do Decreto nº 155/2009, de 27 de janeiro de 2009 e alterações, que nomeiam membros para integrar o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ( )

e) DAGNOR ROBERTO SCHNEIDER - representante da Associação Empresarial de Concórdia - ACIC;" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Decreto Nº 692/2012, de 3 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 692/2012, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a demissão do servidor NIVALDO DOMINGOS ALBERTI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, II e 168, XV, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando:

- o processo protocolizado sob nº 3691/2010, em 5 de março de 2010;
- a Portaria nº 112/2012, de 28 de junho de 2012, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar envolvendo o servidor Nivaldo Domingos Alberti;
- o Parecer nº 409/2012, da Assessoria Jurídica do Município;
- o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo, de 23 de agosto de 2012;
- a Revisão da Secretaria Municipal de Administração, de 27 de agosto de 2012;
- a Decisão Final, de 27 de agosto de 2012.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica demitido o servidor NIVALDO DOMINGOS ALBERTI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 1º de setembro de 2012, por restar incurso no art. 168, XV, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 3 de setembro de 2012.

ELISETE MARIA PEDOTT  
Diretora Administrativa

**Portaria Nº 160/2012, de 31 de Agosto de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 160/2012, DE 31 DE AGOSTO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e



considerando as justificativas apresentadas.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar os servidores abaixo relacionados, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço:

I - ANA LORENA PRADO BARP, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, no período de 3 a 9 de setembro de 2012;

II - FATIMA MORESCO COLLA, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 3 de setembro de 2012;

III - MARCIO VOGT, ocupante do cargo de Motorista, no período de 3 a 17 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 161/2012, de 3 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 161/2012, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º O inciso II do art. 2º da Portaria nº 156/2012, de 22 de agosto de 2012 e alteração, que instauram Sindicância a fim de apurar a veracidade dos fatos envolvendo a servidora VALCI CERUTTI, ocupante do cargo de Assistente Social, Grupo Ocupacional Especialista - GE, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º ( )

II - secretária: JUSERLEI DE OLIVEIRA GUIMARÃES, ocupante do cargo de Técnico em Segurança do Trabalho;” (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.  
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 162/2012, de 3 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 162/2012, DE 3 DE SETEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011 e considerando a solicitação do servidor.

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar, a partir de 3 de setembro de 2012, a ampliação da carga horária do servidor LUCIO FLAVIO KESSLER, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 95605-01, objeto da Portaria nº 53/2012, de 6 de março de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Portaria Nº 163/2012, de 4 de Setembro de 2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

PORTARIA Nº 163/2012, DE 4 DE SETEMBRO DE 2012.

A Secretária de Administração do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto nº 24/2011, de 13 de janeiro de 2011, c/c o disposto no art. 105 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, e considerando a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde, na CI nº 381/2012, de 3 de setembro de 2012.

**RESOLVE:**

Art. 1º Convocar o servidor MARCIO DE SOUZA SILVA, ocupante do cargo de Médico, matrícula 76848-04, em gozo de férias, para o exercício de suas funções, por absoluta necessidade do serviço, a partir de 3 de setembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 90/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 90/2012- PMC

Objeto: Aquisição de 48 jogos de toalhas personalizadas, com embalagem de presente e fita, para homenagem do Servidor Público Municipal e premiação do Concurso Mascote da CIPA, conforme especificações constantes nos anexos “A” e “B” deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 24/09/2012.

Abertura: dia 25/09/2012, às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link “Licitações”. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2163.

Concórdia, SC, 11 de Setembro de 2012.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

**Comunicação Indeferimento de Recurso Tomada de Preços Nº 1/2012 - FMAS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

TOMADA DE PREÇO Nº 1/2012 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreita por preços máximos unitários (material e mão-de-obra), para pintura (interna e externa) das instalações do CREAS - Centro de Referência de Assistência Social, localizado no Bairro Industriários, neste Município, com recursos oriundos do repasse Fundo a Fundo CREAS/FEAS, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico constante no Anexo “D” do Edital.

**COMUNICAÇÃO INDEFERIMENTO DE RECURSO**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º e 4º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, a Presidente da Comissão de Licitações torna público que na data de 11/09/2012 foi INDEFERIDO o recurso administrativo interposto pela licitante ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA. De consequência, fica inalterado o julgamento proferido na sessão do dia 22/08/2012, prosseguindo o processo para homologação. Fica a disposição da licitante se tiver interesse consulta e cópia dos pareceres, os quais devem ser solicitados e retirados junto a diretoria de compras.

Concórdia, SC, 11 de setembro de 2012.  
LEONICE PARIZOTTO CAMARGO  
Presidente da Comissão de Licitações

**Errata do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação Nº 25/2012 - PMC**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC  
ERRATA DO EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2012

Na publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação nº 25/2012, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 11 de setembro de 2012, edição nº 1074, pág. 40, onde lê-se: " GENTIL MACHADO"; leia-se: " GENTIL MASSOCHE.

Concórdia, SC, 11 de setembro de 2012.  
MARNIO ALBERTO CADORE  
Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

**Extrato de Nova Classificação das Propostas Tomada de Preços Nº 50/2012 - PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 50/2012 - PMC

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preço unitário (material, mão de obra e equipamentos), para execução de obra de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial da Rua Mato Grosso, localizada no Bairro dos Estados e das Ruas Rovigo e Vêneto, localizadas no Loteamento Vila D' Itália, ambas, neste Município, de acordo com o Projeto Básico constante no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DE NOVA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento de nova classificação da fase classificatória da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA sagrou-se vencedora do item nº 1 com o menor valor unitário por R\$ 132.930,71 (cento e trinta e dois mil novecentos e trinta reais com setenta e um centavos), ficou na segunda colocação a licitante BALBINOT TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP, com o menor valor unitário por R\$ 139.930,44, a licitante DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA sagrou-se vencedora com o menor valor unitário do item nº 2 por R\$ 105.940,42 (cento e cinco mil e novecentos e quarenta reais com quarenta e dois centavos), ficou na segunda colocação a licitante BALBINOT TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP com o menor valor unitário de R\$ 110.265,40 (cento e dez mil duzentos e sessenta e cinco reais com quarenta centavos). Ressalta-se que o preço cotado pela licitante vencedora é inferior ao preço máximo estipulado no Anexo "D" do Edital. Em atenção ao disposto nos subitens 8.3 e 8.3.1 do Edital

que prevê o seguinte: após a divulgação do vencedor se esse não for uma ME ou EPP (como é o caso do vencedor deste certame - DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA), e se houver proposta apresentada por ME ou EPP igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta mais bem classificada, (como também é o caso, já que a empresa BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, na fase de habilitação comprovou através de competente Certidão, ser Empresa de Pequeno Porte, e com isso, após efetuarmos o cálculo previsto no subitem 8.3 do Edital, verificamos que a licitante possui o direito de preferência referente ao ITEM Nº 2, já que o valor de sua proposta de preços está dentro dos 10% previsto na Lei 123/2006. Assim, a Presidente da Comissão de licitações procede da seguinte forma: a licitante BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, classificada em seu direito a preferência, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, por escrito, possuindo para tanto o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas. Portanto, fica o representante legal da empresa BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA EPP, intimado se assim tiver interesse, a protocolizar nova proposta de preço (em envelope identificado conforme edital), até às 10h (dez horas), do dia 14/09/2012, e se assim acontecer, a Comissão de licitações fará nova sessão, proferindo a nova classificação de preços no mesmo dia já estabelecido às 10h30min (dez horas e trinta minutos).

Devido a ausência de representantes legais a Comissão enviará o resultado para ser publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)), em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993, sendo que o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "b", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada a referida intimação.

Concórdia, SC, 10 de Setembro de 2012.  
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA  
Presidente CPL, em exercício.

**Extrato do Convênio Nº 6/2012**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 6/2012

ESPÉCIE: Convênio celebrado entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pelo seu Prefeito Municipal, senhor JOÃO GIRARDI e a ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS DE CONCÓRDIA - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS, inscrita no CNPJ sob nº 83.701.680/0001-06, representada pelo seu Presidente, senhor ADIR JOÃO SOMARIVA.

OBJETO: Estabelecimento de programa de cooperação técnico-administrativa, visando a execução das atividades de fiscalização dos Sistemas de Prevenção Contra Incêndio e Pânico, de que tratam a Lei Complementar nº 186, de 11 de maio de 2001 e alterações e, de forma supletiva, a Legislação Estadual, nos termos previstos no artigo 2º da Lei Municipal nº 4.444/2012.

PRAZO: Até 31.12.2012, a partir da data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 3 de setembro de 2012.

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### Resultado de Licitação - TP 06/2012

#### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Tomada de Preços 6/2012

JULGAMENTO: Menor preço global.

PROCESSO: 58/2012

OBJETO: Execução de pavimentação com pedras irregulares na Rua Orlindo Breancini e trecho da Linha Bento Gonçalves.

VALOR: R\$ 21.219,30.

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, o Pregoeiro declarou vencedora a empresa PONTES & PONTES LTDA, adjudicando o objeto da licitação em epígrafe. Depois de publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 10 de setembro de 2012.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preços Nº 19/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 1/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012**

**Número do Registro de Preços: 19/2012**      **Data do Registro: 10/09/2012**      **Válido até: 31/12/2012**

**Objeto da Compra:** Aquisição de tubos soldáveis 25mm

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	TUBO SOLDAVEL 25MM (10-11-8313)	m	JULIANO MAURICIO GIRARDI ME (1452)	PLASTILIT	0	0,9600	1
			SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA (1442)	FORTLEV	0	1,1200	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA**

Página: 2/2

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2012****Número do Registro de Preços: 19/2012**      **Data do Registro: 10/09/2012**      **Válido até: 31/12/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de tubos soldáveis 25mm

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA (7)	TUBOZAN	0	1,1400	3

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)****REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2012****PROCESSO Nº 59/2012**

(7) - FAVARETTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

(1442) - SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA

(1452) - JULIANO MAURICIO GIRARDI ME

Cordilheira Alta, 10 de Setembro de 2012.

**Demonstrativos 4º Bimestre/2012**

Município de Cordilheira Alta - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>2.003.134,22</b>	<b>14,63</b>	<b>8.812.549,01</b>	<b>64,35</b>	<b>4.882.450,99</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>13.015.000,00</b>	<b>13.015.000,00</b>	<b>1.914.762,60</b>	<b>14,71</b>	<b>8.516.778,45</b>	<b>65,44</b>	<b>4.498.221,55</b>
RECEITA TRIBUTARIA	843.470,47	843.470,47	116.734,81	13,84	674.579,71	79,98	168.890,76
IMPOSTOS	713.774,50	713.774,50	105.139,22	14,73	537.203,53	75,26	176.570,97
TAXAS	123.128,97	123.128,97	11.595,59	9,42	137.376,18	111,57	-14.247,21
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	6.567,00	6.567,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.567,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	111.639,00	111.639,00	19.987,30	17,90	87.533,23	78,41	24.105,77
Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	111.639,00	111.639,00	19.987,30	17,90	87.533,23	78,41	24.105,77
RECEITA PATRIMONIAL	72.326,70	72.326,70	10.437,44	14,43	72.618,45	100,40	-291,75
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	72.326,70	72.326,70	10.437,44	14,43	72.618,45	100,40	-291,75
RECEITA DE SERVIÇOS	282.536,00	282.536,00	40.265,75	14,25	171.646,05	60,75	110.889,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.433.100,07	11.433.100,07	1.718.777,10	15,03	7.467.186,01	65,31	3.965.914,06
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.303.100,07	11.303.100,07	1.690.722,10	14,96	7.349.553,01	65,02	3.953.547,06
Transf. de Conv.	130.000,00	130.000,00	28.055,00	21,58	117.633,00	90,49	12.367,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	271.927,76	271.927,76	8.560,20	3,15	43.215,00	15,89	228.712,76
Multas e Juros de Mora	18.063,96	18.063,96	5.582,04	30,90	16.249,67	89,96	1.814,29
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	35.170,88	35.170,88	2.102,29	5,98	23.310,03	66,28	11.860,85
RECEITAS DIVERSAS	218.692,92	218.692,92	875,87	0,40	3.655,30	1,67	215.037,62
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>680.000,00</b>	<b>680.000,00</b>	<b>88.371,62</b>	<b>13,00</b>	<b>295.770,56</b>	<b>43,50</b>	<b>384.229,44</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	600.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	50.800,23	0,00	65.090,23	0,00	-65.090,23
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	50.800,23	0,00	65.090,23	0,00	-65.090,23
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	80.000,00	80.000,00	7.571,39	9,46	35.267,87	44,08	44.732,13
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	30.000,00	0,00	195.412,46	0,00	-195.412,46
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	30.000,00	0,00	195.412,46	0,00	-195.412,46
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>2.003.134,22</b>	<b>14,63</b>	<b>8.812.549,01</b>	<b>64,35</b>	<b>4.882.450,99</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>2.003.134,22</b>	<b>14,63</b>	<b>8.812.549,01</b>	<b>64,35</b>	<b>4.882.450,99</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.090.035,88	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	13.695.000,00	13.695.000,00	2.003.134,22	14,63	9.902.584,89	64,35	4.882.450,99
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.378.611,78	—	—	1.168.641,65	—	—
Superávit Financeiro	—	1.378.611,78	—	—	1.168.641,65	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>1.661.157,30</b>	<b>15.356.157,30</b>	<b>1.941.978,66</b>	<b>10.966.309,76</b>	<b>2.372.340,88</b>	<b>9.902.584,89</b>	<b>64,49</b>	<b>5.453.572,41</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.635.899,54</b>	<b>511.072,22</b>	<b>12.146.971,76</b>	<b>1.650.139,25</b>	<b>8.750.990,33</b>	<b>2.032.533,87</b>	<b>7.790.850,86</b>	<b>64,14</b>	<b>4.356.120,90</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.728.079,00	-120.000,00	5.608.079,00	863.381,61	3.314.336,18	863.681,61	3.313.923,38	59,09	2.294.155,62
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	240.000,00	0,00	240.000,00	27.209,27	132.003,86	28.443,13	127.926,27	53,30	112.073,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.667.820,54	631.072,22	6.298.892,76	759.548,37	5.304.650,29	1.140.409,13	4.349.001,21	69,04	1.949.891,55
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>2.059.100,46</b>	<b>1.150.085,08</b>	<b>3.209.185,54</b>	<b>291.839,41</b>	<b>2.215.319,43</b>	<b>339.807,01</b>	<b>2.111.734,03</b>	<b>65,80</b>	<b>1.097.451,51</b>
INVESTIMENTOS	1.609.100,46	1.150.085,08	2.759.185,54	180.187,73	1.886.353,23	225.732,33	1.787.613,83	64,79	971.571,71
INVERSOES FINANCEIRAS	20.000,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	430.000,00	0,00	430.000,00	111.651,68	328.966,20	114.074,68	324.120,20	75,38	105.879,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>1.661.157,30</b>	<b>15.356.157,30</b>	<b>1.941.978,66</b>	<b>10.966.309,76</b>	<b>2.372.340,88</b>	<b>9.902.584,89</b>	<b>64,49</b>	<b>5.453.572,41</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>1.661.157,30</b>	<b>15.356.157,30</b>	<b>1.941.978,66</b>	<b>10.966.309,76</b>	<b>2.372.340,88</b>	<b>9.902.584,89</b>	<b>64,49</b>	<b>5.453.572,41</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>1.661.157,30</b>	<b>15.356.157,30</b>	<b>1.941.978,66</b>	<b>10.966.309,76</b>	<b>2.372.340,88</b>	<b>9.902.584,89</b>	<b>64,49</b>	<b>5.453.572,41</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/09/2012

\_\_\_\_\_  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
FLARI RAFAEL TRICHES  
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO



Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	13.695.000,00	15.356.157,30	1.941.978,66	10.966.309,76	2.372.340,88	9.902.584,89	100,00	64,49	5.453.572,41
Legislativa	540.000,00	540.000,00	74.634,48	330.632,29	76.473,00	299.687,30	3,03	55,50	240.312,70
Ação Legislativa	540.000,00	540.000,00	74.634,48	330.632,29	76.473,00	299.687,30	3,03	55,50	240.312,70
Administração	1.860.000,00	1.717.200,00	122.721,13	1.391.173,22	220.640,93	1.181.750,45	11,93	68,82	535.449,55
Administração Geral	1.860.000,00	1.717.200,00	122.721,13	1.391.173,22	220.640,93	1.181.750,45	11,93	68,82	535.449,55
Segurança Pública	21.890,00	21.890,00	2.289,30	11.485,35	2.604,77	10.706,30	0,11	48,91	11.183,70
Policiamento	21.890,00	21.890,00	2.289,30	11.485,35	2.604,77	10.706,30	0,11	48,91	11.183,70
Assistência Social	494.661,50	522.939,84	42.530,56	239.727,67	43.695,15	229.052,41	2,31	43,80	293.887,43
Assistência Comunitária	494.661,50	522.939,84	42.530,56	239.727,67	43.695,15	229.052,41	2,31	43,80	293.887,43
Saúde	2.771.041,16	3.125.129,38	415.052,11	2.135.741,71	497.997,03	1.918.186,95	19,37	61,38	1.206.942,43
Atenção Básica	2.708.340,16	3.062.428,38	415.052,11	2.128.322,04	495.047,03	1.910.767,28	19,30	62,39	1.151.661,10
Vigilância Sanitária	51.756,00	51.756,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.756,00
Vigilância Epidemiológica	10.945,00	10.945,00	0,00	7.419,67	2.950,00	7.419,67	0,07	67,79	3.525,33
Educação	2.608.854,96	2.777.521,64	387.158,48	1.698.531,21	431.932,19	1.592.483,93	16,08	57,33	1.185.037,71
Alimentação e Nutrição	90.000,00	90.000,00	35.231,33	80.260,60	11.486,37	43.297,14	0,44	48,11	46.702,86
Ensino Médio	177.000,00	194.000,00	40.957,49	130.793,57	48.778,68	130.793,57	1,32	67,42	63.206,43
Ensino Superior	75.000,00	75.000,00	0,00	72.627,68	9.500,00	45.127,68	0,46	60,17	29.872,32
Educação Especial	28.000,00	28.000,00	0,00	24.400,00	5.350,00	14.500,00	0,15	51,79	13.500,00
Educação Básica	2.238.854,96	2.390.521,64	310.969,66	1.390.449,36	356.817,14	1.358.765,54	13,72	56,84	1.031.756,10
Cultura	336.189,00	336.189,00	51.857,16	213.882,40	52.431,67	184.594,12	1,86	54,91	151.594,88
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	49.000,00	49.000,00	0,00	25.974,11	0,00	2.623,11	0,03	5,35	46.376,89
Difusão Cultural	287.189,00	287.189,00	51.857,16	187.908,29	52.431,67	181.971,01	1,84	63,36	105.217,99
Direitos da Cidadania	12.000,00	12.000,00	3.018,84	5.462,49	0,00	2.443,65	0,02	20,36	9.556,35
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	12.000,00	12.000,00	3.018,84	5.462,49	0,00	2.443,65	0,02	20,36	9.556,35
Urbanismo	1.231.040,70	2.078.243,76	390.437,59	1.853.833,36	373.715,63	1.754.634,11	17,72	84,43	323.609,65
Infra-Estrutura Urbana	1.231.040,70	2.078.243,76	390.437,59	1.853.833,36	373.715,63	1.754.634,11	17,72	84,43	323.609,65
Habitação	101.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Habitação Rural	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.000,00
Saneamento	405.000,00	426.490,00	41.519,82	420.957,46	85.695,85	305.071,53	3,08	71,53	121.418,47
Saneamento Básico Urbano	405.000,00	426.490,00	41.519,82	420.957,46	85.695,85	305.071,53	3,08	71,53	121.418,47

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	13.695.000,00	15.356.157,30	1.941.978,66	10.966.309,76	2.372.340,88	9.902.584,89	100,00	64,49	5.453.572,41
Agricultura	1.146.982,68	1.595.103,68	260.978,31	1.355.330,46	344.647,31	1.202.040,42	12,14	75,36	393.063,26
Extensão Rural	1.146.982,68	1.595.103,68	260.978,31	1.355.330,46	344.647,31	1.202.040,42	12,14	75,36	393.063,26
Indústria	1.100.000,00	1.054.000,00	0,00	453.599,61	0,00	453.599,61	4,58	43,04	600.400,39
Propriedade Industrial	1.100.000,00	1.054.000,00	0,00	453.599,61	0,00	453.599,61	4,58	43,04	600.400,39
Energia	111.639,00	111.639,00	0,00	70.000,00	11.290,19	45.171,18	0,46	40,46	66.467,82
Energia Elétrica	111.639,00	111.639,00	0,00	70.000,00	11.290,19	45.171,18	0,46	40,46	66.467,82
Desporto e Lazer	55.000,00	117.110,00	7.916,99	112.090,44	46.781,99	105.440,44	1,06	90,04	11.669,56
Desporto Comunitário	55.000,00	117.110,00	7.916,99	112.090,44	46.781,99	105.440,44	1,06	90,04	11.669,56
Encargos Especiais	899.701,00	899.701,00	141.863,89	673.862,09	184.435,17	617.722,49	6,24	68,66	281.978,51
Serviço da Dívida Interna	670.000,00	670.000,00	138.860,95	460.970,06	142.517,81	452.046,47	4,56	67,47	217.953,53
Outros Encargos Especiais	229.701,00	229.701,00	3.002,94	212.892,03	41.917,36	165.676,02	1,67	72,13	64.024,98
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	13.695.000,00	15.356.157,30	1.941.978,66	10.966.309,76	2.372.340,88	9.902.584,89	100,00	64,49	5.453.572,41

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/09/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONAL	FLARI RAFAEL TRICHES	SILVANA MAGIONI FAVERO
PREFEITO	CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6	TÉCNICO EM CONTROLE INTERI

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012		
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.128.526,10</b>	<b>1.270.405,83</b>	<b>1.269.091,57</b>	<b>1.615.882,67</b>	<b>1.216.261,29</b>	<b>1.262.293,40</b>	<b>1.415.409,08</b>	<b>1.332.407,35</b>	<b>1.297.117,35</b>	<b>1.245.449,84</b>	<b>1.138.968,00</b>	<b>1.116.329,68</b>	<b>15.308.142,16</b>	<b>15.352.523,39</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	42.459,77	52.884,48	61.653,20	96.143,16	41.077,03	59.008,74	278.049,43	74.105,33	63.481,80	42.122,57	76.971,94	39.762,87	927.720,32	843.470,47
I.P.T.U.	2.622,71	1.119,39	493,47	1.801,36	0,00	2.148,72	143.303,49	12.436,56	7.679,69	10.050,02	16.177,11	1.667,66	199.520,18	191.537,50
I.R.R.F.	200,43	6.436,17	5.376,67	38.489,39	8.654,42	8.737,13	10.480,11	9.876,16	10.142,48	0,00	19.638,84	0,00	118.031,80	72.237,00
I.S.S.	28.813,70	27.782,43	29.673,57	44.761,53	23.835,97	26.207,83	40.180,81	42.496,64	31.810,10	24.491,94	32.952,61	22.623,54	375.630,67	360.000,00
I.T.B.I.	261,70	14.625,20	7.546,75	3.200,00	1.400,00	5.906,00	600,00	2.400,00	5.600,00	3.626,24	1.783,42	10.276,04	57.225,35	90.000,00
Outras Receitas Tributárias	10.561,23	2.921,29	18.562,74	7.890,88	7.186,64	16.009,06	83.485,02	6.895,97	8.249,53	3.954,37	6.419,96	5.175,63	177.312,32	129.695,97
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	9.638,88	9.408,17	8.935,21	9.455,76	8.920,07	9.077,11	16.819,98	11.147,24	10.192,67	11.388,86	10.539,74	9.447,56	124.971,25	111.639,00
RECEITA PATRIMONIAL	14.980,86	13.193,97	13.297,80	14.992,40	13.616,83	12.957,47	13.748,09	7.300,47	8.447,64	6.110,51	5.526,26	4.911,18	129.083,48	72.326,70
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	17.063,73	23.269,11	17.647,50	24.107,57	17.447,09	25.629,79	21.586,45	23.336,16	21.492,85	21.887,96	20.990,58	19.275,17	253.733,96	282.536,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.038.869,65	1.163.874,22	1.157.774,19	1.466.161,88	1.130.378,07	1.144.386,60	1.079.183,63	1.211.439,69	1.189.772,90	1.160.170,48	1.021.908,62	1.037.403,56	13.801.323,49	13.770.623,46
Cota-Parte do F.P.M.	293.620,37	385.943,24	407.763,82	685.720,81	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	5.119.725,04	5.280.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	522.171,05	527.854,47	538.247,49	546.915,72	514.451,34	448.495,15	484.724,09	507.462,26	456.407,53	471.600,45	456.755,86	457.205,36	5.932.290,77	5.820.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	42.605,11	39.775,61	21.529,57	12.274,44	18.990,33	32.129,05	39.546,59	40.673,53	40.963,94	41.192,58	49.038,27	49.790,82	428.499,84	454.589,63
Cota-Parte do ITR	820,47	1.803,76	115,15	59,25	106,66	0,00	0,00	39,60	196,33	24,18	52,59	26,77	3.244,76	1.435,55
Outras Transferências Correntes	75.120,12	96.248,35	78.782,16	104.892,94	64.611,46	43.468,31	98.320,94	108.878,51	86.691,75	117.850,72	101.984,95	79.373,81	1.056.224,02	903.006,55
Transferências da LC 61/1989	8.251,20	11.359,26	10.932,29	12.366,59	4.023,00	8.403,46	7.478,84	7.935,59	8.981,97	8.024,12	7.482,80	8.270,85	103.509,97	93.310,50
Transferências da LC 87/1996	2.690,79	2.690,79	2.690,79	2.690,79	2.521,15	2.521,15	2.518,85	2.518,85	2.518,85	2.518,85	2.518,85	2.518,85	30.918,56	38.281,23
Transferências do FUNDEB	93.590,54	98.198,74	97.712,92	101.241,34	94.688,38	88.026,74	92.519,34	97.680,75	94.922,82	93.053,37	86.022,78	89.252,81	1.126.910,53	1.180.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.513,21	7.775,88	9.783,67	5.021,90	4.822,20	11.233,69	6.021,50	5.078,46	3.729,49	3.769,46	3.030,86	5.529,34	71.309,66	271.927,76
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>174.031,60</b>	<b>193.647,75</b>	<b>196.243,50</b>	<b>209.579,55</b>	<b>194.215,43</b>	<b>202.578,11</b>	<b>177.668,47</b>	<b>200.975,91</b>	<b>201.631,45</b>	<b>189.853,09</b>	<b>166.779,97</b>	<b>173.755,11</b>	<b>2.280.959,94</b>	<b>2.337.523,39</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	174.031,60	193.647,75	196.243,50	209.579,55	194.215,43	202.578,11	177.668,47	200.975,91	201.631,45	189.853,09	166.779,97	173.755,11	2.280.959,94	2.337.523,39
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>954.494,50</b>	<b>1.076.758,08</b>	<b>1.072.848,07</b>	<b>1.406.303,12</b>	<b>1.022.045,86</b>	<b>1.059.715,29</b>	<b>1.237.740,61</b>	<b>1.131.431,44</b>	<b>1.095.485,90</b>	<b>1.055.596,75</b>	<b>972.188,03</b>	<b>942.574,57</b>	<b>13.027.182,22</b>	<b>13.015.000,00</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/09/2012

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
PREFEITOFLAIRI RAFAEL TRICHES  
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Jun 2012 (B)	Em 31 Ago 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.537.897,64	1.327.852,12	1.213.777,44
DEDUÇÕES (II)	2.317.128,96	1.616.991,30	1.247.143,93
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.317.128,96	1.748.205,84	1.405.227,27
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	131.214,54	158.083,34
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-779.231,32	-289.139,18	-33.366,49
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-779.231,32</b>	<b>-289.139,18</b>	<b>-33.366,49</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2012 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>255.772,69</b>	<b>745.864,83</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Jun 2012 (B)	Em 31 Ago 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/09/2012

\_\_\_\_\_  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
FLARI RAFAEL TRICHES  
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>12.942.673,30</b>	<b>1.904.325,16</b>	<b>8.444.160,00</b>	<b>8.305.918,12</b>
Receita Tributária	843.470,47	116.734,81	674.579,71	782.888,62
I.P.T.U.	191.537,50	17.864,77	193.483,25	195.233,73
I.S.S.	360.000,00	55.576,15	244.599,44	268.439,53
I.T.B.I.	90.000,00	12.059,46	31.591,70	156.690,46
I.R.R.F.	72.237,00	19.638,84	67.529,14	63.686,12
Outras Receitas Tributárias	129.695,97	11.595,59	137.376,18	98.838,78
Receita de Contribuição	111.639,00	19.987,30	87.533,23	82.030,61
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	111.639,00	19.987,30	87.533,23	82.030,61
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	72.326,70	10.437,44	72.618,45	88.885,94
(-) Aplicações Financeiras	72.326,70	10.437,44	72.618,45	88.885,94
Transferências Correntes	11.433.100,07	1.718.777,10	7.467.186,01	7.196.077,18
F.P.M.	4.224.000,00	535.213,49	2.677.341,68	2.575.421,38
I.C.M.S.	4.656.000,00	731.169,19	3.037.682,30	3.017.305,28
Convênios	130.000,00	28.055,00	117.633,00	97.107,08
Outras Transferências Correntes	2.423.100,07	424.339,42	1.634.529,03	1.506.243,44
Demais Receitas Correntes	554.463,76	48.825,95	214.861,05	244.921,71
Dívida Ativa	35.170,88	2.102,29	23.310,03	35.134,26
Diversas Receitas Correntes	519.292,88	46.723,66	191.551,02	209.787,45
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>680.000,00</b>	<b>88.371,62</b>	<b>295.770,56</b>	<b>807.577,60</b>
Operações de Crédito (III)	600.000,00	0,00	0,00	544.903,30
Amortização de Empréstimos (IV)	80.000,00	7.571,39	35.267,87	51.230,56
Alienação de Ativos (V)	0,00	50.800,23	65.090,23	0,00
Transferências de Capital	0,00	30.000,00	195.412,46	211.443,74
Convênios	0,00	30.000,00	195.412,46	211.443,74
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>30.000,00</b>	<b>195.412,46</b>	<b>211.443,74</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>12.942.673,30</b>	<b>1.934.325,16</b>	<b>8.639.572,46</b>	<b>8.517.361,86</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>12.146.971,76</b>	<b>2.032.533,87</b>	<b>7.790.850,86</b>	<b>6.217.155,62</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.608.079,00	863.681,61	3.313.923,38	2.946.045,54
Juros e Encargos da Dívida (IX)	240.000,00	28.443,13	127.926,27	44.416,33
Outras Despesas Correntes	6.298.892,76	1.140.409,13	4.349.001,21	3.226.693,75
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>11.906.971,76</b>	<b>2.004.090,74</b>	<b>7.662.924,59</b>	<b>6.172.739,29</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.209.185,54</b>	<b>339.807,01</b>	<b>2.111.734,03</b>	<b>1.804.255,09</b>
Investimentos	2.759.185,54	225.732,33	1.787.613,83	1.702.540,76
Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	20.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	430.000,00	114.074,68	324.120,20	101.714,33

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>3.209.185,54</b>	<b>339.807,01</b>	<b>2.111.734,03</b>	<b>1.804.255,09</b>
Amortização da Dívida (XIV)	430.000,00	114.074,68	324.120,20	101.714,33
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>2.779.185,54</b>	<b>225.732,33</b>	<b>1.787.613,83</b>	<b>1.702.540,76</b>
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>14.686.157,30</b>	<b>2.229.823,07</b>	<b>9.450.538,42</b>	<b>7.875.280,05</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-1.743.484,00</b>	<b>-295.497,91</b>	<b>-810.965,96</b>	<b>642.081,81</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.168.641,65	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.168.641,65	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>0,00</b>

FONTE:

Cordilheira Alta, 10/09/2012

\_\_\_\_\_  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
FLARI RAFAEL TRICHES  
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	735.786,21	735.786,21	107.422,32	549.515,15	74,68
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	208.524,80	208.524,80	19.418,10	201.619,22	96,69
1.1.1- IPTU	191.537,50	191.537,50	17.864,77	193.483,25	101,02
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.435,55	1.435,55	720,48	1.166,34	81,25
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	14.355,46	14.355,46	554,88	5.816,38	40,52
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.196,29	1.196,29	277,97	1.153,25	96,40
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	90.000,00	90.000,00	12.059,46	31.591,70	35,10
1.2.1- ITBI	90.000,00	90.000,00	12.059,46	31.591,70	35,10
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	365.024,41	365.024,41	56.305,92	248.775,09	68,15
1.3.1- ISS	360.000,00	360.000,00	55.576,15	244.599,44	67,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.196,29	1.196,29	433,47	1.040,22	86,95
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.871,09	2.871,09	201,77	2.241,05	78,06
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	957,03	957,03	94,53	894,38	93,45
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72.237,00	72.237,00	19.638,84	67.529,14	93,48
1.4.1- IRRF	72.237,00	72.237,00	19.638,84	67.529,14	93,48
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	11.687.616,91	11.687.616,91	1.702.677,83	7.537.296,11	64,49
2.1- Cota-Parte FPM	5.280.000,00	5.280.000,00	669.016,81	3.346.676,80	63,38
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.280.000,00	5.280.000,00	669.016,81	3.346.676,80	63,38
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.820.000,00	5.820.000,00	913.961,22	3.797.102,04	65,24
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	38.281,23	38.281,23	5.037,70	20.155,40	52,65
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	93.310,50	93.310,50	15.753,65	60.600,63	64,95
2.5- Cota-Parte ITR	1.435,55	1.435,55	79,36	446,13	31,08
2.6- Cota-Parte IPVA	454.589,63	454.589,63	98.829,09	312.315,11	68,70
2.7- Cota-Parte IOF-Couro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>12.423.403,12</b>	<b>12.423.403,12</b>	<b>1.810.100,15</b>	<b>8.086.811,26</b>	<b>65,09</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	213.665,96	213.665,96	39.851,12	132.409,60	61,97
5.1- Transferências do Salário-Educação	107.665,96	107.665,96	17.831,84	76.197,40	70,77
5.2- Outras Transferências do FNDE	106.000,00	106.000,00	22.019,28	56.212,20	53,03
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	130.000,00	130.000,00	26.900,00	80.703,00	62,08
6.1- Transferências de Convênios	130.000,00	130.000,00	26.900,00	80.703,00	62,08
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>343.665,96</b>	<b>343.665,96</b>	<b>66.751,12</b>	<b>213.112,60</b>	<b>62,01</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>2.337.523,39</b>	<b>2.337.523,39</b>	<b>340.535,08</b>	<b>1.507.457,54</b>	<b>64,49</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.056.000,00	1.056.000,00	133.803,32	669.335,12	63,38
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.164.000,00	1.164.000,00	182.792,03	759.419,74	65,24
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.656,25	7.656,25	1.007,54	4.031,08	52,65
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	18.662,10	18.662,10	3.150,71	12.120,10	64,94
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	287,11	287,11	15,85	89,17	31,06
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	90.917,93	90.917,93	19.765,63	62.462,33	68,70
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>1.182.189,00</b>	<b>1.182.189,00</b>	<b>175.638,85</b>	<b>738.497,83</b>	<b>62,47</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.180.000,00	1.180.000,00	175.275,59	736.166,99	62,39
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.189,00	2.189,00	363,26	2.330,84	106,48
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.157.523,39</b>	<b>-1.157.523,39</b>	<b>-165.259,49</b>	<b>-771.290,55</b>	<b>66,63</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	769.189,00	769.189,00	148.255,26	494.724,12	64,32
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	769.189,00	769.189,00	148.255,26	494.724,12	64,32
14- OUTRAS DESPESAS	413.000,00	413.000,00	52.215,51	234.279,44	56,73
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	413.000,00	413.000,00	52.215,51	234.279,44	56,73
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.182.189,00	1.182.189,00	200.470,77	729.003,56	61,67
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					66,99
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 2				0,00	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>3</sup>	3.105.850,78	3.105.850,78	452.525,04	2.021.702,82	65,09
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.052.189,00	2.132.189,00	340.529,25	1.199.752,55	56,27
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.182.189,00	1.182.189,00	200.470,77	729.003,56	61,67
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	870.000,00	950.000,00	140.058,48	470.748,99	49,55
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.052.189,00	2.132.189,00	340.529,25	1.199.752,55	56,27
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-771.290,55
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					2.330,84
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO <sup>4</sup>					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-768.959,71
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					1.968.712,26
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,34

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	107.665,96	179.332,64	1.050,00	106.916,68	59,62
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	236.000,00	236.000,00	54.457,99	130.593,00	55,34
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	343.665,96	415.332,64	55.507,99	237.509,68	57,19
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.395.854,96	2.547.521,64	396.037,24	1.437.262,23	56,42
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		



MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	736.166,99	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	729.003,56	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.330,84	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	9.494,27	0,00

Cordilheira Alta, 10/09/2012

\_\_\_\_\_  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
PREFEITO

\_\_\_\_\_  
FLARI RAFAEL TRICHES  
CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
SILVANA MAGIONI FAVERO  
TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de Cordilheira Alta - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.423.403,12	12.423.403,12	8.086.811,26	65,09
Impostos	713.774,50	713.774,50	537.203,53	75,26
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	191.537,50	191.537,50	193.483,25	101,02
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	90.000,00	90.000,00	31.591,70	35,10
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	360.000,00	360.000,00	244.599,44	67,94
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	72.237,00	72.237,00	67.529,14	93,48
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	22.011,71	22.011,71	12.311,62	55,93
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.631,84	2.631,84	2.206,56	83,84
Dívida Ativa dos Impostos	17.226,55	17.226,55	8.057,43	46,77
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	2.153,32	2.153,32	2.047,63	95,09
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	11.687.616,91	11.687.616,91	7.537.296,11	64,49
Da União	5.319.716,78	5.319.716,78	3.367.278,33	63,30
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.280.000,00	5.280.000,00	3.346.676,80	63,38
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.435,55	1.435,55	446,13	31,08
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	38.281,23	38.281,23	20.155,40	52,65
Do Estado	6.367.900,13	6.367.900,13	4.170.017,78	65,48
Cota-Parte do ICMS	5.820.000,00	5.820.000,00	3.797.102,04	65,24
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	93.310,50	93.310,50	60.600,63	64,95
Cota-Parte do IPVA	454.589,63	454.589,63	312.315,11	68,70
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	3.609.120,27	3.609.120,27	2.233.195,29	61,88
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.337.523,39	-2.337.523,39	-1.507.457,54	64,49
<b>TOTAL</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>13.695.000,00</b>	<b>8.812.549,01</b>	<b>64,35</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	2.658.812,66	2.920.244,88	1.786.631,95	61,18
Pessoal e Encargos Sociais	1.663.774,00	1.663.774,00	938.862,60	56,43
Outras Despesas Correntes	995.038,66	1.256.470,88	847.769,35	67,47
DESPESAS DE CAPITAL	112.228,50	204.884,50	131.555,00	64,21
Investimentos	112.228,50	204.884,50	131.555,00	64,21

Continua 1/2

Município de Cordilheira Alta - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	112.228,50	204.884,50	131.555,00	64,21
Investimentos	112.228,50	204.884,50	131.555,00	64,21
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>2.771.041,16</b>	<b>3.125.129,38</b>	<b>1.918.186,95</b>	<b>61,38</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	2.771.041,16	3.125.129,38	1.918.186,95	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	378.041,16	476.129,38	340.375,19	17,74
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	378.041,16	476.129,38	340.375,19	17,74
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>2.393.000,00</b>	<b>2.649.000,00</b>	<b>1.577.811,76</b>	<b>82,26</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	0,00	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;= &gt;² [(V - VI) / I]</b>	19,51
---	-------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.708.340,16	3.062.428,38	1.910.767,28	99,61
Vigilância Sanitária	51.756,00	51.756,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	10.945,00	10.945,00	7.419,67	0,39
<b>TOTAL</b>	<b>2.771.041,16</b>	<b>3.125.129,38</b>	<b>1.918.186,95</b>	<b>100,00</b>

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

Cordilheira Alta, 10/09/2012

\_\_\_\_\_  
 RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
 PREFEITO

\_\_\_\_\_  
 FLARI RAFAEL TRICHES  
 CONTADOR CRC/SC 16.312/O-6

\_\_\_\_\_  
 SILVANA MAGIONI FAVERO  
 TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO

# Curitibanos

## PREFEITURA

### Lei Nº 4.867/2012

LEI Nº 4.867/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Iraci Souza da Cruz, inscrito no CPF sob n. 019.550.109-86, do lote 15 da quadra 02 A (antiga quadra 17) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getulio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (trezentos metros quadrados), localizado a noroeste da Rua Edgar Ko Freitag, entre o lote 14 e o lote 16 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com o lote 05 da mesma quadra;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Edgar Ko Freitag;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 16 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 14 da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitibanos, 09 de julho de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

NEWTON PINHEIRO

Secretária de Ação Social e Habitação

### Lei Nº 4.868/2012

LEI Nº 4.868/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Paulo Roberto de Farias, inscrito no CPF sob n. 550.488.119-68, do lote 09 da quadra 08 A (antiga quadra 23) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 432,00 m² (Quatrocentos e trinta e dois metros quadrados), localizado a sudoeste da Avenida Fernando Damiani, entre o lote 08 e a Rua José Fioravante Moraes, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 24,00 metros confronta com o lote 08 da mesma quadra;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 24,00 metros

confronta com a Rua José Fioravante Moraes;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 18,00 metros confronta com a Avenida Fernando Damiani;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 18,00 metros confronta com o lote 10 da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitibanos, 09 de julho de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

NEWTON PINHEIRO

Secretária de Ação Social e Habitação

### Lei Nº 4.869/2012

LEI Nº 4.869/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Loeci Nunes dos Santos França, inscrito no CPF sob n. 025.800.686-70, do lote 08 da quadra 24 A (antiga quadra 39) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado a sudeste da Rua Romeu Valdomiro Wordell, entre o lote 07 e o lote 09 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Romeu Valdomiro Wordell;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 23 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 09 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 07 da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitibanos, 09 de julho de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

NEWTON PINHEIRO

Secretária de Ação Social e Habitação

### Lei Nº 4.870/2012

LEI Nº 4.870/2012

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.780/2012.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 1º da Lei nº 4.780/2012 em sua parte final:

“Art. 1º ( ):

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com a Rua José Fioravante Moraes;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 17 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 15,00 metros confronta com a Rua Projetada “E”;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 15,00 metros confronta com o lote 01 da mesma quadra.”

Art. 2º . Permanecem em vigor os demais dispositivos da Lei nº 4.780/2012.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de julho de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

NEWTON PINHEIRO  
Secretária de Ação Social e Habitação

#### **Lei Nº 4.871/2012**

LEI Nº 4.871/2012

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.669/2011

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 1º da Lei nº 4.669/2011 em sua primeira parte:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorga de escritura Pública a Jardelina Maria de Souza Santos, inscrita no CPF sob n. 035.315.619-10 ( ).”

Art. 2º . Permanecem em vigor os demais dispositivos da Lei nº 4669/2011.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de julho de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

NEWTON PINHEIRO  
Secretária de Ação Social e Habitação

#### **Lei Nº 4.872/2012**

LEI Nº 4.872/2012

DISPOE SOBRE O RECONHECIMENTO DAS DESPESAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2011 E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A TRANSFERIR RECURSOS FINANCEIROS PARA QUITAÇÃO

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a reconhecer e empenhar despesas referentes ao Exercício de 2011, inscritas em restos a pagar, no valor de R\$ 3.904,04 (três mil, novecentos e quatro reais e quatro centavos), conforme nominata e valores constantes do Relatório n. 008/2012 do Departamento Financeiro, devidamente aprovado pelo Plenário na Sessão Ordinária do dia 04/07/2012.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir recursos financeiros para quitação dos débitos dos fornecedores constantes do Relatório nº 008/2012.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de julho de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de julho do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Lei Nº 4.874/2012**

LEI Nº 4.874/2012

DISCIPLINA A NOMEAÇÃO DE BENS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. As iniciativas de propostas de leis visando a denominação de bens públicos, quando tenham como finalidade homenagear pessoas de reconhecida idoneidade, serão instruídas com :

I - justificativa que consigne os relevantes serviços que, em vida, o homenageado tenha prestado à sociedade em geral;

II - certidão de Óbito;

III - curriculum-vitae

IV - declaração, negativa ou positiva de denominação anterior, exarada pelo órgão ou entidade responsável pelo bem a que se referir o projeto;

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 24 de julho de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Lei Nº 4.875/2012**

LEI Nº 4.875/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Flávio Veber, inscrito no CPF sob n. 919.873.349-49, do lote 27 da quadra 16 A (antiga quadra 31) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m<sup>2</sup> (Trezentos metros quadrados), localizado a noroeste da Rua Romeu Valdomiro Wordell, entre o lote 26 e o lote 28 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 02 da mesma quadra;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Rua Romeu Valdomiro Wordell;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 26 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 28 da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitiba, 09 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 4.876/2012**

LEI Nº 4.876/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Dilva da Silva Prado, inscrito no CPF sob n. 478.067.709-25, do lote 03 da quadra 31 A (antiga quadra 46) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m<sup>2</sup> (Trezentos metros quadrados), localizado a sudeste da Avenida Lucindo Domingos Gava, entre o lote 02 e o lote 04 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com a Avenida Lucindo Domingos Gava;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com Sucessores de Antônio Magalhães;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 04 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 02 da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitiba, 09 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

### **Lei Nº 4.877/2012**

LEI Nº 4.877/2012

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.180/2007

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 2º da Lei nº 4.180/2007 em sua primeira parte:

"Art. 2º A doação é feita através da outorga de escritura pública do lote de terra situado na Quadra nº 18 A, lote nº. 03( ):

Art. 2º . Permanecem em vigor os demais dispositivos da Lei nº 4.180/2007.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

NEWTON PINHEIRO

Secretaria de Ação Social

03 de julho de 2012.

OF/PROJUR/ 210/2012.

Assunto: Projeto de Lei 114/2012

Senhor Presidente

Cordialmente elevamos à vossa consideração o Projeto de Lei n. 114/2012 que tem por objetivo alterar dispositivo da Lei nº 4.180/2007, pois foi autorizado outorga de escritura para o lote 02, sendo que o correto é o lote 03. (Memorial Descritivo anexo)

Atenciosamente

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Exmo. Sr.

ANGELO SCOLARO

DD. Presidente Interino da Câmara de Vereadores

Curitiba - SC

### **Lei Nº 4.878/2012**

LEI Nº 4.878/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara



aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Laudelino Nunes de Oliveira, inscrito no CPF sob n. 194.655.729-34, do lote 01 da quadra 17 A (antiga quadra 32) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m<sup>2</sup> (Trezentos metros quadrados), localizado a sudeste da Rua Edgar Hoppen, entre o lote 02 e a Rua Projetada "C", com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Edgar Hoppen;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com o lote 15 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com o lote 02 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distancia de 25,00 metros confronta com a Rua Projetada "C".

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitiba, 09 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

NEWTON PINHEIRO

Secretaria de Ação Social

#### **Lei Nº 4.879/2012**

LEI Nº 4.879/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Iraci Souza da Cruz, inscrito no CPF sob n. 019.550.109-86, do lote 08 da quadra 52 no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m<sup>2</sup> (Trezentos metros quadrados), localizado no lado Sul da Rua Edgar Freitag distando 25,50 m do lado oeste da Rua Ilno Moraes da Silva, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Edgar Ko Freitag;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com os lotes 15 e 16 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 09 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 07 da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 3.955/2006.

Curitiba, 09 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

NEWTON PINHEIRO

Secretaria de Ação Social

#### **Lei Nº 4.880/2012**

LEI Nº 4.880/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Giovane Maria da Silva Leite, inscrito no CPF sob n. 047.464.949-08, do lote 10 da quadra 09 A (Antiga quadra 24) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 306,00 m<sup>2</sup> (Trezentos e seis metros quadrados), localizado a sudeste da Rua Auracélia A. Lemos, entre o lote 09 e lote 11 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Auracélia A. Lemos;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 21 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,50 metros confronta com o lote 11 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,50 metros confronta com o lote 09 da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 3.955/2006.

Curitiba, 09 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

NEWTON PINHEIRO

Secretaria de Ação Social

#### **Lei Nº 4.881/2012**

LEI Nº 4.881/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Laurindo Steffen da Cruz, inscrito no CPF sob n. 575.600.489-00, do lote 10 da quadra 32 A (Antiga quadra 47) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m<sup>2</sup> (Trezentos metros quadrados), localizado a sudeste da Avenida Lucindo Domingos Gava, entre o lote 09 e a Rua Prudente Visconde, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros

confronta com a Avenida Lucindo Domingos Gava;  
Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros  
confronta com Sucessores de Antônio Magalhães;  
Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros  
confronta com a Rua Prudente Visconde;  
Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,00 metros  
confronta com o lote 09 da mesma quadra.  
Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitiba, 09 de agosto de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

NEWTON PINHEIRO  
Secretaria de Ação Social

### **Lei Nº 4.882/2012**

LEI Nº 4.882/2012

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS.**

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Donizete Cruz de Almeida, inscrito no CPF sob n. 027.562.449-88, Elizete Cruz de Almeida, CPF sob nº 035.080.329-30 e Sheila Cruz de Almeida, inscrita, CPF sob nº 089.509.089-99, do lote 06 da quadra 04 A (Antiga quadra 19) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas, em forma de retângulo com área de 300,00 m² (Trezentos metros quadrados), localizado a sudeste da Rua Juvenal José Rodrigues, entre o lote 05 e lote 07 da mesma quadra, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, por uma linha reta e seca na distancia de 12,00 metros confronta com a Rua Juvenal José Rodrigues;

Ao Sul, por uma linha reta e seca na distância de 12,00 metros confronta com o lote 25 da mesma quadra;

Ao Leste, por uma linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 07 da mesma quadra;

Ao Oeste: por uma Linha reta e seca na distância de 25,00 metros confronta com o lote 05 da mesma quadra.

Art. 2º . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário constantes do anexo da Lei n. 4.459/2009.

Curitiba, 09 de agosto de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

NEWTON PINHEIRO  
Secretaria de Ação Social

### **Lei Nº 4.883/2012**

LEI Nº 4.883/2012

**ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.846/2012**

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica alterada a redação do art. 1º da Lei nº 4.846/2012 em sua segunda parte:

"Art. 1º ( ), de dois lotes da quadra 29 A (antiga quadra 44) no Loteamento Santa Fé II, Bairro Getúlio Vargas: ( )"

Art. 2º. Permanecem em vigor os demais dispositivos da Lei nº 4.846/2012.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 09 de agosto de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos nove dias do mês de agosto do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

NEWTON PINHEIRO  
Secretaria de Ação Social

### **Lei Nº 4.884/2012**

LEI Nº 4.884/2012

**INCLUI FONTE DE RECURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011:

**INCLUI FONTE DE RECURSO**

03.00 FUNREBOM

03.01 FUNREBOM

06.181.0004.1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNREBOM  
44900000000.00.170 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular dotações orçamentárias do orçamento específico do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a saber:

**ANULAÇÃO**

03.00 FUNREBOM

03.01 FUNREBOM

06.181.0004.1006 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FUNREBOM  
44900000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 14.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 14.000,00

Art. 3º- Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE Curitiba, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 90.443,02 (noventa mil,



quatrocentos e quarenta e três reais, dois centavos), a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

03.00 FUNREBOM

03.01 FUNREBOM

06.181.0004.1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNREBOM

4490000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 14.000,00

4490000000.00.0170 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 76.443,02

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.443,02

Art. 4º - Para cobertura de parte da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de Recursos ORDINÁRIA ocorrido no exercício de 2011, no valor de R\$ 76.443,02 (Setenta e seis mil quatrocentos e quarenta e três reais e dois centavos), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012..

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de agosto de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos treze dias do mês de agosto do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDI  
Secretário de Administração e Finanças

#### Lei Nº 4.885/2012

LEI Nº 4.885/2012

INSTITUI GRATIFICAÇÃO DE PRODUTIVIDADE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Gratificação de Produtividade a ser atribuída aos ocupantes do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, efetivados no serviço público municipal, investidos através de concurso público.

Art. 2º. Será devida a Gratificação de Produtividade aos titulares dos cargos de que trata o art. 1º, desde que estejam no efetivo exercício de suas funções e segundo critérios fixados nesta LEI.

Art. 3º Compete aos ocupantes do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária e às respectivas chefias e diretoria, o exercício da atividade de fiscalização sanitária, cujos objetivos são:

I - os serviços relacionados as ações de fiscalização e orientação;  
II - o aperfeiçoamento da sistemática de fiscalização sanitária;  
III - o impedimento da evasão tributária;  
IV - a garantia da qualidade e da salubridade nos serviços de saúde e de alimentação.

Art. 4º. É de competência da chefia imediata dos servidores de que trata esta lei, sob pena de responsabilidade a aferição dos pontos de produtividade fiscal;

Art. 5º. Para efeitos do disposto no art. 2º, a apuração da produtividade fiscal far-se-á mensalmente, por meio de atribuição de pontos, equivalentes, cada um, a 0,1% (zero vírgula um por cento) do valor do vencimento correspondente a referencia inicial do cargo, segundo critério de atribuição de pontos fixado no Anexo

Único desta lei.

Parágrafo Único - O valor será pago mensalmente de acordo com os pontos apurados e não será cumulativo.

Art. 6º. A Gratificação de Produtividade integrará, pela média dos valores percebidos nos respectivos períodos aquisitivos, o cálculo da Gratificação Natalina e das Férias.

§ 1º Para fins de pagamento dos demais benefícios e vantagens previstos na legislação municipal, a Gratificação de produtividade será computada pela média do valor percebido nos últimos doze meses de exercício.

§ 2º Incidirá contribuição previdenciária sobre os valores incorporados a título de Gratificação por produtividade, integrando a remuneração de contribuição.

Art. 7º. Os pontos atribuídos à lavratura indevida e injustificada de Autos de Infração, Intimações Fiscais e Notificações Preliminares serão estornados pela chefia.

Art. 8º. As infrações constatadas serão objetos de um único Auto de Infração e Imposição de Multa, a não ser em casos excepcionais, precedidos de autorização superior.

Art. 9º. Nos casos de ações e serviços fiscais realizados em conjunto, os pontos serão atribuídos igualmente a ambos os participantes.

Art. 10. O Diretor de Vigilância em Saúde encaminhará ao Diretor de Finanças, até o quinto dia útil de cada mês:

I - a relação dos Fiscais de Vigilância Sanitária em exercício;  
II - o número de pontos obtidos individualmente pelos fiscais;  
III - a relação de suspensão ou estorno de pontos de produtividade, determinados pelo Diretor;  
IV - o demonstrativo das vantagens a serem percebidas pelos fiscais;  
V - o demonstrativo da produtividade prevista no artigo 10 desta lei;

Art. 11. A comprovação da produtividade será efetuada através de relatório mensal, cuja apresentação deverá ser feita ao Diretor de Finanças até o quinto dia útil do mês subsequente contendo:

I - 01 (uma) via do relatório mensal individual;  
II- 01 (uma) via dos autos de infração lavrados;  
III - 01 (uma) via dos autos de intimação lavrados;  
IV- 01 (uma) via dos autos de imposição de penalidade;  
V - 01 (uma) via do parecer de alvará sanitário inicial;  
VI- 01 (uma) via do parecer de revalidação de alvará sanitário;  
VII - 01 (uma) via do relatório técnico de inspeção e vistoria;  
VIII - 01 (uma) via dos relatórios de atendimento a denúncia;  
IX - 01 (uma) via dos autos de coleta de produtos e/ou água para análise;  
X- 01 (uma) via dos laudos de vistoria de habite-se;  
XI- 01 (uma) via dos autos de obrigação subsistente;  
XII- cópias de outros documentos emitidos pelos servidores alcançados por esta lei;  
XIII - cópia de demais documentos emitidos no exercício da atividade;  
XIV - cópia de outros relatórios que comprovem a produtividade

Parágrafo Único - Após aprovado o referido relatório e assinado, o Diretor de Finanças deverá encaminhá-lo à Diretoria de Recursos Humanos, até o décimo quinto dia útil do mês para pagamento.

Art. 12. A Gratificação de produtividade de que trata esta Lei Complementar não excederá a 100% (cem por cento) do salário base do servidor.

Art. 13. É permitida a transferência de pontos que ultrapassar o teto de produtividade previsto no mês para o mês seguinte, até o limite de 500 (quinhentos) pontos.

Art. 14. A Gratificação de Produtividade será incorporada aos proventos de aposentadoria do servidor pela média dos últimos 24 meses, desde que atenda conjuntamente as seguintes condições:

I - esteja em efetivo exercício de suas funções por pelo menos 10 (dez) anos por ocasião da aposentadoria;

II - tenha percebido a Gratificação mencionada nos artigos desta lei pelo período mínimo de 02 (dois) anos.

III - tenha havido recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre os valores mensais incorporados.

Art. 15 As despesas decorrentes desta lei complementar correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

Curitibanos, 14 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei ao quatorze dias do mês de agosto do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR  
Secretário Municipal de Saúde

#### ANEXO I

#### TABELA DE PRODUTIVIDADE FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Nº	ATIVIDADES	PONTOS
01	ELABORAR E ENTREGAR AUTO DE INTIMAÇÃO	30
02	ELABORAR E ENTREGAR AUTO DE INFRAÇÃO	40
03	ELABORAR E ENTREGAR AUTO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE	20
04	ELABORAR E ENTREGAR AUTO DE OBRIGAÇÃO SUBSISTENTE	20
05	PARECER DE ALVARÁ SANITÁRIO INICIAL	20
06	PARECER DE REVALIDAÇÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO	20
07	ATENDIMENTO A DENÚNCIA	25
08	COLETA DE PRODUTOS E/OU ÁGUA PARA ANÁLISE DO LACEN	25
09	RELATÓRIO E/OU PARECER DE PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO	15
10	AÇÕES EDUCATIVAS (PALESTRAS) ACIMA DE 30 PESSOAS	50
11	AÇÕES EDUCATIVAS (PALESTRAS) ACIMA DE 100 PESSOAS	80
12	INTERDIÇÃO DE ESTABELECIMENTO, PRODUTO E/OU SERVIÇO	45
13	APREENÇÃO DE BEM E/OU PRODUTO	35
14	CONFERÊNCIA DE ARMÁRIOS DE PSICOTRÓPICOS	35
15	RELATÓRIO DE INSPEÇÃO E VISTORIA	40
16	ORIENTAÇÃO TÉCNICA (RESIDENCIAL COMERCIAL E INDUSTRIAL)	15
17	VISTORIA PARA HABITE-SE	20
18	RETORNAR PARA COBRANÇA DO AUTO DE INTIMAÇÃO OU INFRAÇÃO	15
19	A CADA 50 UFM RECOLHIDA POR AÇÃO FISCAL	40
20	A CADA 50 UFM NOTIFICADA OU AUTUADA	20

#### Lei Nº 4.886/2012

LEI Nº 4.886/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RECONHECER E EFETUAR O PAGAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS JUNTO A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL REFERENTE A CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer o débito tributário objeto dos Autos de Infração de n. 373807945; 373807953; 510135650; 510135668 referente às contribuições sociais previstas no art. 11, parágrafo único, alíneas "a", "b" e "c" da Lei nº 8.212/1991 e contribuições a terceiros, provenientes de empresas ou equiparadas devidas pela Câmara Municipal de Vereadores conforme consta do Termo de Encerramento do Procedimento Fiscal do Ministério da Fazenda emitido em 26/07/2012.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado celebrar acordo de parcelamento da dívida a que se referem os Autos de Infração descritos no art. 1º, para com a Receita Federal do Brasil, na forma da legislação vigente.

Art. 3º O Poder Executivo consignará nos orçamentos anual e plurianual do Município, dotações específicas para o pagamento dos débitos a que se refere esta lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Curitibanos, 18 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dezoito dias do mês de agosto do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### Lei Nº 4873/2012

LEI Nº 4873/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 4.731/2011:

#### INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.036 MANUTENÇÃO DAS ATIV. PAB.  
3.3.90.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.  
3.3.90.00.00.00.00.0289 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.040 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0292 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.304.0008.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. SANITÁRIA  
3.3.90.00.00.00.00.00.0289 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.044 MANUTENÇÃO DA FARM. BÁS. ESTADO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.046 MANUTENÇÃO DAS ATIV. SAMU.  
3.3.90.00.00.00.00.00.0290 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.091 MANUTENÇÃO DO CO-FINAN. ATENÇÃO BÁSICA  
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.092 MANUTENÇÃO CEO - ESTADO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotações orçamentárias do orçamento específico do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 396.858,69 (trezentos e noventa e seis mil oitocentos e cinquenta e oito reais, sessenta e nove centavos) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.036 MANUTENÇÃO DAS ATIV. PAB.  
3.3.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 60.952,93

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.  
3.3.90.00.00.00.00.00.0289 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 34.000,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.040 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0292 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 74.693,13

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.304.0008.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. SANITÁRIA  
3.3.90.00.00.00.00.00.0289 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.961,54

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.044 MANUTENÇÃO DA FARM. BÁS. ESTADO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.080,58

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.046 MANUTENÇÃO DAS ATIV. SAMU.  
3.3.90.00.00.00.00.00.0290 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.562,58

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.091 MANUTENÇÃO DO CO-FINAN. ATENÇÃO BÁS.  
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 32.712,81

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.092 MANUTENÇÃO CEO - ESTADO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 23.895,12

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do superávit financeiro do exercício de 2011, no valor de R\$ 396.858,69, conforme decreto nº 4.192.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de julho de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR  
Secretário Municipal de Saúde

#### Decreto Nº 4.197/2012

DECRETO Nº 4.197/2012

INCLUI FONTE DE RECURSO CONSTANTE DA LEI N. 4.873/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 4.873/2012:

#### DECRETA

Art. 1º - Inclui no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela Lei n. 4.873/2012:

#### INCLUI FONTE DE RECURSO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.036 MANUTENÇÃO DAS ATIV. PAB.  
3.3.90.00.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.  
3.3.90.00.00.00.00.00.0289 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.040 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0292 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.304.0008.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. SANITÁRIA  
3.3.90.00.00.00.00.00.0289 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.044 MANUTENÇÃO DA FARM. BÁS. ESTADO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.046 MANUTENÇÃO DAS ATIV. SAMU.  
3.3.90.00.00.00.00.0290 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.091 MANUTENÇÃO DO CO-FINAN. ATENÇÃO BÁSICA  
3.3.90.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.092 MANUTENÇÃO CEO - ESTADO  
3.3.90.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º. Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE na forma autorizada pela Lei n. 4.873/2012, no montante de R\$ 396.858,69 (trezentos e noventa e seis mil oitocentos e cinquenta e oito reais, sessenta e nove centavos) a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.036 MANUTENÇÃO DAS ATIV. PAB.  
3.3.90.00.00.00.00.0287 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 60.952,93

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.305.0008.2.039 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. EPIDEM.  
3.3.90.00.00.00.00.0289 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 34.000,00

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.040 MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA UNIÃO  
3.3.90.00.00.00.00.0292 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 74.693,13

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.304.0008.2.041 MANUTENÇÃO DAS ATIV. VIG. SANITÁRIA  
3.3.90.00.00.00.00.0289 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 12.961,54

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.044 MANUTENÇÃO DA FARM. BÁS. ESTADO  
3.3.90.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 150.080,58

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.046 MANUTENÇÃO DAS ATIV. SAMU.  
3.3.90.00.00.00.00.0290 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 7.562,58

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.091 MANUTENÇÃO DO CO-FINAN. ATENÇÃO BÁS.  
3.3.90.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 32.712,81

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.2.092 MANUTENÇÃO CEO - ESTADO  
3.3.90.00.00.00.00.0291 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 23.895,12

Art. 3º - Para cobertura da suplementação acima fica utilizado parte do superávit financeiro do exercício de 2011, no valor de R\$ 396.858,69, conforme decreto nº 4.192.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de julho de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

ALZANI ADRIANO SCUR  
Secretário Municipal de Saúde

#### Decreto Nº 4.198/2012

DECRETO Nº 4.198/2012  
SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 4680/2012

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento da Prefeitura Municipal no valor de R\$ 987.600,00 (Novecentos e oitenta e sete mil e seiscentos reais), a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.05 SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
15.452.0018.1020 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS  
4490000000.00.165 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 987.600,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 987.600,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio com o Ministério das Cidades - Programa Gestão da Política de Desenvolvimento conforme contrato Nº 762974/2011 do Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 987.600,00 (Novecentos e oitenta e sete mil e seiscentos reais).

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de julho de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### Decreto Nº 4.199/2012

DECRETO Nº 4.199/2012  
REMANEJA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei n. 4.680/2011

#### DECRETA

Art. 1º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as



fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.680/2011:

#### DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
28.846.0000.0003 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS  
3190000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.000,00

#### PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.02 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
28.846.0000.0003 PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS  
3390000000.00 .123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 5.000,00

Art. 2º - Ficam remanejadas as dotações orçamentárias entre as fontes de recurso dentro do mesmo projeto atividade do orçamento da Prefeitura Municipal de Curitiba no valor de R\$ 33.700,00 (trinta e três mil e setecentos reais) na forma autorizada pela lei orçamentária nº 4.680/2011:

#### DA MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL  
18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO  
4471000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS R\$ 33.700,00

#### PARA A MODALIDADE DE DESPESA

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO  
02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL  
18.541.0022.2083 CONTRIBUIÇÃO AO COINCO  
3171000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS R\$ 21.400,00  
3371000000.00.123 TRANSF. A CONSÓRCIOS PÚBLICOS R\$ 12.300,00

Art. 3º- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 24 de julho de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e doze na secretaria e no mural público da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### Decreto Nº 4.200/2012

DECRETO Nº 4.200/2012  
REVERTE AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO, TERRENO DOADO À MECÂNICA INDUSTRIAL EWM LTDA .

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma disciplinada pelo artigo 3º da Lei nº 4.477/2010

DECRETA

Art. 1º - Fica revertido ao Patrimônio do Município de Curitiba, uma área de terras com 12.198,94 m² (Doze mil cento e noventa e oito metros e noventa e quatro centímetros quadrados) localizada a BR 470 Bairro Getulio Vargas e objeto da matrícula imobiliária 20.874 doada a MECÂNICA INDUSTRIAL EWM LTDA, através do processo licitatório na modalidade de Concorrência autorizada pela Lei nº 4.477/2010 em virtude da beneficiária não ter cumprido o disposto no art. 3º da referida LEI.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 6 de agosto de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### Decreto Nº 4.201/2012

DECRETO Nº 4.201/2012  
INCLUI FONTE DE RECURSO AUTORIZADA PELA LEI N. 4.884/2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.884/2012,

#### DECRETA

Art. 1º - Fica incluído no orçamento municipal do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS as fontes de recursos abaixo na forma autorizada pela lei n. 4.884/2012:

#### INCLUI FONTE DE RECURSO

03.00 FUNREBOM  
03.01 FUNREBOM  
06.181.0004.1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNREBOM  
4490000000.00.170 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam anuladas as dotações orçamentárias do orçamento específico do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE CURITIBANOS na forma autorizada pela Lei n. 4.884/2012, no montante de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a saber:

#### ANULAÇÃO

03.00 FUNREBOM  
03.01 FUNREBOM  
06.181.0004.1006 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - FUNREBOM  
4490000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 14.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 14.000,00

Art. 3º- Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE Curitiba, na forma autorizada pela Lei n. 4.884/2012, no montante de R\$ 90.443,02 (noventa mil, quatrocentos e quarenta e três reais, dois centavos), a saber:

#### SUPLEMENTAÇÃO

03.00 FUNREBOM

03.01 FUNREBOM

06.181.0004.1005 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNREBOM

4490000000.00.0101 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 14.000,00

4490000000.00.0170 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 76.443,02

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.443,02

Art. 4º - Para cobertura de parte da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de Recursos ORDINÁRIA ocorrido no exercício de 2011, no valor de R\$ 76.443,02 (Setenta e seis mil quatrocentos e quarenta e três reais e dois centavos), conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.145/2012..

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 13 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos treze dias do mês de agosto do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDI

Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 4.202/2012**

DECRETO Nº 4.202/2012

REGULAMENTA A LEI Nº 4.673/2011 DE 16 DE SETEMBRO DE 2011, COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 4.765/2012 QUE DISPÕE SOBRE O ATENDIMENTO DE CLIENTE EM ESTABELECIMENTO BANCÁRIO NO MUNICÍPIO.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da Lei n. 4.673/2011

#### **DECRETA**

Art. 1º. As denúncias de descumprimento, a fiscalização e aplicação das sanções previstas na Lei nº 4.673 de 16 de setembro de 2011, com as alterações da Lei n. 4.765 de 21 de março de 2012 obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º - Ficam as agências e postos de atendimentos bancários estabelecidos no território do Município de Curitiba (SC), obrigadas a colocarem à disposição dos usuários, pessoal suficiente nos setores de caixa e atendimento ao público, a fim de que os serviços sejam prestados no tempo razoável, com qualidade e segurança.

§ 1º Nos termos do "caput" deste artigo, é considerado tempo razoável para atendimento nos guichês de caixa:

I - até 15 (quinze) minutos em dias normais;

II - até 30 (trinta) minutos em véspera ou após feriados prolongados, nos dias de pagamentos dos funcionários públicos municipais, estaduais e federais, e nos dias de recolhimento de tributos municipais, estaduais e federais.

§ 2º As Instituições Bancárias que se refere este artigo informarão ao PROCON - órgão encarregado de fazer cumprir esta lei, as datas mencionadas no inciso II em que efetivamente há sobrecarga de atendimento ao público.

§ 3º A informação que trata o parágrafo anterior deverá também ser afixada ao público, em local visível, em cada agência bancária e posto de atendimento de mesmo fim, para conhecimento e melhor programação dos usuários dos serviços bancários.

§ 4º Ficam fora das exigências desta Lei, excetuado o previsto no artigo 11, as Casas Lotéricas e Postos Bancários destinados a atendimentos exclusivos.

Art. 3º. Compete ao Serviço de Proteção e Defesa do Consumidor PROCON - Curitiba zelar pelo descumprimento das disposições contidas neste Decreto e na lei n. 4.673/2011, recebendo denúncias e aplicando as sanções cabíveis.

Art. 4º. Para efeito deste Decreto considera-se:

I - Cliente: todo o consumidor que, no âmbito da agência bancária, agências de correio e casas lotéricas, utilizar-se de caixas e equipamentos de auto-atendimento;

II - Filas de atendimento: aquele que conduz o cliente aos caixas e equipamentos de autoatendimento;

III - Tempo de espera: aquele computado desde a entrada do cliente na fila de atendimento até o início deste.

Parágrafo único - Para o cumprimento do disposto no inciso II deste artigo, as instituições aqui mencionadas deverão entregar senha de atendimento aos clientes, na qual será computado, mediante impresso mecânico, o tempo de espera.

Art. 5º. A denúncia, para fins de aplicação das sanções previstas neste Decreto, poderá ser feita por qualquer cliente quando:

I - o tempo de espera tenha sido superior a 30 minutos em véspera e pós feriados ou em dias normais e de recebimentos do funcionalismo público federal, estadual e municipal;

II - o tempo de espera tenha sido superior a 15 minutos

III - as instituições elencadas neste decreto não disponibilizarem o sistema de cômputo do tempo de espera nos termos do parágrafo único do art. 4º deste decreto.

Art. 6º- As instituições referidas na Lei nº 4.673/2011 deverão manter afixados em seus espaços físicos, cartazes ou algo similar com os telefones do PROCON.

§1º Os cartazes serão fornecidos pelo aludido órgão mediante solicitação.

§2º - Caso as instituições, por razões internas, prefiram confeccionar tal cartaz ou quadro de aviso, estes deverão ser previamente aprovados pelo PROCON - Jataí.

Art. 7º No descumprimento deste decreto, o infrator se sujeitará às seguintes punições:

I - advertência em audiência no PROCON de Curitiba, em hora e local por este agendada em intimação formal, com a presença obrigatória do representante legalmente constituído pela instituição bancária reclamada, na forma da legislação vigente, quando da primeira infração ou abuso:

II - multa de 01 (um) a 20 (vinte) salários mínimos a cada infrator, quando comprovada cada reincidência infracional;

III - após ocorrida a terceira sanção prevista no artigo 5º, poderá ser aplicada a suspensão do alvará de funcionamento pelo período de 01 (um) a 10 (dez) dias.

Parágrafo único - considera-se reincidência a prática de nova

infração a este decreto dentro de um prazo de 60 dias contados da última infração praticada.

Art. 8º - A denúncia deverá ser apresentada ao PROCON, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência do fato denunciado, mediante reclamação ao órgão nas hipóteses previstas neste Decreto.

§ 1º. A reclamação deverá ser acompanhada dos seguintes itens:

I - Comprovante de tempo fornecido pela instituição;

II - Nome Completo de duas testemunhas com os respectivos números de documentos pessoais, endereço ou telefone para contato.

§ 2º . Todo o processo administrativo aberto, oriundo das ocorrências desta Lei, levará numeração própria, registrado em documento oficial do PROCON.

Art. 9º As denúncias apresentadas contra uma mesma agência bancária no mesmo dia, acarretarão a aplicação de uma só penalidade.

Art. 10 - A aplicação de qualquer penalidade está condicionada à prévia notificação da instituição infratora remetida pelo PROCON no prazo de 3 dias do recebimento da denúncia.

Parágrafo único - No caso de infração constatada por fiscal do PROCON, este deverá preencher o Auto de Constatação, que deverá conter as seguintes informações:

I - Número de identificação da agência bancária;

II - Assinatura do representante da instituição fiscalizada que estiver acompanhando os trabalhos;

III - Descrição dos fatos ocorridos, tal com o número de caixas em atendimento; e se houve o incremento de funcionários na hora da fiscalização;

IV - tempo de espera do cliente referencial.

Art. 11 - Da data do recebimento da notificação a instituição infratora terá prazo de 10 dias para a apresentação de defesa.

Art. 12. Não apresentada a defesa, ou em caso de seu não acolhimento, o coordenador executivo do PROCON aplicará a sanção cabível, nos termos da lei.

Art. 13 - Da data do recebimento da correspondência relativa à aplicação da penalidade, caberá recurso, no prazo de 10 dias, ao Prefeito Municipal.

Art. 14. Não interposto recurso ou tendo sido este julgado improcedente, o PROCON determinará a emissão da guia para pagamento da penalidade aplicada, que deverá ser paga pela instituição infratora no prazo máximo de 10 (dez) dias após seu lançamento.

Art. 15. Não sendo o pagamento efetuado no prazo legal, será o débito lançado como dívida não tributária e cobrada na forma determinada pelo Código Tributário Municipal, após o lançamento em dívida ativa.

Paragrafo Único: Deverá ainda o PROCON anotar o registro da infração para constatação de eventuais reincidências.

Art. 16 - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo as agências bancárias, agências de correio, e lotéricas se adequarem às suas prescrições no prazo de 90 dias após sua publicação.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de agosto do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 4.203/2012**

DECRETO Nº 4.203/2012

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma da lei 4.731/2011

#### **DECRETA**

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico da Prefeitura Municipal, na forma da Lei nº 4.731/2011, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a saber:

#### **SUPLEMENTAÇÃO**

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.02 SECRET. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

28.843.0000.0001 PAGAMENTO DE JUROS DA DÍVIDA INTERNA

32900000000.00.123 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 50.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 50.000,00

Art. 2º Para cobertura da suplementação acima, fica utilizado parte do excesso de arrecadação de recursos ordinários no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 20 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte dias do mês de agosto do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO

Secretário de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 4.204/2012**

DECRETO Nº 4.204/2012

HOMOLOGA TERMO DE CONVENIO E CONCEDE PERMISSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo §3º do artigo 105 da Lei Orgânica do Município de Curitiba :

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica homologado o termo de convenio de Cooperação Técnica celebrado entre o Município de Curitiba e a Fundação Universidade do Contestado - FUNC, com o objetivo de estabelecer parceria para as atividades de iniciação esportiva, por ser questão de interesse público educacional.



Art. 2º. Concede à Fundação Universidade do Contestado - FunC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita regularmente no CNPJ/MF sob o nº 83.395.921/0001- direito a PERMISSÃO de uso, de forma gratuita, das dependências de espaço físico e de instalações desportivas do Estádio Municipal "Vilmar Ortigari", a serem utilizadas pela UnC em aulas práticas do curso de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física, preferencialmente aos sábados.

Art. 3º . Os termos, condições e prazos da permissão estão perfeitamente descritos no termo de anexo, que fica fazendo parte integrante do presente decreto.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 27 de agosto de 2012  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal.

CARLOS EROCI GOETTEN  
Secretário Municipal de Esportes

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração e Finanças

#### **Decreto Nº 4.205/2012** **DECRETO Nº 4.205/2012**

PERMITE O USO PELA APAE DE VEICULO ONIBUS COM PLATAFORMA ELEVATORIA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Wanderley Teodoro Agostini, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma do artigo 105 § 3º da Lei Orgânica

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica permitido o uso pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitibanos Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município à rua Prof. Juracy de Melo Schmidt, 274, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001/2, do veículo ônibus, marca MARCOPOLO/VOLARE W8, a diesel, e gasolina (flex), ano de fabricação/modelo 2012/2013, cor prata, chassi nº 93PB11N32DC043049, com plataforma elevatória para transporte de alunos com necessidades especiais, placas MJQ 3616.

Art. 2º. A permissão fica formalizada pelo termo de permissão em anexo que fica fazendo parte integrante do presente decreto.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 27 de agosto de 2012.  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano dois mil e doze na portaria da Prefeitura Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração e Finanças

PERMISSÃO DE USO Nº 02/2012

Termo de Permissão de Uso que entre si celebram o Município de Curitibanos e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitibanos Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach

O MUNICÍPIO DE Curitibanos, situado à Rua Vidal Ramos, nº 860, Curitibanos - SC, inscrito no CNPJ nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Wanderley Teodoro Agostini, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Vidal Ramos, 478, portador da Carteira de Identidade nº 291.724/SSP, CPF nº 489.494.349-20, e APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitibanos Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município à rua Prof. Juracy de Melo Schmidt, 274, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001/2, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Permissão de Uso, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O MUNICÍPIO cederá ao PERMISSIONÁRIO o seguinte bem móvel adquirido com parte dos recursos do Convenio SDR 11 618/2012, celebrado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento regional:

I. Um veículo ônibus, marca MARCOPOLO/VOLARE W8, a diesel, e gasolina (flex), ano de fabricação/modelo 2012/2013, cor prata, chassi nº 93PB11N32DC043049, com plataforma elevatória para transporte de alunos com necessidades especiais, placas MJQ 3616.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO**

O veículo destina-se a uso exclusivo da APAE para transporte de alunos com necessidades especiais no Município de Curitibanos, ficando o PERMISSIONÁRIO responsável pelo fornecimento do pessoal necessário à execução desse serviço.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES**

##### **3.1 - DO PERMISSIONÁRIO:**

3.1.1 - Usar o veículo exclusivamente para o fim a que se destina;  
3.1.2 - Zelar pela guarda do veículo, comunicando ao MUNICÍPIO a ocorrência de qualquer acidente;  
3.1.3 - Responsabilizar-se por eventuais transgressões à legislação de trânsito e pelos efeitos dessas e pelas multas de trânsito;  
3.1.4 - Responsabilizar-se pelo licenciamento anual do veículo;  
3.1.5 - Arcar com os custos de manutenção, combustível, limpeza e utilização.

##### **3.2 - DO MUNICÍPIO:**

Entregar o veículo em perfeito estado de conservação, sendo-lhe permitido, ao final do prazo do presente termo, promover a doação do veículo à APAE através da respectiva lei autorizativa.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA CARACTERIZAÇÃO DO VEÍCULO**

Enquanto durar a presente Permissão de Uso, o veículo objeto deste instrumento passará a integrar a frota do PERMISSIONÁRIO, caracterizado por suas cores, símbolos e placas (licenças) específicas, ao serviço a que se destina.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DA DEPRECIAÇÃO**

Por conta do presente acordo, o objeto desta Permissão de Uso será utilizado no serviço de transporte de pessoas com necessidades especiais, o qual será devolvido, quando da rescisão ou expiração deste instrumento, no estado que se encontrar, desgastado pelo seu uso, salvo em caso de prorrogação por igual prazo ou em caso de doação a mesma entidade.

#### **CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E VIGÊNCIA**

O presente Termo de Permissão de Uso vigorará por 2 (dois) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer

dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

#### CLÁUSULA SÉTIMA: DOS TERMOS ADITIVOS

Este convênio poderá ser alterado através de Termos Aditivos, de comum acordo entre as partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 4 (quatro) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Curitiba, 27 de agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal de Curitiba

APAE

Testemunhas:

CPF nº \_\_\_\_\_

CPF nº \_\_\_\_\_

#### Edital de Pregão Presencial Nº 190/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2012

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para locação de pirâmides e banheiros químicos para realização da Semana Farroupilha, a ser realizado dia 22/09/2012, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:15 horas do dia 21/09/2012. A partir das 13:30 horas do dia 21/09/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 10 de Setembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

#### Edital de Pregão Presencial Nº 191/2012

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 191/2012

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação de serviço de mão de obra mecânica para a manutenção da frota da Secretaria de Transporte e Obras, conforme anexo I deste Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o

envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:30 horas do dia 25/09/2012.

A partir das 15:00 horas do dia 25/09/2012, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 10 de Setembro de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito

ADAILTON ALVES

Pregoeiro

#### Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 185/2012

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 185/2012

REFERENTE: Contrato de locação firmado entre o município de Curitiba e a empresa Associação Beneficente Providencia Azul com o valor total de R\$ 33.500,00 (Trinta e três mil e quinhentos reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DAS DEPENDÊNCIAS DO GINÁSIO DE ESPORTES E VESTIÁRIOS DURANTE OS DIAS 30/08/2012 E 09/09/2012, PARA FUNCIONALIDADE DO 25º JOGUINHOIS ABERTOS DE SC, SENDO QUE A QUADRA E TODAS AS DEPENDÊNCIAS DEVEM ESTAR DE ACORDO COM OS PADRÕES DE COMPETIÇÃO DAS DEVIDAS FEDERAÇÕES, NA FORMA DO ART. 24 INCISO X DA LEI Nº 8.666/93.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos

do Art. 24 inciso X da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 30 de Agosto de 2012.

ADAILTON ALVES

Presidente da Comissão

DIEGO SEBEM WORDELL

Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO

Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso X dou como aprovada.

Curitiba, 30 de Agosto de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO

Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 30 de Agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI

Prefeito Municipal

**Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 186/2012****JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 186/2012**

REFERENTE: Contrato de locação firmado entre o município de Curitiba e a empresa Associação Atlética Gaviões da Fiel - AGA-FI com o valor total de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

RESUMO: LOCAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DAS DEPENDÊNCIAS DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA GAVIÕES DA FIEL - AGAFI, DURANTE OS DIAS 31/08/2012 E 09/09/2012, COMPREENDENDO O CAMPO DE FUTEBOL, COM A GRAMA APARADA, TRAVES PINTADAS, ALAMBRADOS FECHADOS E TODA A DEMARCAÇÃO DO GRAMADO DE ACORDO COM AS MEDIDAS OFICIAIS DA FEDERAÇÃO, VESTIÁRIOS EM PLENO FUNCIONAMENTO, E A SEDE PARA ALOJAMENTO DE DELEGAÇÕES, PARA FUNCIONALIDADE DO 25º JOGUINHOIS ABERTOS DE SC, NA FORMA DO ART. 24 INCISO X DA LEI Nº 8.666/93.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso X da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 31 de Agosto de 2012.

ADAILTON ALVES                      DIEGO SEBEM WORDELL  
Presidente da Comissão              Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso X dou como aprovada.

Curitiba, 31 de Agosto de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 31 de Agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

**Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 187/2012****JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 187/2012**

REFERENTE: Contrato de locação firmado entre o município de Curitiba e a empresa Pinheiro Tênis Clube com o valor total de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

RESUMO: LOCAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DAS DEPENDÊNCIAS DO PINHEIRO TENIS CLUBE, DURANTE OS DIAS 31/08/2012 E 09/09/2012, COMPREENDENDO DA SEDE SOCIAL PARA REUNIOES E CONGRESSOS TECNICOS, DE 2 QUADRAS DE TENIS DE CAMPO, DOIS SALOES DA SEDE CAMPESTRE, QUADRA DE VOLEI DE PRAIA, DEVENDO ESTAR EM PLENAS CONDIÇÕES DE COMPETIÇÃO DENTRO DAS NORMAS DA RESPECTIVA FEDERAÇÃO, PARA FUNCIONALIDADE DO 25º JOGUINHOS ABERTOS DE SC, NA

FORMA DO ART. 24 INCISO X DA LEI Nº 8.666/93.

**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- X - "para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia".

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24 inciso X da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 31 de Agosto de 2012.

ADAILTON ALVES                      DIEGO SEBEM WORDELL  
Presidente da Comissão              Membro

MÁRCIA DOMINSKI PENTEADO  
Membro

**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso X dou como aprovada.

Curitiba, 31 de Agosto de 2012.

MARIO CESAR PENTEADO  
Procurador Geral do Município

**AUTORIZAÇÃO:**

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 31 de Agosto de 2012.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2012

**Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato**

Contratado: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE PROVIDENCIA AZUL

CNPJ: 60.907.680/0016-30

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 185/2012 Numero do Processo: 185/2012

Numero do Contrato: 488/2012

Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DAS DEPENDÊNCIAS DO GINASIO DE ESPORTES E VESTIÁRIOS DURANTE OS DIAS 30/08/2012 E 09/09/2012, PARA FUNCIONALIDADE DO 25º JOGUINHOS ABERTOS DE SC, SENDO QUE A QUADRA E TODAS AS DEPENDÊNCIAS DEVEM ESTAR DE ACORDO COM OS PADRÕES DE COMPETIÇÃO DAS DEVIDAS FEDERAÇÕES, NA FORMA DO ART. 24 INCISO X DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura: 30/08/2012

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/08/2012

Vigência:30/08/2012 A 09/09/2012  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 33.500,00  
Forma de Pagamento: APÓS LOCAÇÃO E NOTA FISCAL

### Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2012

#### Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

Contratado: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA GAVIÕES DA FIEL  
CNPJ: 75.324.178/0001-97  
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS  
Numero da Licitação: 186/2012 Numero do Processo: 186/2012  
Numero do Contrato: 487/2012  
Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DAS DEPENDENCIAS DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA GAVIÕES DA FIEL - AGAFI, DURANTE OS DIAS 31/08/2012 E 09/09/2012, COMPREENDENDO O CAMPO DE FUTEBOL, COM A GRAMA APARADA, TRAVES PINTADAS, ALAMBRADOS FECHADOS E TODA A DEMARCAÇÃO DO GRAMADO DE ACORDO COM AS MEDIDAS OFICIAIS DA FEDERAÇÃO, VESTIÁRIOS EM PLENO FUNCIONAMENTO, E A SEDE PARA ALOJAMENTO DE DELEGAÇÕES, PARA FUNCIONALIDADE DO 25º JOGUINHOIS ABERTOS DE SC, NA FORMA DO ART. 24 INCISO X DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura:31/08/2012  
Data da Publicação no Diário Oficial:31/08/2012  
Vigência:31/08/2012 A 09/09/2012  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 30.000,00  
Forma de Pagamento: APÓS LOCAÇÃO E NOTA FISCAL

### Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34  
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura  
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC Agosto/2012

#### Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

Contratado: PINHEIRO TENIS CLUBE  
CNPJ: 78.475.258/0001-31  
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS  
Numero da Licitação: 187/2012 Numero do Processo: 187/2012  
Numero do Contrato: 491/2012  
Fundamento Legal:

Objeto: LOCAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DAS DEPENDENCIAS DO PINHEIRO TENIS CLUBE, DURANTE OS DIAS 31/08/2012 E 09/09/2012, COMPREENDENDO DA SEDE SOCIAL PARA REUNIOES E CONGRESSOS TECNICOS, DE 2 QUADRAS DE TENIS

DE CAMPO, DOIS SALOES DA SEDE CAMPESTRE, QUADRA DE VOLEI DE PRAIA, DEVENDO ESTAR EM PLENAS CONDIÇÕES DE COMPETIÇÃO DENTRO DAS NORMAS DA RESPECTIVA FEDERAÇÃO, PARA FUNCIONALIDADE DO 25º JOGUINHOIS ABERTOS DE SC, NA FORMA DO ART. 24 INCISO X DA LEI Nº 8.666/93.

Data da Assinatura:31/08/2012  
Data da Publicação no Diário Oficial:31/08/2012  
Vigência:31/08/2012 A 09/09/2012  
Programa de Trabalho:  
Unidade Gestora/Numero:  
Gestão/Numero:  
Numero do Empenho:  
Valor: 50.000,00  
Forma de Pagamento: APÓS LOCAÇÃO E NOTA FISCAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### Resumo dos Instrumentos de Termo de Contrato

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS  
CONTRATO NÚMERO: 05/2012  
CONTRATADA: PRÓ-CÓPIA TECNOLOGIA EM IMPRESSÕES LTDA. ME

OBJETO: Locação de máquina copiadora para instalação na Câmara Municipal.  
VALOR: R\$ 1.200,00  
DOTAÇÃO: 2.001.3390.00 - 123 - 4/2012 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL  
PRAZO: de 10/09/2012 até 31/12/2012

Curitiba, 10 de setembro de 2012.

## Forquilha

## PREFEITURA

### Feira Popular da Agricultura Familiar

FEIRA POPULAR DA AGRICULTURA FAMILIAR  
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que, no período de 12/09/2012 a 28/09/2012, estarão abertas as inscrições para os Agricultores Familiares e Artesãos do Município de Forquilha e região que estiverem interessados em comercializar seus produtos na Feira Popular da Agricultura Familiar do Município de Forquilha.

1.1 O presente processo de seleção tem por objeto a inscrição e classificação dos interessados em comercializar produtos oriundos da agricultura familiar do município de Forquilha e região através da Feira Popular.

1.2 Os interessados deverão realizar sua inscrição no local, período e horários abaixo indicados:  
Período: 12/09/2012 a 28/09/2012.  
Horário: 7:00 às 13:00.  
Local: Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha - Alameda Felipe Arns, Centro, Forquilha/SC.

1.3 Os interessados deverão estar munidos com os seguintes documentos:

1.3.1 Pessoa Física:



- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- b) cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP principal, ou extrato da DAP, do Agricultor Familiar participante; ou, na falta desta, o NIS - Número de Identificação Social, obtido junto à Secretaria de Ação Social do Município; ou Nota fiscal de Produtor Rural
- c) certidão conjunta negativa perante a Fazenda Federal e quanto a Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal;
- d) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Comprovante de Residência.

1.4 Na oportunidade da inscrição, o interessado deverá informar os produtos a serem comercializados.

1.5 A presente seleção destina-se ao preenchimento de vagas já existentes, conforme abaixo discriminado, bem como de demais vagas que surjam ao longo do período de validade das inscrições.

- 05 vagas destinadas ao comércio de artesanato;

- 10 vagas destinadas ao comércio de produtos da agricultura familiar

1.6 O processo de seleção reger-se-á de acordo com as disposições do Regulamento da Feira Popular, SENDO SELECIONADOS PRIORITARIAMENTE OS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA. CASO NÃO PREENCHAM AS VAGAS, SERÃO SELECIONADOS AGRICULTORES DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO.

Forquilha/SC, 11 de setembro de 2012.

LILIAN ARNS TOPANOTTI

Secretária de Ação Social

## Fraiburgo

### PREFEITURA

#### Lei Nº 2153/2012

LEI Nº 2153, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DESENVOLVER AÇÕES PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - PMCMV 2, CRIADO PELA LEI nº 11.977 DE 07 DE JULHO DE 2009, REGULAMENTADO PELO DECRETO 7.499 DE 16 DE JUNHO DE 2011, NAS CONDIÇÕES DEFINIDAS PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL nº 152, DE 09.04.2012 DE STN/MF E MCIDADES E DA PORTARIA Nº 547, DE 28.11.2011 DA SNH/MCIDADES.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a desenvolver todas as ações que se fizerem necessárias visando que os seus municípios possam se beneficiar de subvenção propiciada pelo Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV 2, direcionada para municípios com população de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 11.977, de 07.07.2009, regulamentada pelo Decreto nº 7499, de 16 de junho de 2011, observadas as condições estabelecidas na Portaria Interministerial nº 152, de 09.04.2012 da STN/MF e MCidades e na Portaria nº 547, de 28.11.2011 da SNH/MCidades e demais atos normativos que regulamentam o Programa.

Art. 2º. Para os fins de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a complementar o valor das subvenções do PMCMV 2 com benefícios fiscais; bens ou serviços economicamente mensuráveis; assistência técnica ou recursos financeiros a serem aportados no processo de produção das unidades

habitacionais.

Art. 3º. O Poder Executivo Municipal poderá transferir imóveis ou direitos a eles relativos em benefício da população a ser atendida pelo PMCMV 2.

Art. 4º. As modalidades operacionais do PMCMV 2 compreendem a:

a) Produção de empreendimentos habitacionais: múltiplas unidades habitacionais localizadas no mesmo terreno, em áreas que venham dispor, ao término das obras, de infraestrutura básica que inclua vias públicas de acesso, iluminação pública, sistema de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e que permita as ligações domiciliares de abastecimento de água, e energia elétrica; ou

b) Produção de unidades habitacionais isoladas: substituição unidades habitacionais isoladas em situação precária de habitabilidade, por meio de construção de novas unidades, localizadas em áreas que venham dispor, ao término das obras, de infraestrutura básica que inclua vias públicas de acesso, iluminação pública, sistema de esgotamento sanitário e de drenagem de águas pluviais e que permita as ligações domiciliares de abastecimento de água, e energia elétrica.

Parágrafo Único. As unidades habitacionais observarão as seguintes especificações mínimas:

a) área útil de 37,32 m²; e

b) sala, dois quartos, banheiro, cozinha, circulação e área de serviço coberta.

Art. 5º. Os beneficiários finais não poderão apresentar renda familiar superior a R\$1.600,00 (um mil e seiscentos reais) e as suas indicações observarão os critérios de elegibilidade e de seleção de beneficiários do PMCMV 2, consideradas as reservas aos portadores de deficiência e aos idosos.

Parágrafo Único. É vedado o atendimento de pessoas físicas que:

a) tenham sido beneficiadas, a qualquer época, com subsídios oriundos dos recursos orçamentários da União ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, destinados à aquisição de unidade habitacional;

b) sejam detentoras de financiamento imobiliário ativo em qualquer localidade do território nacional; ou

c) sejam proprietárias, cessionárias, arrendatárias dos programas do Governo Federal ou promitentes compradoras de imóvel residencial urbano ou rural.

Art. 6º. O contrato de transmissão do domínio ou da posse será assinado entre o Município ou entidade que o Poder Público Municipal indicar e o beneficiário final, devendo ser celebrado, preferencialmente, em nome da mulher, ou ainda, em nome de pessoa portadora de deficiência física.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado oferecer garantias, inclusive com recursos financeiros, da realização da sua contrapartida ao Programa até o valor da subvenção nas datas dos desembolsos, multiplicado pelo número de operações contratadas e não concluídas no tempo devido, acrescido dos acessórios e sanções estipulados no subitem 4.2 da Portaria Interministerial nº 152, de 09.04.2012.

Parágrafo Único. As garantias previstas neste artigo só poderão ser exercidas na hipótese do descumprimento das obrigações assumidas pelo Município.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a assumir mais as seguintes responsabilidades:

a) celebrar o Termo de Acordo e Compromisso - TAC com o

AGENTE FINANCEIRO devidamente credenciado pelo Banco Central do Brasil para operar o PMCMV 2, observados os prazos fixados pelo Programa.

b) providenciar a inclusão do beneficiário no Cadastro Único para Programas Sociais - CADÚNICO, observadas as diretrizes de elegibilidade, priorização e seleção de demanda prevista em normativo específico do Ministério das Cidades, remetendo ao AGENTE Certidão de Cadastramento no CADÚNICO mais o arquivo remessa da situação de domicílio/família.

c) providenciar as autorizações, alvarás, licenças e outras medidas necessárias à aprovação e viabilização dos projetos arquitetônicos, urbanísticos, complementares e de implantação de infraestrutura básica;

d) responsabilizar-se pelas ações necessárias à implantação dos equipamentos e serviços relacionados a educação, saúde, lazer e transporte público, urbanizando as áreas eleitas em conformidade com as propostas e projetos aprovados;

e) regularizar as unidades habitacionais resultantes das aplicações do Programa perante os órgãos municipais e estaduais competentes, inclusive cartorariamente;

f) providenciar todos os documentos pertinentes aos aspectos sociais, técnicos, financeiros e jurídicos necessários à implantação do Programa;

g) emitir o habite-se ou documento equivalente, das unidades habitacionais com as obras concluídas, em até 30 (trinta) dias a contar da data da conclusão das obras.

h) assegurar a transmissão da propriedade e/ou da posse de lotes de terrenos, dotados de infraestrutura e regularizados cartorariamente, para os beneficiários finais, observados os meios admitidos pelo Estatuto das Cidades;

i) responsabilizar-se pelas obrigações, compromissos e garantias relacionadas ao Município, nas situações em que venha substituí-lo integral ou parcialmente.

**Art. 9º.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se for necessário, até o atendimento dos encargos de contrapartida.

**Art. 10.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
Fraiburgo, SC, 11 DE SETEMBRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Lei Nº 2154/2012**

LEI Nº 2154, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

DÁ NOVA REDAÇÃO A LEI 1472/1999 E RETIFICA PARA CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e

promulgo a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º.** Fica alterado o Artigo 1.º da Lei Municipal 1472/1999, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a concessão de direito real de uso do imóvel público constituído do Lote 0004, da Quadra 027, de propriedade do Município de Fraiburgo, conforme Matrícula Imobiliária n.º 1497, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, SC., pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogável por comum acordo dos interessados e por ato expresso, em favor da Câmara de Dirigentes Lojistas de Fraiburgo, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ n.º 83.685.677/0001-38, com sede na Linha Gruta Nossa Senhora Aparecida, s/n, Interior, neste município de Fraiburgo/SC."

**Art. 2º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito  
FRAIBURGO, 11 DE SETEMBRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### **Decreto Nº 0251/2012**

DECRETO Nº 0251, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei Nº 2134, de 15 de Fevereiro de 2012;

#### **DECRETA:**

**Art.1º.** Fica aberto no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Fraiburgo para o exercício de 2012 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 - Secretaria de Saúde  
08.01 - Fundo Municipal de Saúde  
10.301.0017.2.038 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Recurso 0.3.0400 (99)  
R\$ 28.000,00

Total R\$ 28.000,00

**Art. 2º.** Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2011, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 11 DE SETEMBRO DE 2012.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**Resolução Nº 17/CMAS/12**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

**RESOLUÇÃO Nº 0017**

Dispõe sobre o cofinanciamento de Benefícios Eventuais, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Fraiburgo.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º. Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento de Benefícios Eventuais, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de 10.492,00, sendo que deste, será para aquisição de cestas básicas e leite integral para famílias com situação de risco social.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Fraiburgo, 06 de agosto de 2012.

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social.

**Resolução Nº 18/CMAS/12**

RESOLUÇÃO Nº 018/CMAS/12

O Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 2.140, de 12 de abril de 2012, em reunião ordinária realizada no dia 06 de setembro de 2012, na sala de reuniões da Secretaria de Ação Social, deliberou sobre orientação as entidades e/ou pessoas que requeiram apreciação sobre matérias diversas, deverão encaminhar com antecedência respeitando as datas mensais previstas para as reuniões ordinárias do Conselho e eventualmente será deliberado em reuniões extraordinárias. Resolve: 1) Que as entidades e/ou pessoas que requeiram apreciação e deliberação em caráter de urgência do Conselho Municipal de Assistência Social deverão encaminhar junto ao Ofício de solicitação justificativa formal (por ofício) de urgência da matéria e prazo máximo sugerido para deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social. 2) Que em casos eventuais de urgência com justificativa formal conforme o item (1) supracitado, na impossibilidade de quorum mínimo em reunião extraordinária, a matéria será analisada e deliberada Ad Referendum por consenso de uma comissão constituída por no mínimo três membros do Conselho Municipal de Assistência Social. 3) Que na ocasião da reunião extraordinária não havendo quorum mínimo da comissão presente conforme o item (2) supracitado, será deliberada a matéria em segunda chamada com intervalo de 15 (quinze minutos) após o horário agendado da reunião extraordinária, na forma Ad Referendum com qualquer número de membros que se encontrarem presentes.

Fraiburgo (SC), 06 de setembro de 2012.

MAVES GISLAINE SCHLEDER CEZAR BORSZCZ

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**Resolução Nº 19/CMAS/12**

RESOLUÇÃO Nº 019/CMAS/12

O Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 2.140, de 12 de abril de 2012, em reunião ordinária realizada no dia 06 de setembro de 2012, na sala de reuniões da Secretaria de Ação Social, aprovou a aquisição de cestas básicas e leite integral para famílias em situação de risco social, Benefício Eventual, em caráter de cofinanciamento do Fundo Estadual de Assistência Social no

valor anual de R\$10.492,00 (dez mil e quatrocentos e noventa e dois reais).

Fraiburgo (SC), 06 de setembro de 2012.

MAVES GISLAINE SCHLEDER CEZAR BORSZCZ

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**Resolução Nº 20/CMAS/12**

RESOLUÇÃO Nº 020/CMAS/12

O Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 2.140, de 12 de abril de 2012, em reunião ordinária realizada no dia 06 de setembro de 2012, na sala de reuniões da Secretaria de Ação Social, recebeu Ofício apresentado pela APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e aprovou a deliberação anterior ad referendum declarando quanto ao regular funcionamento da entidade até a presente data e que a entidade não remunera os membros de sua diretoria: presidente Cesira Silva; vice-presidente Cleunice Terezinha Brandt Maciel e tesoureiro Ilgo Regalin.

Fraiburgo (SC), 06 de setembro de 2012.

MAVES GISLAINE SCHLEDER CEZAR BORSZCZ

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

**Decreto Nº 0252/2012**

DECRETO Nº 0252, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0028, DE 17 DE AGOSTO DE 2012.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica divulgada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0028, de 17 de agosto de 2012, conforme listas anexas.

Art. 2º. Não foram efetuadas inscrições para os códigos 4, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 15, 17 e 21.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Fraiburgo, SC, 11 DE SETEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Anos Iniciais**

Disciplina: **-**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	69	IRACI PEREIRA DA CRUZ	17	6	5	2	4	NÃO	22/6/1981
2	43	EVA MARISTELA TELES REZENDES	10	4	5	1	0	NÃO	9/10/1973
3	16	MARIA IZABEL HACK DE ANDRADE ARAUJO	6	4	2	0	0	NÃO	3/11/1986
4	22	RITA PRATES RIBEIRO	5	0	5	0	0	NÃO	7/7/1978



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **10** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Língua Inglesa**

***Critérios de Desempate***

Disciplina: **Língua Inglesa**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	63	MARIA AUXILIADORA APARECIDA CARNIEL SOTTORIVA	5	4	1	0	0	NÃO	25/6/1959



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT N° 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **12** Área de Atuação: **Anos Iniciais**

Disciplina: **-**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	59	ELAINE DUARTE DOS SANTOS	5	0	5	0	0	NÃO	12/5/1991
2	36	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	5	0	3	0	0	NÃO	17/1/1988
3	46	ANGELA BALESTRIN	4	0	2	0	0	NÃO	8/3/1976
4	57	LUZIA RIBEIRO HUBAR FERREIRA	2	0	2	0	0	NÃO	5/9/1979
5	50	ANA MARIA ALVES DE CAMPOS	2	0	0	0	0	NÃO	23/6/1967



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **13** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

***CrITÉRIOS de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	60	ELAINE DUARTE DOS SANTOS	5	0	5	0	0	NÃO	12/5/1991
2	37	ROSELI DE FATIMA DOS SANTOS	5	0	3	0	0	NÃO	17/1/1988
3	47	ANGELA BALESTRIN	4	0	2	0	0	NÃO	8/3/1976
4	56	SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA	2	0	0	0	0	NÃO	19/4/1966
5	49	ANA MARIA ALVES DE CAMPOS	2	0	0	0	0	NÃO	23/6/1967
6	18	ELAINE DA LUZ	1	0	1	0	0	NÃO	13/10/1988



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT N° 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **16** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **História**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	25	RITA PRATES RIBEIRO	5	0	5	0	0	NÃO	7/7/1978



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **18** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Ciências e Programas de Saúde**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	24	RITA PRATES RIBEIRO	5	0	5	0	0	NÃO	7/7/1978



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT N° 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **19** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Artes**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1°	2°	3°	4°	5°	6°
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	48	ANGELA BALESTRIN	4	0	2	0	0	NÃO	8/3/1976
2	51	ANA MARIA ALVES DE CAMPOS	2	0	0	0	0	NÃO	23/6/1967
3	70	CLEONICE DE OLIVEIRA	1	0	1	0	0	NÃO	19/10/1981





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Educação Infantil**

Disciplina: **-**

***Critérios de Desempate***

Disciplina: -

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º Especial. (Pós)	2º Cursos Atualiz.	3º Tempo Serviço	4º Faltas/ Licença	5º Portador Defic.	6º Data Nascimento
1	68	IRACI PEREIRA DA CRUZ	17	6	5	2	4	NÃO	22/6/1981
2	17	MARIA IZABEL HACK DE ANDRADE ARAUJO	6	4	2	0	0	NÃO	3/11/1986
3	23	RITA PRATES RIBEIRO	5	0	5	0	0	NÃO	7/7/1978
4	5	KELLY MORAES ANTUNES	5	0	5	0	0	NÃO	19/2/1989



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **20** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	26	RITA PRATES RIBEIRO	5	0	5	0	0	NÃO	7/7/1978
2	45	FLAVIO JASCUF	0	0	0	0	0	NÃO	29/5/1988



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **II - QUADRO ESPECIAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **22** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Educação Física**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	44	EVA MARISTELA TELES REZENDES	10	4	5	1	0	NÃO	9/10/1973
2	9	LUCIA ANA FRITZEN	2	0	2	0	0	NÃO	26/7/1993
3	42	ALEXSANDRO RIBEIRO DAS ALMAS	1	0	1	0	0	NÃO	17/10/1989
4	53	SAIMON ZOLETT	1	0	1	0	0	NÃO	19/7/1994
5	21	SIMONE APARECIDA DOMINGUES	0	0	0	0	0	NÃO	24/9/1986



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **III - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO PARA AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

Código: **23** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Auxiliar de Alimentação e Nutrição (Feminin)**

***CrITÉrios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	31	VERONICA APARECIDA DOS SANTOS MACHADO	10	10	0	0	0	NÃO	15/10/1983
2	8	ELIZA ANDREIA MAGAGNIN	7	2	5	0	1	NÃO	7/3/1990
3	7	CLAUDIA APARECIDA RIBEIRO	6	2	0	4	2	NÃO	11/10/1979
4	10	MARIA FATIMA DE OLIVEIRA CONTE	4	2	0	2	0	NÃO	18/2/1955
5	14	ZENEIDE ALVES VELOSO FERREIRA	3	2	0	1	2	NÃO	8/6/1982
6	2	ELIDIOMARA DE MORAIS	3	2	0	1	1	NÃO	5/5/1984
7	41	JOSIANE ORTIZ DA SILVA	3	2	0	1	0	NÃO	14/6/1988
8	32	NOELI REICHARDT	3	0	0	3	1	NÃO	5/1/1971
9	38	ANA MARIA DOS SANTOS CHAVES	0	0	0	0	3	NÃO	30/6/1988
10	11	JOCEMARA PEREIRA DA CRUZ	0	0	0	0	2	NÃO	10/4/1985
11	12	JOCELI DA SILVA DE MATOS	0	0	0	0	1	NÃO	13/4/1965
12	15	MARILENE MOREIRA	0	0	0	0	1	NÃO	23/10/1970
13	6	BERENICE CONRADI DOS SANTOS	0	0	0	0	1	NÃO	30/11/1970
14	3	ANDRELINA TOSETTO BELENTINI	0	0	0	0	1	NÃO	19/3/1979
15	39	DANIELA DIAS DE ALMEIDA	0	0	0	0	1	NÃO	18/2/1989



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **III - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO PARA AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO E AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS**

Código: **24** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Agente de Serviços Gerais (Feminino)**

***CrITÉrios de Desempate***

Disciplina: Agente de Serviços Gerais (Feminino)

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos
1	54	VANESSA OLIVEIRA DE MELLO	5
2	66	CLENIR GONZAGA	2
3	35	GLAUCIMARA RAMOS	2
4	58	JANETE APARECIDA RAMOS MUNIZ	1
5	4	DENILCE RIBEIRO DOS SANTOS	1
6	34	VERONICA APARECIDA PEREIRA	0
7	52	LORENI KANOFR	0
8	19	JOCELIA SOUZA TRIQUEZ	0
9	40	CIRLENE DIAS DE ALMEIDA	0
10	33	CATIANE RIBEIRO	0
11	30	DANIELA ALVES DOS SANTOS	0
12	13	MARILENE RIBEIRO	0
13	28	ARLETE DE FÁTIMA LOPES DOS SANTOS	0
14	64	VLADIA APARECIDA GOMES	0
15	1	LILIANE CORDEIRO	0
16	65	SOLANGE APARECIDA FOGAÇA	0
17	29	JOSIANE APARECIDA NUNES DE LIMA	0
18	27	SALETE CARBONI LISBÔA	0
19	67	NEIVA APARECIDA ALVES DE CAMPOS MARTINAZZO	0
20	61	ADRIANA BARDELLA	0
21	55	LIGIA DIAS DE ALMEIDA	0

1º	2º	3º	4º	5º	6º
Cursos Área Esp.	Cursos Outras Áreas	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	0	0	NÃO	18/4/1993
0	0	2	2	NÃO	5/12/1984
0	0	2	0	NÃO	13/5/1986
0	0	1	2	NÃO	20/10/1970
0	0	1	2	NÃO	12/8/1981
0	0	0	3	NÃO	23/1/1976
0	0	0	3	NÃO	29/11/1980
0	0	0	3	NÃO	8/7/1985
0	0	0	2	NÃO	28/7/1982
0	0	0	2	NÃO	13/7/1990
0	0	0	2	NÃO	23/7/1990
0	0	0	2	NÃO	16/1/1991
0	0	0	1	NÃO	21/7/1985
0	0	0	1	NÃO	28/8/1985
0	0	0	1	NÃO	22/12/1986
0	0	0	1	NÃO	22/1/1987
0	0	0	1	NÃO	15/5/1991
0	0	0	0	NÃO	23/4/1965
0	0	0	0	NÃO	23/12/1970
0	0	0	0	NÃO	5/5/1988
0	0	0	0	NÃO	7/6/1993



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **3** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Língua Portuguesa**

***Critérios de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	62	MARIA AUXILIADORA APARECIDA CARNIEL SOTTORIVA	5	4	1	0	0	NÃO	25/6/1959



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO DE PROFESSORES PARA ADMISSÃO EM CARÁTER  
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0028 DE 17 DE AGOSTO DE 2012**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **PROFESSOR-ACT** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **9** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Filosofia ou Teologia**

***CrITÉRIOS de Desempate***

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	1º	2º	3º	4º	5º	6º
				Especial. (Pós)	Cursos Atualiz.	Tempo Serviço	Faltas/ Licença	Portador Defic.	Data Nascimento
1	20	ANDRE KALEBI PINA BARBOZA	6	4	0	0	0	NÃO	26/9/1985



**Portaria Nº 1932/2012**

PORTARIA N.º 1.932 DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0009 de 09 de março de 2012 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, para atender excepcional interesse público;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a agente de serviços gerais IVONETE APOLINÁRIO RIBEIRO, que se encontra afastada em auxílio doença;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação do serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, ANGÉLICA TOMCHAK GRANDO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 069.714.539-56, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 12 de setembro de 2012 até 01 de outubro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 1933/2012**

PORTARIA N.º 1.933, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e suas alterações posteriores; em conformidade com o Edital n.º 0035 de 11 de novembro de 2011 e contrato administrativo;

Considerando que, estará substituindo por 40 horas semanais a professora LORENI MARCELINO ALVES SAÓ, que se encontra afastada em auxílio doença;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato de GISLAINE APARECIDA BORTOLINI, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 042.581.499-85, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 13 de setembro de 2012 à 14 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Resultado do Julgamento da Habilitação - Tomada de Preços Nº 0033/2012-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0033/2012 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ em trecho da Avenida Guilherme Pinz, no Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo, com área total a pavimentar de 16.160,56 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), houve a participação da empresa, ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, a qual, pela apresentação regular de todos os documentos de acordo com o Edital, restou HABILITADA pela Comissão quando da abertura de seu Envelope de Habilitação. Desta forma, está habilitada para a fase subsequente, qual seja, julgamento da fase da PROPOSTA DE PREÇO nesta mesma data, nos termos do Art. 43 Inciso III da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo (SC), 11 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Resultado do Julgamento da Proposta de Preços - Tomada de Preços Nº 0033/2012-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0033/2012 - PMF

O Prefeito Municipal de Fraiburgo torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de pavimentação asfáltica CAUQ em trecho da Avenida Guilherme Pinz, no Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo, com área total a pavimentar de 16.160,56 m², de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento da PROPOSTA DE PREÇOS, da empresa habilitada, após desistência na interposição de Recursos contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93 e nos termos do item 6.5 do Edital, o que autorizou que este julgamento fosse na mesma data, restou classificada pela Comissão, sagrando-se vencedora a seguinte licitante: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, no valor global de R\$ 1.236.776,29 (um milhão, duzentos e trinta e seis mil, setecentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos), ficando este valor abaixo do estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 11 de setembro de 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

**Extrato do Contrato Ct12pmf212-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº CT12PMF212

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO. CONTRATADA: G. L. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO EDUCACIONAL - BLOCO I, NA AVENIDA CARLOS MAISTER, NO BAIRRO DAS NAÇÕES NA CIDADE DE FRAIBURGO/SC, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS, DE ACORDO COM OS MEMORIAIS PROJETOS ARQUITETÔNICOS E COMPLEMENTARES EM ANEXO AO PROCESSO LICITATÓRIO. VALOR TOTAL: R\$ 3.562.340,45 (TRÊS MILHÕES, QUINHENTOS E SESSENTA E DOIS MIL, TREZENTOS E QUARENTA REAIS E QUARENTA

E CINCO CENTAVOS). DATA: 10.09.2012. VIGÊNCIA: 495 DIAS, DE 10.09.2012 A 17.01.2014. PRAZO DE EXECUÇÃO: ETAPA 1: 120 DIAS E ETAPA 2: 360 DIAS CONTADOS DA EMISSÃO E ENTREGA DA ORDEM DE SERVIÇO. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO: Nº 0174/2012 - PMF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 0004/2012. RECURSOS: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, 1.300 (PRÓPRIOS) E 1.323 (FUNDEB 40%).

FRAIBURGO (SC), 10 DE SETEMBRO DE 2012.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

### Informe CMAS

#### INFORME CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social de Fraiburgo/SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 2.140, de 12 de abril de 2012, informa sobre datas até o mês de dezembro do corrente ano para as reuniões ordinárias e mensais do Conselho Municipal de Assistência Social, a saber: 11(onze) de outubro; 08 (oito) de novembro e 13(treze) de dezembro de 2012 às 8h30m., na sala de reuniões da Secretaria de Ação Social, localizada na Rua Arnaldo Fray, nº179, Centro, município de Fraiburgo/SC.

Fraiburgo (SC), 06 de setembro de 2012.

MAVES GISLAINE SCHLEDER CEZAR BORSZCZ

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

### Notificação de Recebimento de Recursos Federais

#### NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de Fraiburgo-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
4/9/2012	Ministério da Saúde	Vig. Sanitária	4.412,75
4/9/2012	Ministério da Saúde	Vig. Sanitária	2.450,45
4/9/2012	Ministério da Saúde	Vig. Sanitária	41,60
6/9/2012	Ministério da Saúde	PAB	66.464,25
10/9/2012	Ministério da Saúde	MAC	74.051,40
10/9/2012	Ministério da Saúde	CAPS	28.305,00

Secretaria de Finanças

**Garopaba**

**PREFEITURA**

### Aviso de Licitação Pr76/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 76/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando o Registro de preço para aquisição parcelada de papel A4, para atender as necessidades da secretaria de Saúde deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 25/09/2012.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 25/09/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 06 de setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Pr77/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 77/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para aquisição de equipamentos diversos tais como: computador, trena de distancia a laser, Phmetro digital portátil, luxímetro digital portátil, termômetro digital, refrigerador e freezer horizontal para atender a Secretaria de Saúde deste Município. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 16h55min do dia 25/09/2012.

A sessão se dará a partir das 17h00min do dia 25/09/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 06 de setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação Pr78/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2012

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o Registro de preço para aquisição parcelada de medicamentos da Farmácia Básica, do Pronto Atendimento e de Uso Continuo e Controlado, conforme especificações e condições contidas no Edital. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 26/09/2012.

A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 26/09/2012, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 06 de setembro de 2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

### **Errata Nº 1 ao Aviso Dispensa de Licitação Nº 29/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

Errata nº. 01 ao Aviso de Dispensa de Licitação nº. 29/2012

No Aviso de Dispensa de Licitação nº. 29/2012, Processo nº. 170/2012; publicado no DOM dia 10/09/2012, onde se lê:

Processo nº. 170/2012; DL nº. 29/2012; Contratada: Serviço de Contratação de Estagiários; CNPJ: 04.310.564/0001-81; Objeto: Serviço de Contratação de Estagiários; Valor: R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais); Data da Assinatura: 04/09/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Leia-se:

Processo nº. 170/2012; DL nº. 29/2012; Contratada: Serviço de Contratação de Estagiários; CNPJ: 04.310.564/0001-81; Objeto: Serviço de Contratação de Estagiários; Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais); Data da Assinatura: 04/09/2012.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

**Garuva**

**PREFEITURA**

### **Lei Complementar Nº 65/2012**

Lei Complementar Municipal Nº 65/2012

Altera a Lei Complementar 60/2011 de 23/12/2011

Atendendo dispositivos legais contidos no artigo 51 da Lei Orgânica Municipal eu Valdemar Dierschnabel - Presidente do Legislativo promulga a seguinte lei:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Complementar 60/2011, passa a ter a seguinte redação:

Art. 2º - A concessão de habite-se fica concedida à:

I - apresentação de requerimento pelo proprietário possuidor ou titular de domínio útil do imóvel;

II - apresentação de provas que o imóvel foi edificado anterior ao exercício 2006;

III - apresentação do atestado de aprovação fornecido pelo corpo de bombeiros.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Presidência em, 24 de maio de 2012.

VALDEMAR DIERSCHNABEL

PRESIDENTE

### **Lei Complementar Nº 66/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 66, DE 15 DE JUNHO DE 2012

"ACRESCENTA O INCISO XVIII AO §1º DO ART. 16 DA LEI COMPLEMENTAR 44/2009."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - O §1º do artigo 16 de Lei Complementar 44/2009, passa a vigorar acrescido do inciso XVIII, com a seguinte redação:

ART. 16 - A Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental possui a seguinte estrutura organizacional:

§ 1º - Compete à Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental:

XVIII - Estudar, projetar, administrar, operar, manter e explorar, diretamente, os serviços de abastecimento de água potável e de esgotos sanitários, bem como lançar, fiscalizar e arrecadar as tarifas aplicadas para a manutenção e ampliação dos referidos serviços, os quais serão estabelecidos e revistos através de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

### **Lei Complementar Nº 67/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº. 67, DE 25 DE JUNHO DE 2012

"INCLUI O ITEM 1.6.4B, E ALTERA O ITEM 1.6.1 DO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR 31/2006".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica incluído o item 1.6.4B, no texto do Anexo III da Lei Complementar 31/2006, alterado pelas Leis Complementares 40/2008, 47/2009, 50/2011, 63/2012 e 64/2012, que passa a ter redação conforme Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 2º - Fica alterado o item 1.6.1, do Anexo III da Lei Complementar 31/2006, modificada pelas Leis Complementares 40/2008, 47/2009, 50/2011, 63/2012 e 64/2012, que passa a ter redação conforme Anexo I desta Lei Complementar.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

#### **ANEXO I**

NOVA REDAÇÃO AO ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR 31/2006

#### **Anexo III**

Memorial Descritivo da Localização das áreas urbanas e das macrozonas

1 - Macrozona Urbana

1.6 Área Industrial (A.I)

1.6.1 - Área Industrial Leste 1 (A.I.L-1): tem seu início no km 1,5 no eixo da Rodovia SC-415; segue sentido Oeste-Leste numa extensão 1.386,00 metros; segue sentido Sul-Norte em uma extensão de 500,00 metros; segue sentido Nordeste por uma extensão



de 860,00 metros, deflete sentido Leste por uma extensão de 3.890,00 metros até encontrar a Estrada Tamanduá; deste ponto segue sentido Sudeste por 2.360,00 metros até encontrar o eixo da Rodovia SC-415; deste ponto segue pelo eixo da Rodovia SC-415 sentido Leste-Oeste por uma extensão de 2.565,00 metros até encontrar o acesso à Estrada Palmital; deste ponto deflete ao Sul por 500,00 metros, daí deflete sentido Oeste por uma extensão de 3.310,00 metros; segue sentido Oeste por uma extensão de 1.150,00 metros até encontrar a Avenida Getúlio Dornelles Vargas, seguindo pela mesma numa extensão de 350,00 metros, até encontrar o eixo da Rodovia SC-415, início desta descrição, fechando o perímetro da área, e perfazendo a área total de 9,98 km<sup>2</sup>. Constatada a existência de rios e/ou córregos nesta área, fica resguardada a Área de Preservação Permanente (distância de 30,00 metros, ambos os lados em relação à margem).

1.6.1-A - Área Industrial Leste 2 (AL2): Tem seu início na Avenida Getúlio Vargas sentido Norte-Sul a 350,00 metros do eixo da Rodovia SC 415 Km 1,5, coordenada L= 715586.21 e S= 7119047.13; Daí segue, no sentido Oeste-Leste, numa extensão de 1.150,00 metros até encontrar a coordenada L= 716686.87 e S= 7119136.31; deflete, no sentido Norte-Sul, por uma extensão de 150,00 metros com coordenada L=716693.77 e S=7118987.75; Daí segue, no sentido Leste-Oeste, por uma extensão de 1.150,00 metros até encontrar a Av. Getúlio Vargas ponto com coordenada L= 715608.94 e S=7118900.28; segue pela Av. Getúlio Vargas por uma extensão de 150,00 metros até o ponto inicial desta descrição.

1.6.2 - Área Industrial Sul 1 (A.I.S-1): Tem seu início na Av. Celso Ramos, 70,00 m após o Rio Sete Voltas, seguindo sentido Norte-Sul pela Av. Celso Ramos numa extensão de 1.160,00 m até encontrar a Rua Fritz Krause; Daí, segue sentido Oeste-Leste por uma extensão de 410,00 m até encontrar a Estrada Vereador Klaus Lennertz; segue pela mesma por uma extensão de 350,00 m até encontrar a Estrada Três Barras; segue pela mesma no sentido Sul por uma extensão de 1.100,00 m; deflete sentido Leste-Oeste por uma extensão de 1.000,00 m até encontrar a Av. Celso Ramos; segue pela Avenida Celso Ramos por uma extensão de 50,00 m até encontrar a Rua Barão do Rio Branco, segue pela mesma sentido Leste por uma extensão de 1.000,00 m até encontrar a Estrada Três Barras, segue pela mesma sentido Norte-Sul por uma extensão de 1.100,00 m; deflete sentido Leste-Oeste por uma extensão de 850,00 atravessando o Morro do Brejaúva até encontrar a Av. Celso Ramos; segue pela mesma sentido Norte-Sul por uma extensão de 1.200,00 m até encontrar a Estrada Ernesto Alberto Hattenhauer, segue pela mesma numa extensão de 720,00 m até encontrar a BR-101 na altura do Km 13,5; Daí segue sentido Sul-Norte pela BR-101 numa extensão de 5.800,00 m; Daí deflete sentido Sudoeste-Nordeste por uma extensão de 340,00 m até encontrar a Av. Celso Ramos, onde teve seu início. Perfazendo um total de 2,46 km<sup>2</sup>.

1.6.3 - Área Industrial Sul 2 (A.I.S-2): Tem seu início na Rodovia BR-101 Km 16 sentido Oeste-Leste pela Rua Francisco Constâncio Tomasoni por uma extensão de 130,00 m até encontrar a Av. Celso Ramos; Daí, segue sentido Oeste-Leste cortando o Morro do Bugre por uma extensão de 500,00 m. Segue sentido Nordeste-Sudoeste por uma extensão de 1.300,00 m até encontrar a Linha de Divisa entre os Municípios de Garuva e Joinville; Segue sentido Leste-Oeste pela Divisa entre os municípios de Garuva e Joinville por uma extensão de 585,00 m até encontrar a Rodovia BR-101; Seguindo no mesmo sentido pela Estrada conhecida como Estrada Tupy, por uma extensão de 180,00 m; segue no sentido SudOeste-Noroeste por uma extensão de 1.000,00 m até encontrar o Rio Turvo; Daí segue sentido SudOeste-Nordeste pelo Rio Turvo por uma extensão de 920,00 m; segue sentido Oeste-Leste por uma extensão de 475,00 m até encontrar a Rodovia BR-101; Por fim, segue sentido Norte-Sul pela Rod. BR-101 por uma extensão de

300,00 m até o Km 16, fechando, assim, o perímetro. Perfazendo a área total de 1.142.400,00 m<sup>2</sup>. (Um milhão, cento e quarenta e dois mil e quatrocentos metros quadrados), ou 1.142 km<sup>2</sup>.

1.6.4 - Área Industrial Retroportuária 1 (A.I.R.1): Tem início 140,00 metros sentido Sul na Rodovia SC-415, após a ponte sob o Córrego das Canoas no ponto denominado v1 com coordenadas E=726383.51 e S=7119279.43, deflete a direita sentido a Oeste por 250,00 metros até o ponto denominado v2 com coordenadas E=726130.93 e S=7119296.58, segue defletindo a esquerda ao Sudoeste por 800,00 metros até encontrar o ponto v3 com coordenadas E=725694.76 e S=7118643.13, deste ponto deflete a esquerda sentido Leste por 250,00 metros até encontrar a Rodovia SC-415 denominado ponto v4 com coordenadas E=725960.13 e S=7118620.36, deste ponto segue por 1.260,00 metros no mesmo sentido até encontrar o ponto v5 com coordenadas E=727224.59 e S=7118587.4, deste ponto segue defletindo a esquerda sentido Norte por 680,00 metros até encontrar o ponto v6 com coordenadas E=727236.00 e S=7119268, deflete a esquerda sentido Oeste por 850,00 metros até encontrar o ponto de partida v1 a 140,00 metros da ponte sobre o Córrego das Canoas, encerrando o perímetro da Área Industrial Retroportuária com 887.400,00 metros quadrados. Constatada a existência de rios e/ou córregos nesta área fica resguardada a Área de Preservação Permanente, (distância de 30,00 metros ambos os lados em relação à margem).

1.6.4A - Área Industrial Retroportuária 2 (A.I.R.2) - Tem seu início no entroncamento da Estrada Vereador Klauz Lennertz com a Estrada Três Barras, segue pela Estrada Três Barras sentido Sul numa extensão de 450,00 metros até encontrar o Rio Cupinzinho, segue margeando o Rio Cupinzinho sentido Leste por uma extensão de 500,00 metros até encontrar o Rio Sete Voltas, segue margeando o Rio Sete Voltas sentido Sudeste por uma extensão de 2.210,00 metros, deste ponto deflete sentido Leste por uma extensão de 320,00 metros até encontrar a Área Interesse Paisagístico e Turístico (AIPT), deste ponto segue com deflexão sentido Norte confrontando com delimitação da AIPT por um extensão de 1.960,00 metros até encontrar a Estrada Vereador Klaus Lennertz segue por esta Estrada sentido Oeste numa extensão de 2.125,00 metros até encontrar o ponto inicial desta deste perímetro. Perfazendo um total de 2,23 Km<sup>2</sup>. Constatada a existência de rio e/ou córregos nesta área fica resguardada a Área de Preservação Permanente, (distância de 30,00 metros ambos os lados em relação à margem).

1.6.4B - Área Industrial Retroportuária 3 (A.I.R.3) - Tem seu início na Antiga Estrada Minas Velha, hoje Rodovia SC-415, onde cruza o Rio Canoas e segue pelo traçado da Antiga Estrada por uma extensão de 1.500,00 metros, até encontrar a Rodovia SC-415, segue pela Rodovia sentido Oeste por 510,00 metros, deste ponto deflete sentido noroeste por 500,00, deste ponto deflete sentido leste por 960,00 metros, até encontrar um acesso particular, deste ponto deflete sentido sudeste por 500,00 metros até encontrar a Rodovia SC-415, segue pela Rodovia sentido nordeste por uma extensão de 2.390,00 metros, deste ponto deflete sentido sul por 518,00 metros, daí segue sentido leste por 540,00 metros, deste ponto segue sentido sudeste por 1.330,00 metros, daí segue sentido sul por uma extensão de 1.380,00 metros, deste ponto deflete sentido oeste por 935,00 metros, deste ponto deflete sentido sul por 560,00 metros, daí deflete sentido oeste por 1.910,00 metros até encontrar o ponto inicial desta descrição perfazendo a área total de 8,2 km<sup>2</sup>. Constatada a existência de rios e/ou córregos nesta área fica resguardada a Área de Preservação Permanente, (distância de 30,00 metros ambos os lados em relação à margem).

**Lei Complementar Nº 68/2012**

LEI COMPLEMENTAR Nº 68, DE 18 DE JULHO DE 2012.

"ALTERA O ARTIGO 25 PARÁGRAFO 2º DA LEI COMPLEMENTAR 45/2009".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - O parágrafo 2º do artigo 25 da Lei Complementar n. 45/2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º - Para fins de progressão vertical, dependendo do caso, deverá o servidor apresentar diploma de ensino fundamental, médio ou de graduação reconhecidos pelo MEC obtidos após a admissão no serviço público municipal. O pedido de progressão vertical para os detentores de curso de especialização em nível de pós graduação, mestrado ou doutorado, obedecendo a disposto no § 1º deste artigo, será instruído com a apresentação do respectivo certificado, reconhecido pelo MEC, obtido a qualquer tempo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

**Lei Nº 1629/2012**

LEI Nº 1629, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.001.015.451.1033.2060 Sinalização/urbanização de vias urbanas 3390 01.00.00 R\$ 15.000,00

10.002.015.451.1033.2062 Manutenção do paço municipal 3390 01.00.00 R\$ 10.000,00

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públ. 3390 01.00.00 R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.002.015.451.1033.2062 Manutenção do paço municipal 4490 01.00.00 R\$ 40.000,00

10.001.015.451.1033.2060 Sinalização/urbanização de vias urbanas 4490 01.00.00 R\$ 35.000,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.001.026.782.1033.1018 Constr. de pontes, galerias e bueiros 4490 01.24.55 R\$ 100.000,00

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do

Artigo 3º. serão utilizados recursos provenientes do Convênio 8085/2012-3 com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Infraestrutura, com a interveniência da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.001.026.782.1033.1018 Constr. de pontes, galerias e bueiros 4490 01.00.00 R\$ 200.000,00

Art. 6º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para a fonte: recursos ordinários do tesouro.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Garuva, 10 de setembro de 2012.  
JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 109/2012**

DECRETO Nº 109, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA FURGÕES JOINVILLE LTDA."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em cumprimento ao disposto no §1º do artigo 1º da Lei Municipal 554/89, e com base no Parecer 003/2012, exarado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE:

CONSIDERANDO o interesse da Empresa FURGÕES JOINVILLE LTDA em instalar empreendimento industrial no Município de Garuva, o que resultará no incremento das receitas tributárias municipais e na geração de empregos;

CONSIDERANDO o Parecer nº 003/2012, emitido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, e favorável à concessão de incentivos econômicos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica ratificado os termos do Parecer nº 003/2012, exarado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, concedendo à Empresa FURGÕES JOINVILLE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº80.676.497/0001-00, os incentivos econômicos previstos no art.2º, II da Lei Municipal 554/89.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 110/2012**

DECRETO Nº 110, DE 17 DE AGOSTO DE 2012

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESA TRANSPORTADORA GELSLEIHTER LTDA."

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em cumprimento ao disposto no §1º do artigo 1º da Lei Municipal 554/89, e com base no Parecer 003/2011, exarado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

- CMDE:

CONSIDERANDO o interesse da Empresa TRANSPORTADORA GELSLEIHTER LTDA em instalar empreendimento industrial no Município de Garuva, o que resultará no incremento das receitas tributárias municipais e na geração de empregos;

CONSIDERANDO o Parecer nº 003/2011, emitido pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, e favorável à concessão de incentivos econômicos;

DECRETA:

Art. 1º - Fica ratificado os termos do Parecer nº 003/2011, exarado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, concedendo à Empresa TRANSPORTADORA GELSLEIHTER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 78.861.168/0001-89, os incentivos econômicos previstos no art.2º, II da Lei Municipal 554/89.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 112/2012**

DECRETO Nº 112, DE 30 DE AGOSTO DE 2012

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 1628, de 30 de agosto de 2012;

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional na importância de R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.003.006.181.1033.2063 Man. de Convênios com a Seg. Pública  
3390 01.24.19 R\$ 16.000,00

10.003.006.181.1033.2063 Man. de Convênios com a Seg. Pública  
4490 01.24.19 R\$ 5.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação orçamentária:

04.001.004.122.1003.2007 Man. do Departamento de Administração 3390 01.00.00 R\$ 21.000,00

Art. 3o - Abertura de Crédito Adicional na importância de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais) no orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo  
3390 01.52.00. R\$ 8.000,00

15.001.008.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo  
4490 01.52.00. R\$ 6.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

15.001.008.244.1024.2052 Contr.de profiss. para atend do CRAS  
4490 01.00.00 R\$ 5.000,00

15.001.008.244.1025.2053 Contr.de profiss. para atend do CREAS  
3390 01.00.00 R\$ 2.100,00

15.001.008.244.1025.2053 Contr.de profiss. para atend do CREAS  
4490 01.00.00 R\$ 6.900,00

Art. 5o - Abertura de Crédito Adicional na importância de R\$ 46.200,00 (quarenta e seis mil e duzentos reais) no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

14.001.010.301.1012.2041 Man. do Programa Saúde da Família  
3390 01.64.01 R\$ 46.200,00

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação nas receitas de transferências de recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 7o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 113/2012**

DECRETO N.º 113, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

"DESIGNA PREGOEIRO PARA ATUAR EM CERTAME LICITATÓRIO NO PREGÃO 036/12.

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por LEI:

Considerando a necessidade de substituição para o ato do Pregoeiro Ivandro Sérgio Lopes, nomeado através do Decreto 43/2012, em razão de consulta médica agendada para o mesmo horário da realização do processo licitatório Pregão 036/2012;

DECRETA:

Art. 1º - Fica o servidor municipal Iolando de Assis, ocupante do cargo efetivo de engenheiro civil, designado para atuar como Pregoeiro no Pregão Presencial 036/2012, a ser realizado no dia 06 de setembro de 2012, às 09 horas, em substituição ao servidor Ivandro Sérgio Lopes.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 114/2012**

DECRETO Nº 114, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012

"ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1629, de 10 de setembro de 2012;

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.001.015.451.1033.2060 Sinalização/urbanização de vias urbanas 3390 01.00.00 R\$ 15.000,00

10.002.015.451.1033.2062 Manutenção do paço municipal 3390 01.00.00 R\$ 10.000,00

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públ. 3390 01.00.00 R\$ 50.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:



10.002.015.451.1033.2062 Manutenção do paço municipal 4490 01.00.00 R\$ 40.000,00

10.001.015.451.1033.2060 Sinalização/urbanização de vias urbanas 4490 01.00.00 R\$ 35.000,00

Art. 3o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.001.026.782.1033.1018 Constr. de pontes, galerias e bueiros 4490 01.24.55 R\$ 100.000,00

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o. serão utilizados recursos provenientes do Convênio 8085/2012-3 com o Governo do Estado de Santa Catarina através da Secretaria de Estado da Infraestrutura, com a interveniência da Secretaria de Desenvolvimento Regional de Joinville.

Art. 5o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.001.026.782.1033.1018 Constr. de pontes, galerias e bueiros 4490 01.00.00 R\$ 200.000,00

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação calculado para a fonte: recursos ordinários do tesouro.

Art. 7o - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Garuva, 10 de setembro de 2012.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 79/2012

DECRETO No. 79 de 03 de julho de 2012

"Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar".

JOÃO ROMÃO, Prefeito Municipal de Garuva, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e especialmente a Lei nº 1576/2011, de 26/12/2011.

DECRETA:

Art. 1o - A abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 93.350,00 (noventa e três mil trezentos e cinquenta reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

05.001.027.812.1031.2019 Manutenção do Setor de Esportes 3390 01.00.00 R\$ 3.300,00

07.001.012.361.1028.2028 Man. do Setor de Educação 3390 01.01.00 R\$ 48.000,00

07.001.012.361.1028.2030 Man. de convênios diversos - Educação 4490 01.58.00 R\$ 30.000,00

10.001.027.813.1033.1023 Constr. de parques infantis e praças de esporte 3390 01.00.00 R\$ 10.000,00

10.003.006.181.1033.2063 Man. de Convênios com a Seg. Pública 4490 01.24.19 R\$ 500,00

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos 3390 01.00.00 R\$ 1.500,00

12.001.018.451.1042.2081 Manutenção do Setor de Meio Ambiente 3390 01.00.00 R\$ 50,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o., serão utilizados recursos da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

05.001.027.812.1031.2019 Manutenção do Setor de Esportes 3190 01.00.00 R\$ 3.000,00

05.001.027.812.1031.2019 Manutenção do Setor de Esportes 4490 01.00.00 R\$ 300,00

07.001.012.361.1028.2028 Man. do Setor de Educação 3190 01.19.00 R\$ 48.000,00

07.001.012.361.1028.2030 Man. de convênios diversos - Educação 3390 01.58.00 R\$ 30.000,00

10.001.027.813.1033.1023 Constr. de parques infantis e praças de esporte 4490 01.00.00 R\$ 10.000,00

10.003.006.181.1033.2063 Man. de Convênios com a Seg. Pública 3390 01.24.19 R\$ 500,00

10.003.015.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serv. Públicos 3190 01.00.00 R\$ 1.500,00

12.001.018.451.1042.2081 Manutenção do Setor de Meio Ambiente 3190 01.00.00 R\$ 50,00

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

### Portaria Nº 409/2012

PORTARIA Nº. 409, de 20 de agosto de 2012.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM BASE NA LEI MUN. COMPLEMENTAR 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998 E 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

RESOLVE:

Art. 1o. - Demitir a pedido, a servidora KARINA SANTANA DE SOUZA, portadora do RG 3.965.446-0 e CPF 040.195.799-38, do cargo de Professora Nível I, admitida através da Portaria nº. 144/2012, de 29 de fevereiro de 2012.

Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

MÁRCIA APARECIDA AMARAL CORREA

Secretária Municipal de Educação

### Portaria Nº 415/2012

PORTARIA Nº. 415 de 28 de agosto de 2012.

"SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDOR EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

Considerando, afastamento dos membros da Comissão permanente de Inquérito Administrativo nomeados pela Portaria nº 046/2010;

RESOLVE:

Art. 1o. - Designar os servidores públicos municipais: CESAR CASSIUS MOCKER e ELISELLY ANA ROMÃO para compor Comissão Permanente de Inquérito Administrativo, até o retorno da licença dos servidores afastados.

Parágrafo único - A comissão, apoiada juridicamente pelo Advogado da Prefeitura Municipal, será presidida pelo servidor Cesar Cassius Mocker.



Art. 2o. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria 356/2012 de 23/07/2012.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 417/2012**

PORTARIA Nº. 417, de 30 de agosto de 2012

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO, requerimento nº. 190/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98 SEÇÃO IV ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1o. Conceder licença sem remuneração, para tratar de interesses particulares, pelo período de 40 (quarenta) dias a contar da data de 03 de setembro de 2012, à servidora pública municipal MARLENE TEREZINHA AMARAL, ocupante do cargo de Professora Nível III.

Art. 2o. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 420/2012**

PORTARIA Nº. 420, de 04 de setembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 348/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 348/2012 DE 10/07/2012;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Técnica de Enfermagem, a Senhorita Nathalia Gomes Pereira, CPF nº 068.527.919-71, RG nº 8.579.639-9 - SSP/PR, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saúde, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Técnico, Classe I, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 424/2012**

PORTARIA Nº. 424, de 10 de setembro de 2012.

"DISPÕE SOBRE A POSSE DE SERVIDOR NOMEADO PELA PORTARIA 348/2012, EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA

CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a, DA LEI ORGANICA MUNICIPAL E PORTARIA 348/2012 DE 10/07/2012;

RESOLVE:

Art. 1o. Dar posse, no cargo de Engenheira Sanitarista, a Senhorita Fernanda Souza Lenzi, CPF nº 044.346.669-67, RG nº 4.820.887-6 SSP/SC, com lotação destinada à Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, por 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

Parágrafo Único - A servidora acima empossada terá como base salarial o início da carreira Especialista Superior, Classe I, Referência "A".

Art. 2o. A servidora ora empossada, passa a ser regida em sua carreira funcional pelos preceitos da LC 001/98 e LC 45/09, bem como demais regulamentos vigentes, que tratem dos servidores públicos municipais.

Art. 3o. Esta Portaria entrará na data de sua publicação.

JOÃO ROMÃO  
Prefeito Municipal

**Gaspar**

**PREFEITURA**

#### **Portaria RH 60/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 60/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a) MARA APARECIDA ULIANO BUZZI, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 13/02/2006 a 22/05/2011, devendo folgar a partir de 03/09/2012 a 01/12/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03/09/2012.

Gaspar, 03 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

#### **Portaria RH 61/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 61/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o)

servidor(a ) ROSELI CECILIA BORNHAUSEN, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 05/08/2006 a 09/08/2011, devendo folgar a partir de 10/09/2012 a 08/12/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/09/2012.

Gaspar, 10 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

#### **Portaria RH 62/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 62/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a ) FABRICIA PEREIRA DA SILVA GONÇALVES, ocupante do cargo efetivo de Merendeira/Servente, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 22/01/2007 a 23/08/2012, devendo folgar a partir de 17/09/2012 a 15/12/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

#### **Portaria RH 63/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 63/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a ) ELAINE FROELICH DE BORBA, ocupante do cargo efetivo de Berçarista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/04/2005 a 28/07/2010, devendo folgar a partir de 17/09/2012 a 15/12/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

#### **Portaria RH 64/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 64/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a ) JANETE CRISTIANE OLIVEIRA MELATO, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 22/01/2007 a 13/03/2012, devendo folgar a partir de 17/09/2012 a 15/12/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

#### **Portaria RH 65/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 65/2012

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, a(o) servidor(a ) MARIA ARRIETE GOMES DOS SANTOS VOLTO-LINI, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 01/04/2003 a 19/04/2008, devendo folgar a partir de 17/09/2012 a 15/12/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 10 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

#### **Aviso da Tomada de Preços Nº 6/2012**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

Aviso da Tomada de Preços nº 6/2012

O OBJETO é a instalação e fornecimento de elevadores e monta carga na Policlínica Municipal. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até às 9h do dia 03/10/2012 no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 03/10/2012 às 9h30min no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal, ou através do site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 11 de setembro de 2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**Aviso do Pregão Presencial Nº 137/2012**

PREFEITURA DE GASPAR/SC

Aviso do Pregão Presencial nº 137/2012

OBJETO: Registro de preços de materiais gráficos. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverá ocorrer até as 9h do dia 27/09/2012, no Depto. de Compras do Paço Municipal sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435, Centro, Gaspar/SC. A ABERTURA do certame será dia 27/09/2012 às 9h30min, no local anteriormente citado. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital no Depto. de Compras do Paço Municipal ou através do site: [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar (SC), 11/09/2012.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Resolução Nº 61/2012.**

RESOLUÇÃO Nº 61/2012.

EXONERA A SERVIDORA MONIQUE MARGÔ SERAFIM.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, VII, da Lei Orgânica do município de Gaspar,

CONSIDERANDO o Ofício Interno nº 188, de 31 de agosto de 2012, subscrito pelo Vereador Rodrigo Boeing Althoff, através do qual solicita a exoneração de sua assessora de gabinete [cópia em anexo],

**RESOLVE**

Art. 1º Exonerar a servidora Monique Margô Serafim, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Gabinete, nomeada via Resolução nº 28/2012, de 09 de abril de 2012.

Art. 2º As despesas originadas deste ato correrão por conta de dotação orçamentária Programa: 001 Processo Legislativo; Atividade: 2.00002- Pessoal e Encargos Sociais; Despesa: 3.3.3.9.0.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas Pessoal Civil.

Art 3º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 03 de setembro de 2012.

MESA DIRETORA

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO	RAUL SCHILLER
Presidente	Vice-Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA	JOSÉ HILÁRIO MELATO
1º Secretário	2º Secretário

**Resolução Nº 62/2012.**

RESOLUÇÃO Nº 62/2012.

NOMEIA JAISON RENATO PEREIRA PARA O CARGO DE ASSESSOR PARLAMENTAR - PCL JUNTO AO GABINETE DO VEREADOR RODRIGO BOEING ALTHOFF.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Gaspar, no uso de suas atribuições contidas no art. 39, VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a promulgação da Lei Municipal nº 3.173 em 11 de dezembro de 2009, que "Extingue o cargo de Assessor da Presidência - PCL, altera o cargo de Assessor Legislativo, cria cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar e dá outras

providências";

CONSIDERANDO o teor do Ofício Interno nº 189/2012 subscrito pelo Vereador Rodrigo Boeing Althoff, referente à pessoa por ele indicada para ocupar o cargo de Assessor Parlamentar; e CONSIDERANDO a regularidade da documentação apresentada pelo Vereador em consonância com a Instrução Normativa nº 08/2010 - Anexo IV - do Tribunal de Contas de Santa Catarina,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Jaison Renato Pereira, portador do CPF nº 062.066.789-38, Registro Geral nº 4.940.698, CTPS nº 0090165-série 002-0-SC, PIS 139.50517.72-2 para o cargo de provimento em comissão de Assessor Parlamentar, com a carga horária de 30 horas semanais e com a remuneração de lei.

Art. 2º O servidor submete-se à Resolução nº 24/2010 como meio de controle de frequência ao expediente nesta Casa Legislativa.

Art. 3º As despesas originadas pela presente Resolução correrão por conta de dotação orçamentária à rubrica 3.1.90.11 - Vencimentos Vantagens Fixas - Pessoal Civil.

Art. 4º A presente Resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 03 de setembro de 2012.

MESA DIRETORA

ANTÔNIO CARLOS DALSOCHIO	RAUL SCHILLER
Presidente	Vice-Presidente

CLAUDIONOR DA CRUZ SOUZA	JOSÉ HILÁRIO MELATO
1º Secretário	2º Secretário

---

**SAMAE**

---

**Aviso do Pregão Presencial Nº 41/20102 - SAMAE**

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão nº.41/2012

OBJETO: Aquisição de reservatórios em fibra de vidro para água potável, a serem utilizados para o aumento da reservação de água nos Bairros: Belchior Central e Belchior Baixo e para depósito de cal gel na ETA I.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 27/09/2012.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 27/09/2012 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: [www.samaegaspar.com.br](http://www.samaegaspar.com.br)

Gaspar (SC), em 10 de setembro de 2012.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

**Guaramirim****PREFEITURA****Extrato de Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DO CONTRATO  
Nº. 042/2012- PMG

Objeto: Locação de imóvel para as instalações do Abrigo Institucional da Assistência Social, localizado na Rua Athanásio Rosa, 1504-Vila Amizade, em de Guaramirim.

Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação 04/2012 FAS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC.

Contratada: VLJ Empreendimentos Imobiliários.

Valor do Contrato: R\$: 20.481,96 (vinte mil e quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos)

Vigência: Início: 01/08/2012 Término: 31/07/2013.

Guaramirim-SC, 31 de julho de 2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Extrato Empenho 682012**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE AGRICULTURA

EXTRATO EMPENHO

PREGÃO 68/2012

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Contratada: G. MAIOCHI E CIA LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE ESTEIRA PRA ESCAVADEIRA HIDRAULICA INSTALADA CONTENDO 92 SAPATAS DE 700 MM E PARAFUSOS .

Valor: R\$ 16.400,00 ( Dezesseis mil e quatrocentos reais )

Vigência: INÍCIO: 05/06/2012 TÉRMINO: 31/12/2012 Licitação:

Pregão Presencial nº. 68/2012 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Ailto Maiochi.

EMPENHO Nº 5.144

Guaramirim, 05 de Junho, 2012

NILSON BYLAARDT

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

**Extrato 1 Termo Contratual 722011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO DE RENOVACÃO

CONTRATUAL

Contrato: 72/2011

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

Contratada: IMOBILIARIA BETA LTA

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO SIN E.

Valor: R\$ 5.359,44 ( Cinco mil trezentos e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos )

Vigência: INÍCIO: 23/06/2012 TÉRMINO: 22/06/2012

Licitação: Dispensa de Licitação nº 92/2011

Guaramirim-SC, 23 de Junho de 2012

NILSON BYLAARDT

Prefeito Municipal

**Herval d'Oeste****PREFEITURA****Decreto Nº 3.071/2012.**

Decreto nº 3071/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 50.000,00(Cinquenta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal 2954 de 10 de setembro de 2012;

Decreto

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.012:

1000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1001.103010031-2034 Aquisição de Material Para Distribuição Gratuita

33900000 0100 002 Outras Despesas Correntes R\$ 20.000,00

1001.103010032-2037 Manutenção e Implementação do Programa Saúde da Família

33900000 0100 007 Outras Despesas Correntes R\$ 15.000,00

1001.103010045-2035 Manutenção e Expansão dos Procedimentos de Atenção Primária a Saúde

33900000 0100 021 Outras Despesas Correntes R\$ 15.000,00

Art. 2º - Ficam anuladas seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º deste decreto

1300 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1301 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

1301.161220039-2044 Manutenção, Encargos e Atividades do Fundo de Habitação

33900000 0100 004 Outras Despesas Correntes R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste, 10 de setembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 3.072/2012.**

Decreto nº 3072/2012

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR

NO VALOR DE R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

Nelson Guindani, PREFEITO MUNICIPAL de HERVAL DOESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com a Lei Municipal 2955 de 06 de setembro de 2012;

Decreto

Art. 1º - Fica aberto um crédito suplementar com as seguintes classificações, no orçamento do exercício de 2.012:

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

0602 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

0602.123610012-2016 Manutenção, Encargos e Atividades do Ensino Fundamental

44900000 0122 039 Investimentos R\$ 80.000,00



Art. 2º - Ficam anuladas as seguintes contas do orçamento vigente, para abertura do crédito suplementar do artigo 1º desta decreto

0600 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
0603 DEPARTAMENTO DE CULTURA  
0603.123920018-1004 Construção Centro Artístico Cultural  
44900000 0122 110 Investimentos R\$ 80.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d' Oeste, SC, 10 de setembro de 2012.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

**Ibiam**

**PREFEITURA**

## **L E I Nº 503/2012**

LEI DA LDO Nº503, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO, PARA O EXERCÍCIO 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MÁRIO DE GRASSI - Prefeito Municipal de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam estabelecidas diretrizes, para elaboração do orçamento do Município para o Exercício Financeiro de 2013, as diretrizes gerais de que trata esta Lei, os princípios estabelecidos na Constituição Federal em seu artigo 165 § 2º, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal nº. 4.320 de 17 de Março de 1964, na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000 e na Lei Orgânica do Município, compreendendo:

- I - metas e prioridades da administração municipal;
- II - a estrutura e organização do orçamento;
- III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- VI - das metas fiscais; e
- VII - das disposições gerais.

## **CAPÍTULO I**

### **DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - Em consonância com o Artigo 165 § 2º, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2013, são as especificadas, no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, nas quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2013, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2013, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 2º - O anexo de metas fiscais de receita e de despesas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do Artigo 4º da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

## **CAPÍTULO II**

## **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO**

Art. 3º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por programas e ações no Plano Plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção das atividades do governo como um todo.

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa de governo, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que ocorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como, as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, sub-função e programa às quais se vinculam.

Art. 4º - A Proposta Orçamentária do Município evidenciará as receitas em conformidade com a Portaria conjunta nº.001 de 20 de junho de 2011, e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda e a despesa em conformidade com a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de Maio de 2001 e posteriores alterações, com o seguinte desdobramento:

- I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III - Resumo Geral da Despesa;

IV - Programa de Trabalho;

V - Programa de Trabalho de Governo por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos e Atividades;

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções, e Sub-Funções conforme o Vínculo com os Recursos;

VII - Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, podendo ser indicado o seu desdobramento por Elemento e/ou Sub-Elemento, segundo cada Unidade Orçamentária;

IX - Planilha da Despesa por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, caracterização das metas, objetivos e fontes de recursos;

X - Demonstrativo da Evolução da Receita por fonte, conforme disposto no Artigo 12 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000;

XI - Demonstrativo da Evolução da Despesa por categoria econômica, podendo ser indicada as modalidades;

XII - Demonstrativo do orçamento fiscal.

§ 1º - Os Fundos Municipais poderão integrar o orçamento geral do Município, apresentando em destaque as receitas e despesas a eles vinculadas.

§ 2º - Os relatórios previstos neste artigo poderão ser atualizados para atender a Portaria nº. 42, de 14 de Abril de 1999, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Portaria Interministerial nº. 163 de 04 de maio de 2001, Portaria conjunta nº. 01, de 20 de junho de 2011 e alterações posteriores efetuadas pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º - O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, e dos Fundos Municipais, abaixo descritos:

- Fundo Municipal de Saúde (descentralizado);

- Fundo Municipal de Assistência Social (descentralizado);  
- Fundo Municipal da Criança e da Adolescência (centralizado);  
- Fundo Municipal de Habitação (centralizado).  
Art. 6º - A mensagem que encaminhará o Projeto de Lei Orçamentária conterá:  
I - Texto da Lei;  
II - Quadro Demonstrativo da Evolução da Receita Arrecadada dos exercícios de 2009 a 2011, fixada para 2012 e projetada para 2013 a 2015;

III - Quadro Demonstrativo da Dívida Fundada em 31 de Dezembro de 2011 e a projeção de desembolso para os exercícios de 2013 a 2015;  
IV - Quadro Demonstrativo da Dívida Flutuante, com identificação das contas e saldos no último dia do mês imediatamente anterior ao da remessa da Proposta orçamentária à Câmara Municipal;  
V - Quadro demonstrativo da composição do Ativo Financeiro no último dia do mês imediatamente anterior à remessa da Proposta Orçamentária à Câmara Municipal;  
VI - Quadro Demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados nos exercícios de 2009 a 2011;  
VII - Justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2013;  
VIII - Quadro Demonstrativo das Receitas Correntes Líquidas de 2009 a 2011, despesas com pessoal por Poder para o mesmo período e percentual de comprometimento;  
IX - Demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito, se for o caso.

### CAPÍTULO III

#### DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - O Orçamento Fiscal do Município para o exercício de 2013 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo, Executivo e seus Fundos e as ações e metas serão extraídas do Plano Plurianual atualizado.  
Art. 8º - Os estudos para definição da previsão da Receita para o exercício de 2013, excluídas as previsões de convênios, operações de crédito e alienação de ativos, deverá observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios imediatamente anterior e fatores locais que possam influenciar da definição da previsão da receita.  
Art. 9º - Se a receita estimada para o exercício de 2013, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá solicitar ao Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.  
Art. 10 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;  
II - eliminação de despesas com horas extras;  
III - redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;  
IV - redução dos investimentos programados;  
V - redução de contratos, auxílios, contribuições e subvenções;  
VI - demissão de ocupantes de cargos comissionados.  
Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.  
Art. 11 - A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não poderá exceder, no exercício de 2013 a 10%(Dez por

cento) da Receita Corrente Líquida fixada no exercício de 2013.  
Art. 12 - Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo IX desta Lei.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2012.

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei a Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 13 - O Orçamento para o exercício de 2013, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, resultado primário e reforço de dotações orçamentárias, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 14 - Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no plano plurianual.

Art. 15 - Para atender o disposto na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000, o Executivo Municipal incumbir-se-á do seguinte:

I - estabelecer programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com a devida publicação, dentro do prazo legal;

II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas fiscais de receitas e despesas, e se não atingidas deverá realizar cortes na realização de despesas do Poder Executivo e do Legislativo;

III - O Poder Executivo Municipal emitirá ao final de cada semestre, relatório de gestão fiscal, avaliando o cumprimento das metas fiscais, em audiência pública.

Art. 16 - Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, ou por força de convênio.

§ 1º - Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais;

§ 2º - A eventual arrecadação de receitas de determinada fonte de recursos vinculados ou não, em montante superior ao previsto na Lei do Orçamento Anual, se constituirá recurso hábil a suplementações orçamentárias por excesso de arrecadação, ou provável excesso, quando evidenciado o ingresso do recurso excedente ou comprovado através de convênio firmado em cada fonte específica.

Art. 17 - As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2012, serão as constantes no Anexo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 18 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo e de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica.

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade Municipal.

Art. 19 - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade deverá apresentar declaração de funcionamento regular em 2013, por autoridades locais, e comprovante de regularidade fiscal e de sua Diretoria.

Art. 20 - As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o

cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, com a respectiva prestação de contas.

Art. 21 - Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 22 - Despesas de custeios de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 23 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o Exercício de 2013, a preços correntes.

Art. 24 - O Poder Executivo Municipal é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;

II - realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;

III - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (Trinta por cento) do orçamento das despesas, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa, nos termos do Inciso VI do Artigo 167 da Constituição Federal.

Art. 25 - Durante a execução orçamentária de 2012, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo X desta Lei e alterações posteriores.

#### CAPÍTULO IV

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DÍVIDA PÚBLICA

Art. 26 - O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta orçamentária, podendo, se necessário, incluir novos programas e ações.

Art. 27 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2012, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento e incluídas posteriormente mediante crédito especial ou suplementar.

Art. 28 - As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária com alterações posteriores e autorizadas por lei específica.

Art. 29 - A verificação dos limites da dívida pública serão feitas na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO V

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 30 - O Executivo Municipal, mediante lei, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público, cargo em comissão ou em caráter temporário na forma da lei, observada os limites e as regras da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 31 - A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, obedecido os limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento)

da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 32 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no Art. 20, III da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 33 - O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000:

I - eliminação das despesas com serviços extraordinários;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;

V - Disponibilidade de servidores estáveis.

Art. 34 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem à substituição de servidores ou empregados públicos, serão contabilizados como "outras despesas de pessoal".

Parágrafo Único - Para efeito do disposto neste Artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas

decorrentes de utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 35 - A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida na Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

#### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 36 - O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentado estudos do seu impacto e atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 37 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de Maio de 2000.

Art. 38 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### CAPÍTULO VII

##### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 - O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 40 - Caso seja necessária à limitação de empenhos e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição de cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º - Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste artigo, o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível, para empenho e movimentação financeira.

§ 2º - O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na



comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação financeira e empenho.

Art. 41 - O Poder Executivo Municipal deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária para o exercício de 2013, cronograma anual de desembolso mensal, por órgão do Poder Executivo, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 42 - Até o dia 30 de Outubro de 2012, O Executivo Municipal encaminhará a Câmara Municipal à proposta orçamentária para o Exercício Financeiro de 2013.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "Caput" deste artigo, respeitando-se evidentemente toda a tramitação prevista no Regimento Interno da mesma.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2013, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2012, o Excesso ou provável excesso de arrecadação, a;

- Anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 43 - O Executivo Municipal fica autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhado cópia de todos os convênios firmados a Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 44 - Fazem parte integrante desta Lei os seguintes Anexos:

- a) - Demonstrativo I - Metas anuais;
- b) - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- c) - Demonstrativo III - Metas fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixas nos três exercícios anteriores;
- d) - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) - Demonstrativo V - Origem e aplicação de recursos obtidos com alienação de ativos;
- f) - Demonstrativo VI - Avaliação da Situação financeira e atuarial do RPPS;
- g) - Demonstrativo VII - Estimativa e compensação da renúncia de receita;

h) - Demonstrativo VIII - Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;

i) - Demonstrativo IX - Anexo de riscos fiscais;

j) - Demonstrativo X - Metas e prioridades.

Art. 45 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 46 - Revogam-se as disposições em contrário.

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

Centro Administrativo De Ibiam - Sc, 11 De Setembro De 2012.

NELSON MÁRIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos onze dias do mês de setembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec.Da Adm.E Da Fazenda.

## Lei Nº 502/2012

LEI MUNICIPAL Nº 502, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012.

"Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual 2010/2013, Lei 413/2009 do Município de IBIAM para o Exercício de 2013 e dá outras providências."

NELSON MARIO GRASSI - Prefeito Municipal de IBIAM - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, coloca para apreciação e aprovação o seguinte Projeto de LEI:

Art. 1º - Ficam alteradas as planilhas que compõem o Plano Plurianual, representadas no anexo III, com a inclusão e alteração de ações, com adequação de metas e valores para o exercício de 2013, e estruturação de acordo com as fontes e detalhamentos de recursos, conforme anexo II, e Programas especificados no anexo I;

Art. 2º - Os valores constantes em cada ação foram atualizados de acordo com as previsões de arrecadação de receitas do anexo IV, com a indicação das respectivas fontes e detalhamento de recursos;

Art. 3º - Foram atualizados os valores para o exercício de 2013, de maneira a adequar os programas, fontes, e manter o equilíbrio entre receitas e despesas que sofrem constantes modificações no cenário econômico de cada ente;

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo De Ibiam - Sc, 10 De Setembro De 2012

NELSON MARIO GRASSI

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos dez dias do mês de setembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA

Sec.Da Adm.E Da Fazenda

## Lei Nº 504/2012

LEI N. 504, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONVÊNIO COM A UNOESC - UNIVERSIDADE DO OESTE DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, c/c o art. 158 e ss., ambos da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Campus de Joaçaba/SC e Videira/SC.

§ 1º. O convênio de que trata o caput deste artigo tem por objeto a celebração de parceria para fins de propiciar/regular condições de estágio curricular aos alunos de graduação da UNOESC junto às repartições públicas do Município de Ibiam.

§ 2º. Referido convênio não acarretará qualquer ônus aos cofres públicos municipais, e será formalizado de acordo com a legislação inerente.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo De Ibiam - Sc, 11 De Setembro De 2012.

NELSON MARIO GRASSI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos onze dias do mês de setembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA  
Sec. Da Adm. E Da Fazenda

### **Lei Nº 505/2012**

LEI N.º 505, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

“CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE IBIAM - FUNMDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NELSON MARIO GRASSI, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, I, Lei Orgânica do Município c/c a Lei n. 437/10; faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica criado o Fundo Municipal de Defesa Civil do Município de Ibiã - FUNMDEC, vinculado a Secretaria da Administração e da Fazenda e que será administrado por um Conselho Gestor.

Art. 2º. Fica instituído o Conselho Gestor, que será composto por 05 (cinco) membros, sendo o presidente indicado pelo Chefe do Poder Executivo e os demais escolhidos dentre os membros que compõem a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC.

Parágrafo único. Os membros do Conselho Gestor não serão remunerados a qualquer título, sendo, entretanto, as atividades desenvolvidas consideradas como serviços públicos relevantes.

Art. 3º. O FUNMDEC tem por finalidade captar, controlar e aplicar recursos financeiros, de modo a garantir a execução de ações preventivas, de socorro e de assistência emergencial às populações atingidas por desastres.

Art. 4º. Compete ao órgão gestor do FUNMDEC:

- I - administrar recursos financeiros;
- II - cumprir as instruções e executar as diretrizes estabelecidas pela COMDEC;
- III - prestar contas da gestão financeira;
- IV - desenvolver outras atividades atribuídas pelo Chefe do Executivo e que sejam compatíveis com os objetivos do FUNMDEC.

Art. 5º. Constitui receita do FUNMDEC:

- I - as dotações orçamentárias consignadas anualmente no Orçamento Geral do Município, e os créditos adicionais que lhe forem atribuídos;
- II - os recursos transferidos da União, Estado ou Município;
- III - os auxílios, doações, subvenções e contribuições de entidades públicas ou privadas, nacional ou estrangeiras, destinados a prevenção de desastres, socorro, assistencial e reconstrução;
- IV - os recursos provenientes de dotação e contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- V - a remuneração decorrente de aplicação no mercado financeiro;
- VI - os saldos dos créditos extraordinários e especiais, aberto em decorrência de calamidade pública, não aplicados e ainda disponíveis;
- VII - outros recursos que lhe forem atribuídos.

Parágrafo único. Os recursos do FUNMDEC serão movimentados em conta corrente específica aberta junto a Banco oficial.

Art. 6º. Compete a COMDEC, além de supervisionar e fiscalizar os recursos empregados pelo FUNMDEC:

- I - fixar as diretrizes operacionais do FUNMDEC;
- II - ditar normas e instruções complementares disciplinadoras da aplicação dos recursos financeiros disponíveis;
- III - sugerir o plano de aplicação para o exercício seguinte;
- IV - disciplinar e fiscalizar o ingresso de receitas;
- V - decidir sobre a aplicação dos recursos;
- VI - analisar e aprovar mensalmente as contas do FUNMDEC;
- VII - promover o desenvolvimento do FUNMDEC e exercer ações para que seus objetivos sejam alcançados;
- VIII - apresentar, anualmente, relatório de suas atividades;
- IX - definir critérios para aplicação de recursos nas ações preventivas.

Art. 7º. O FUNMDEC será implementado no transcorrer do presente Exercício Financeiro e suas dotações orçamentárias serão consignadas anualmente no orçamento geral do Município.

Art. 8º. O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, regulamentará por Decreto o funcionamento do FUNMDEC.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo De Ibiã - Sc, 11 De Setembro De 2012.  
NELSON MARIO GRASSI  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria aos onze dias do mês de setembro de dois mil e doze.

ALCINDO PEROSA  
Sec. Da Adm. E Da Fazenda

### **Contrato Nº 017/2012**

CONTRATO Nº 017/2012  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2012  
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2012

CONTRATANTE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM  
CNPJ: 11.250.761/0001-18

CONTRATADO - SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA  
CNPJ: 03.392.348/0001-60

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETAS REGULAR, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES, COMERCIAL COMPACTÁVEIS E RESÍDUOS HOSPITALARES DE ACORDO COM AS NORMAS DE SEGURANÇA E LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTES.

VIGENCIA-11/09/2012 a 31/12/2012 ASSINATURA-11/09/2012  
VALOR TOTAL : 4.760,00 ( QUATRO MIL SETECENTOS E SESSENTA REAIS )

# Imbituba

## PREFEITURA

### Decreto PMI Nº 100.2012

DECRETO PMI Nº 100, de 03 de setembro de 2012.  
Constitui a Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93, inciso VII e Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, a Lei n.º 2.863/2006, de 29 de março de 2006, combinado com o disposto pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, composta por 05 (cinco) membros que procederá ao recebimento, análise e julgamento dos processos licitatórios e documentos relativos ao cadastramento de licitantes do Município de Imbituba.

Art. 2º Para comporem a Comissão ora constituída ficam nomeadas as Senhoras Milene Ribeiro, Ana Maria Espindola da Silveira, e os Senhores Dilson Petrassem Júnior, José Bertolino Medeiros Neto e Daniel Henrique de Sá.

Parágrafo único. A referida comissão será presidida pelo Sr. Dilson Petrassem Júnior e Secretariada pela Senhora Ana Maria Espindola da Silveira.

Art. 3º À Comissão Permanente de Licitação compete privativamente:

I - Examinar e julgar todos os documentos relativos ao cadastramento de licitantes.

II - Deliberar sobre a conveniência de aquisições de bens e serviços.

III - Receber as propostas dos participantes em licitações públicas.

IV - Proceder à análise e julgamento das propostas recebidas e abertas.

V - Encaminhar as propostas julgadas ao Prefeito Municipal de Imbituba para homologação.

Art. 4º À Comissão Permanente de Licitação fará a gerência do processo licitatório da Prefeitura, Fundos, Fundações e Autarquias Municipais nas seguintes modalidades:

I - Concorrência Pública

II - Tomada de Preços

III - Convite

IV - Leilão

V - Dispensa de Licitação

VI - Inexigibilidade de Licitação

VII - Pregão presencial e eletrônico

Art. 5º O Presidente da Comissão Permanente de Licitação fica autorizado a assinar os editais e demais documentos inerentes, bem como baixar os atos necessários para a fiel execução do processo licitatório e ainda analisar e deferir o Certificado de Registro Cadastral - CRC, ficando o Secretário incumbido de elaborar as atas e relatórios das reuniões e dos atos praticados pelos seus membros.

Art. 6º Os Membros nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação serão gratificados pelos serviços prestados à mesma, na forma da Lei nº 2.863, de 29 de março de 2006.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogado o Decreto PMI nº 103, de 02 de setembro de 2011.

Imbituba, 03 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Decreto PMI Nº 101.2012

DECRETO PMI 101, de 03 de setembro de 2012.

Designa Pregoeira e Equipe de apoio para a realização dos Pregões da Prefeitura Municipal de Imbituba, nos termos do artigo 3º, inciso IV da lei n.º 10.520/02, de 17 de julho de 2002 e Decreto n.º 0096/2006, de 09 de fevereiro de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica DESIGNADA o Sr. Dilson Petrassem Júnior, para atuar nos Pregões destinados a aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito municipal com as seguintes atribuições:

a) credenciar os participantes;

b) receber as propostas;

c) analisar a aceitabilidade das propostas;

d) classificar as propostas;

e) receber os lances;

f) analisar a aceitabilidade dos lances;

g) classificar os licitantes segundo o critério de menor preço;

h) verificar os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta;

i) declarar vencedor o licitante que atender as exigências fixadas no edital;

j) adjudicar o objeto do certame ao licitante declarado vencedor.

Art. 2º Fica designada a Equipe de Apoio composta pelos seguintes servidores, ocupantes de cargo na Prefeitura Municipal de Imbituba:

a) Daniel Henrique de Sá;

b) Ana Maria Espindola da Silveira;

c) José Bertolino Medeiros Neto;

d) Milene Ribeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto PMI nº 104, de 02 de setembro de 2011.

Imbituba, 03 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Resolução CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 019/2012

O Conselho municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais que lhe confere a Lei Nº. 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)

- tendo em vista a Lei Municipal Nº. 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 10 de maio de 2012:

#### RESOLVE

1º - Aceitar/ Aprovar, conforme a Lei nº 4058, de 27 de março de 2012 e Relatório de visita sob o OF. Nº 108/12, e Ata nº 37/2012, a Celebração de Convênio entre o Município de Imbituba com o recurso do Fundo Municipal de Assistência Social FMAS e a Associação Beneficente Professora Georgete .

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMETRIO  
Presidenta

#### Resolução CMAS Nº 020.2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IMBITUBA/SC  
RESOLUÇÃO CMAS N.º 020/2012

O conselho municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais lhe confere a Lei N.º 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal N.º 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 04 de junho de 2012:

#### RESOLVE:

1º - Aceitar/Aprovar a contratação de FAMÍLIAS ACOLHEDORAS, conforme ofício do Ministério Público N.º 0065/2012/01PJ/IMB, referente à Proteção Social de Alta Complexidade e seguindo os critérios do Edital de Credenciamento N.º 001/2010:

- Faixa Etária: a partir de 25 anos;
- Residência: Município de Imbituba;
- Estado Civil: sem restrições;
- Disponibilidade: Atendimento aos cuidados básicos (alimentação, recreação, educação, afetividade, saúde e outros);
- Aceitação da criança pelos residentes da casa.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO  
Presidenta do CMAS

#### Resolução CMAS Nº 021.2012

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IMBITUBA/SC  
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - IMBITUBA/SC  
RESOLUÇÃO CMAS N.º 021/2012

O conselho municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais lhe confere a Lei N.º 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal N.º 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 06 de julho de 2012:

#### RESOLVE:

1º - Aceitar/Aprovar e Nomear a ASSOCIAÇÃO IMBITUBENSE DAS PESSOAS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA - AIPPODEF, Membro Titular deste Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, tendo como seus Representantes os Senhores João Batista Laurindo e José Leal Ramos, titular e suplente respectivamente,.

2º Aprovar o REGIMENTO INTERNO DO CMAS conforme Lei nº 3.936/2011 de 15 de julho de 2011.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO  
Presidenta do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS N.º 021/2012

O conselho municipal de Assistência Social de Imbituba - CMAS - no uso de atribuições legais lhe confere a Lei N.º 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) - tendo em vista a Lei Municipal N.º 3.936/2011 de 15 de julho de 2011 que dispõe sobre sua criação, e seu Presidente, nas suas atribuições legais, e diante da DELIBERAÇÃO DO COLEGIADO em Reunião Extraordinária do dia 06 de julho de 2012:

#### RESOLVE:

1º - Aceitar/Aprovar e Nomear a ASSOCIAÇÃO IMBITUBENSE DAS PESSOAS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA FÍSICA - AIPPODEF, Membro Titular deste Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, tendo como seus Representantes os Senhores João Batista Laurindo e José Leal Ramos, titular e suplente respectivamente,.

2º Aprovar o REGIMENTO INTERNO DO CMAS conforme Lei nº 3.936/2011 de 15 de julho de 2011.

EDNA DOS SANTOS SOUZA DEMÉTRIO  
Presidenta do CMAS

#### Portaria DGP/SEAGP N.º 258/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 258, de 10 de setembro de 2012.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio ao servidor ALÉCIO ROCHA, Assistente Operacional, matrícula nº 22, inscrito no CPF sob o n.º 341.875.029-04, admitido em 13 de novembro de 1987, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2002 a 2007	03.09.2012 a 01.12.2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de setembro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 10 de setembro de 2012.  
JOSÉ ROBERTO MARTINS  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

#### Portaria DGP/SEAGP N.º 259/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 259, de 10 de setembro de 2012.  
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio a servidora SIRLÉIA ESTER ZEFERINO DE BRUM, Assistente Administrativo, matrícula nº 525,



inscrita no CPF sob o n.º 578.436.279-87, admitida em 02 de maio de 1986, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	03.12.2012 a 02.03.2013

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 10 de setembro de 2012.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Portaria DGP/SEAGP N.º 260/2012

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 260, de 10 de setembro de 2012.

Dispõe sobre a admissão de Técnica em Laboratório de Análises Clínicas, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art.1º Admitir, a abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Edital - 01/2011, com carga horária de 40 horas semanais, para exercer o cargo/função, conforme descrito na tabela seguinte, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Nome	Cargo	CPF	Admissão
Karyne Pulita	Técnica em Laboratório de Análises Clínicas	009.594.519-94	03/09/2012

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de setembro de 2012, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 10 de setembro de 2012.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANDREZA BARCELOS CARVALHO

Diretora de Gestão de Pessoas

### Publicação de Extrato de Revogação de Pregão Presencial 42/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica, que fica revogado o Processo Licitatório nº 48/2012, na modalidade de Pregão Presencial nº 42/2012, devido o não comparecimento de interessados caracterizando a licitação como deserta.

Imbituba, 12 de setembro de 2012.

MICHELLE FRANCINE P. O. DE SOUZA

Pregoeira Oficial

### Publicação de Extrato Pregão Presencial 43/2012 (Saúde)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 49/2012

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2012

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 24 de setembro de 2012, licitação na modalidade de Pregão Presencial do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para Contratação de pessoa jurídica especializada para realização de consultas especializadas oftalmologia. A íntegra do Edital poderá ser retirada somente no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 12 de setembro de 2012.

DILSON PETRASSEM JUNIOR

Pregoeiro Oficial

### CÂMARA MUNICIPAL

### Portaria CMI N° 071/2012

PORTARIA CMI nº 071/2012

"Concede Férias ao servidor OTONIEL NASCIMENTO CARDOSO"

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, em especial aquelas conferidas pelo Art. 67 da Lei Orgânica do Município e pelo Art. 35, XXIII, do Regimento Interno da Câmara Municipal, resolve:

Conceder, ao Sr. Otoniel Nascimento Cardoso, férias regulamentares de 20 (dez) dias, referentes ao período aquisitivo de 02/10/2010 a 01/10/2011, a ser gozada no período de 10/09/2012 a 29/09/2012, com retorno ao trabalho programado para o dia 30/09/2012.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 04 de setembro de 2012.

ELÍSIO SGROTT

Presidente

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Registrada, publicada e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 04 de setembro de 2012.

# Ipumirim

## PREFEITURA

**Portaria Nº. 435/2012 de 11 de Setembro de 2012.**  
AFASTA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CONTRATADA POR CONCURSO PÚBLICO POR AUXÍLIO DOENÇA.

VALDIR ZANELLA, Prefeito de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com os artigos 99 e 100 da Lei Complementar 001/2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e das outras Providências.

**AFASTA POR AUXÍLIO DOENÇA**

MARIA ALZIRA ALVES DE MELLO SCHRODER, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº. 1873689-0 e CPF nº.923.737.129-20 residente e domiciliada nesta cidade e município de Ipumirim - SC, no cargo de provimento efetivo de Zeladora, com vencimentos previstos na Classe B, do Grupo D - SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, afastamento por auxílio doença por prazo indeterminado a partir da data de hoje conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 11 de setembro de 2012.

Ipumirim - SC, 11 de Setembro de 2012.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

**Processo de Licitação Nº 22, Pregão Presencial Nº 12**

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2012  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 22/2012

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE IPUMIRIM torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 25/09/2012, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 25/09/2012. Objeto da licitação: aquisição de equipamentos hospitalar e laboratorial, destinado a Unidade Básica de Saúde. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo &gt; licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 11/09/2012  
JACIR LIRIO BONISSONI  
Gestor Do Fundo Municipal De Ipumirim

**Edital S.M.e.C.e. Nº. 008/2012 de 10 de Setembro de 2012**

ABRE INSCRIÇÃO PARA PROGRESSÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO OU CAPACITAÇÃO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim - SC, no uso de suas atribuições, nos termos da subseção III da Lei Complementar nº 003/2002, de 27 de setembro de 2002, torna público, pelo presente Edital as normas e procedimentos que nortearão a progressão por Cursos de perfeição ou Capacitação dos membros do Magistério Público Municipal.

Art. 1º - Fica aberto às inscrições para a Progressão por Curso de Aperfeiçoamento ou Capacitação ao Membro do Magistério Público Municipal estável na forma da Constituição Federal e concursado com estágio probatório concluído.

Art. 2º - Os Membros do Magistério Público Municipal efetivos deverão requerer progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação até dia 30 de setembro, junto a Secretaria Municipal de Educação, Rua Bento Gonçalves nº. 220, juntando os seguintes documentos:

1 - Requerimento em formulário específico conforme anexo I do presente Edital.

2 - Cópia autenticada dos certificados dos cursos com carga horária igual ou superior de 20 (vinte) horas/aula frequentadas ou ministradas a partir do ano de 2009.

Art. 3º - Para a referida progressão serão observados todos os artigos e parágrafos da Subseção III da Lei Complementar nº. 003/2002 de 27 de Setembro de 2002.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Edital produzirá efeitos a partir de 10 de setembro de 2012.

Ipumirim - SC, 10 de setembro de 2012.  
VALDIR ZANELLA  
Prefeito Municipal

# Irineópolis

## PREFEITURA

**Portaria N º 286/2012**

REDUZ CARGA HORÁRIA DE PROFESSORA ACT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art 1º - REDUZ, a carga horária do contrato de trabalho temporário da servidora ANDREA APARECIDA KOPECKI, nascida em 26/08/1975, portadora do CPF nº 017.732.099-06, RG. nº 10/R-3.247.007, SSP/SC, contratada para as atividades de Professora ACT, através da Portaria nº 060/2012 de 06/02/2012 e Contrato de Trabalho Temporário nº 024/2012, passando de 40h/sem para 20h/sem.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 01 de setembro de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º 287/2012.**

“CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Licença a Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 02/09/2012 a 01/10/2012, a servidora efetiva ADELAIR DA APARECIDA FLORENCIO GEVIESKI.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 02 de setembro de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Portaria N.º 288/2012.**

“CONCEDE LICENÇA A TÍTULO DE PRÊMIO POR ASSIDUIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão WANDERLEI LEZAN, usando da competência que lhe confere os itens VII e IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal;

**RESOLVE:**

Art 1º - Conceder 31 (trinta e um) dias de Licença a Título de Prêmio por Assiduidade, no período de 10/09/2012 a 10/10/2012, a servidora efetiva TANIA REGINA RUCKL PEREIRA.

Art 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 10 de setembro de 2012.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal.

**Itapoá**

**PREFEITURA**

**Portaria N.º 572/2012.**

PORTARIA N.º 572/2012.

“Dispõe sobre a concessão do benefício APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a servidora HERTA K. J. DE CAMARGO”.

O Diretor Executivo do IPESI - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 22 da Lei Complementar Municipal nº 011/2005 de 05 de dezembro de 2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO a servidora HERTA K. J. DE CAMARGO, efetiva no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, nível IV, lotada na Secretaria de Saúde, com proventos integrais, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41//03 da CF/88 conforme processo administrativo do IPESI nº 2012.04.0005P a partir de 12 de agosto de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12 de agosto de 2012, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 03 de setembro de 2012.  
JOÃO GARCIA DE SOUZA  
Diretor Executivo  
Homologo

MARIO ELOI TAVARES  
Prefeito Municipal

**Extrato do Convite Nº 22/2012 - Processo Nº 72/2012**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 20/09/2012 às 09h30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até às 9h estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Licitação na modalidade CONVITE nº 22/2012 - PROCESSO Nº 72/2012, para a Contratação de empresa para Execução de serviços e consertos para manutenção de 1000m² de vias pavimentadas com blocos sextavados, conforme especificações constantes no Anexo I do edital, projeto básico, ART, e memorial descrito parte integrante deste edital. O Edital contendo especificações em partes, para averiguação poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), como também consultado pelo site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura especificamente na Secretaria de Administração e Finanças, Departamento de Licitações e Contratos (DLC), será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (doze reais), no qual estão disponíveis nos horários das 08h às 14h.

Itapoá, 10 de setembro de 2012.  
MÁRIO ELÓI TAVARES  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA

### Decreto Nº 4.153 de 10 de Setembro de 2012.

DECRETO Nº 4.153 DE 10 DE SETEMBRO DE 2012.

"NOMEIA SECRETÁRIO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA EXERCER AS FUNÇÕES DE ORDENADOR DE DESPESAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), usando de atribuições que lhe são conferidas por lei;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Secretário de Gestão Administrativa para exercer as funções de "ORDENADOR DE DESPESAS" do Município.

Art. 2º Fica revogado o parágrafo único ao art. 1º do Decreto Nº 3.746/2011.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

JOAÇABA-SC, em 10 de setembro de 2012.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### Portaria N.º 4.375

PORTARIA Nº 4.375 DE 16 DE JANEIRO DE 2012

"ENQUADRA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 60, inciso XI da Lei Orgânica do Município e Art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º. ENQUADRAR o(a) Servidor(a) LURDES CORREIA DE AVILA, lotado(a) no(a) Secretaria Municipal de Gestão Financeira, Monitor Social, Classe "B-IX", para o cargo de Monitor Social, Classe "D-VIII", de acordo com os anexos II, IV e V da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2012, em conformidade com o art. 50 da Lei Complementar nº 211 de 05 de dezembro de 2011, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, em 16 de janeiro de 2012

RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 5.278

PORTARIA Nº 5.278 DE 03 DE SETEMBRO DE 2012

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, do(a) Sr.(a) CINTIA ANGELA KOPSEL, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 064 de 19 de setembro de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal e Lei Complementar n.º 94 de 04 de março de 2005 e por ter sido classificado em teste para emprego público com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto

de 2008, reenquadrada na condição de ocupante de emprego público, nos termos da Lei Complementar n.º 140/2007, Lei Federal n.º 11.350/2006 e o artigo 2º, parágrafo único, da Emenda Constitucional n.º 51/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 03 de setembro de 2012

RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 5.279

PORTARIA Nº 5.279 DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) GISLAINE FERREIRA COUTINHO SOARES, para exercer o cargo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de setembro de 2012.

RAFAEL LASKE

### Portaria N.º 5.280

PORTARIA Nº 5.280 DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) LEILA ANGELICA PAULI, para exercer o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2012, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08

de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de setembro de 2012.

RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 5.281**

PORTARIA Nº 5.281 DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

“NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE Joaçaba (SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ALINE PIVA, para exercer o cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 002/2012, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da publicação desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de setembro de 2012.

RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 5.282**

PORTARIA Nº 5.282 DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. NATHALIA COSTENARO MASCARELLO para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 906/2012/PMJ de 22 de fevereiro de 2012 proveniente da Compra Direta n.º 63/2012/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 22 de fevereiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de setembro de 2012.

RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 5.283**

PORTARIA Nº 5.283 DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 887/2012/PMJ de 13 de janeiro de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 04/2012/PMJ - Dispensa de Licitação n.º 02/2012/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de setembro de 2012.

RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 5.284**

PORTARIA Nº 5.284 DE 04 DE SETEMBRO DE 2012

“DESIGNAR SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - DESIGNAR a Sra. MARILDE TEREZINHA BITTENCOURT para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato n.º 889/2012/PMJ de 18 de janeiro de 2012 proveniente do Processo Licitatório n.º 131/2012/PMJ - Pregão Presencial n.º 61/2012/PMJ, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei n.º 8666/93.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 18 de janeiro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 04 de setembro de 2012.

RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 5.285**

PORTARIA Nº 5.285 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

“CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - INSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL para avaliação de títulos do Edital de Teste Seletivo SAMU n.º 005/2012/SMS.

2º - DESIGNAR os servidores: NAIARA KREVE, SULANY DE FATIMA B. WELTER E TIAGO DUPONT GIUMBELLI, para comporem a Comissão a fim de dar cumprimento ao disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de setembro de 2012.

RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 5.286**

PORTARIA Nº 5.286 DE 05 DE SETEMBRO DE 2012

“PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003,

resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) GIVANILDO AMARAL CONCEIÇÃO, Motorista Socorrista - SAMU, até 30 de janeiro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006 e por ter sido classificado em teste seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 25 de agosto de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 05 de setembro de 2012  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 5.287**

PORTARIA Nº 5.287 DE 10 DE SETEMBRO DE 2012  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO do(a) Servidor(a) Sr.(a) CLODOMAR NATAL CASARIM, Motorista Socorrista - SAMU, até 30 de janeiro de 2013, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares n.º 97 de 18 de março de 2005 e n.º 119 de 26 de maio de 2006 e por ter sido classificado em teste seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de setembro de 2012, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 10 de setembro de 2012  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria N.º 5.288**

PORTARIA Nº 5.288 DE 10 DE SETEMBRO DE 2012  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º - INSTITUIR COMISSÃO ESPECIAL para avaliação de títulos do Edital de Teste Seletivo Simplificado n.º 006/2012/SMS.

2º - DESIGNAR os servidores: LUIZ FERNANDO VACCARI, GABRIELLA BALESTRIN E DIANE CARINA MATANA, para comporem a Comissão a fim de dar cumprimento ao disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba (SC), em 10 de setembro de 2012.  
RAFAEL LASKE

#### **Extrato PP 38/2012/PMJ - PL 78/2012/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE LICITAÇÃO/PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2012/PMJ  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2012/PMJ

Objeto: aquisição de pneus novos, de acordo com as especificações do Anexo I deste Edital, destinados à manutenção dos veículos da Frota Municipal utilizados nas atividades da Secretaria Municipal de Educação. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 25/09/2012. Processamento do Pregão: às 14h 30min do dia 25/09/2012, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@joacaba.sc.gov.br](mailto:comprasjba@joacaba.sc.gov.br).

Joaçaba, 10 de setembro de 2012.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### **Contrato 341/2012/PMJ - TA 3/2012**

CONTRATO Nº 341/2009 - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.284.904/0001-60, estabelecida na Rua Hidalgo Araújo nº 773 - sala 02 Jd. Florianópolis, na cidade de São José (SC), doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. PATRICK GABRIEL FONTANELLA KUHNEN, portador da Carteira de Identidade nº 4.037.452-1 e CPF nº 006.191.809-19, residente e domiciliado na Rua Hidalgo Araújo, 773 - Bairro Jardim Florianópolis, na cidade de São José - SC, resolvem de comum acordo e obedecendo às normas da Lei nº 8.666/1993, celebrar entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 341/2009, celebrado em 05 de outubro de 2009, proveniente do Processo de Licitação nº 72/2009, que tem por objeto a prestação pela CONTRATADA de serviços de recepcionistas (dois postos) no prédio sede da Prefeitura de Joaçaba (SC), onde se adita a CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E REVISÃO**

Fica revisado de R\$ 2.895,19 (dois mil oitocentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos), para R\$ 3.183,36 (três mil cento e oitenta e três reais e trinta e seis centavos) o valor mensal a ser pago para a CONTRATADA, a partir de 01 de agosto de 2012, em atendimento ao requerimento da mesma por ocasião da Convenção Coletiva de Trabalho 2012/2012 relativa à categoria, conforme sugerido no parecer emitido pela Assessoria Jurídica do Município e em conformidade com o disposto no artigo 65, II, "d", da Lei 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.



Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer foro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba (SC), em 06 de agosto de 2012.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

AP SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO LTDA  
CONTRATADA  
PATRICK GABRIEL FONTANELLA KUHNEN

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

#### **Extrato Contrato 345/2012/FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 345/2012/FMS

Edital de Credenciamento 8/2012/FMS - Inexigibilidade 4/2012/FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: G. PASTEUR LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS E PATOLOGIA LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO da empresa CEPAC - CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISE S CLÍNICAS DE ROTINA E ESPECIAIS, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME

23 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.065 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações diretas.

VALOR TOTAL CONTRATADO: O valor previsto desta contratação é de R\$ 71.766,18 (setenta e um mil setecentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), considerando o período de 12 meses.

Para o exercício de 2012, a estimativa é de R\$ 35.883,09 (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e três reais e nove centavos), cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim.

O Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 05/09/2012.

#### **Extrato Contrato 346/2012/FMS**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 346/2012/FMS

Edital de Credenciamento 8/2012/FMS - Inexigibilidade 4/2012/FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

CONTRATADA: CEPAC - CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO da empresa CEPAC - CENTRO DE PESQUISA EM ANÁLISES CLÍNICAS LTDA, PARA A REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ANÁLISE S CLÍNICAS DE ROTINA E ESPECIAIS,

com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba, nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME

23 - 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.065 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES - Aplicações diretas.

VALOR TOTAL CONTRATADO: O valor previsto desta contratação é de R\$ 71.766,18 (setenta e um mil setecentos e sessenta e seis reais e dezoito centavos), considerando o período de 12 meses.

Para o exercício de 2012, a estimativa é de R\$ 35.883,09 (trinta e cinco mil oitocentos e oitenta e três reais e nove centavos), cujo valor encontra-se devidamente bloqueado na dotação específica para este fim.

O Fundo Municipal de Saúde consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 31/12/2012

DATA DE ASSINATURA: 05/09/2012.

#### **Edital de Teste Seletivo Secretaria de Saude**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE JOAÇABA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2012/SMS

CONSIDERANDO o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição do quadro;

CONSIDERANDO o término do prazo do contrato dos servidores temporários que exercem atividades nas unidades de saúde, especificamente Médicos e os enfermeiros;

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC 119/2006 e nº 97 de 18 de março de 2005, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas, em caráter emergencial e para formação de Cadastro de Reserva – CR para Médico Clínico Geral para atuar nas unidades e saúde, Estratégia de Saúde Familiar - ESF.

#### **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designado pelo Secretário Municipal de Saúde, nomeado pelo Prefeito Municipal. A seleção dos candidatos será publicada em Jornal de circulação regional e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter de emergência e para formação de Cadastro de Reserva – CR, em contrato temporário pelo período de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período. O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade e/ou exoneração.

O período do contrato temporário destinado a reposição de pessoal poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

O contrato por prazo determinado extinguir-se-á sem direito a

**indenizações:**

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da administração pública, desde que devidamente motivado, por escrito, com o respectivo aviso prévio; e

III – por iniciativa do contratado, por escrito, com 30 (trinta) dias de antecedência.

**DA INSCRIÇÃO**

As inscrições serão recebidas de 12 de Setembro de 2012 a 18 de Setembro de 2012, das 8h às 11h e das 14h às 16h, na Secretaria de Saúde de Joaçaba – SC, situada na Av. XV de Novembro, n.º 223, devendo, o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias rubricadas dos documentos a seguir:

Carteira de Identidade;

CPF;

Título de Eleitor e comprovante da última votação (primeiro e segundo turno);

Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino;

Currículo vitae documentado com todas as folhas rubricadas;

Comprovante de regularidade no CPF;

Cópia de Diploma de Graduação, se ainda não emitido, certidão de conclusão do curso;

Cópia de carteira de registro do respectivo Conselho.

Formulário de inscrição (Anexo III)

Formulário de relação de títulos (Anexo IV)

**2.3. ATENÇÃO:** O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação do curriculum vitae apresentado pelo candidato.

**DAS VAGAS**

Será realizado Cadastro de Reserva – CR para suprir eventual déficit de servidores no quadro, no caso de férias do quadro atual e afastamento por Licença Saúde e Licença Maternidade:

CARGO/FUNÇÃO	N.º DE VAGAS	CARGA HORÁRIA	VENCTO.	HABILITAÇÃO
Enfermeiro	1 + CR	40h	R\$ 2.804,87	Conclusão de Curso Superior em Enfermagem, Habilitação legal para o exercício da profissão de Enfermeiro e Registro no Respectivo Conselho de Exercício Profissional

Médico	2+ CR	40 h	R\$ 11.000,00	Conclusão de Curso Superior em Medicina, Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico e Registro no Respectivo Conselho de Exercício Profissional
--------	-------	------	---------------	--

**DO PROCESSO SELETIVO**

O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada, os quais deverão constar do curriculum vitae de forma detalhada com a identificação dos títulos e especialmente do conteúdo e da carga horária dos cursos de aperfeiçoamento.

Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentar os documentos comprobatórios a estes no ato de inscrição.

Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa em que atuou.

4.5. Não será admitida a juntada de novos documentos depois de realizada a inscrição

4.6. O resultado dos candidatos aprovados será publicado oficialmente em 21 de Setembro de 2012 no site da Prefeitura Municipal de Joaçaba e no Mural.

4.7 Para efeito de início da contagem do prazo de validade do concurso, será considerada a publicação da homologação do resultado final do concurso público referente à primeira turma do Programa de Formação.

4.8 Após devidamente convocado o candidato tem o prazo de 7 (sete) dias para se manifestar quanto a aceitação da vaga, sendo que a ausência de manifestação acarretará a perda da vaga e a convocação do candidato classificado subsequente.

**CLASSIFICAÇÃO**

A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada. Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior à 1,0 (um) ponto.

Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior tempo de serviço público;
- maior idade;
- maior número de filhos menores de 14 anos.

**DA CONTRATAÇÃO**

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da



comprovação dos seguintes requisitos básicos:

Comprovação dos requisitos mínimos;  
Classificação no processo seletivo simplificado;  
Idade mínima de 21 (vinte e um) anos completados até a data da contratação;  
Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar;  
Declaração de Não Acumulação de Cargos com outro ente da Administração Pública direta e indireta;  
Conta corrente individual em banco designado pelo Município.

#### DOS RECURSOS

Os recursos poderão ser interpostos em até 02 (dois) dias, a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

Os mesmos deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Saúde, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- Nº do Processo Seletivo;
  - Cargo a que concorre;
  - Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
  - Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).
- Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

#### 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

A homologação das inscrições e do resultado será publicada em jornal de circulação regional.

Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 10 de Setembro de 2012.

RAFAEL LASKE  
Prefeito

#### ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	REQUISITOS MÍNIMOS
--------	-------------	--------------------

Enfermeiro	<p>Descrição sintética: Executar e supervisionar trabalhos técnicos de enfermagem.</p> <p>Descrição analítica: Prestar serviços unidade sanitária, ambulatório, postos de saúde; Prestar assistência a pacientes; Aplicar vacinas; Orientar a execução de curativos; Ministrar remédios; Responder pela observância da prescrição médica relativa a pacientes; Supervisionar a esterilização de material nas áreas de enfermagem; Prestar socorros de urgência; Orientar o isolamento de pacientes; Providenciar no abastecimento de material de enfermagem e médico; Participar de cursos para aprimoramento profissional; Apresentar relatórios de suas atividades à autoridade competente; Zelar pelo bem físico e psíquico dos pacientes; Respeitar o Código de Ética; Executar tarefas afins.</p>	21 anos; Conclusão de Curso Superior em Medicina, Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico e Registro no Respeito Conselho de Exercício Profissional
Médico	<p>Sintéticas: Prestar assistência médico-cirúrgica e preventiva; diagnosticar e tratar das doenças do corpo humano.</p> <p>Genéricas: Realizar consultas clínicas aos usuários da sua área adstrita; executar as ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, adulto e idoso; realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família (ESF) e, quando necessário, no domicílio; realizar as atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde (NOAS); aliar a atuação clínica à prática da saúde coletiva; fomentar a criação de grupos de patologias específicas, como de hipertensos, de diabéticos, de saúde mental, etc.; realizar o pronto atendimento médico nas urgências e emergências; encaminhar aos serviços de maior complexidade, quando necessário, garantindo a continuidade do tratamento no ESF, por meio de um sistema de acompanhamento e referência e contra-referência; realizar pequenas cirurgias ambulatoriais; Indicar internação hospitalar; solicitar exames complementares; verificar e atestar óbito; executar outras tarefas afins</p>	21 anos; Curso Superior Completo; Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico; Registro no Conselho Regional de Medicina.

#### ANEXO II

##### CARGO: MÉDICO e ENFERMEIRO

Títulos	Pontuação	Valor Máximo
Estágio Extra Curricular em Atenção Básica	1,0 (cada 40 horas)	2,0

Tempo de Serviço na área	1,0 ( a cada ano)	3,0
Tempo de Serviço em Unidade de Saúde	1,0(a cada ano)	5,0
Seminários, oficinas, congressos, cursos, Workshops e treinamentos na área de atuação	0,5 (cada 20 horas)	2,0
TOTAL MÁXIMO DE PONTUAÇÃO		10,0

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos, seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, desde que relacionados diretamente com CARGO PRETENDIDO e com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 5 (cinco) anos, contados da abertura das inscrições.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e declaração, em papel com timbre, da instituição hospitalar e/ou empresa, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição.

### ANEXO III

#### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE JOAÇABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 006/2012/SMS

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

Joaçaba – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2012

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

#### FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO – VIA DO CANDIDATO

PREFEITURA DE JOAÇABA  
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 006/2012/SMS

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

### ANEXO IV

#### FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

#### RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Campos preenchidos pelo candidato				(deixar em branco)		
Nº	Nº de horas	Histórico / Resumo	Pré – pontuação			

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato.

Declaro, para os devidos fins e sob as penas da lei, que possuo como requisito de habilitação para o emprego de inscrição a graduação: \_\_\_\_\_ (concluído ou em andamento), cujo comprovante estou anexando à presente relação, estando ciente de que o mesmo não será utilizado para pontuação na prova de títulos.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

#### Ordem de Serviço 177/2012, Recebida Em 10/09/2012

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 177/2012

Autorizo por meio desta, a empresa CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 03.174012/0001-20, a execução, pela CONTRATADA, dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para reforma/adequação de sala destinada à área de serviço/lavanderia da creche/escola infantil na Rua Severino Fuga, 204, Vila Pedrini, neste Município, de acordo com o Processo de Licitação nº 68/2012/PMJ - Edital Tomada de Preço nº 14/2012/PMJ, homologado no dia 30/08/2012. O total do serviço ora contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 14.252,25 (catorze mil, duzentos e cinquenta e dois reais e vinte e cinco centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Quarta do CONTRATO Nº 963/2012/PMJ, de 30 de agosto de 2012. O prazo para a conclusão dos serviços é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de recebimento da presente Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 30 de agosto de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_

RAFAEL LASKE

Prefeito

Contratada: CONSTRUCÓRDIA CONSTRUÇÕES LTDA

Representante: JUAN BONELI DA SILVA

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_

CPF: 006.773.749-84

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**Ordem de Serviço 178/2012, Recebida Em 10/09/2012**

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º 178/2012

Autorizo por meio desta, a empresa VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA, CNPJ nº 09.223.659/0001-81, a execução pela CONTRATADA, dos serviços com o fornecimento dos materiais e equipamentos necessário para a pavimentação asfáltica em CAUQ - Concreto Asfáltico Usinado a Quente de parte da Rua Marcelino Ramos, centro do Município de Joaçaba, de acordo com o Processo de Licitação nº 75/2012/PMJ - Convite nº 11/2012/PMJ, homologado no dia 04/09/2012. O total do serviço ora contratado, é o consignado na proposta declarada vencedora, na importância de R\$ 78.339,52 (setenta e oito mil trezentos e trinta e nove reais e cinquenta e dois centavos), cujo pagamento será efetuado de acordo com a Cláusula Terceira do CONTRATO Nº 964/2012/PMJ, de 04 de setembro de 2012. O prazo para a conclusão dos serviços é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento da presente Ordem de Serviço.

Joaçaba (SC), 04 de setembro de 2012.

Contratante : PREFEITURA DE JOAÇABA

Assinatura e carimbo: \_\_\_\_\_  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

Representante: FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Assinatura e carimbo \_\_\_\_\_  
CPF: 008.482.959-19

RECEBI EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

OBS.: 1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.  
a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

**Lauro Muller****PREFEITURA****Decreto Nº 035/2012**

DECRETO Nº 035/2012.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

HÉLIO LUIZ BUNN, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa, dada pela Lei Municipal nº 1.704/2011,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação  
07.00 - Fundo Municipal de Saúde  
07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.3.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 50.000,00

TOTAL - R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para suprir o crédito suplementar de que trata o artigo 1º, correrão por conta da anulação em igual quantia da seguinte dotação orçamentária:

07.00 - Fundo Municipal de Saúde  
07.01 - Fundo Municipal de Saúde  
2.039 - Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saúde  
3.2.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 10.000,00  
4.5.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 10.000,00  
4.6.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 10.000,00  
4.4.90 - Aplicação Direta - 0.1.0003 - R\$ 20.000,00

TOTAL - R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 27 DE AGOSTO DE 2012.  
HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e publicada no Mural Público junto ao átrio municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin, e Planej.

**Extrato de Contrato Nº 58/2012**

Estado de Santa Catarina  
Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 58/2012  
Processo Licitatório nº 60/2012 - Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 60/2012

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FONOAUDIÓLOGIA EM CARÁTER EMERGENCIAL POR NÃO HAVER INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Lauro Müller  
Contratado: CRISTIANE D'ACAMPARA GUAZZI  
Prazo de Vigência: 10/09/2012 a 31/12/2012  
Valor: R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

HÉLIO LUIZ BUNN  
Prefeito Municipal

**Lebon Régis****PREFEITURA****Portaria Nº 470/2012**

PORTARIA Nº 470 DE 03 DE SETEMBRO DE 2012  
CONTRATA FUNCIONÁRIO

O Prefeito Municipal de Lebon Régis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Incisos VIII e XI da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Complementar 76/2012 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR DANIEL SILVEIRA GOMES, para trabalhar no

cargo de MEDICO, com lotação no Fundo Municipal de Saúde, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimentos consignados em Lei, a partir de 03/09/2012.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Lebon Régis, 03 de setembro de 2012.

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Publicada em 03 de setembro de 2012 nesta Secretaria de Administração e Finanças.

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Adm. e Finanças

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

### **Contrato Nº 062/2012 PMLL**

CONTRATO Nº 062/2012 - PMLL

Contratação de Empresa especializada para realizar cursos de dança, com carga horária de 12 horas semanais, para atender as crianças e jovens que participam das oficinas de fortalecimento de vínculos e atividades sócio-educativas, das localidades de Alto Vargedo e Centro do Município de Leoberto Leal.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora Tatiane Dutra Alves da Cunha, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa CLÍNICA DE ATIVIDADES FÍSICA ACQUA CENTRO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Moacir José Lehmkuhl, 78, Cidade de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.496.668/0001-83, neste ato representada pelo Senhor Clei Giovani Souza, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinente, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 066/2012 - Processo nº 078/2012, ajustam o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, na forma das cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** - empresa especializada para realizar cursos de dança, com carga horária de 12 horas semanais, para atender as crianças e jovens que participam das oficinas de fortalecimento de vínculos e atividades sócio-educativas, das localidades de Alto Vargedo e Centro do Município de Leoberto Leal, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial.

§ 1º - Este contrato não inclui qualquer outro tipo de serviço, que não sejam os previstos no Caput da Cláusula Primeira.

§ 2º. Serviços outros, que o MUNICÍPIO tenha interesse junto a CONTRATADA, deverão ser acordados entre ambas as partes, fora dos termos aqui estipulados.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO** - Fica através deste instrumento pactuado que o objeto deste contrato será executado até

31/12/2012, devendo ser executados os cursos de dança, com carga horária de 12 horas semanais.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PAGAMENTO** - Pelo objeto deste contrato, será pago a CONTRATADA, o valor de R\$ 5.997,00 (cinco mil novecentos e noventa e sete reais). Deve-se, ainda, observar o seguinte:

I - O pagamento será efetuado mensalmente pela Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, até o dia 05 (cinco) do mês subsequente, após a EFETIVA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, através de depósito em conta bancária do Contratado, mediante a apresentação de Nota Fiscal, em via original, devidamente preenchida, descrevendo todos os serviços prestados.

II - As faturas que apresentem incorreções, serão devolvidas ao emitente e seu vencimento ocorrerá em até 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES** - Ambas as partes, por conta deste instrumento, contraem obrigações as quais não cumpridas, importarão na rescisão pleno jure do presente pacto, a saber:

I - A CONTRATADA, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Executar os serviços ao fiel cumprimento do objeto proposto neste Contrato;
- 2) Executar os serviços com zelo e esmero, dentro das normas e condições aqui prescritas.

II - O MUNICÍPIO, nesta relação contratual, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;
- 2) Realizar com pontualidade os pagamentos em conformidade com o descrito no capítulo XIII do Processo Licitatório nº 078/2012 - Pregão Presencial nº 066/2012.

**CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO** - Haverá rescisão contratual, de pleno jure, se qualquer das cláusulas aqui pactuadas for inobservadas ou desobedecidas, devendo a parte culpada ressarcir os prejuízos causados.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo MUNICÍPIO, ou bilateralmente pelas partes desde que seja de comum acordo, e por escrito.

**CLÁUSULA SEXTA - DA MULTA** - Estipular-se-á multa equivalente 10% (dez por cento) do valor deste Contrato na qual incorrerá a parte que infringir qualquer das cláusulas contratuais, devida sempre por inteiro, seja qual for o tempo decorrido, ressalvado à parte inocente o direito de considerar simultaneamente rescindido o presente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO REAJUSTE** - O valor estabelecido na Cláusula Terceira, não sofrerá reajuste até o término de vigência deste instrumento de contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - DA HABILITAÇÃO** - A CONTRATADA declara estar devidamente autorizado a fornecer os materiais aqui avençados e rigorosamente regular quanto ao seu funcionamento junto a todos os órgãos competentes, tais como INSS, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL no que toca ao FGTS, Fazenda Municipal.

**CLÁUSULA NONA - DO FORO** - Fica eleito o Foro da Comarca de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento deste Instrumento de Contrato, renunciando, ambas as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS** - Aplicam-se à execução deste Contrato de Prestação de Serviço, e aos casos omissos, as disposições normativas da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, os preceitos de Direito Administrativo Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e, no que couber, as disposições de Direito Privado.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Contrato obriga as partes, por si, seus herdeiros ou sucessores, o qual se firma em 02 (duas) vias de mesmo teor para que surta seus legais efeitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 11 de setembro de 2012.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Contratante

CLEI GIOVANI SOUZA

CLÍNICA DE ATIVIDADES FÍSICA ACQUA CENTRO LTDA ME

Contratada

Testemunhas:

JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### Relatorios 4º Bimestre

Publicação dos relatório do 4º bimestre.

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>12.784.700,00</b>	<b>12.784.700,00</b>	<b>1.973.706,59</b>	<b>15,44</b>	<b>9.019.875,06</b>	<b>70,55</b>	<b>3.764.824,94</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>12.704.000,00</b>	<b>12.704.000,00</b>	<b>1.876.993,67</b>	<b>14,77</b>	<b>8.223.525,98</b>	<b>64,73</b>	<b>4.480.474,02</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	689.300,00	689.300,00	91.508,97	13,28	444.409,29	64,47	244.890,71
IMPOSTOS	559.000,00	559.000,00	83.766,06	14,98	372.282,91	66,60	186.717,09
TAXAS	124.700,00	124.700,00	5.530,49	4,44	68.337,97	54,80	56.362,03
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	5.600,00	5.600,00	2.212,42	39,51	3.788,41	67,65	1.811,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	155.000,00	155.000,00	32.673,25	21,08	106.662,04	68,81	48.337,96
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	65.000,00	65.000,00	17.520,95	26,96	47.103,79	72,47	17.896,21
Contribuição p/o Custeio do Serviço de Iluminação	90.000,00	90.000,00	15.152,30	16,84	59.558,25	66,18	30.441,75
RECEITA PATRIMONIAL	150.000,00	150.000,00	34.852,04	23,23	164.323,63	109,55	-14.323,63
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	150.000,00	150.000,00	34.852,04	23,23	164.323,63	109,55	-14.323,63
RECEITA AGROPECUARIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Rec. da Produção Vegetal	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITA DE SERVIÇOS	61.400,00	61.400,00	6.219,62	10,13	39.602,06	64,50	21.797,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.508.790,00	11.508.790,00	1.699.183,54	14,76	7.394.459,53	64,25	4.114.330,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.356.190,00	11.356.190,00	1.660.816,10	14,62	7.205.218,19	63,45	4.150.971,81
Transf. de Pessoas	2.600,00	2.600,00	172,00	6,62	622,00	23,92	1.978,00
Transf. de Conv.	150.000,00	150.000,00	38.195,44	25,46	188.619,34	125,75	-38.619,34
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	138.010,00	138.010,00	12.556,25	9,10	74.069,43	53,67	63.940,57
Multas e Juros de Mora	69.050,00	69.050,00	8.419,93	12,19	42.581,98	61,67	26.468,02
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	16.700,00	16.700,00	223,63	1,34	1.000,52	5,99	15.699,48
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	50.260,00	50.260,00	3.912,69	7,78	24.129,35	48,01	26.130,65
RECEITAS DIVERSAS	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	6.357,58	317,88	-4.357,58
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>80.700,00</b>	<b>80.700,00</b>	<b>96.712,92</b>	<b>119,84</b>	<b>796.349,08</b>	<b>986,80</b>	<b>-715.649,08</b>
ALIENAÇÃO DE BENS	35.000,00	35.000,00	319,46	0,91	1.681,77	4,81	33.318,23
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	35.000,00	35.000,00	319,46	0,91	1.681,77	4,81	33.318,23
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	45.700,00	45.700,00	4.262,37	9,33	16.687,87	36,52	29.012,13
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	92.131,09	0,00	777.979,44	0,00	-777.979,44
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	92.131,09	0,00	777.979,44	0,00	-777.979,44
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>80.600,00</b>	<b>80.600,00</b>	<b>21.008,60</b>	<b>26,07</b>	<b>56.600,32</b>	<b>70,22</b>	<b>23.999,68</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>80.600,00</b>	<b>80.600,00</b>	<b>21.008,60</b>	<b>26,07</b>	<b>56.600,32</b>	<b>70,22</b>	<b>23.999,68</b>
Receitas Intra-Orçamentárias	80.600,00	80.600,00	21.008,60	26,07	56.600,32	70,22	23.999,68
Receitas Intra-Orçamentárias	80.600,00	80.600,00	21.008,60	26,07	56.600,32	70,22	23.999,68
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>1.994.715,19</b>	<b>15,50</b>	<b>9.076.475,38</b>	<b>70,55</b>	<b>3.788.824,62</b>

Continua 1/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>1.994.715,19</b>	<b>15,50</b>	<b>9.076.475,38</b>	<b>70,55</b>	<b>3.788.824,62</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.865.300,00	12.865.300,00	1.994.715,19	15,50	9.076.475,38	70,55	3.788.824,62
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.795.791,84	—	—	1.222.043,70	—	—
Superávit Financeiro	—	2.795.791,84	—	—	1.222.043,70	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>4.628.451,57</b>	<b>17.493.751,57</b>	<b>2.100.753,04</b>	<b>12.025.339,20</b>	<b>2.503.995,86</b>	<b>8.738.206,02</b>	<b>49,95</b>	<b>8.755.545,55</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>11.304.500,00</b>	<b>1.145.964,83</b>	<b>12.450.464,83</b>	<b>1.243.909,39</b>	<b>8.406.981,88</b>	<b>1.734.751,01</b>	<b>6.874.194,83</b>	<b>55,21</b>	<b>5.576.270,00</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.462.200,00	-49.167,07	5.413.032,93	728.377,90	3.179.056,45	744.893,61	3.164.486,65	58,46	2.248.546,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	134.500,00	-5.000,00	129.500,00	5.000,00	127.900,00	19.476,84	90.318,02	69,74	39.181,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.707.800,00	1.200.131,90	6.907.931,90	510.531,49	5.100.025,43	970.380,56	3.619.390,16	52,39	3.288.541,74
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.559.800,00</b>	<b>3.482.486,74</b>	<b>5.042.286,74</b>	<b>856.843,65</b>	<b>3.618.357,32</b>	<b>769.244,85</b>	<b>1.864.011,19</b>	<b>36,97</b>	<b>3.178.275,55</b>
INVESTIMENTOS	1.166.100,00	3.491.936,74	4.658.036,74	851.843,65	3.248.807,32	707.003,64	1.598.620,08	34,32	3.059.416,66
INVERSOES FINANCEIRAS	29.000,00	-14.450,00	14.550,00	0,00	3.550,00	700,00	2.100,00	14,43	12.450,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	364.700,00	5.000,00	369.700,00	5.000,00	366.000,00	61.541,21	263.291,11	71,22	106.408,89
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>4.628.451,57</b>	<b>17.493.751,57</b>	<b>2.100.753,04</b>	<b>12.025.339,20</b>	<b>2.503.995,86</b>	<b>8.738.206,02</b>	<b>49,95</b>	<b>8.755.545,55</b>

Continua 2/3



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>4.628.451,57</b>	<b>17.493.751,57</b>	<b>2.100.753,04</b>	<b>12.025.339,20</b>	<b>2.503.995,86</b>	<b>8.738.206,02</b>	<b>49,95</b>	<b>8.755.545,55</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	338.269,36	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>4.628.451,57</b>	<b>17.493.751,57</b>	<b>2.100.753,04</b>	<b>12.025.339,20</b>	<b>2.503.995,86</b>	<b>9.076.475,38</b>	<b>49,95</b>	<b>8.755.545,55</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-O Contadora

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.865.300,00	17.493.751,57	2.100.753,04	12.025.339,20	2.503.995,86	8.738.206,02	100,00	49,95	8.755.545,55
Legislativa	190.400,00	198.400,00	37.296,33	111.221,61	37.406,26	110.815,31	1,27	55,85	87.584,69
Ação Legislativa	190.400,00	198.400,00	37.296,33	111.221,61	37.406,26	110.815,31	1,27	55,85	87.584,69
Administração	1.730.971,00	2.010.971,00	206.571,39	1.474.502,56	261.694,82	1.201.258,32	13,75	59,74	809.712,68
Administração Geral	1.730.971,00	2.010.971,00	206.571,39	1.474.502,56	261.694,82	1.201.258,32	13,75	59,74	809.712,68
Segurança Pública	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Defesa Civil	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Social	618.650,00	678.742,66	60.817,92	297.307,66	70.773,59	237.562,53	2,72	35,00	441.180,13
Administração Geral	127.000,00	127.000,00	13.370,82	79.316,55	13.567,68	79.054,07	0,90	62,25	47.945,93
Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00	0,00	6.383,50	1.364,44	4.372,44	0,05	43,72	5.627,56
Assistência ao Portador de Deficiência	8.900,00	19.196,88	0,00	2.677,50	612,00	1.606,50	0,02	8,37	17.590,38
Assistência à Criança e ao Adolescente	137.000,00	160.893,71	50,00	4.076,83	422,59	2.802,82	0,03	1,74	158.090,89
Assistência Comunitária	335.750,00	361.652,07	47.397,10	204.853,28	54.806,88	149.726,70	1,71	41,40	211.925,37
Saúde	2.767.900,00	4.052.504,28	410.483,71	2.798.415,39	576.661,93	2.058.244,76	23,55	50,79	1.994.259,52
Atenção Básica	2.574.800,00	3.602.930,24	406.861,87	2.649.152,62	544.747,61	1.965.950,84	22,50	54,57	1.636.979,40
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	145.600,00	359.062,48	1.082,00	132.840,58	29.852,59	81.754,90	0,94	22,77	277.307,58
Vigilância Sanitária	29.500,00	62.776,40	1.719,84	14.854,19	1.204,83	9.012,12	0,10	14,36	53.764,28
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	27.735,16	820,00	1.568,00	856,90	1.526,90	0,02	5,51	26.208,26
Educação	3.185.200,00	3.655.256,80	420.491,77	2.264.608,42	512.544,55	1.930.079,51	22,09	52,80	1.725.177,29
Alimentação e Nutrição	61.000,00	67.392,00	7.799,37	30.094,69	10.497,57	27.581,79	0,32	40,93	39.810,21
Ensino Fundamental	2.517.200,00	2.797.707,18	310.091,68	1.667.027,68	399.843,57	1.459.211,18	16,70	52,16	1.338.496,00
Ensino Médio	20.000,00	11.548,00	0,00	11.548,00	0,00	11.548,00	0,13	100,00	0,00
Ensino Superior	94.000,00	129.550,00	1.217,40	122.213,00	22.092,67	63.191,63	0,72	48,78	66.358,37
Educação Infantil	470.000,00	634.059,62	101.383,32	421.725,05	77.110,74	361.046,91	4,13	56,94	273.012,71
Educação Especial	23.000,00	15.000,00	0,00	12.000,00	3.000,00	7.500,00	0,09	50,00	7.500,00
Cultura	62.000,00	78.124,10	13.035,80	41.692,13	4.547,00	17.075,23	0,20	21,86	61.048,87
Difusão Cultural	62.000,00	78.124,10	13.035,80	41.692,13	4.547,00	17.075,23	0,20	21,86	61.048,87
Urbanismo	325.000,00	355.000,00	21.512,39	266.877,64	40.271,42	193.134,56	2,21	54,40	161.865,44
Serviços Urbanos	325.000,00	355.000,00	21.512,39	266.877,64	40.271,42	193.134,56	2,21	54,40	161.865,44
Habitação	94.000,00	578.420,00	0,00	491.071,95	1.895,74	7.579,48	0,09	1,31	570.840,52
Habitação Urbana	94.000,00	578.420,00	0,00	491.071,95	1.895,74	7.579,48	0,09	1,31	570.840,52

Continua 1/2

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	12.865.300,00	17.493.751,57	2.100.753,04	12.025.339,20	2.503.995,86	8.738.206,02	100,00	49,95	8.755.545,55
Saneamento	180.000,00	180.000,00	0,00	167.471,71	27.740,00	97.090,00	1,11	53,94	82.910,00
Saneamento Básico Urbano	180.000,00	180.000,00	0,00	167.471,71	27.740,00	97.090,00	1,11	53,94	82.910,00
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	1.313.000,00	1.235.049,21	94.824,26	836.728,17	175.038,33	729.800,40	8,35	59,09	505.248,81
Saneamento Básico Rural	49.000,00	79.000,00	0,00	44.774,50	15.705,23	30.555,23	0,35	38,68	48.444,77
Promoção da Produção Vegetal	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção da Produção Animal	95.000,00	115.000,00	0,00	110.640,64	5.468,99	63.699,94	0,73	55,39	51.300,06
Abastecimento	207.000,00	57.000,00	0,00	2.185,30	309,93	559,93	0,01	0,98	56.440,07
Extensão Rural	952.000,00	974.049,21	94.824,26	679.127,73	153.554,18	634.985,30	7,27	65,19	339.063,91
Indústria	185.000,00	209.437,39	0,00	29.909,83	700,00	28.859,83	0,33	13,78	180.577,56
Promoção Industrial	185.000,00	209.437,39	0,00	29.909,83	700,00	28.859,83	0,33	13,78	180.577,56
Transporte	1.912.179,00	3.934.846,13	809.075,11	3.160.529,40	780.350,73	2.074.828,66	23,74	52,73	1.860.017,47
Transporte Rodoviário	1.912.179,00	3.934.846,13	809.075,11	3.160.529,40	780.350,73	2.074.828,66	23,74	52,73	1.860.017,47
Desporto e Lazer	275.000,00	291.000,00	16.644,36	65.002,73	9.516,49	39.182,43	0,45	13,46	251.817,57
Desporto Comunitário	275.000,00	291.000,00	16.644,36	65.002,73	9.516,49	39.182,43	0,45	13,46	251.817,57
Encargos Especiais	20.000,00	20.000,00	10.000,00	20.000,00	4.855,00	12.695,00	0,15	63,48	7.305,00
Serviço da Dívida Interna	20.000,00	20.000,00	10.000,00	20.000,00	4.855,00	12.695,00	0,15	63,48	7.305,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	12.865.300,00	17.493.751,57	2.100.753,04	12.025.339,20	2.503.995,86	8.738.206,02	100,00	49,95	8.755.545,55

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARI MARINES RIBEIRO PERONDI GENECCI DELLAI  
 Prefeito Municipal Ordenador de Despesas e Sec. Ad CRC/SC 016795/0-O Contadora

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2011 A AGOSTO/2012

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2012
	Set/2011	Out/2011	Nov/2011	Dez/2011	Jan/2012	Fev/2012	Mar/2012	Abr/2012	Mai/2012	Jun/2012	Jul/2012	Ago/2012	TOTAL (ÚLT. 12 MESES)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.060.607,00</b>	<b>1.239.390,57</b>	<b>1.190.143,25</b>	<b>1.599.676,88</b>	<b>1.164.449,23</b>	<b>1.244.913,61</b>	<b>1.164.259,36</b>	<b>1.389.095,95</b>	<b>1.316.727,17</b>	<b>1.227.844,38</b>	<b>1.078.827,56</b>	<b>1.133.578,18</b>	<b>14.809.513,14</b>	<b>15.106.310,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	38.640,46	40.923,07	43.317,44	52.872,48	27.595,09	43.686,16	64.947,55	44.467,37	129.478,77	42.725,38	54.092,21	37.416,76	620.162,74	689.300,00
I.P.T.U.	1.539,62	150,21	268,20	1.814,60	0,00	0,00	0,00	11.784,48	55.649,35	2.812,88	2.958,81	2.737,07	79.715,22	130.000,00
I.R.R.F	2.824,09	2.771,88	10.912,86	5.318,60	3.265,14	2.602,83	7.927,57	4.207,65	1.400,82	8.642,10	13.661,95	3.709,84	67.245,33	64.000,00
I.S.S.	29.821,16	16.461,66	27.046,38	34.550,87	18.677,90	11.079,31	45.211,99	17.816,52	35.207,26	14.835,54	28.634,86	19.853,91	299.197,36	280.000,00
I.T.B.I.	1.781,04	19.894,94	3.691,05	6.219,32	4.693,35	8.282,08	5.394,56	3.367,99	12.285,35	13.372,18	3.642,76	8.566,86	91.191,48	85.000,00
Outras Receitas Tributárias	2.674,55	1.644,38	1.398,95	4.969,09	958,70	21.721,94	6.413,43	7.290,73	24.935,99	3.062,68	5.193,83	2.549,08	82.813,35	130.300,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	12.032,56	12.646,01	18.300,04	12.322,30	7.440,35	12.255,68	13.137,93	13.208,75	13.796,02	14.150,06	12.893,06	19.780,19	161.962,95	155.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	859,93	45.781,50	0,00	47.288,15	1.912,83	35.262,45	64,89	50.804,92	646,60	40.779,90	0,00	34.852,04	258.253,21	150.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.626,91	2.865,58	3.324,17	12.063,59	17.450,67	4.677,60	4.525,98	2.349,07	2.254,20	2.124,92	2.575,30	3.644,32	59.482,31	61.400,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	996.282,37	1.129.831,19	1.115.858,00	1.457.764,63	1.102.599,54	1.140.877,54	1.072.328,66	1.260.192,31	1.162.072,82	1.117.962,51	1.003.329,49	1.031.266,12	13.590.365,18	13.911.100,00
Cota-Parte do F.P.M.	293.620,37	385.943,24	407.763,82	473.591,98	430.985,75	521.342,74	354.074,98	446.250,60	499.099,71	425.906,21	318.052,52	350.964,29	4.907.596,21	5.600.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	509.407,32	514.958,00	525.142,64	533.631,51	518.529,88	451.841,84	489.047,57	512.163,45	460.145,18	475.581,34	465.091,84	465.549,50	5.921.090,07	5.950.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	26.854,88	23.965,86	16.949,68	9.092,52	12.221,86	25.477,02	27.743,69	29.335,04	31.325,16	31.573,81	27.941,28	28.225,87	290.706,67	315.000,00
Cota-Parte do ITR.	1.457,46	3.128,95	24,53	15,78	14,41	6,22	28,65	0,00	14,52	26,66	35,44	30,84	4.783,46	1.000,00
Outras Transferências Correntes	78.311,02	108.119,42	73.367,35	344.551,83	41.461,22	44.623,61	100.377,26	165.852,07	66.540,44	82.738,38	97.529,21	87.841,32	1.291.313,13	957.550,00
Transferências da LC 61/1989	8.115,01	11.463,73	10.751,88	12.162,51	4.095,94	8.555,97	7.615,34	8.080,42	9.145,90	8.170,59	7.619,38	8.421,81	104.198,48	115.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.646,39	2.646,39	2.646,39	2.646,39	2.566,87	2.566,87	2.564,82	2.564,82	2.564,82	2.564,82	2.564,82	2.564,82	31.108,22	30.550,00
Transferências do FUNDEB	75.869,92	79.605,60	79.211,71	82.072,11	92.723,61	86.463,27	90.876,35	95.945,91	93.237,09	91.400,70	84.495,00	87.667,67	1.039.568,94	942.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.164,77	7.343,22	9.343,60	17.365,73	7.450,75	8.154,18	9.254,35	18.073,53	8.478,76	10.101,61	5.937,50	6.618,75	119.286,75	138.010,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>168.420,06</b>	<b>188.420,99</b>	<b>192.643,49</b>	<b>206.227,93</b>	<b>193.682,72</b>	<b>201.957,94</b>	<b>176.214,80</b>	<b>199.678,65</b>	<b>200.458,84</b>	<b>188.764,44</b>	<b>164.260,88</b>	<b>171.151,19</b>	<b>2.251.881,93</b>	<b>2.402.310,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	168.420,06	188.420,99	192.643,49	206.227,93	193.682,72	201.957,94	176.214,80	199.678,65	200.458,84	188.764,44	164.260,88	171.151,19	2.251.881,93	2.402.310,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>892.186,94</b>	<b>1.050.969,58</b>	<b>997.499,76</b>	<b>1.393.448,95</b>	<b>970.766,51</b>	<b>1.042.955,67</b>	<b>988.044,56</b>	<b>1.189.417,30</b>	<b>1.116.268,33</b>	<b>1.039.079,94</b>	<b>914.566,68</b>	<b>962.426,99</b>	<b>12.557.631,21</b>	<b>12.704.000,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/O-O Contadora

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Jun 2012 (B)	Em 31 Ago 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.393.346,05	1.191.596,15	1.130.054,94
DEDUÇÕES (II)	4.162.043,40	3.817.470,17	3.240.401,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.173.628,21	4.212.954,43	3.600.851,19
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	11.584,81	395.484,26	360.449,46
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.768.697,35	-2.625.874,02	-2.110.346,79
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.768.697,35</b>	<b>-2.625.874,02</b>	<b>-2.110.346,79</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2012 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>515.527,23</b>	<b>658.350,56</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>460.100,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2011 (A)	Em 30 Jun 2012 (B)	Em 31 Ago 2012 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-O Contadora

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>12.634.600,00</b>	<b>1.863.150,23</b>	<b>8.115.802,67</b>	<b>7.533.305,20</b>
Receita Tributária	689.300,00	91.508,97	444.409,29	413.682,95
I.P.T.U.	130.000,00	5.695,88	75.942,59	69.063,07
I.S.S.	280.000,00	48.488,77	191.317,29	186.999,82
I.T.B.I.	85.000,00	12.209,62	59.605,13	31.305,44
I.R.R.F.	64.000,00	17.371,79	45.417,90	36.685,43
Outras Receitas Tributárias	130.300,00	7.742,91	72.126,38	89.629,19
Receita de Contribuição	235.600,00	53.681,85	163.262,36	137.210,68
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	235.600,00	53.681,85	163.262,36	137.210,68
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	150.000,00	34.852,04	164.323,63	167.499,73
(-) Aplicações Financeiras	150.000,00	34.852,04	164.323,63	167.499,73
Transferências Correntes	11.508.790,00	1.699.183,54	7.394.459,53	6.881.486,61
F.P.M.	4.480.000,00	535.213,49	2.677.341,68	2.575.421,38
I.C.M.S.	4.760.000,00	744.513,26	3.070.361,17	2.944.484,41
Convênios	150.000,00	38.195,44	188.619,34	105.810,90
Outras Transferências Correntes	2.118.790,00	381.261,35	1.458.137,34	1.255.769,92
Demais Receitas Correntes	200.910,00	18.775,87	113.671,49	100.924,96
Dívida Ativa	50.260,00	3.912,69	24.129,35	20.513,51
Diversas Receitas Correntes	150.650,00	14.863,18	89.542,14	80.411,45
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>80.700,00</b>	<b>96.712,92</b>	<b>796.349,08</b>	<b>1.363.138,88</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	45.700,00	4.262,37	16.687,87	27.449,88
Alienação de Ativos (V)	35.000,00	319,46	1.681,77	709,00
Transferências de Capital	0,00	92.131,09	777.979,44	334.980,00
Convênios	0,00	92.131,09	777.979,44	334.980,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>92.131,09</b>	<b>777.979,44</b>	<b>334.980,00</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>12.634.600,00</b>	<b>1.955.281,32</b>	<b>8.893.782,11</b>	<b>7.868.285,20</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>12.450.464,83</b>	<b>1.734.751,01</b>	<b>6.874.194,83</b>	<b>5.844.819,60</b>
Pessoal e Encargos Sociais	5.413.032,93	744.893,61	3.164.486,65	2.667.476,36
Juros e Encargos da Dívida (IX)	129.500,00	19.476,84	90.318,02	28.960,66
Outras Despesas Correntes	6.907.931,90	970.380,56	3.619.390,16	3.148.382,58
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>12.320.964,83</b>	<b>1.715.274,17</b>	<b>6.783.876,81</b>	<b>5.815.858,94</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>5.042.286,74</b>	<b>769.244,85</b>	<b>1.864.011,19</b>	<b>1.774.371,50</b>
Investimentos	4.658.036,74	707.003,64	1.598.620,08	1.683.478,71
Inversões Financeiras	14.550,00	700,00	2.100,00	7.805,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	7.805,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	14.550,00	700,00	2.100,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	369.700,00	61.541,21	263.291,11	83.087,79
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>4.672.586,74</b>	<b>707.703,64</b>	<b>1.600.720,08</b>	<b>1.683.478,71</b>



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>1.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>16.994.551,57</b>	<b>2.422.977,81</b>	<b>8.384.596,89</b>	<b>7.499.337,65</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-4.359.951,57</b>	<b>-467.696,49</b>	<b>509.185,22</b>	<b>368.947,55</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.222.043,70	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.222.043,70	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-580.500,00</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

\_\_\_\_\_  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-O Contadora

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2011				
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	11.584,81	11.584,81	-	-	20.000,00	1.456.219,82	1.270.843,31	1.270.843,31	12.870,65	192.505,86
<b>EXECUTIVO</b>											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	10.536,29	10.536,29	0,00	0,00	20.000,00	1.451.843,21	1.267.326,70	1.267.326,70	12.010,65	192.505,86
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.190,00	1.190,00	1.190,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	9.750,92	9.750,92	0,00	0,00	0,00	74.354,57	68.348,71	68.348,71	0,00	6.005,86
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	265,18	265,18	265,18	0,00	20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	654.477,16	654.477,16	654.477,16	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E	0,00	359,84	359,84	0,00	0,00	0,00	720.105,99	541.595,34	541.595,34	12.010,65	166.500,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOC	0,00	425,53	425,53	0,00	0,00	0,00	1.450,31	1.450,31	1.450,31	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - LINDOIA DO SUL	0,00	1.048,52	1.048,52	0,00	0,00	0,00	4.376,61	3.516,61	3.516,61	860,00	-0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL	0,00	1.048,52	1.048,52	0,00	0,00	0,00	4.376,61	3.516,61	3.516,61	860,00	-0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>11.584,81</b>	<b>11.584,81</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.000,00</b>	<b>1.456.219,82</b>	<b>1.270.843,31</b>	<b>1.270.843,31</b>	<b>12.870,65</b>	<b>192.505,86</b>

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Admi

GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-O Contadora

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	609.910,00	609.910,00	85.617,98	382.631,19	62,74
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	161.900,00	161.900,00	6.816,94	82.496,47	50,96
1.1.1- IPTU	130.000,00	130.000,00	5.695,88	75.942,59	58,42
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.000,00	8.000,00	66,84	100,31	1,25
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	16.300,00	16.300,00	564,95	4.147,71	25,45
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.600,00	7.600,00	489,27	2.305,86	30,34
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	85.000,00	85.000,00	12.209,62	59.605,13	70,12
1.2.1- ITBI	85.000,00	85.000,00	12.209,62	59.605,13	70,12
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	299.010,00	299.010,00	49.219,63	195.111,69	65,25
1.3.1- ISS	280.000,00	280.000,00	48.488,77	191.317,29	68,33
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	9.700,00	9.700,00	128,59	337,78	3,48
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	6.510,00	6.510,00	257,13	1.797,20	27,61
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.800,00	2.800,00	345,14	1.659,42	59,27
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	64.000,00	64.000,00	17.371,79	45.417,90	70,97
1.4.1- IRRF	64.000,00	64.000,00	17.371,79	45.417,90	70,97
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	12.011.550,00	12.011.550,00	1.677.062,41	7.480.855,88	62,28
2.1- Cota-Parte FPM	5.600.000,00	5.600.000,00	669.016,81	3.346.676,80	59,76
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.600.000,00	5.600.000,00	669.016,81	3.346.676,80	59,76
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	5.950.000,00	5.950.000,00	930.641,34	3.837.950,60	64,50
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	30.550,00	30.550,00	5.129,64	20.522,66	67,18
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	115.000,00	115.000,00	16.041,19	61.705,35	53,66
2.5- Cota-Parte ITR	1.000,00	1.000,00	66,28	156,74	15,67
2.6- Cota-Parte IPVA	315.000,00	315.000,00	56.167,15	213.843,73	67,89
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>12.621.460,00</b>	<b>12.621.460,00</b>	<b>1.762.680,39</b>	<b>7.863.487,07</b>	<b>62,30</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	<b>183.500,00</b>	<b>183.500,00</b>	<b>40.256,45</b>	<b>127.992,25</b>	<b>69,75</b>
5.1- Transferências do Salário-Educação	86.000,00	86.000,00	17.209,79	72.207,03	83,96
5.2- Outras Transferências do FNDE	97.500,00	97.500,00	22.861,60	55.301,35	56,72
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	185,06	483,87	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>91.669,09</b>	<b>395.207,44</b>	<b>0,00</b>
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	91.669,09	395.207,44	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>150.000,00</b>	<b>150.000,00</b>	<b>37.811,79</b>	<b>114.972,10</b>	<b>76,65</b>
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>333.500,00</b>	<b>333.500,00</b>	<b>169.737,33</b>	<b>638.171,79</b>	<b>191,36</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>2.402.310,00</b>	<b>2.402.310,00</b>	<b>335.412,07</b>	<b>1.496.169,46</b>	<b>62,28</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.120.000,00	1.120.000,00	133.803,32	669.335,12	59,76
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.190.000,00	1.190.000,00	186.128,08	767.589,43	64,50
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.110,00	6.110,00	1.025,92	4.104,50	67,18
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	23.000,00	23.000,00	3.208,22	12.340,98	53,66
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	200,00	200,00	13,24	31,31	15,66
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	63.000,00	63.000,00	11.233,29	42.768,12	67,89
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>942.000,00</b>	<b>942.000,00</b>	<b>172.678,76</b>	<b>724.101,36</b>	<b>76,87</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	942.000,00	942.000,00	172.162,67	722.809,60	76,73
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	516,09	1.291,76	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.460.310,00</b>	<b>-1.460.310,00</b>	<b>-163.249,40</b>	<b>-773.359,86</b>	<b>52,96</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	565.200,00	912.000,00	176.888,44	672.358,17	73,72
13.1- Com Educação Infantil	80.000,00	130.000,00	40.079,46	119.949,90	92,27
13.2- Com Ensino Fundamental	485.200,00	782.000,00	136.808,98	552.408,27	70,64
14- OUTRAS DESPESAS	376.800,00	37.386,06	3.477,86	19.197,66	51,35
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	376.800,00	37.386,06	3.477,86	19.197,66	51,35
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	942.000,00	949.386,06	180.366,30	691.555,83	72,84
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.386,06
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					7.386,06
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					91,83
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2011 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2012 ²				7.386,06	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	3.155.365,00	3.155.365,00	440.670,10	1.965.871,77	62,30
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	470.000,00	520.000,00	61.847,94	323.393,58	62,19
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	80.000,00	130.000,00	40.079,46	119.949,90	92,27
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	390.000,00	390.000,00	21.768,48	203.443,68	52,17
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.189.200,00	2.175.488,06	341.812,92	1.265.262,86	58,16
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	862.000,00	819.386,06	140.286,84	571.605,93	69,76
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.327.200,00	1.356.102,00	201.526,08	693.656,93	51,15
25- ENSINO MÉDIO	20.000,00	11.548,00	0,00	11.548,00	100,00
26- ENSINO SUPERIOR	94.000,00	129.550,00	22.092,67	63.191,63	48,78
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	23.000,00	15.000,00	3.000,00	7.500,00	50,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.796.200,00	2.851.586,06	428.753,53	1.670.896,07	58,60
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-773.359,86
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					1.291,76
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					7.386,06
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-764.682,04
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.353.338,48
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					29,93

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	86.000,00	134.503,12	12.140,62	65.206,20	48,48
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	97.500,00	215.951,62	29.787,87	83.659,09	38,74
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	183.500,00	350.454,74	41.928,49	148.865,29	42,48
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.979.700,00	3.202.040,80	470.682,02	1.819.761,36	56,83
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2012 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	7.561,88	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	722.809,60	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	688.503,14	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.291,76	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	43.160,10	0,00

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINÉS RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-0 Contadora

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 7.386,06, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recurso de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.042.286,74	1.864.011,19	0,00	3.178.275,55
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	5.042.286,74	1.864.011,19	0,00	3.178.275,55
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.042.286,74	-1.864.011,19		-3.178.275,55

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

\_\_\_\_\_  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-O Contadora



Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	35.000,00	1.681,77	33.318,23
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	35.000,00	1.681,77	33.318,23
<b>TOTAL</b>	<b>35.000,00</b>	<b>1.681,77</b>	<b>33.318,23</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	72.676,09	0,00	0,00	72.676,09
Investimentos	72.676,09	0,00	0,00	72.676,09
<b>TOTAL</b>	<b>72.676,09</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>72.676,09</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2011 (h)	Em 2012 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	37.676,09	1.681,77	39.357,86

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-O Contadora

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.621.460,00	12.621.460,00	7.863.487,07	62,30
Impostos	559.000,00	559.000,00	372.282,91	66,60
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	130.000,00	130.000,00	75.942,59	58,42
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	85.000,00	85.000,00	59.605,13	70,12
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	280.000,00	280.000,00	191.317,29	68,33
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	64.000,00	64.000,00	45.417,90	70,97
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	50.910,00	50.910,00	10.348,28	20,33
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	17.700,00	17.700,00	438,09	2,48
Dívida Ativa dos Impostos	22.810,00	22.810,00	5.944,91	26,06
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	10.400,00	10.400,00	3.965,28	38,13
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	12.011.550,00	12.011.550,00	7.480.855,88	62,28
Da União	5.631.550,00	5.631.550,00	3.367.356,20	59,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	5.600.000,00	5.600.000,00	3.346.676,80	59,76
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	1.000,00	1.000,00	156,74	15,67
Transferência Financeira do ICMS Desoneração	30.550,00	30.550,00	20.522,66	67,18
Do Estado	6.380.000,00	6.380.000,00	4.113.499,68	64,47
Cota-Parte do ICMS	5.950.000,00	5.950.000,00	3.837.950,60	64,50
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	115.000,00	115.000,00	61.705,35	53,66
Cota-Parte do IPVA	315.000,00	315.000,00	213.843,73	67,89
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.646.150,00	2.646.150,00	2.709.157,77	102,38
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.402.310,00	-2.402.310,00	-1.496.169,46	62,28
<b>TOTAL</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>12.865.300,00</b>	<b>9.076.475,38</b>	<b>70,55</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	2.568.800,00	3.009.817,16	1.729.563,36	57,46
Pessoal e Encargos Sociais	1.312.200,00	1.250.496,87	728.686,64	58,27
Outras Despesas Correntes	1.256.600,00	1.759.320,29	1.000.876,72	56,89
DESPESAS DE CAPITAL	53.500,00	683.624,64	246.926,50	36,12
Investimentos	53.500,00	683.624,64	246.926,50	36,12

Continua 1/2

Município de LINDOIA DO SUL - SC

Continuação 2/2

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	53.500,00	683.624,64	246.926,50	36,12
Investimentos	53.500,00	683.624,64	246.926,50	36,12
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>2.622.300,00</b>	<b>3.693.441,80</b>	<b>1.976.489,86</b>	<b>53,51</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	2.622.300,00	3.693.441,80	1.976.489,86	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	609.700,00	1.225.090,59	43.867,65	2,22
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	609.700,00	1.125.090,59	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	100.000,00	43.867,65	2,22
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>2.012.600,00</b>	<b>2.468.351,21</b>	<b>1.932.622,21</b>	<b>97,78</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2012 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	2.603,68	0,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=&gt;² [(V - VI) / I]</b>	<b>24,58</b>
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.574.800,00	3.602.930,24	1.965.950,84	99,47
Vigilância Sanitária	29.500,00	62.776,40	9.012,12	0,46
Vigilância Epidemiológica	18.000,00	27.735,16	1.526,90	0,08
<b>TOTAL</b>	<b>2.622.300,00</b>	<b>3.693.441,80</b>	<b>1.976.489,86</b>	<b>100,00</b>

## FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-O Contadora

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2012		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

\_\_\_\_\_  
ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-O Contadora

## Município de LINDOIA DO SUL - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	12.865.300,00	
Previsão Atualizada		—	12.865.300,00	
Receitas Realizadas		1.994.715,19	9.076.475,38	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.222.043,70	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	12.865.300,00	
Créditos Adicionais		—	4.628.451,57	
Dotação Atualizada		—	17.493.751,57	
Despesas Empenhadas		2.100.753,04	12.025.339,20	
Despesas Liquidadas		2.503.995,86	8.738.206,02	
Superavit Orçamentário		—	338.269,36	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.100.753,04	12.025.339,20	
Despesas Liquidadas		2.503.995,86	8.738.206,02	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			12.557.631,21	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		460.100,00	658.350,56	143,09
Resultado Primário		-580.500,00	509.185,22	-87,71
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	11.584,81	0,00	11.584,81	0,00
EXECUTIVO	11.584,81	0,00	11.584,81	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.476.219,82	12.870,65	1.270.843,31	192.505,86
EXECUTIVO	1.476.219,82	12.870,65	1.270.843,31	192.505,86
TOTAL:	1.487.804,63	12.870,65	1.282.428,12	192.505,86
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		2.353.338,48	25%	29,93
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		664.972,11	60%	91,83
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		1.864.011,19	3.178.275,55	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2012	2020	2030	2045
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de LINDOIA DO SUL - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2012/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		1.681,77	33.318,23
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	72.676,09
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.932.622,21	15,00	24,58
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

LINDOIA DO SUL, 10/09/2012

\_\_\_\_\_  
 ADIERSON CARLOS BUSSOLARO  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 MARINES RIBEIRO PERONDI  
 Ordenador de Despesas e Sec. Administra

\_\_\_\_\_  
 GENECI DELLAI  
 CRC/SC 016795/0-O Contadora



## Luzerna

### PREFEITURA

#### Edital de Receita PML EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros federais:

01/08/2012 Programa Nacional da Merenda Escolar - PNAE 1.420,00  
01/08/2012 Programa Nacional da Merenda Escolar - PNAE 1.700,00  
02/08/2012 Programa Nacional da Merenda Escolar - PNAE 3.462,00  
02/08/2012 Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE 3.704,39  
20/08/2012 Transferência Salário Educação 16.863,20  
22/08/2012 Cota-parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP 5.817,13

Luzerna(SC), 06 de setembro de 2012.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

#### Edital de Receita PML EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste Município de Luzerna, a liberação de recursos financeiros recebidos do Estado de Santa Catarina:

20/08/2012 Transporte Escolar - verba estadual 7.374,77

Luzerna(SC), 06 de setembro de 2012.  
NORIVAL FIORIN  
Prefeito Municipal

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Aditivo N.º 002/2012 - Contrato N.º. 023/2012

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

Aditivo n.º 002/2012 (Adição de valor).  
Contrato n.º. 023/2012  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
Contratado: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Objeto: CONSTRUÇÃO DE DUAS PASSARELAS EM CONCRETO ARMADO ANEXO A PONTE COLOMBO MACHADO SALES SOBRE O RIO MANOEL ALVES, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E PROJETO

BÁSICO.  
Valor: 72.519,63.  
Início: 31/08/2012

Data da assinatura: 31 de agosto de 2012.

## Monte Carlo

### PREFEITURA

#### Extrato de Termo Aditivo N.º 02/2012 do Contrato de Locação de Imóvel Urbano

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 02/2012 DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO  
PARA ORGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA nº 78/2011.

Pelo presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

NALVA APARECIDA DE BARROS, brasileira, divorciada, autônoma, portadora da Cédula de Identidade nº 1.885.358 e inscrita no CPF sob nº 652.152.819-04, residente e domiciliada na Rua 248, Bairro Meia Praia, na cidade de Itapema - SC, doravante denominada, "LOCADORA"; e PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rodovia SC 456, Km 15, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 95.996.104/0001-04, neste ato representada pelo Sr. ANTONINHO TIBURCIO GONÇALVES, investido nas atribuições que lhe conferem o cargo de Prefeito Municipal, doravante denominada simplesmente, "LOCATÁRIA". têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO PARA FUNCIONAMENTO DA CASA DA CIDADANIA E CONSELHO TUTELAR ("Contrato"), que vigorará segundo o disposto nas leis 8.245/91 e 8.666/93, além dos Princípios Gerais da Administração Pública e as cláusulas e condições seguintes: Constitui o objeto do presente Contrato, a prorrogação do prazo de locação pela LOCATÁRIA, do imóvel de propriedade da LOCADORA, constituído de um Casa mista com área de 156,00 m2, com seis (6) cômodos, bem como garagem e banheiro, localizada na Rua Joaquim Lourenço de Corduva, 39, bairro Por do Sol - Monte Carlo/ SC ("o imóvel), por mais 06 (seis) meses, com início em 01/08/2012 e final em 31/12/2012, o qual poderá ser prorrogado conforme art. 57 da lei 8.666/93.

A LOCATÁRIA pagará mensalmente à LOCADORA, a título de aluguel, o valor líquido de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais), o qual deverá ser pago até o 15º dia do mês subsequente à utilização do imóvel pela LOCATÁRIA, através de depósito bancário em conta-corrente de titularidade da LOCADORA, ou emissão de cheque pagos em carteira, com o que o LOCATÁRIA concorda expressamente, sem qualquer ressalva, condição ou exigência, valendo os respectivos comprovantes de depósitos, após devidamente compensados, como recibos de pagamento.

Os recursos para atender às despesas decorrentes do presente contrato, correrão por conta do orçamento Municipal de Monte Carlo, conforme dotação orçamentária 2012:

Órgão 132  
Unidade 01  
Projeto/atividade 2.035  
3.3.90.00.00.00.00.00  
MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

A abstenção do exercício de qualquer direito ou faculdade estabelecidos no presente Contrato, constituir-se-á ato de mera liberalidade, não inovando, criando direitos ou precedentes a serem

invocados pela parte infratora.

Elegem as partes o foro da Comarca de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, para dirimir as dúvidas resultantes do presente Contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem, justas e contratadas, as partes firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Monte Carlo, 31 de julho de 2012.  
NALVA APARECIDA DE BARROS  
CPF Nº 652.152.819-04  
LOCADORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO/SC  
LOCATÁRIA

## Morro da Fumaça

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1529/2012

LEI Nº 1529/2012

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PRORROGAR POR TEMPO DETERMINADO OS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU, PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX, DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

BALTAZAR PELLEGRIN, prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art.1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, o Poder Executivo Municipal fica autorizado a efetuar a prorrogação dos contratos de prestação de serviços, por tempo determinado, dos servidores admitidos mediante processo seletivo 001/2010.

Art.2º O período de validade da seleção simplificada realizada nos termos do Edital nº 001/2010, pelo prazo de 6 meses.

Art.3º Deverão ser mantidas, na prorrogação, todas as condições inicialmente requeridas para a formalização do contrato inicial.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.5º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 11 de Setembro de 2012.  
BALTAZAR PELLEGRIN  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE  
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

#### Lei Nº 1530/2012

LEI Nº 1530/2012

"AUTORIZA A ALIENAR VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BALTAZAR PELLEGRIN, prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º. Fica o Município de Morro da Fumaça, autorizado a alienar mediante Licitação- modalidade de Leilão Público, nos termos da Lei 8.666/93, no que couber, os seguintes veículos:

- 01 Caminhão, Marca/Modelo M. Benz, Placa MCJ 8850, CHASSI 34404112521564, RENAVAL 549944770, COR Branca.

- 01 Trator Masey Ferguson, Marca/Modelo 5290-88, Ano 2000.

Art. 2º. Os valores de lance mínimo serão determinados com base em três orçamentos apresentados para o leilão.

Art. 3º. O Leilão Público de que trata o Artigo 1º desta Lei, será realizado pelo Servidor Municipal designado como Leiloeiro Oficial do Município, conforme Portaria 080/2009.

Art. 4º. Ficam revogadas quaisquer disposições em contrário.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 11 de Setembro de 2012.  
BALTAZAR PELLEGRIN  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE  
Secretário Interino de Adm. e Planejamento

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

#### Decreto Nº 073/2012

DECRETO Nº 073/2012, em 11 de Setembro de 2012.  
NOMEIA LEILOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O senhor BALTAZAR PELLEGRIN, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. EDUARDO SCHMITZ, brasileiro, solteiro, com escritório a Rua Gralha Azul, nº. 25, Bairro Ariribá, na cidade de Balneário Camboriú/SC, matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC sob o nº. AARC 159, como Leiloeiro convidado devido a sua notória experiência, para proceder aos Leilões Administrativos de Bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pelo Decreto nº. 072/2012, cuja alienação foi Autorizada pela Câmara Municipal de Vereadores pelas Leis nº. 1306/2009, de 05 de Maio de 2009; 1312/2009, de 19 de Junho de 2009; 1449/2011, de 20 de Maio de 2011; 1487/2011, de 06 de Dezembro de 2011 e 1530/2012, de 11 de Setembro de 2012.

Art. 2º - O leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e nada receberá pelos serviços prestados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 11 de Setembro de 2012.

BALTAZAR PELLEGRIN  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

BALTAZAR DE ROCHE  
Secretário de Administração, Planejamento e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Extrato do Contrato Nº 163/2012PMN

Prefeitura de Navegantes  
Extrato do Contrato Nº.: 163/2012  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
Contratada : BALTT EMPREITEIRA, TRANSPORTE E TERRAPLANAGEM LTDA  
Valor : 565.361,86 (quinhentos e sessenta e cinco mil trezentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos)  
Vigência : Início: 05/09/2012 Término: 04/12/2012  
Licitação : Concorrência Pública Nº.: 140/2011  
Recursos: Dotação: 1.039.4490.00 (134) 136/2012 Pavimentação de Vias Públicas e 1.039.4490.00 (225) 118/2012 Pavimentação de Vias Públicas

Objeto : CONCORRÊNCIA PÚBLICA VISANDO OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, ADEQUAÇÃO PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADA E FINALIZAÇÃO DA RUA JORNALISTA RUI ADEMAR RODRIGUES, (TRECHO ENTRE A Balsa e o Trevo), LOCALIZADA NO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. CONFORME CONTRATO 375073-00/2011 - TURISMO SOCIAL DO BRASIL.

NAVEGANTES, 05 de setembro de 2012

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 1.979, de 10 de Setembro de 2012.

DECRETO Nº 1.979, de 10 de Setembro de 2012.  
Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação do exercício vigente e dá outras providências.

SANTOS ZILLI, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos arts. 41- I, 42 e 43 - II, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 452/2011;

Considerando o contrato de repasse 0385464-49/2012-MAPA/CAIXA

DECRETA:

Art. 1o - Fica aberto crédito adicional suplementar por Superávit Financeiro do Exercício anterior no orçamento vigente, no valor de

R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais), relativos a recursos ordinários e vinculados, assim consignados:

50.00 - SECRETARIA DE AGRICULT. TRANSP. OBRAS E M. AMBIENTE

50.02 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Atividade 2.028 - Manutenção da Agricultura e Meio Ambiente  
Elemento de Despesa 4.4.90-1.0000.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 2.500,00  
Elemento de Despesa 4.4.90-1.0061.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 97.500,00

60.00 - SECRETARIA DE SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL

60.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Atividade 2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa 4.4.90-1.0076.000000 - Aplicações Diretas  
R\$ 88.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 188.000,00

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC  
Em 10 de Setembro de 2012.  
SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal

#### Extrato de Homologação e Adjudicação PL Nº 064/2012

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/12  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 11/09/2012  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: O presente Edital tem por objetivo a seleção de propostas para: Contratação de empresa para Prestação de Horas de Serviço com 02 (Dois) Tratores de Esteiras, pesagem mínima acima de 10 toneladas, com Lâmina Hidráulica, Potência mínima de 100 CV, ano de fabricação mínima 2002 com operador especializado e habilitado, combustível e Prancha para transporte e demais equipamentos, para atender a demanda da Secretaria de Agricultura, Transporte, Obras e Meio Ambiente, para serviços de Destoque e Terraplenagem, conforme quantitativos e especificações constantes do Edital e seus anexos.

CONTRATADO: S. MEZZOMO ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), referente a 200 (duzentas) horas a R\$ 180,00 (Cento e oitenta reais) a hora;

DATA: 11/09/12  
SANTOS ZILLI  
Prefeito Municipal

#### Extrato do Pregão Presencial Nº 028/2012

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório Nº 066/2012  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2012  
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: O presente Edital tem por objetivo a seleção de proposta mais vantajosa para: Aquisição de 01 (Um) Trator Agrícola de pneus, novo, de fabricação nacional, que será utilizada na melhoria do atendimento aos agricultores do Município de Novo Horizonte

- SC, com recursos do Contrato de Repasse Nº 0385464-49/2012/ MAPA/CAIXA e Recursos Próprios.

As características e demais informações do equipamento são os constantes do Termo de Referência, anexo VIII do edital.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 25/09/2012

O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 7:30h às 11:30h e 13:30h às 17:30h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br).

Fundamentação legal: Lei 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 12 de Setembro de 2012.

SANTOS ZILLI

Prefeito Municipal.

## Palhoça

### PREFEITURA

#### Pregão Presencial 143-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 143/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 143/2012, no dia 24 de setembro de 2012, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto aquisição de material de expediente para o Centro de Referência Especializada em Assistência Social - CREAS, deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.sc.gov.br](http://www.palhoça.sc.gov.br).

Palhoça, 11 de setembro de 2012.

PREGOEIRO (A).

#### Pregão Presencial 144-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 144/2012

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 144/2012, no dia 26 de setembro de 2012, às 14:00hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL que tem como objeto aquisição de mobiliário e estabilizador para a Faculdade Municipal de Palhoça, deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, ou pelo site: [www.palhoça.sc.gov.br](http://www.palhoça.sc.gov.br).

Palhoça, 11 de setembro de 2012.

PREGOEIRO (A).

#### Resultado Pregão 116-2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL

116/2012

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2012, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO GERAL PARA AS UNIDADES DE ENSINO, PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, de acordo com as especificações dos Anexos I, que são partes integrantes deste edital.

#### CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

AKON LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 05 e 06 totalizando R\$ 37.580,00 (trinta e sete mil quinhentos e oitenta reais).

DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELI EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 12 e 13 totalizando R\$ 7.608,00 (sete mil seiscentos e oito reais).

GM INDUSTRIA E COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 09 e 15 totalizando R\$ 7.125,00 (sete mil cento e vinte e cinco reais).

JEFERSON DA SILVEIRA ME ficou classificada em 1º lugar no item 14 totalizando R\$ 3.260,00 (tres mil duzentos e sessenta reais).

MOVESCO INDÚSTRIA DE MOVEIS ESCOLARES LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 01, 02, 03, 04, 08 e 10 totalizando R\$ 653.285,00 (seiscentos e cinquenta e três mil duzentos e oitenta e cinco reais).

TODT MOVEIS LTDA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 07 e 11 totalizando R\$ 43.450,00 (quarenta e três mil quatrocentos e cinquenta reais).

Palhoça, 11 de setembro de 2012

### IPPA

#### Portaria 048/2012

PORTARIA Nº 048/2012

REVOGA as Portarias nº 2683/2008 e 049/2011, para resta-belecer a aposentadoria, proporcional ao tempo de serviço, à servidora VANILDE ANA COELHO, por força de decisão judicial nos autos de nº. 2011.055238-3 (TJ/SC).

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº. 2.683/2008, datada de 15.12.2008, que havia revogado outrora a Portaria nº. 827/97, bem como a Portaria nº. 049/2011, que havia suspenso a Portaria nº. 2.683/2008, para assim, restabelecer a aposentaria proporcional ao tempo de serviço, nos termos da Portaria n. 827/97, a servidora VANILDE ANA COELHO, ins-crita no CPF sob o nº 377.348.149-72, ocupante do cargo de provimento efetivo de As-sistente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Palhoça, por força da decisão judicial nos autos do processo de nº2011.055238-3.



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 10 de setembro de 2012.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

MÍLTON LUÍZ ESPÍNDOLA  
Diretor Executivo IPPA  
Matrícula 500022

Registrada e publicada na data supra.

GUSTAVO HAEMING GERENT  
Advogado  
OAB/SC 30.075

## Passo de Torres

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 264/2012

DECRETO Nº. 264 DE 28 DE AGOSTO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 27.046,13 (vinte e sete mil quarenta e seis reais e treze centavos), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Atividade: 1.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO  
3.1.90.00.00.00.00.00.0119 (30) - Aplicações Diretas R\$ 27.046,13  
Total R\$ 27.046,13

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Atividade: 1.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO  
4.4.90.00.00.00.00.00.0119 (40) - Aplicações Diretas R\$ 27.046,13  
Total R\$ 27.046,13

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 28 de agosto de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 28 de agosto de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### Decreto Nº 265/2012

DECRETO N.º 265 DE 30 DE AGOSTO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES POR CONTA DE TRANSPOSIÇÕES DE DOTAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei Nº 837/2012.

Art. 1º - Fica Suplementado o Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, do exercício de 2012, no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Atividade: 2.030 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

3.1.90.00.00.00.00.00.02.0100.0 (11) - Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

TOTAL R\$ 130.000,00

Art. 2º - A suplementação a que se refere o artigo anterior correrá pela anulação dos elementos de despesa abaixo relacionados:

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj/Atividade: 2.030: MANUTENÇÃO DOS PSF/PACS

3.1.71.00.00.00.00.00.00.02.0100.0 (08) - Transferência a Consórcios Públicos - Pessoal  
R\$

130.000,00

TOTAL R\$ 130.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 30 de agosto de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças em 30 de agosto de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### Decreto Nº 266/2012

DECRETO Nº. 266, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

"EXONERA, AMAURETE JOAQUIM KEGELLIM, DA FUNÇÃO DE CHEFE DE DEPARTAMENTO, FG-1".

Janaina Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Fica exonerada, Amaurete Joaquim Kegellim, da Função de Chefe de Departamento, FG - 1.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de setembro de 2012.

JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### **Decreto Nº 267/2012**

DECRETO Nº 267 DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

"SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES POR CONTA TRANSPOSIÇÃO DE SALDO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Janaína Silveira Scheffer, Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Art. 7º, Inciso III da Lei Nº 784/2011;

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Fica suplementada a dotação orçamentária no Projeto Atividade da Prefeitura Municipal, abaixo discriminado, no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento do Exercício de 2012:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO  
3.3.90.00.00.00.00.0122 (37) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior, correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
Atividade: 2.010 - MANUTENÇÃO DO ENSINO BÁSICO  
4.4.90.00.00.00.00.00.0122 (153) - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Total R\$ 50.000,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2010/2013 - Lei Municipal nº. 670/2009 de 15 de Setembro de 2009, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2011- Lei Municipal nº. 763/2011 de 14 de setembro de 2011 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2012 - Lei nº. 784/2011 de 24 de novembro de 2011, que se fizerem necessários em função das alterações do presente Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 03 de setembro de 2012.  
JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2012.

ÉDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **Decreto Nº 268/2012**

DECRETO Nº. 268, DE 03 DE SETEMBRO DE 2012.

"EXONERA, ELVANIA METZELTHIN CARDOSO, DA FUNÇÃO DE ENCARGADO DE SERVIÇOS , FG-5".

Janaína Silveira Scheffer Prefeita Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Artigo 53, Incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

#### **DECRETA:**

Art. 1º- Fica exonerada, Elvania Metzelthin Cardoso, da Função de Encarregado de serviços, FG - 5.

Art. 2º - Este Decreto em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de setembro de 2012.  
JANAÍNA SILVEIRA SCHEFFER  
Prefeita Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2012.

EDSON BORBA MARTINS  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

## **Pinheiro Preto**

### **PREFEITURA**

### **Decreto 3671/2012**

DECRETO Nº 3.671 DE 10 DE SETEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.546 de 05 de outubro de 2011.

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 Poder Executivo  
0203 Secretaria de Educação e Cultura  
0203.12 Educação  
0203.12.361 Ensino Fundamental  
0203.12.361.1201 Ensino para Todos  
0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental  
31900000 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
Fonte de Recursos 0118.0

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 12.000,00 (Doze mil reais) conforme abaixo discriminado;

02 Poder Executivo  
0203 Secretaria de Educação e Cultura  
0203.12 Educação  
0203.12.361 Ensino Fundamental  
0203.12.361.1201 Ensino para Todos  
0203.12.361.1201.4032 Manutenção das atividades do ensino fundamental  
3191000 Aplicações Diretas R\$ 12.000,00  
Fonte de Recursos 0118.0

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 10 DE SETEMBRO DE 2012.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal



**Contrato Nº 0300/2012**

CONTRATO Nº 0300/2012

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios sem Licitação da Agricultura Familiar para a alimentação Escolar.

EMPRESA CONTRATADA: Cooperativa de Artesões de Arroio Trinta - Coopertrinta

LICITAÇÃO: Modalidade Chamada Pública Nº 0003/2012

DATA DO CONTRATO: 16/08/2012

PREFEITO: EUZEBIO CALISTO VIECELI

**Porto Belo****PREFEITURA****Decreto Nº 1.019/2012**

DECRETO Nº 1.019/2012

"Cria Comissão Permanente de Baixa de Bens, e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica e Lei Municipal nº 1.970/2011,

Decreta:

Art. 1º A Comissão de Baixa de Bens, que trata a Lei 1.970/2011 em seu artigo 10º, será composta pelos seguintes servidores:

- a) Alcenir Lemos Correa;
- b) André Brito Salustiano;
- c) Diego Alberto da Silva.

Art. 2º O prazo de validade da presente Comissão será de 2 (dois) anos.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 963/2012

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
em Porto Belo - SC, aos 14 dias do mês de agosto de 2012.

OSVALDO CLAUDINO RAMOS FILHO

Prefeito

**Editais 01/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

**EDITAL 001/2012**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO QUADRO GERAL  
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS E DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA  
EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE PORTO BELO/SC**

O Senhor Osvaldo Claudino Ramos Filho, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições, torna público que se encontram abertas, no período de 27 de agosto de 2012 a 27 de setembro de 2012, as inscrições do Concurso Público, ao provimento de cargos do Quadro Geral dos Servidores Municipais e do Quadro dos Profissionais da Educação Municipal de Porto Belo, que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e pela Lei Municipal nº 1.489/2007 e suas alterações posteriores, na Lei Complementar Municipal nº 37/2011 e suas alterações posteriores, Lei Municipal nº 1818/2010 e suas alterações posteriores, Lei Municipal nº 1417/2005 e suas alterações posteriores, Lei Municipal nº 1725/2009 e suas alterações posteriores, Lei Municipal nº 1950/2011 e suas alterações posteriores e, na lei nº 718/1993 e alterações suas posteriores.

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Concurso será regido por este edital e será realizado sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Belo e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC, localizada à Av. Madre Benvenuta, 2007 – Bairro Itacorubi – Florianópolis – SC – CEP: 88035-001- sítio na Internet <http://www.udesc.br>; Florianópolis – SC.

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

1

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000  
Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

1.2 Os candidatos contratados serão submetidos ao regime estatutário, ficando sujeitos ao regime jurídico dos servidores públicos civis do município de Porto Belo.

1.3 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do concurso, tais como se acham estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

1.4 São requisitos básicos para ingresso no serviço público municipal:

- a) A nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Aptidão física e mental.

1.5 O presente concurso público tem validade de 2 (dois) anos, prorrogável uma única vez, por igual período.

## **2. DOS CARGOS, VAGAS, ESCOLARIDADE EXIGIDA, CARGA HORÁRIA E VENCIMENTO**

2.1. Os respectivos cargos, vagas, escolaridade exigida, carga horária e vencimento são indicados nos quadros que se apresentam a seguir.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

2.1.1. Cargos com exigência de Nível Superior

CARGOS	VAGAS	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO*
Administrador Escolar	02	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar ou Licenciatura e Pós Graduação em Supervisão, ou Orientação ou Administração Escolar.	20 h	1.309,78
Advogado	01	Nível Superior em Direito, e registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	20 h	1.309,78
Advogado	01	Nível Superior em Direito, e registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).	40 h	2.619,57
Agente Fiscal Ambiental	02	Nível Superior em Biologia ou Ciências Biológicas ou Engenharia Ambiental ou Agronomia ou Engenharia Florestal e com registro no respectivo Conselho.	20 h	1.309,78
Assistente Social	02	Nível Superior em Serviço Social e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	40 h	2.619,57
Biólogo	01	Nível Superior em Biologia ou Ciências Biológicas com registro no respectivo Conselho Regional da Categoria Profissional.	20 h	1.309,78
Cirurgião Dentista Odontopediatria	01	Nível Superior em Odontologia e especialização em Odontopediatria ou Nível Superior em Odontologia e aperfeiçoamento em Odontopediatria e registro no Conselho Regional da Categoria Profissional	32 h	1.236,53

"Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos"

3

Centro Administrativo "Prefeito Antonio Stadler Filho" – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000  
Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

CARGOS	VAGAS	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO*
Engenheiro Agrônomo	01	Nível Superior em Engenharia Agrônômica ou Agronomia e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	20 h	1.309,78
Engenheiro Civil	01	Nível Superior em Engenharia Civil e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	20 h	1.309,78
Engenheiro Sanitarista	03	Nível Superior em Engenharia Sanitária e registro no Conselho Regional da Categoria Profissional.	20 h	1.309,78
Farmacêutico	01	Nível Superior em Farmácia e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	40 h	2.619,57
Geólogo	01	Nível Superior em Geologia ou em Ciências Geológicas e registro no respectivo Conselho Regional da Categoria Profissional.	20 h	1.309,78
Instrutor de Artes Marciais	03	Licenciatura Plena em Educação Física e registro no respectivo Conselho.	40 h	851,35
Médico Cardiologista	01	Nível Superior em Medicina e especialização específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	20 h	3.574,98
Médico Clínico Geral	03	Nível Superior em Medicina e especialização específica e registro no órgão	20 h	3.574,98



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

CARGOS	VAGAS	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO*
		fiscalizador do exercício profissional		
Médico Ginecologista	02	Nível Superior em Medicina e Especialização específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	20 h	3.574,98
Médico Ginecologista/Obstetra especialista em cirurgia	01	Nível Superior em Medicina e Especialização específica, e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	32 h	2.362,88
Médico Pediatra	01	Nível Superior em Medicina, e Especialização específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	20 h	3.574,98
Médico Ultrasonografista	01	Nível Superior em Medicina, e Especialização específica e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	20 h	2.510,21
Nutricionista	02	Nível Superior em Nutrição e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	20 h	1.309,78
Orientador Educacional	04	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Orientação Educacional ou Licenciatura, e Pós-Graduação em Supervisão, ou Orientação ou Administração Escolar.	20 h	1.309,78
Professor de Artes	09	Licenciatura Plena em Educação Artística ou Licenciatura Plena em Artes ou Licenciatura Plena em	20 h	725,50

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

5

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000  
Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

CARGOS	VAGAS	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO*
		Artes Visuais.		
Professor de Dança	01	Licenciatura Plena em Educação Artística ou Licenciatura Plena em Artes Visuais ou Licenciatura Plena em Educação Física com registro no respectivo Conselho.	20 h	725,50
Professor de História	05	Licenciatura Plena em História	20 h	761,84
Professor de Educação Física	10	Licenciatura Plena em Educação Física	20 h	761,84
Professor de Ensino Fundamental INCLUSÃO	26	Licenciatura Plena em Pedagogia	20 h	761,84
Professor de Ensino Fundamental PADA*	20	Licenciatura Plena em Pedagogia	20 h	761,84
Professor de Geografia	04	Licenciatura Plena em Geografia	20 h	761,84
Professor de Inglês	08	Licenciatura Plena em Letras-Inglês ou Licenciatura Plena em Inglês-Português.	20 h	761,84
Professor de Língua Portuguesa	03	Licenciatura Plena em Letras-Língua Portuguesa	20 h	761,84
Professor de Matemática	04	Licenciatura Plena em Matemática	20 h	761,84
Professor Inclusão – Habilitação Libras	02	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Libras ou Licenciatura Plena na área de Educação	20 h	761,84



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

CARGOS	VAGAS	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO*
		com certificação em Libras.		
Psicólogo	01	Nível Superior em Psicologia e registro no órgão fiscalizador do exercício profissional	40 h	2.619,57
Supervisor Escolar	04	Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Supervisão Escolar ou Licenciatura Plena e Pós Graduação em Supervisão ou Orientação ou Administração Escolar.	20 h	1.309,78

\* PADA - Programa de Apoio a Dificuldade de Aprendizagem

2.2.2. Cargos com exigência de Nível Médio

CARGOS	VAGAS	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO *
Agente Social	04	Ensino Médio Completo	40 h	720,36
Auxiliar Administrativo	02	Ensino Médio Completo	40 h	720,36
Auxiliar de Gabinete Odontológico	01	Ensino Médio Completo e Curso Técnico na Área e registro no respectivo Conselho.	40 h	665,35
Monitor	48	Ensino Médio Completo	40 h	714,99
Fiscal de Obras e Tributos	04	Ensino Médio Completo	40 h	665,35
Professor de Informática	07	Técnico em Informática a Nível de Ensino Médio ou Ensino Médio Completo e Curso na Área de Informática de no mínimo	20 h	725,50

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

7

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000  
Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

CARGOS	VAGAS	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO *
		240 h.		
Professor de Cultura Religiosa	02	Ensino Médio Completo com Habilitação Específica ou Ensino Médio Completo e Curso na área específica.	20 h	725,50
Técnico da Junta do Serviço Militar	01	Ensino Médio Completo	40 h	720,36

2.2.3. Cargos com exigência de Nível Fundamental ou Alfabetizado

CARGOS	VAGAS	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO*
Auxiliar Administrativo Financeiro	01	Ensino Fundamental Completo	40 h	665,35
Auxiliar de Serviços Gerais	48	Ser alfabetizado	40 h	665,35
Auxiliar em Serviços Agropecuários	01	Ensino Fundamental Completo	40 h	769,39
Borracheiro/ Frentista	02	Ser alfabetizado	40 h	785,86
Mecânico	01	Ser alfabetizado	40 h	1.178,80
Motorista	04	Ser alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação Classe "C" ou "D"	40 h	720,36
Motorista de Transporte Escolar	05	Ser Alfabetizado e possuir Carteira Nacional de Habilitação Classe "D"	40 h	720,36
Operador de Máquina	03	Ser alfabetizado e Carteira Nacional de Habilitação Classe "C" ou "D" ou "E"	40 h	720,36
Servente	77	Ser alfabetizado	40 h	665,35



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

CARGOS	VAGAS	ESCOLARIDADE EXIGIDA	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTO*
Vigia	10	Ser alfabetizado	40 h	665,35
Coveiro	01	Ser alfabetizado	40 h	665,35

\* O vencimento refere-se ao mês de julho/2012.

### 3. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1 As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal, são assegurados o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que a sua deficiência não seja incompatível com as atribuições do cargo a ser preenchido.

3.2 Serão reservadas aos portadores de necessidades especiais, em conformidade com a Constituição Federal 10% (dez por cento) das vagas oferecidas para cada um dos cargos objeto deste concurso (se este percentual resultar em número fracionado, ele será elevado até o primeiro número inteiro), conforme quadro que segue:

#### 3.3 Cargos de Nível Superior

CARGOS	VAGAS	VAGAS RESERVADAS	VAGAS LISTA GERAL
Administrador Escolar	2	1	1
Advogado (40 h)	1	0	1
Advogado (20 h)	1	0	1
Agente Fiscal Ambiental	2	1	1
Assistente Social	2	1	1
Biólogo	1	0	1

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

9

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000  
Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

CARGOS	VAGAS	VAGAS RESERVADAS	VAGAS LISTA GERAL
Cirurgião Dentista Odontopediatra	1	0	1
Engenheiro Agrônomo	1	0	1
Engenheiro Civil	1	0	1
Engenheiro Sanitarista	3	1	2
Farmacêutico	1	0	1
Geólogo	1	0	1
Instrutor de Artes Marciais	3	1	2
Médico Cardiologista	1	0	1
Médico Clínico Geral	3	1	2
Médico Ginecologista	2	1	1
Médico Ginecologista /Obstetra especialista em cirurgia	1	0	1
Médico Pediatra	1	0	1
Médico Ultrassonografista	1	0	1
Nutricionista	2	1	1
Orientador Educacional	4	1	3
Professor de Artes	9	1	8
Professor de Dança	1	0	1
Professor de Ensino Fundamental - PADA	20	2	18
Professor de Ensino Fundamental INCLUSÃO	26	3	23
Professor de História	5	1	4
Professor de Educação Física	10	1	9
Professor de Geografia	4	1	3

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

10

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000  
Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

CARGOS	VAGAS	VAGAS RESERVADAS	VAGAS LISTA GERAL
Professor de Inglês	8	1	7
Professor de Língua Portuguesa	3	1	2
Professor de Matemática	4	1	3
Professor Inclusão – Habilitação Libras	2	1	1
Psicólogo	1	0	1
Supervisor Escolar	4	1	3

### 3.4 Cargos com exigência de Nível Médio

CARGOS	VAGAS	VAGAS RESERVADAS	VAGAS LISTA GERAL
Agente Social	4	1	3
Auxiliar Administrativo	2	1	1
Auxiliar de Gabinete Odontológico	1	0	1
Monitor	48	5	43
Fiscal de Obras e Tributos	4	1	3
Professor de Informática	7	1	6
Professor de Cultura Religiosa	2	1	1
Técnico da Junta do Serviço Militar	1	0	1





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

### 3.5 Cargos com exigência de Nível Fundamental ou Alfabetizado

CARGOS	VAGAS	VAGAS RESERVADAS	VAGAS LISTA GERAL
Auxiliar Administrativo Financeiro	1	0	1
Auxiliar de Serviços Gerais	48	5	43
Auxiliar em Serviços Agropecuários	1	0	1
Borracheiro/Frentista	2	1	1
Mecânico	1	0	1
Motorista	4	1	3
Motorista de Transporte Escolar	5	1	4
Operador de Máquina	3	1	2
Servente	77	8	69
Vigia	10	1	9
Coveiro	1	0	1

3.6 Consideram-se portadores de deficiência aqueles candidatos que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4.º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 70 do Decreto Federal 5.296/04.

3.7 Ao inscrever-se o candidato portador de deficiência, declara que conhece os termos do edital do concurso e que é portador de deficiência para fins de reserva de vaga, devendo indicar, no espaço apropriado constante do Requerimento de Inscrição, sua deficiência e as condições especiais de que necessitar para realizar as provas.

3.8 A necessidade de intermediários permanentes para auxiliar o portador de deficiência na execução das atribuições do cargo é impeditiva à inscrição no concurso.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

3.9 Não impede à inscrição ou ao exercício do cargo a utilização de material tecnológico de uso habitual ou a necessidade de preparação do ambiente físico.

3.10 Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência, as remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.

3.11 Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender na sua íntegra, no prazo, data e horário determinados, as exigências deste Edital, terão sua inscrição nesta condição invalidada e passarão a concorrer às vagas como não portadores de deficiência.

3.12 O candidato inscrito para as vagas reservadas aos portadores de deficiência cuja deficiência não for constatada ou compatível com o exercício das atribuições do cargo, passará a figurar na lista de classificação geral final.

3.13. Os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas às pessoas portadoras de deficiência deverão, no Requerimento de inscrição, declarar sua deficiência e as condições especiais que necessita para realizar a prova.

3.14. Para validar a sua inscrição para as vagas reservadas, o candidato deverá entregar na Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC – Coordenadoria de Vestibulares e Concursos (dias úteis, das 13 às 19 h), até o último dia de inscrição, pessoalmente, por procurador devidamente constituído ou via postal, à Av. Madre Benvenuta, 2007 – Bairro Itacorubi – Florianópolis – SC – CEP: 88035-001, Requerimento de Solicitação de Reserva de Vaga (**Anexo II**) juntamente com o laudo médico original atestando a espécie e o grau ou nível, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença (CID), bem como a



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

provável causa da necessidade especial e a caracterização das anomalias impeditivas ao exercício regular dos cargos.

3.15. A opção por preenchimento de vaga à qual não foi destinada vaga para portadores de deficiência dará a Prefeitura Municipal de Porto Belo o direito de considerá-lo como concorrente às vagas destinadas à ampla concorrência.

3.16. O candidato portador de necessidades especiais participará do Concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, no que concerne ao conteúdo da Prova Objetiva, Prova Prática e de Prova Títulos, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação da(s) prova(s) e a nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

3.17. O candidato que não solicitar condição especial na forma determinada neste Edital, de acordo com a sua condição, não a terá atendida sob qualquer alegação, sendo que a solicitação de condições especiais será atendida dentro dos critérios de razoabilidade e viabilidade.

3.18. A inobservância do disposto no itens 3.11 e 3.14 determinará a perda do direito à vaga reservada aos portadores de necessidades especiais.

3.19. Sendo o candidato portador de necessidades especiais, considerado incapacitado para o exercício do cargo pretendido, será chamado o candidato subsequente, na ordem de classificação, até o limite de vagas reservadas para o cargo pretendido.

3.20. Na inexistência de candidatos habilitados para todas as vagas destinadas às pessoas com deficiência, as vagas remanescentes serão ocupadas pelos demais candidatos habilitados, observada a ordem de classificação.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

3.21. O candidato classificado para as vagas reservadas aos portadores de deficiência submeter-se-á, quando da posse, à equipe multiprofissional e a exame médico oficial ou credenciado pela Secretaria Municipal de Administração, a qual terá decisão definitiva sobre a qualificação do candidato para o exercício do cargo pretendido, conforme as atribuições especificadas no Anexo I - Atribuições dos Cargos, deste Edital.

3.22. Os requisitos exigidos para cada cargo deverão ser comprovados no ato da nomeação do candidato aprovado.

#### 4. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição para o Concurso Público objeto deste Edital será realizada somente via internet.

4.2. Para realizá-la, o candidato deverá proceder da seguinte maneira:

- a) entrar no site [www.udesc.br, menu concursos](http://www.udesc.br/menu_concursos), no período de **27/08/2012 até 27/09/2012** e efetuar sua inscrição;
- b) ler o Edital do referido certame e, se concordar com todas as normas nele contidas, preencher todos os campos do Requerimento de Inscrição. Automaticamente todos os dados digitados serão visualizados para devida conferência. **Lembre-se que as informações prestadas são de inteira responsabilidade do candidato;**
- c) **imprimir** o Comprovante de Requerimento de Inscrição que deverá ficar em seu poder;
- d) **imprimir** o documento de arrecadação da Receita Estadual – DARE;
- e) **efetuar o pagamento** da taxa de inscrição no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para os Cargos de Nível Superior; R\$ 70,00 (setenta reais) para os Cargos de



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

Nível Médio e R\$ 40,00 (quarenta reais) para os cargos de Nível Fundamental ou Alfabetizado, usando o documento DARE, até **27/09/2012**, nas agências bancárias conveniadas com a Secretaria Estadual da Fazenda (BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BRADESCO, ITAÚ, SANTANDER, HSBC, BANCOOB, SICREDI), **observando o horário de atendimento externo das agências ou via internet**. Após efetuar o **pagamento**, o candidato receberá o comprovante respectivo, que deverá estar autenticado pelo sistema bancário.

**Atenção!**

- Quando você for imprimir o DARE (documento bancário de pagamento) deverá observar as orientações de configuração de impressora para que o código de barras seja impresso de forma legível e na mesma página, caso contrário não conseguirá efetuar o pagamento.
- Guarde consigo uma cópia do Requerimento de Inscrição preenchido e que foi devidamente enviado e o comprovante de pagamento quitado do documento DARE, pois esses são os documentos que efetivam e comprovam a inscrição do candidato.

4.3. A Coordenadoria de Vestibulares e Concursos da UDESC não se responsabilizará por solicitação de inscrição, via *internet*, não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores, que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão de documentos.

4.4. A inscrição somente será efetivada após a Coordenadoria de Vestibulares e Concursos da UDESC ser notificada pela Secretaria Estadual da Fazenda do pagamento da mesma.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

4.5. Para efeito de inscrição serão considerados um dos documentos a seguir: a Carteira de Identidade original emitida pelas Secretarias de Segurança Pública; a Carteira de identidade original expedida pelas Forças Armadas (Ministério da Marinha, Exército e Aeronáutica), Bombeiro Militar de Santa Catarina ou pelo Ministério das Relações Exteriores; a Cédula de Identificação original emitida por Conselho Profissional, desde que com foto, assinatura, data de expedição e a expressa indicação de sua validade em todo o território nacional, bem como o CPF.

4.6. Será automaticamente **cancelada a inscrição** do candidato que efetuar o **pagamento** da taxa de inscrição com cheque sem provisão de fundos ou com outra irregularidade que impossibilite o seu recebimento, ou ainda efetuada após a data estabelecida no item 4.2, “a” e “e”.

4.7. A inscrição ao Concurso Público objeto deste Edital dará ao candidato o direito de fazer **apenas** uma inscrição. Havendo mais de uma inscrição pelo mesmo candidato, valerá aquela com pagamento da taxa de inscrição mais recente, cancelando-se as demais.

4.8. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído.

4.9. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.10. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais não poderá alegar desconhecimento.

4.11. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente. O ato de homologação das inscrições deferidas serão divulgadas, no endereço eletrônico [www.udesc.br](http://www.udesc.br), no menu **concursos**.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

4.12. A confirmação da inscrição/local de prova estará disponível no site [www.udesc.br](http://www.udesc.br), no menu **concursos**, a partir do dia 19/10/2012 onde estarão indicados a data, o local e o horário em que o candidato fará a prova objetiva. Tal confirmação da inscrição deverá ser impressa pelo candidato e apresentada juntamente com o documento de identificação com o qual o candidato se inscreveu para ingresso na sala de prova.

4.13. Em caso de ocorrência de divergência do Documento de Confirmação de Inscrição, o candidato deverá solicitar a correção à UDESC, de 19 a 24 de outubro de 2012 via fax para (48) 3321-8056, pessoalmente ou via sedex para Coordenadoria de Vestibulares e Concursos da UDESC – na Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88035-001, e obrigatoriamente, indicado o nome do candidato e o respectivo número de inscrição. **Não** serão aceitas solicitações de retificação via e-mail.

4.14. A retificação somente será efetivada quando não contrariar o previsto neste Edital, não será alterado em hipótese alguma o cargo escolhido ou realizada a substituição de nome do candidato.

4.15. Havendo mais de uma inscrição, será considerada a inscrição que tenha a data de pagamento mais recente, considerando-se canceladas as demais.

4.16. O processo de inscrição somente se completa e se efetiva com o pagamento do valor de inscrição correspondente ao cargo e com todas as demais condições atendidas.

4.17 A não veracidade de declaração apresentada na Ficha de Inscrição ou em decorrência deste Edital, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

respectiva inscrição ou na eliminação do candidato do Concurso Público, em qualquer tempo.

4.18 Os candidatos sem acesso à Internet poderão dispor de equipamentos e ter ajuda de pessoal treinado para orientar a sua inscrição, em um dos postos de atendimento abaixo indicados:

4.18.1 **Prefeitura Municipal de Porto Belo – CIM** (Centro de Integração Municipal) – Avenida Governador Celso Ramos, 2986, Centro, Porto Belo/SC, das 9h às 12h e das 14h às 17h de segunda-feira à sexta-feira.

4.18.2 **Coordenadoria de Concursos e Vestibulares da UDESC** – Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC, das 13 às 18 h, de segunda-feira à sexta-feira.

4.19 O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal para auxílio e uso de equipamentos, sendo o candidato o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

4.20 O candidato portador de deficiência que tiver dificuldade para efetuar a sua inscrição deverá entrar em contato com a Coordenadoria de Vestibular e Concursos da UDESC, até 48 horas antes do término das inscrições e solicitar ajuda de profissional especializado.

## 5. REQUERIMENTOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

5.1. Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da prova deverão assinalar esta condição no item existente no Requerimento de Inscrição e solicitar as condições que necessitam.

5.1.1 Além disso, devem os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da(s) prova(s) deverão protocolar até 27/09/2012, junto a Coordenadoria de Vestibular e Concursos da UDESC localizada à Avenida Madre Benvenuta, 2007 - Itacorubi - Florianópolis (SC), requerimento indicando as condições especiais que necessitam para a realização das provas (**Anexo III**), anexando ao requerimento cópia de sua ficha de inscrição e o Laudo Médico original com a descrição da deficiência e o respectivo enquadramento na CID (Classificação Internacional de Doenças). A decisão desses requerimentos caberá à própria UDESC.

5.1.2. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, deverá atender o item 5.1.1 e deverá levar um acompanhante maior de 18 anos, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. Em hipótese alguma a criança poderá permanecer com a candidata durante a realização da prova. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal da duração da prova.

5.2. Os pedidos de condições especiais serão atendidos respeitadas a viabilidade e a razoabilidade das petições.

## 6. DAS ETAPAS DO CONCURSO

6.1 O presente Concurso Público, para os cargos de **Operador de Máquinas, Motorista e Motorista de Transporte Escolar**, será constituído de duas etapas:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

1) **Primeira etapa:** Prova escrita de caráter eliminatório e classificatório, com questões objetivas, cada uma delas com cinco (5) alternativas (denominadas a,b,c,d,e) das quais uma única será a correta, conforme programa constante do Anexo IV.

2) **Segunda etapa:** Prova Prática.

6.2 Para os cargos que integram a carreira da educação (**Administrador Escolar, Instrutor de Artes Marciais, Professores, Orientador Escolar e Supervisor Escolar**), o presente concurso será constituído de duas etapas:

1) **Primeira etapa:** Prova escrita de caráter eliminatório e classificatório, com questões objetivas, cada uma delas com cinco (5) alternativas (denominadas a,b,c,d,e) das quais uma única será a correta, conforme programa constante do Anexo IV.

2) **Segunda etapa:** Prova de Títulos. (**Observação:** O título de Aperfeiçoamento e/ou Especialização utilizado como requisito de ingresso no cargo não será computado para fins de pontuação na prova de títulos.)

6.3 O presente concurso para os **demais cargos**, será constituído de **uma única etapa, Prova Escrita** de caráter eliminatório e classificatório, com questões objetivas, cada uma delas com cinco (5) alternativas (denominadas a,b,c,d,e) das quais uma única será a correta, conforme programa constante do Anexo IV.

## 7. DA PROVA ESCRITA

7.1 O numero de questões da prova escrita, áreas de conhecimento por elas abrangidas, a distribuição e valor das questões, são descritas no quadro abaixo:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

### 7.1.1 Para os cargos com exigência de curso superior

Áreas de conhecimento	Nº de questões	Pontuação por acerto	Total de Pontos
Português	10	0,2	2,0
Conhecimentos Gerais	10	0,1	1,0
Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,0
Total	40		10,00

### 7.1.2 Para os cargos com exigência de curso médio:

Áreas de conhecimento	Nº de questões	Pontuação por acerto	Total de Pontos
Português	10	0,2	2,0
Conhecimentos Gerais	10	0,1	1,0
Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,0
Total	40		10,00

### 7.1.3 Para os cargos com exigência de nível fundamental ou alfabetizado:

Áreas de conhecimento	Nº de questões	Pontuação por acerto	Total de Pontos
Português	10	0,25	2,5
Conhecimentos Gerais	05	0,3	1,5
Conhecimentos Específicos	15	0,4	6,0
Total	30		10,00

### 7.2 Os programas das provas constam do **Anexo IV** do presente edital.

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

22

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000  
Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

7.3 Serão considerados aprovados, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco inteiros), na prova escrita.

## **8. DAS NORMAS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA**

8.1. A Prova Escrita terá duração de 4 (quatro) horas e será realizada no dia 28 de outubro de 2012, nas cidades de Porto Belo (SC) e/ou Balneário Camboriú (SC), nos locais e horário que serão informados no endereço eletrônico <http://www.udesc.br>, menu concursos, a partir do dia 19 de outubro de 2012.

8.1.1. A Coordenadoria de Concursos e Vestibulares da UDESC reserva-se o direito de, na hipótese de força maior, conveniência administrativa ou falta de locais adequados, com a devida aprovação da Prefeitura Municipal de Porto Belo, realizar a prova objetiva em outras cidades próximas.

8.2 O acesso aos locais da Prova Escrita será permitido com a antecedência de 40 (quarenta) minutos em relação ao seu início. O horário fixado será o horário oficial de Brasília. Será vedada a admissão ao local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado para o seu início.

8.2.1 A entrada nos locais da Prova Escrita só será admitida mediante a apresentação de documento de identificação original, e do documento impresso de Confirmação da Inscrição/Local de Prova, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas ou protocolos.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

8.2.2 São considerados documentos de identificação: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.2.3 Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.3 Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.4 Durante a realização da Prova Escrita é vedado(a):

- a) A comunicação entre os candidatos;
- b) A consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações;
- c) O uso de relógios e aparelhos telefônicos ou ainda qualquer equipamento elétrico ou eletrônico;
- d) O uso de bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura;
- e) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal;
- f) A ingestão de alimentos e bebidas, com exceção de água acondicionada e embalagem plástica transparente sem rótulos e ou etiquetas;
- g) Entregar o caderno de prova e o cartão resposta antes de decorrida 1 (uma) hora do seu início.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

8.4.1 Os equipamentos e utensílios não permitidos devem ser entregues desligados aos fiscais da sala, sem qualquer outro aviso, antes do início da(s) prova(s) e solicitados aos fiscais pelo próprio candidato quando da sua saída definitiva do local de prova.

8.4.1.1 A Coordenadoria de Vestibulares e Concursos/UDESC não se responsabiliza por perdas ou extravios de objetivos e documentos durante a realização das provas nem por danos neles causados. Recomenda-se aos candidatos não levarem objetos cujo uso não é permitido durante a realização das provas.

8.4.2 A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do Concurso, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

8.4.3 Só é permitido ao candidato manter em seu poder no local em que realizar a Prova Escrita:

- a) Documento de identificação;
- b) Canetas esferográficas feitas com material transparente com tinta de cor azul ou preta;
- c) Água acondicionada em vasilhame transparente sem rótulo ou etiqueta;
- d) Guardado no bolso: Cópias do requerimento de inscrição e comprovante de pagamento da taxa de inscrição. Caso o candidato porte carteira a mesma só poderá conter os documentos necessários ao ingresso no local do concurso (que não poderão conter qualquer outro registro) e dinheiro.

8.4.4 É de inteira responsabilidade do candidato a aquisição das canetas de acordo com as especificações do edital e que não serão cedidas ou emprestadas pela Coordenadoria de Concursos e Vestibulares da UDESC.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

8.5 O candidato receberá para realizar a Prova Escrita um caderno de questões e um cartão resposta.

8.5.1 O candidato é responsável pela conferência dos dados do seu cartão-resposta, pela verificação da correspondência do seu caderno de questões com o cartão-resposta, bem como pela verificação do cargo escolhido e pela marcação correta das letras correspondentes às respostas corretas.

8.5.2 As alternativas corretas das questões deverão ser marcadas no cartão-resposta, de acordo com as instruções nele contidas, com caneta esferográfica feita de material transparente com tinta de cor azul ou preta. As questões da prova escrita serão corrigidas unicamente pela marcação do candidato no cartão-resposta, não sendo válidas as anotações feitas no caderno de questões.

8.5.3 Não serão substituídos os cartões por erro do candidato nem atribuídos pontos às questões não assinaladas, ou marcadas com emendas ou rasuras, a lápis ou com caneta esferográfica de tinta com cor diversa das estabelecidas ou em desacordo com as instruções contidas no caderno de provas e/ou cartão-resposta.

8.5.4 Os três (3) últimos candidatos de cada sala só poderão entregar o caderno de questões e o cartão-resposta ao mesmo tempo.

8.5.5 Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a prova, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.5.6 O candidato declara estar ciente e concordar que a UDESC, através de seus prepostos, poderá proceder à sua identificação datiloscópica, bem como revista pessoal e de seus pertences, por quaisquer meios inclusive eletrônicos.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

8.5.7 Os candidatos não poderão estar acompanhados de outras pessoas na sala de provas, mesmo que filhos menores.

## 9. DA PROVA PRÁTICA

9.1 A **segunda etapa** do Concurso Público, para os cargos de **Operador de Máquinas, Motorista e Motorista de Transporte Escolar** será constituída de uma **Prova Prática**.

9.2 Serão convocados para a prova prática, na rigorosa ordem de classificação, os candidatos aprovados e classificados na prova escrita em número igual a 5 (cinco) vezes às vagas existentes. Por exemplo, se o cargo tiver 3 vagas serão convocados os 15 (quinze) primeiros candidatos aprovados e classificados.

9.3 Havendo empate na classificação dos candidatos habilitados serão convocados todos os candidatos com nota igual à do último concorrente classificado.

9.4 A data, horários e locais onde serão realizadas as provas práticas serão comunicadas por aviso que será publicado no endereço eletrônico <http://www.udesc.br>, menu concursos, a partir do dia 19 de novembro de 2012. As datas previstas para as provas prática são os dias 26 ou 27 ou 28 de novembro de 2012.

9.4.1 Por razões de ordem técnica ou meteorológica poderá ser transferida a data, local e horário da realização da prova prática. Os candidatos serão avisados por comunicado no endereço eletrônico do concurso e/ou por aviso fixado no mural e/ou porta de entrada principal do local anteriormente marcado para a sua realização, quando o evento determinante da alteração for de natureza imprevisível.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

9.4.2 Os candidatos deverão comparecer ao local e nos horários determinados:

- a) Munidos de documento de identificação e, quando exigir o cargo, a habilitação determinada no edital para dirigir o veículo com o qual farão a prova prática, não se aceitando cópias mesmo que autenticadas e/ou protocolos.
- b) Trajados e calçados adequadamente para a execução das tarefas da prova prática, não sendo admitidos candidatos sem calçado ou peça de vestuário.

9.5 Será atribuída nota zero na prova prática, ao candidato que, por qualquer razão, chegar com atraso, não comparecer ou comparecer em local e horário diverso do publicado, não portar a documentação exigida, bem como deixar de obedecer a qualquer das normas da prova prática.

9.6 Os candidatos declaram, ao inscrever-se, gozar de perfeita saúde e estarem aptos para realizar as tarefas que lhe forem determinadas.

9.7 Durante a realização da prova prática é proibido fumar ou ingerir qualquer medicamento ou alimento e usar equipamento de qualquer natureza.

9.8 Os equipamentos, materiais ou veículos que deverão ser usados na prova prática serão fornecidos pelo Município de Porto Belo, no estado em que se encontrarem.

9.9 Quando couber, estarão à disposição dos candidatos, junto com os equipamentos, materiais ou veículos que empregarão para a realização da tarefa, os equipamentos de proteção individual determinados pela legislação em vigor. A recusa em usá-los ou o seu uso de forma inadequada implicará na desclassificação do candidato.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

9.10 Caso o candidato venha a cometer qualquer ato ou realizar qualquer operação que coloque em risco a segurança do avaliado, avaliador e/ou equipamento, a prova será interrompida, sendo o candidato desclassificado.

9.11 Concluída a prova, o candidato assinará termo de realização da prova prática que atestará terem sido cumpridas todas as normas editalícias, do que não poderá arguir posteriormente.

9.12 As tarefas a serem executadas e o tempo de duração da prova, estarão especificadas e descritas em uma “Folha de Tarefa” que será preparada pela banca de avaliação da prova prática.

9.13 No local onde será aplicada a prova, os candidatos obedecendo a ordem alfabética, receberão um envelope contendo uma Folha de Tarefa e, após autorização do avaliador, iniciarão a sua execução.

9.14 Terminado o prazo fixado na folha de tarefa o candidato interromperá a execução do trabalho determinado, mesmo que não o tenha concluído, sendo avaliadas as etapas que cumpriu.

9.15. Os candidatos ao cargo **Motorista e Motorista de Transporte Escolar** serão avaliados conforme determinação da Resolução 168/CONTRAN de 2004 e alterações posteriores.

9.16. Os candidatos ao cargo de **Operador de Máquinas** serão avaliados de acordo com os critérios de avaliação descritos abaixo:

- a) Postura corporal durante a execução da tarefa;
- b) correto manuseio das ferramentas ou do equipamento;
- c) disciplina, persistência e capacidade de concentração;
- d) qualidade de execução da tarefa;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

e) demonstração que conhece as atividades do cargo para o qual se inscreveu.

9.17. A nota da prova prática será expressa em uma escala de 0 (zero) a 10,00.

9.18 Será desclassificado o candidato que não obtiver nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na Prova Prática.

#### **9.19 Da descrição das provas práticas**

##### **Prova Prática para Operador de Máquinas**

A Prova Prática para o cargo de Operador de Máquinas consistirá na operação de equipamento.

Na folha de tarefa, nos termos desse edital, estarão descritos o tipo e a identificação do equipamento no qual o candidato deverá ser avaliado que não poderá, sob qualquer alegação ser trocado e nem se fará uma nova escolha.

O teste consistirá em ligar o equipamento, efetivar as verificações necessárias e dirigir até local determinado e executar tarefas próprias do equipamento.

##### **Prova Prática para Motorista**

A Prova Prática para o cargo de Motorista terá duração aproximada de 15 (quinze) minutos e constará de um percurso onde o candidato será acompanhado por Examinador credenciado, que vai aferir o controle, atitudes, postura e habilidades do candidato em dirigir veículos automotores de acordo com o estabelecido nas atribuições do cargo, atentando para as normas de trânsito brasileiras e verificando se o candidato está apto a exercer a função.

Na folha de tarefa, nos termos desse edital, estarão descritos o tipo e a identificação do veículo no qual o candidato deverá ser avaliado que não poderá, sob qualquer alegação ser trocado e nem se fará uma nova escolha.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

### **Prova Prática para Motorista de Transporte Escolar**

A Prova Prática para o cargo de Motorista de Transporte Escolar terá duração aproximada de 15 (quinze) minutos e constará de um percurso onde o candidato será acompanhado por Examinador credenciado, que vai aferir o controle, atitudes, postura e habilidades do candidato em dirigir veículos automotores de acordo com o estabelecido nas atribuições do cargo, atentando para as normas de trânsito brasileiras e verificando se o candidato está apto a exercer a função.

Na folha de tarefa, nos termos desse edital, estarão descritos o tipo e a identificação do veículo no qual o candidato deverá ser avaliado que não poderá, sob qualquer alegação ser trocado e nem se fará uma nova escolha.

## **10. DA PROVA DE TÍTULOS**

10.1 Para participar da Prova de Títulos, os candidatos aprovados na Prova Escrita para os cargos que integram a carreira da educação (**Administrador Escolar, Instrutor de Artes Marciais, Professores, Orientador Escolar, Supervisor Escolar**) deverão entregar pessoalmente ou por Procurador devidamente constituído ou enviar por SEDEX com Aviso de Recebimento (AR), das 13 às 18 horas do segundo dia útil subsequente à publicação do resultado definitivo da prova escrita, os documentos com os quais deseja participar da Prova de Títulos para a **Coordenadoria de Vestibulares e Concursos da UDESC** – Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88035-001.

10.2 O título de Aperfeiçoamento e/ou Especialização utilizado como requisito de ingresso no cargo não será computado para fins de pontuação na prova de títulos.

10.3 Para o cálculo da média final será computada a pontuação da Prova de Títulos unicamente dos candidatos aprovados na Prova Escrita.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

10.4 Os documentos que poderão ser avaliados e a respectiva pontuação são:

- a) Fotocópia devidamente autenticada de Diploma de Livre-Docente ou de Doutor na área do cargo escolhido, acompanhada do respectivo histórico escolar. Será atribuído o valor de 1,0 (um) ponto;
- b) Fotocópia devidamente autenticada de Diploma de Mestre na área do cargo escolhido, acompanhada do respectivo histórico escolar. Será atribuído o valor de 0,5 (zero vírgula cinco) ponto;
- c) Fotocópia devidamente autenticada de Diploma de curso de Aperfeiçoamento ou de Especialização na área do cargo escolhido, acompanhada do respectivo histórico escolar. Será atribuído o valor de 0,3 (zero vírgula três) ponto.

10.5. Não serão avaliados os documentos:

- a) entregues após o período ou de forma diferente do estabelecido neste Edital;
- b) que não preencherem devidamente os requisitos exigidos para sua comprovação;
- c) cuja fotocópia esteja ilegível;
- d) cuja fotocópia não esteja autenticada;
- e) sem data de expedição;
- f) sem tradução juramentada, se expedido fora do país;
- g) adquiridos antes da graduação.

10.6 A pontuação máxima na prova de títulos será de 1,00 (um) ponto que será somado, para obtenção do resultado final, à nota obtida pelo candidato na Prova Escrita.

10.6.1 Não serão considerados para avaliação os títulos apresentados que excederem ao limite máximo de pontos estabelecido.

10.7 Cada título será considerado uma única vez e para uma única situação. Dessa forma, o documento será avaliado para atender a um critério.

10.8 Não serão aferidos quaisquer títulos diferentes dos estabelecidos no item 10.4.

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

32



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

10.9 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos documentos apresentados, o candidato terá anulada a respectiva pontuação atribuída, sem prejuízo das cominações legais cabíveis.

10.10 Para a comprovação de curso concluído no exterior, apenas será aceito o diploma revalidado por Instituição de Ensino Superior no Brasil, salvo se a revalidação foi dispensada pela legislação brasileira em vigência, fato que deve ser comprova por documento hábil.

10.11 Os diplomas de pós-graduação em nível de especialização e os diplomas de Aperfeiçoamento deverão conter a carga horária cursada de no mínimo 300 horas-aula. O certificado e/ou diploma de conclusão de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) deverá estar acompanhado do respectivo histórico escolar.

10.12 Não será admitido o pedido de inclusão de novos documentos ou substituição dos que tenham sido entregues.

10.13 É de exclusiva responsabilidade do candidato o envio dos documentos e a comprovação dos títulos, nos prazos mencionados no item 10.1. Para fins de direito consideram-se os recibos de postagem e o protocolo de entrega, emitidos pelo Correio.

10.14. Não serão avaliados, sob qualquer alegação, os títulos que forem entregues em data e horário posterior aos previstos no item 10.1.

10.15 As cópias, declarações e documentos apresentados não serão devolvidos.

10.16 Será atribuída pontuação 0 (zero) ao candidato que não enviar os documentos no prazo estabelecido e/ou enviá-los de forma não compatível com este Edital.

10.17 Não haverá segunda chamada para entrega de documentos pertinentes à Prova de Títulos.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

10.18 A relação com a nota obtida na Prova de Títulos será publicada através do endereço eletrônico <http://www.udesc.br>, menu concursos.

10.19. É vedada a acumulação dos títulos acadêmicos (especialização, mestrado e/ou doutorado), prevalecendo, em qualquer caso, o de maior pontuação.

## 11. DO CÁLCULO DA NOTA E DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO

11.1 A Média Final para os candidatos aos cargos de **Operador de Máquinas, Motorista e Motorista de Transporte Escolar** será calculada com base na seguinte fórmula:

$$MF = (NPE \times 6 + NPP \times 4) / 10$$

Sendo:

MF= Média Final.

NPE= Nota da Prova Escrita.

NPP= Nota da Prova Prática.

11.2 A Pontuação Final para os cargos de **Administrador Escolar, Instrutor de Artes marciais, Professores, Orientador Escolar, Supervisor Escolar**, será:

$$PF = NPE + PPT$$

Sendo:

PF= Pontuação Final.

NPE= Nota da Prova Escrita.

PPT= Ponto da Prova de Títulos.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

11.3 A média final para todos os **demais cargos**, será a nota da prova escrita.

MF= NPE

Sendo:

MF= Média Final.

NPE= Nota da Prova Escrita.

11.4. Serão considerados aprovados os candidatos aos cargos com exigência de curso de Ensino Superior, Médio e Fundamental/Alfabetizado que obtiverem média final ou Pontuação Final igual ou superior a 5,0 (cinco).

11.4.1 Os candidatos serão classificados por vaga, em ordem decrescente da Média Final ou Pontuação Final, expressa com 2 (duas) decimais sem arredondamento.

11.5 Ocorrendo empate na Média Final, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

11.5.1 Para o efeito do item anterior será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

11.6. Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

- a) Maior nota nas questões de Conhecimentos Específicos;
- b) Maior nota na Prova Prática (quando houver);
- b) Maior nota nas questões de Português;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

- c) Maior nota nas questões de Conhecimentos Gerais;
- d) Maior idade.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. Caberão recursos contra os seguintes atos do presente Concurso:

- a) Não homologação da inscrição;
- b) Conteúdo das questões e gabarito provisório da Prova Escrita;
- c) Resultado da Prova Escrita;
- d) Resultado da Prova Prática, para os cargos em que houver;
- e) Resultado da Prova de Títulos para os cargos em que houver;
- f) Classificação final.

12.2. Para interposição dos recursos o candidato deverá preencher o formulário de "RECURSOS" constante do **Anexo V** deste edital e encaminhar via sedex ou entregar diretamente na Coordenadoria de Vestibulares e Concursos da UDESC – na Av. Madre Benvenuta, 2007, Itacorubi, Florianópolis/SC, CEP 88035-001, em até 2 (dois) dias úteis após a publicação do ato (item 12.1) no endereço eletrônico do Concurso <http://www.udesc.br>, menu concursos.

12.3 No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

12.4 No caso de erro ou falha na indicação da resposta correta o gabarito provisório será alterado.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

12.5 O parecer dos recursos será publicado no endereço eletrônico <http://www.udesc.br>, menu concursos.

12.6 A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

12.7 Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no Edital.

12.8 Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes não providos, sendo observada para cômputo de prazo, a data do respectivo protocolo.

12.9 Após a análise dos recursos interpostos ou decisão havida pela Comissão Organizadora em função de erro material, poderá haver alteração da pontuação e/ou classificação inicialmente obtida para uma classificação superior ou inferior ou, ainda, poderá ocorrer a desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida para a prova.

12.10 Somente serão apreciados os recursos expressos, em formulário próprio, conforme modelo previsto no **Anexo V** ao presente edital, em termos convenientes e que apontem as circunstâncias que os justifiquem, bem como tenham indicados o nome do candidato, número de sua inscrição, cargo.

### 13. DA NOMEAÇÃO

13.1. Os candidatos APROVADOS neste Concurso Público aguardarão, a critério da autoridade competente, nomeação em caráter de provimento efetivo, no nível e

---

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

37

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000  
Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

referência inicial dos cargos previstos, atendendo o limite de vagas oferecidas para cada cargo.

13.2. A classificação neste Concurso Público não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

13.3. A decisão de nomeação é de competência do Prefeito Municipal de Porto Belo, dentro do interesse e conveniência da Administração Pública, observado os critérios dispostos no presente Edital.

13.4. Para fins de admissão o candidato deverá apresentar-se junto ao Departamento Pessoal da Prefeitura Municipal de Porto Belo, munido dos seguintes documentos, original com fotocópia autenticada ou original com fotocópia para ser autenticada pela administração:

- a) Comprovação da idade mínima de 18 (dezoito) anos até a data da posse: carteira de identidade – RG (original e fotocópia);
- b) Comprovante de inscrição no cadastro de pessoas físicas: CPF (original e fotocópia);
- c) Certificado de reservista (original e fotocópia);
- d) Comprovante de quitação com as obrigações eleitorais: título de eleitor e certidão de quitação eleitoral, expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral (original e fotocópia);
- e) Comprovante do número de PIS ou PASEP: cartão de PIS/PASEP (original e fotocópia);
- f) Comprovante de nível de escolaridade exigido nos termos deste Edital para o cargo, concluído até a data da posse: histórico e certificado/diploma (original e fotocópia). No caso de diploma emitido no exterior é necessário a validação de universidade brasileira;
- g) Declaração de não ter sofrido no exercício de Função Pública, as penalidades previstas no artigo 137 e seu parágrafo único da Lei Federal Nº 8.112/90 e as correspondentes constantes da Legislação de outros Estados e Municípios:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

modelo fornecido pelos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Belo (original);

- h) Declaração de bens, valores e renda: modelo fornecido pelos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Belo (original);
- i) Declaração de inexistência de acumulação de cargo público ou de condições de acumulação amparada pela Constituição: modelo fornecido pelos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Belo (original);
- j) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- k) Declaração de antecedentes criminais (original);
- l) Certidão de nascimento para os solteiros ou certidão de casamento (original e fotocópia);
- m) Certidão de nascimento dos filhos, menores de 21 (vinte e um) anos (original e fotocópia);
- n) Laudo de aptidão física e mental de capacidade laboral;
- o) Comprovante de registro no respectivo conselho profissional;
- p) Comprovante de endereço residencial (fotocópia de conta de água, luz ou telefone).

13.5. Os candidatos classificados serão convocados pela Prefeitura Municipal de Porto Belo por meio de endereço eletrônico (e-mail) informado no ato da inscrição pelo candidato e no site [www.prefeituraportobelo.sc.gov.br](http://www.prefeituraportobelo.sc.gov.br).

13.6. Quando da convocação, os candidatos classificados terão 72 horas, contado da data do e-mail e publicação no site, para se apresentar munido da documentação constante no item 13.4.

13.7 O não cumprimento dos requisitos dispostos nos itens 13.4 e 13.6 implicará em eliminação do candidato sendo chamado o imediatamente posterior na rigorosa ordem de classificação.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

13.8. O candidato aprovado no Concurso Público, que não desejar ser nomeado imediatamente, quando convocado para tal, poderá requerer sua inclusão após o último colocado da classificação geral para o cargo.

#### **14. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA**

14.1. Fica delegada competência à UDESC para:

- a) receber as inscrições;
- b) deferir e indeferir as inscrições;
- c) disponibilizar os documentos de confirmação de inscrições;
- d) elaborar, aplicar, julgar, corrigir e avaliar a prova de conhecimento (objetiva), prova prática e de títulos;
- e) apreciar os recursos previstos no item 12.1. “a” a “f”;
- f) emitir relatório de classificação dos candidatos por cargo;
- g) emitir relatórios sobre o concurso da Prefeitura Municipal de Porto Belo, quando solicitado para cadastramento junto ao setor de Recursos Humanos;
- h) prestar informações sobre o Concurso Público de que trata este Edital.

14.2. Compete a Prefeitura Municipal de Porto Belo efetuar os demais atos e procedimentos referentes ao presente concurso, em especial à nomeação e posse dos candidatos aprovados no Concurso Público previsto neste Edital.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. O resultado final será publicado em Diário Oficial do Município e na internet, através do endereço eletrônico [www.udesc.com.br](http://www.udesc.com.br) menu concursos e



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

[www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br) , até o dia 14 de dezembro de 2012, por ordem nominal dos candidatos aprovados por ordem geral.

15.2. Será excluído do Concurso Público, por ato da UDESC, o candidato que:

- a) tornar-se culposos por comportamento inadequado ou descortesia com qualquer membro de equipes encarregadas da realização das etapas do Concurso Público;
- b) for surpreendido durante a aplicação da prova em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
- c) for apanhado em flagrante utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
- d) ausentar-se da sala de prova, sem autorização ou sem acompanhamento de fiscais;
- e) recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão de respostas ou de outros documentos;
- f) apresentar documentos com dados adulterados em relação ao original ou a não veracidade de qualquer declaração ou documento apresentado, verificado a qualquer tempo, eliminará o candidato deste Concurso Público;
- g) efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem provisão de fundos, após o prazo previsto para pagamento ou com outra irregularidade que impossibilite seu recebimento.

15.3. Será excluído do Concurso Público, por ato da Prefeitura Municipal de Porto Belo, o candidato classificado que:

- a) fizer, em qualquer fase ou documento, declaração falsa ou inexata;
- b) não mantiver atualizado seu endereço eletrônico. Para manter atualizado o endereço eletrônico constante da Ficha de Inscrição, o candidato deverá encaminhar comunicado de solicitação de alteração com Aviso de Recebimento/AR, a Prefeitura Municipal de Porto Belo, localizada Avenida Governador Celso Ramos, nº. 2.500, Centro, CEP: 88210-000 - Porto Belo - SC, aos cuidados dos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Belo.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

15.4. Os gabaritos e as provas objetivas dos diversos cargos estarão disponíveis no site [www.udesc.com.br](http://www.udesc.com.br), menu concursos a partir do dia 29 de outubro de 2012.

15.5. As Comissões da UDESC/PMPB divulgarão, sempre que necessário, Editais, Normas Complementares e Avisos Oficiais sobre o Concurso Público no Diário Oficial do Município ou na internet, através dos sites oficiais.

15.6. A UDESC não fornecerá exemplares dos cadernos de questões a candidatos ou instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do Concurso Público.

15.7. Não haverá inscrição condicional e nem por correspondência. A inscrição que não atender a todos os requisitos exigidos neste Edital, verificada a qualquer tempo, será cancelada.

15.8. A inscrição no presente Concurso implica na aceitação tácita de todos os termos do presente edital e posteriores.

15.9 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão, tanto da Prefeitura Municipal de Porto Belo como da UDESC.

15.10 A UDESC poderá por motivo de força maior, alterar os locais, datas e ou horários de realização da prova, mediante aviso publicado no endereço eletrônico do concurso.

15.11 Todas as despesas decorrentes do presente concurso como a aquisição de material, documentação, passagens, hospedagem e alimentação, são de inteira

“Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos”

42

Centro Administrativo “Prefeito Antonio Stadler Filho” – Av. Gov. Celso Ramos, 2500, Centro – Porto Belo/SC – CEP 88.210-000  
Fone/Fax: 0\*\*47 – 3369-4111 Ramais 236 e 237



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PORTO BELO  
GABINETE DO PREFEITO

responsabilidade do candidato, mesmo no caso de alteração das datas, horários e locais das provas.

15.12 Os casos não previstos, no que tange à realização deste Concurso Público, serão resolvidos, conjuntamente, pela Comissão do Concurso Público UDESC/PMPB.

## 16. DO FORO JUDICIAL

16.1. O foro para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público de que trata este Edital é o da Comarca de Porto Belo, Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 27 de agosto de 2012.

**Osvaldo Claudino Ramos Filho**

**PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO BELO**

# Porto União

## PREFEITURA

### Decreto Nº 934/2012

DECRETO Nº 934, de 10 de setembro de 2012.

Dispõe sobre nomeação de membro da Comissão responsável pelos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob responsabilidade do Município de Porto União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os Decretos Municipais nºs 812, de 24 de abril de 2012 e 813, de 24 de abril de 2012,

#### DECRETA:

Art. 1º NOMEIA ARLENE ALVES DAUBERMANN PADILHA como membro da Comissão responsável pelos procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens de propriedade ou sob responsabilidade do Município de Porto União, em substituição a TATIANE THONIA DA LUZ, nomeada coletivamente pelo Decreto nº 814, de 25 de abril de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 10 de setembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Decreto Nº 935/2012

DECRETO Nº 935, de 10 de setembro de 2012.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.892, de 30 de junho de 2011 (LDO) e 3.939, de 29 de novembro de 2011 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais):

ÓRGÃO ORÇÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0207 - SECRETARIA MUN. TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO 1016 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários  
MODALIDADE 3390 - 174 - Aplicações Diretas 149 1.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 1.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORÇÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0207 - SECRETARIA MUN. TRANSP. OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

PROJETO 1016 - Aquisição de Equipamentos Rodoviários  
MODALIDADE 3390 - 174 - Aplicações Diretas 72 1.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 10 de setembro de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### Portaria N.º 1196/2012 - RH

PORTARIA Nº 1.196, de 31 de agosto de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o requerimento da servidora Neusa Jarentchuk Marangoni, protocolado em 31 de agosto de 2012, com opção expressa de permanecer em atividade laborativa, embora já tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária integral;

CONSIDERANDO a Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS e a Portaria de Averbação nº 952 de 01 de dezembro de 2011 da referida servidora;

CONSIDERANDO parecer Jurídico desta Municipalidade, opinando pelo deferimento do pedido da servidora;

#### RESOLVE

Art. 1º CONCEDER ABONO DE PERMANENCIA a partir de 17 de agosto de 2012, à servidora NEUSA JARENTCHUK MARANGONI, ocupante do cargo de Professor Docente 1º ao 5º anos iniciais e Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Geografia), nos termos da Emenda Constitucional nº 41 de 19/12/2003 e Lei Municipal nº 3.079, de 06/07/2005, observado o Decreto Municipal nº 687 de 18 de novembro de 2011.

Art 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 17 de agosto de 2012.

Porto União - SC, em 31 de agosto de 2012.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

### Portaria Nº 067/2012

PORTARIA Nº 067, de 11 de setembro de 2012.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 016, de 1º de março de 2012;

CONSIDERANDO que o servidor incorreu na infração determinada no Artigo 213, Incisos V, VII e IX, da Lei Municipal nº 2.055, de 20

de outubro de 1994;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º APLICAR a penalidade de Suspensão de 05 (cinco) dias, prevista no Artigo 225, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, ao servidor Amauri Antunes.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de setembro de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria Nº 068/2012**

PORTARIA Nº 068, de 11 de setembro de 2012.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 046, de 25 de junho de 2012;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º APLICAR a penalidade de ressarcimento dos prejuízos ao erário público, com fundamento no art. 73, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, ao servidor Samir Alves.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de setembro de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Portaria Nº 069/2012**

PORTARIA Nº 069, de 11 de setembro de 2012.

Dispõe sobre conclusão final de Comissão de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea "f" da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo nomeada pela Portaria nº 058, de 02 de agosto de 2012, donde restou constatado o Abandono de Emprego pela Servidora Pública Municipal Rita Cássia Lima;

CONSIDERANDO que foram observados todos os princípios constitucionais, principalmente de ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o parecer jurídico da Assessoria Jurídica desta Prefeitura Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Servidora Pública Municipal RITA CÁSSIA LIMA, com fulcro no artigo nº 227, incisos II e III, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 11 de setembro de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

**Extrato de Contrato Aditivo 151/2012**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato aditivo 151/2012

Aditivo ao contrato 124/2010

Partes: Município de Porto União e Luiz Francisco Antunes de Lima & Cia Ltda.

**CLAUSULA SEGUNDA - Valor Contratual**

O valor a ser pago pela Contratante passa a ser de R\$ 108.094,30 (cento e oito mil noventa e quatro reais e trinta centavos).

**CLAUSULA QUINTA - Reajuste**

Reajusta-se o contrato superior em 5,36 % (cinco vírgula trinta e seis por cento).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 13 de agosto de 2012.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

**Rio do Sul**

**PREFEITURA**

**Lei Municipal Nº 5.326/2012**

LEI Nº 5.326 de 04 de setembro de 2012

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL".

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:**

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Ficam suplementadas até o limite de R\$ 1.234.636,69 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO  
 1.027 Construção Escola Modelo  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 4.4.00.00 INVESTIMENTOS  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 206.447,54  
 2.029 Manutenção do Ensino Fundamental  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 12.003,46  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 488.163,82  
 2.066 Manutenção do Ensino Infantil  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.50.00 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 22.694,24  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 89.705,33  
 2.031 Manutenção do Departamento Administrativo  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 37.534,75  
 2.118 Pagamento da Dívida Fundada Interna  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.2.00.00 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA  
 3.2.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.382,85  
 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 10.01 GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 2.036 Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 6.398,12  
 10.02 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRA-TIVO E MANUTENÇÃO DE FROTAS  
 2.037 Manutenção do Departamento Apoio Adminis-trativo e Manutenção de Frotas  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 19.449,71  
 10.03 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 2.038 Manutenção do Depto de Obras e Melhorias Viárias  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00.00.0065 Aplicações Diretas  
 Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores R\$ 214.226,01  
 10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
 2.040 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00.00.0065 Aplicações Diretas  
 Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores R\$ 136.630,86  
 TOTAL R\$ 1.234.636,69

Art.2º - Em contrapartida as suplementações constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 1.234.636,69 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil, seiscentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 08.01 GABINETE DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO  
 2.028 Manutenção do Gabinete do Secretário de Educação  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 8.566,45  
 2.032 Programa de Alimentação do Ensino Infantil  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 5.187,02  
 2.033 Programa de Alimentação do Ensino Fundamental  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 30.704,07  
 2.070 Programa de Alimentação das Escolas de Tempo Integral I e II  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 8.444,49  
 2.034 Transporte Escolar Educação Básica - Próprios  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 150.000,00  
 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 10.01 GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 2.036 Manutenção Gab. Sec. de Obras e Serviços Urbanos  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 35,75  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 4.4.00.00 INVESTIMENTOS  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 14.609,00  
 10.02 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRA-TIVO E MANUTENÇÃO DE FROTAS  
 2.037 Manutenção do Departamento Apoio Adminis-trativo e Manutenção de Frotas  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 153.305,48  
 10.03 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 1.087 Pavimentação de Ruas, Execução de Galerias e Aquisição de Materiais  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00.00.0065 Aplicações Diretas  
 Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores R\$ 182.851,50  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 4.4.00.00 INVESTIMENTOS  
 4.4.90.00.00.0065 Aplicações Diretas  
 Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores R\$ 177.035,51  
 1.092 Pontes, Viadutos e Passarelas  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS  
 4.4.90.00.00.0065 Aplicações Diretas  
 Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores R\$ 87,41  
 2.038 Manutenção do Depto de Obras e Melhorias Viárias  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 261.149,55  
 1.025 Parques e Praças - Contrapartida  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 4.4.00.00 INVESTIMENTOS  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 14.853,53  
 10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS  
 2.039 Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos  
 3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
 3.1.00.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 3.1.90.00 Aplicações Diretas R\$ 12.417,67  
 3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 8.630,16  
 2.040 Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública  
 4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL  
 4.4.00.00 INVESTIMENTOS  
 4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 206.759,10  
 TOTAL R\$ 1.234.636,69

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação





Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04 de Setembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Lei Municipal Nº 5.327/2012**

LEI Nº 5.327 de 04 de setembro de 2012

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMEN-TO DO FUNDO MUNICI-PAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste muni-cípio, que a Câmara de Vereadores decretou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em virtude do repasse para o Programa de Re-qualificação de UBS - Ampliação ESF Boa Vista, com o seguinte desdobramento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saú-de de Rio do Sul:

40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

40.01 Fundo Municipal de Saúde

1.110 Programa Requalificação de UBS

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Total R\$ 12.000,00

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04 de Setembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Lei Municipal Nº 5.328/2012**

LEI Nº 5.328 de 04 de setembro de 2012

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO FUN-DO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste muni-cípio, que a Câmara de Vereadores decretou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica aberto o crédito adicional especial no valor de R\$ 103.622,86 (cento e três mil, seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos), por conta de repasse do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destinado a Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho, com o seguinte desdobra-mento no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

50.02 Proteção Social Básica Federal

1.111 ACESSUAS - TRABALHO

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00 Aplicações Diretas

00.00.52 Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social - FNAS R\$

62.173,72

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 Investimentos

4.4.90.00 Aplicações Diretas

00.00.52 Outras Transf. de Rec. Fundo de Ass. Social - FNAS R\$

41.449,14

TOTAL R\$ 103.622,86

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

04 de Setembro de 2012.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

### **Lei Municipal Nº 5.329/2012**

LEI Nº 5.329 de 10 de setembro de 2012

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste muni-cípio, que a Câmara de Vereadores decretou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica suplementada até o limite de R\$ 421.663,91 (qua-trocentos e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e três reais e no-venta e um centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

08.02 DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO

2.066 Manutenção do Ensino Infantil

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 421.663,91

TOTAL R\$ 421.663,91

Art.2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 421.663,91 (quatrocentos e vinte e um mil, seiscentos e sessenta e três reais e noventa e um centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Mu-nicipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCI-AL

50.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCI-AL

1.062 Construção, Ampliação e Reformas

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 84.870,70

2.099 Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrati-vos R\$ 10.000,00

4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL

4.4.00.00 INVESTIMENTOS

4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 130.913,63

2.100 Proteção Social Básica Municipal

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins





Lucrativos R\$ 10.000,00  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 1.348,90  
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL  
4.4.00.00 INVESTIMENTOS  
4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 31.565,10  
2.101 Programa Especial de Média Complexidade Municipal  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 10.000,00  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 17.814,48  
4.0.00.00 DESPESAS DE CAPITAL  
4.4.00.00 INVESTIMENTOS  
4.4.90.00 Aplicações Diretas R\$ 79.901,10  
2.102 Programa Especial de Alta Complexidade Municipal  
3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES  
3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
3.3.50.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 18.000,00  
3.3.90.00 Aplicações Diretas R\$ 17.250,00  
TOTAL R\$ 421.663,91

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
10 de Setembro de 2012.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Municipal Nº 5.330/2012**

LEI Nº 5.330 de 10 de setembro de 2012

"Ratifica o Protocolo de Intenções subscrito pelos municípios que compõem a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, para constituição do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu promulgo a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica autorizado o ingresso do Município de Rio do Sul no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI e fica RATIFICADO, sem ressalvas, o PROTOCOLO DE INTENÇÕES subscrito pelos municípios que compõem a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI para constituição do referido Consórcio, cujo inteiro teor consta do Anexo Único desta lei.

Art. 2º - O Protocolo de Intenções ratificado por esta lei converter-se-á em Contrato de Consórcio Público mediante a entrada em vigor de leis ratificadoras de no mínimo 9 (nove) dos Municípios que o subscreveram.

Art. 3º - Fica constituído como associação pública intermunicipal, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, na forma do Protocolo de Intenções anexo, da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e seu regulamento, Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 4º - Para a consecução dos objetivos do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, fica o Executivo Municipal autorizado a ceder 01 (um) servidor Engenheiro Agrônomo para implementação do programa

de assistência, inspeção, certificação, vigilância sanitária e apoio a comercialização dos produtos de origem animal e vegetal, com ônus para a origem.

Parágrafo Único. Os custos decorrentes da cessão do servidor de que trata o caput deste artigo, poderão ser descontados dos valores a serem pagos pelo município ao CIM-AMAVI.

Art. 5º - As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
10 de Setembro de 2012.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Portaria Nº 0936/2012**

PORTARIA Nº. 0936/RH

EUGÊNIO VICENZI, Secretário Municipal de Administração interino da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a pedido, a partir de 03/09/2012, o servidor ANDRE LUIS XAVIER, admitido em cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, com base no inciso IV do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de Agosto de 2012.  
EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal de Administração Interino  
Vf

### **Portaria Nº 0975/2012**

PORTARIA Nº. 0975/RH

RODRIGO ANTONIO FERREIRA FOSTER SOARES MORATELLI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Exonera a pedido, a partir de 04/09/2012, o servidor JAIR BECKER, admitido em cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, com base no inciso IV do Art. 38 da Lei Complementar 207 de 28/09/2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 04 de Setembro de 2012.  
RODRIGO ANTONIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 095/2009**

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 095/2009 firmado em 23/02/2010, com término previsto para 31/08/2012.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. RODRIGO ANTÔNIO F. F. S.

MORATELLI, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA CRISTINA MATTOS, portador(a) do CPF nº 053.271.419-93, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 095/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - Do Objeto**

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência**

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 095/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/09/2012 e encerrando-se em 06/09/2012.”

**Cláusula Segunda - Da Ratificação**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Term o Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o m esmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22 de Agosto de 2012.

RODRIGO ANTÔNIO F. F. S. MORATELLI  
Secretário de Administração

ANA CRISTINA MATTOS

Contratado(a))

Testemunhas:

Nome: .

CPF: .

Nome: .

CPF: .

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**Extrato do 2º Termo Aditivo ao Contrato Nº 00699/2010 Ciasc**

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 00669-2010 CIASC

A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - SC torna pública a realização de renovação do contrato com a empresa Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina - CIASC. Crédito Orçamentário: 3.3.90.39.11.00.00.00 - LOCAÇÃO DE SOFTWARE.

Objeto: Implantação e apoio técnico na operação e manutenção do Sistema Instantâneo de Apoio ao Controle Interno - SIACI.

Vigência: Prazo de 12 (doze) meses, com término em 19/08/2013.

Rio do Sul, 11 de setembro de 2012.

JOSÉ THOMÉ

Presidente da Câmara Municipal

**Salto Veloso**

---

**PREFEITURA**

---

**Pregão Presencial N. 0027/2012**

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0027/2012

MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Travessa das Flores, 058, Centro, em Salto Veloso, SC., torna público, para conhecimento dos interessados, que de acordo com as Leis Federais n. 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações, realizará Licitação Pública na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL para Registro de Preços para Confecção de Trajes Típicos Italianos para o Grupo de Dança de Salto Veloso, conforme autorização do Sr. Prefeito Municipal e condições estabelecidas no respectivo ato convocatório. O Edital poderá ser retirado junto ao Setor de Compras e Licitações, de 2ª a 6ª feiras, das 13:30h às 17:00 horas, por meio de fotocópia às expensas do interessado, mediante pagamento do valor das cópias, de acordo com o número de folhas, a ser efetivado por funcionário do Executivo, ou por via eletrônica no site municipal: [www.saltoveloso.sc.gov.br](http://www.saltoveloso.sc.gov.br). O recebimento e abertura dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”, dar-se-á na sede da Prefeitura Municipal, no endereço indicado acima, às 14:00h do dia 26 de setembro de 2012, tendo início pela abertura dos envelopes “PROPOSTA”. Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone 49 3536-0146, no horário de expediente mencionado anteriormente.

Salto Veloso, 10 de setembro de 2012.

PEDRINHO ANSILIERO

Prefeito Municipal

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1504/2012 e 1505/2012



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1504/2012

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AGH7068	54077668D	6920/0	03/05/2012	R\$ 127,69	233
ANH4262	54075366D	6920/0	12/06/2012	R\$ 127,69	233
ANH4262	55441646C	6599/2	06/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
GTR8200	55439392C	6599/2	25/06/2012	R\$ 191,53	230 * V
GTR8200	55439394C	6726/1	25/06/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
HCD0004	54077614D	5045/0	04/05/2012	R\$ 191,53	162 * V
HCD0004	54077615D	5142/0	04/05/2012	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
LBD9363	54073131D	6920/0	09/02/2012	R\$ 127,69	233
LWY9574	55439395C	6637/1	25/06/2012	R\$ 127,69	230 * IX
LXE0912	54075226D	6599/2	15/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
LXE0912	54075227D	5010/0	15/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MAM0147	54075414D	6920/0	18/05/2012	R\$ 127,69	233
MAO1604	55726707D	6599/2	02/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MCK0479	55439356C	5010/0	23/05/2012	R\$ 574,61	162 * I
MCK0479	55439357C	5118/0	23/05/2012	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCK0479	55439358C	6599/2	23/05/2012	R\$ 191,53	230 * V
MDJ6073	54857362C	6599/2	02/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MEE3862	54075815D	6408/0	04/05/2012	R\$ 85,12	221
MEW0784	54075124D	6726/1	19/05/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MEW0784	54075125D	6653/2	19/05/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MGC2308	54855698C	5010/0	02/07/2012	R\$ 574,61	162 * I
MGL6698	54077608D	6726/1	03/05/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGY8211	54855697C	6599/2	02/07/2012	R\$ 191,53	230 * V
MIP9587	55726713D	6653/2	02/07/2012	R\$ 127,69	230 * XI
MIS9520	54075606D	5010/0	29/04/2012	R\$ 574,61	162 * I
MIS9520	54075607D	6726/1	29/04/2012	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 124 1505/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AJY6628	54075458D	5738/0	29/06/2012	R\$ 191,53	186 * II
ARL5860	54043679D	5541/2	30/05/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
EEE0844	54076084D	7366/2	15/05/2012	R\$ 85,12	252 * VI
IIA7547	54077636D	5185/1	08/05/2012	R\$ 127,69	167
MCK0479	55439359C	5835/0	23/05/2012	R\$ 127,69	195
MCK0479	55439360C	6270/0	23/05/2012	R\$ 127,69	220 * II
MEK5732	54076842D	7030/1	17/06/2012	R\$ 191,53	244 * I
MEY0505	54043963D	7366/2	27/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MFJ4107	54075619D	7366/2	19/06/2012	R\$ 85,12	252 * VI
MFJ6310	54045074D	5541/2	02/06/2012	R\$ 53,20	181 * XVII
MGL6698	54077609D	5738/0	03/05/2012	R\$ 191,53	186 * II
MHV4483	54077612D	5185/1	04/05/2012	R\$ 127,69	167
MIK7656	54075618D	7048/1	16/06/2012	R\$ 191,53	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

**Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 711/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 492 711/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALO6546	8492040704	7455/0	03/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
AMB7600	8492040660	7455/0	31/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
ASD3429	8492040205	7455/0	18/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
CHI6500	8492040230	7455/0	16/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
CJX2857	8492040213	7455/0	19/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
CQR7199	8492040853	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
DYI7351	8492041319	7455/0	16/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
EGP1544	8492039970	7455/0	12/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
JDV7224	8492039933	7463/0	14/05/2012	R\$ 127,69	218 * II
LZH9233	8492040955	6050/3	12/06/2012	R\$ 191,53	208
MBH0442	8492040873	7455/0	13/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBO0777	8492041082	7455/0	09/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MBW8908	8492040086	7455/0	09/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDG4929	8492040988	7455/0	08/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MDY3079	8492040543	7455/0	30/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MEE7094	8492041196	7463/0	15/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MEW1968	8492041182	7463/0	16/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MFY8313	8492041507	7463/0	25/06/2012	R\$ 127,69	218 * II
MGB5308	8492041569	7455/0	22/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MGS1554	8492040807	7455/0	07/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MHN1223	8492040526	7455/0	28/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIH6225	8492040295	7455/0	17/05/2012	R\$ 85,12	218 * I
MIJ8782	8492041201	7455/0	16/06/2012	R\$ 85,12	218 * I
MJD1615	8492039896	7455/0	11/05/2012	R\$ 85,12	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 124 1502/2012 e 1503/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1502/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEF0425	55726992D	6920/0	27/07/2012	233
AGR4073	55726356D	6912/0	04/08/2012	232
AGR4073	55726357D	5169/1	04/08/2012	165
AGR4073	55726358D	6599/2	04/08/2012	230 * V
AHM1473	54075340D	6700/1	20/08/2012	230 * XVI
AVG1380	54075343D	5169/1	23/08/2012	165
AVG1380	54075344D	5274/1	23/08/2012	175
BGF7900	55726988D	6920/0	27/07/2012	233
HKC8911	55726964D	6920/0	13/07/2012	233
LWT1309	55726770D	6599/2	23/07/2012	230 * V
LWY2045	55726972D	6920/0	16/07/2012	233
LXY0166	54857377C	6599/2	15/08/2012	230 * V
LZC3587	55726266D	6637/1	03/08/2012	230 * IX
LZU0265	54854290C	6920/0	05/07/2012	233
MAM0066	55726952D	6920/0	11/07/2012	233
MAX9206	55726775D	6700/1	31/07/2012	230 * XVI
MBM1314	55726776D	6599/2	31/07/2012	230 * V
MCM4084	55726786D	6599/2	03/08/2012	230 * V
MCS5205	55726300D	6700/1	20/08/2012	230 * XVI
MFP2358	55726957D	6920/0	11/07/2012	233
MGH4151	55726082D	5010/0	19/08/2012	162 * I
MGH4151	55726083D	5118/0	19/08/2012	164 c/c 162 * I
MGH4151	55726084D	6599/2	19/08/2012	230 * V
MGH4151	55726085D	6726/1	19/08/2012	230 * XVIII
MGH4151	55726086D	6912/0	19/08/2012	232
MGI2312	55726413D	5010/0	03/08/2012	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGI2312	55726414D	5118/0	03/08/2012	164 c/c 162 * I
MGI2312	55726415D	6610/2	04/08/2012	230 * VII
MGI2312	55726416D	6726/1	04/08/2012	230 * XVIII
MGN8565	55726908D	6548/2	19/08/2012	229
MHN1483	55726971D	6920/0	16/07/2012	233
MJT9694	55445207C	5169/1	22/08/2012	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

ANGELA TERESA BORK ROESLER

DELEGADA REGIONAL



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 124 1503/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAK7303	54045086D	5541/2	10/08/2012	181 * XVII
ADH1151	54043859D	5541/2	13/07/2012	181 * XVII
AGR4073	55726355D	7048/1	04/08/2012	244 * II
AHM1473	54075339D	7234/0	20/08/2012	250 * I * a
ALS6910	54045120D	5541/2	01/08/2012	181 * XVII
BAD3359	54045533D	6050/2	23/08/2012	208
CBR0732	54043760D	5541/2	01/08/2012	181 * XVII
MBM0447	54043722D	6068/1	22/08/2012	209
MBM0447	54043723D	6050/2	22/08/2012	208
MCB8258	54043691D	5541/2	18/07/2012	181 * XVII
MEF4421	54045553D	7366/2	15/08/2012	252 * VI
MIN4343	54043724D	6068/1	21/08/2012	209
MJX9578	54045532D	6068/1	23/08/2012	209

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

**Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito Nº 492 710/2012**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 492 710/2012**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADM5740	8492043238	7455/0	14/08/2012	218 * I
ADR5538	8492042241	7455/0	14/07/2012	218 * I
AFH4849	8492043137	7455/0	12/08/2012	218 * I
AHC3990	8492043032	7455/0	11/08/2012	218 * I
AHX6984	8492043234	7455/0	13/08/2012	218 * I
AlI0949	8492043039	6050/3	12/08/2012	208
AlZ7906	8492043040	7455/0	12/08/2012	218 * I
AJH2140	8492043249	7455/0	11/08/2012	218 * I
AKL5301	8492042111	6050/3	12/07/2012	208
ALW6301	8492042236	7455/0	18/07/2012	218 * I
ANC0155	8492042352	7463/0	20/07/2012	218 * II
ANF8874	8492042454	7455/0	21/07/2012	218 * I
AZF0309	8492042522	7455/0	20/07/2012	218 * I
BAD8550	8492042994	6050/3	09/08/2012	208
BAD8550	8492043026	7463/0	10/08/2012	218 * II
BFB4475	8492043211	7455/0	14/08/2012	218 * I
BPG9340	8492042383	7455/0	22/07/2012	218 * I
CIS0834	8492042239	7455/0	13/07/2012	218 * I
EBN1613	8492042423	7455/0	23/07/2012	218 * I
IES7667	8492042225	7455/0	14/07/2012	218 * I
IJZ0201	8492042208	5673/2	16/07/2012	183
LWW8410	8492042104	6050/3	16/07/2012	208
LXI7129	8492043251	7455/0	12/08/2012	218 * I
LXV3274	8492043226	7463/0	11/08/2012	218 * II
LYA1865	8492043101	7455/0	09/08/2012	218 * I
LZX8433	8492043055	7471/0	12/08/2012	218 * III

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LZX8433	8492043152	7463/0	12/08/2012	218 * II
MAA0916	8492043024	7455/0	09/08/2012	218 * I
MAI9558	8492042526	7455/0	21/07/2012	218 * I
MAU1496	8492042292	7455/0	14/07/2012	218 * I
MBD9061	8492042183	7455/0	15/07/2012	218 * I
MBO5081	8492043000	5673/2	10/08/2012	183
MBP6217	8492042211	6050/3	18/07/2012	208
MBS0201	8492042411	7455/0	24/07/2012	218 * I
MBX8859	8492043232	7463/0	13/08/2012	218 * II
MCC5128	8492042375	7455/0	20/07/2012	218 * I
MCJ8341	8492042483	7455/0	20/07/2012	218 * I
MCK1742	8492043003	6050/3	11/08/2012	208
MCO4826	8492043261	7455/0	11/08/2012	218 * I
MCT1334	8492042271	7455/0	14/07/2012	218 * I
MCY2576	8492042494	7455/0	19/07/2012	218 * I
MDE4280	8492043225	7455/0	10/08/2012	218 * I
MDE4520	8492043079	7455/0	11/08/2012	218 * I
MEE3862	8492042450	7455/0	21/07/2012	218 * I
MEZ0074	8492043061	7455/0	12/08/2012	218 * I
MFA0106	8492042389	7455/0	19/07/2012	218 * I
MFE3769	8492043219	7455/0	15/08/2012	218 * I
MFK6764	8492042238	7455/0	13/07/2012	218 * I
MFK7996	8492043206	7455/0	15/08/2012	218 * I
MFO0774	8492043205	7455/0	15/08/2012	218 * I
MFY5604	8492042337	7463/0	24/07/2012	218 * II
MFZ5730	8492041938	7455/0	08/07/2012	218 * I
MGA4653	8492042310	7455/0	15/07/2012	218 * I
MGF5186	8492043221	7455/0	10/08/2012	218 * I
MGJ3009	8492042207	6050/3	15/07/2012	208
MGJ7549	8492043142	6050/3	12/08/2012	208
MGV5074	8492043005	7463/0	12/08/2012	218 * II
MGV9711	8492042198	7455/0	15/07/2012	218 * I
MGV9711	8492042335	7455/0	22/07/2012	218 * I
MGZ0128	8492043248	7455/0	10/08/2012	218 * I
MHD9898	8492042172	7455/0	12/07/2012	218 * I
MHF9904	8492043210	7463/0	13/08/2012	218 * II
MHJ2507	8492042484	7455/0	20/07/2012	218 * I



Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHM3634	8492042205	5673/2	14/07/2012	183
MHR3055	8492043229	7455/0	11/08/2012	218 * I
MHY6377	8492043172	7463/0	11/08/2012	218 * II
MIF0042	8492042360	7455/0	21/07/2012	218 * I
MIF9103	8492043064	7455/0	10/08/2012	218 * I
MIK9419	8492043089	7455/0	13/08/2012	218 * I
MIL1745	8492043148	7455/0	09/08/2012	218 * I
MIN0016	8492043166	7455/0	11/08/2012	218 * I
MIT2346	8492043068	7455/0	11/08/2012	218 * I
MJO6471	8492043113	7455/0	13/08/2012	218 * I
MJP5019	8492042169	7455/0	16/07/2012	218 * I
MJR0818	8492043099	7455/0	15/08/2012	218 * I
MJT7749	8492042325	7455/0	19/07/2012	218 * I
MKE3353	8492042768	5673/2	04/08/2012	183
MKF3742	8492042447	7455/0	20/07/2012	218 * I
MMM0175	8492043111	6050/3	12/08/2012	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2012

MAURO OSOWSKY

AUTORIDADE DE TRANSITO - DETRU

**CÂMARA MUNICIPAL****Portaria Nº 030, de 05 de Setembro de 2012**

PORTARIA Nº 030, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012.

"Regulamenta a entrega de chaves, acesso e uso dos gabinetes parlamentares."

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - A entrega das chaves dos gabinetes parlamentares da Câmara Municipal de São Bento do sul, somente poderá ser realizada aos respectivos vereadores e ou assessores, sendo vedada a entrega das mesmas a terceiros.

Artigo 2º - O uso dos gabinetes, inclusive móveis, computadores, telefones e afins, são exclusivos dos vereadores e seus assessores, sendo vedado o uso por terceiros.

Artigo 3º - O acesso e a permanência de terceiros nos gabinetes somente poderão ocorrer quando na presença do respectivo vereador e ou assessor.

Artigo 4º - O descumprimento dos termos da presente Portaria acarretará medidas disciplinares cabíveis.

Artigo 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de setembro de 2012.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente

**Portaria Nº 031, de 10 de Setembro de 2012**

PORTARIA Nº 031, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012.

"Exonera a pedido a Senhorita Viviane Büttelbrun."

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Senhorita Viviane Büttelbrun do cargo de Assessor Legislativo, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se especialmente a Portaria nº 029, de 09 de julho de 2012.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2012.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente

**Portaria Nº 032, de 11 de Setembro de 2012**

PORTARIA Nº 032, DE 11 DE SETEMBRO DE 2012.

"Nomeia Assessor Legislativo."

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Nomear a Senhora Regiane Rank ao cargo de Assessor Legislativo, Símbolo CC-5, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo do Município de São Bento do Sul, de conformidade com a Resolução nº 023, de 27 de março de 2012.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de setembro de 2012.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Presidente

**FUNDAÇÕES****Termo Aditivo Nº 025/2012**

TERMO ADITIVO Nº 025/2012

Primeiro Termo Aditivo do Contrato presente de prestação de serviços para transporte de atletas, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Empresa LANCATUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA. O Requerente ingressou com pedido administrativo requerendo reajuste de 7,05%, visando à manutenção do equilíbrio econômico/financeiro, faz-se necessário aditar o Contrato de nº 007/2012.

1º - Fica alterado a partir de 15 de agosto de 2012 o valor do km/rodado do lote nº 1 de R\$ 4,15 (quatro reais e quinze centavos) para R\$ 4,44 (quatro reais e quarenta e quatro centavos) e o valor do km/rodado do lote nº 2 de R\$ 3,15 (três reais e quinze centavos) para R\$ 3,37 (três reais e trinta e sete centavos).

2º- As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 23 de fevereiro de 2012, permanecem inalteradas.

ASS: MÁRCIO VANDERLEI WEILLER, pela Fundação.

SABRINA PAREY, pela Empresa Contratada.

**SAMAE****Pregão 48/2012**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO Nº. 48/2012. O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de São Bento do Sul-SC, torna público que às 09:30h do dia 24/09/2012 realizará em sua sede, abertura de licitação na modalidade pregão, do Tipo Menor Preço por Item, para serviço de: PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA. O texto integral do Edital e maior esclarecimento poderá ser obtido na sede do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, 214 - Centro, São Bento do Sul-SC, ou solicitado via Internet ([www.samaesbs.sc.gov.br](http://www.samaesbs.sc.gov.br)).

CLAUDETE STAWNY

Pregoeira

**São Lourenço do Oeste****PREFEITURA****Decreto Nº 4.492, de 10 de Setembro de 2012.**

DECRETO Nº 4.492, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012.

Abre crédito adicional suplementar - anulação de dotações, no orçamento programa de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011 e Lei Federal nº 4.320 de 1964, art. 43, §1º, inciso III,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito suplementar - anulação de dotações, movimentando-se o valor de R\$ 23.231,30 (vinte e três mil, duzentos e trinta e um reais e trinta centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE

08.01.12.361.4505.2.014.4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019 48 Aplicação Direta R\$ 23.231,30

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da dotação a seguir descrita, de acordo com o estabelecido no art. 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320 de 64 e Lei Municipal nº 1.987, de 15/12/2011:

08.00 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE

08.01 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO - SDE

08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 43 Aplicação Direta R\$ 23.231,30

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 10 de setembro de 2012.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Processo 05/2012 Cdm - Slo**

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO COMITÊ DESPORTIVO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 21/09/2012, às 09:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no Edital nº 005/2012 MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº05 - OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA AS ARBITRAGENS DAS PARTIDAS DE FUTEBOL DE SALÃO, VOLEIBOL, BOCHA E BOLÃO DA 21 (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EDIÇÃO DOS JOGOS ABERTOS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - JASLO DE 2012. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br.

GLAURO ALVES DE DEUS

Gerente Executivo

**Aviso de Licitação 151/2012**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 24/09/2012, às 15:00 horas, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 151/2012, MODALIDADE PREGÃO Nº 100/2012. AQUISIÇÃO DE SEMENTE DE FLORES PARA PRODUÇÃO DE MUDAS NO VIVEIRO MUNICIPAL PARA PLANTIO EM CANTEIROS CENTRAIS. Informações [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

**Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 06/09/2012****ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Betha Sistemas

Exercício de 2012

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 06/09/2012 até 06/09/2012

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>46.787,91</b>
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transf. da União	11.958,58
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	11.958,58
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	11.958,58
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	34.829,33
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	34.829,33
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	20.897,60
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	13.931,73

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 11/09/2012

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### Decreto Nº 110/2012

DECRETO Nº110/2012

REVOGA PARCIAL O DECRETO Nº64/2012 DE 30 DE MAIO DE 2012.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a revogar no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) do Superávit financeiro do exercício anterior na dotação abaixo identificada :

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22-1012- Pavimentação de Ruas R\$ 40.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.150 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 31 de agosto de 2012.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 111/2012

DECRETO Nº111/2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 6º da Lei nº656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por conta do Superávit Financeiro na dotação abaixo identificada:

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6-2014 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.150 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 31 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ SATHÉLIN

Prefeito Municipal

### Decreto Nº 112/2012

DECRETO Nº112/2012

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 656/2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6-2014 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 10.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.000 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 31 de agosto de 2012.

ERNEI JOSÉ SATHÉLIN

Prefeito Municipal

### Portaria N.º 312/2012

PORTARIA n.º 312/2012

Concede licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA, ocupante do cargo de Agente de Vigilância Epidemiológica, lotada na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Social.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora JANETE MARTINS DA GAMA, pelo período de 15 (quinze) dias a contar da data de 03/09/2012, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/09/2012.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 10 de setembro de 2012.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### Decreto Nº 002493/12 de 28 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 002493/12 DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR  
05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 20.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Subtrair superávit financeiro R\$ 20.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 28 de Agosto de 2012.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.  
Publicado na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

### Decreto Nº 002494/12 de 28 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 002494/12 DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Superavit Financeiro no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.112,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.112,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s): Subtrair superávit financeiro R\$ 1.112,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 28 de Agosto de 2012.  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

DENILSON WEISS  
Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.  
Publicado na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

### Decreto Nº 002495/12 de 28 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 002495/12 DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 623.200,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
02.01 - CHEFIA DE GABINETE  
02.01.04.122.0001.2.061 - MANUTENÇÃO DO PROCON  
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 6.500,00.  
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA  
03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO  
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 4.000,00.  
3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 900,00.  
3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.600,00.  
3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00.

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS  
03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS  
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 4.500,00.  
3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 4.500,00.

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO  
03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS  
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.500,00.

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
04.01.08.243.0020.2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.000,00.



05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER  
 05.01.27.812.0007.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00.  
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 10.000,00.

05.03 - SETOR DE CULTURA  
 05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS  
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 4.000,00.  
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.500,00.

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR  
 05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00.  
 3.1.90.01.00.00.00.00 - Aposentadorias e Reformas R\$ 1.900,00.  
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 28.600,00.

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER  
 05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR  
 05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL  
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 7.500,00.  
 05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB  
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 176.000,00.  
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 15.000,00.  
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 57.900,00.  
 05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00.  
 05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS  
 3.3.90.18.00.00.00.00 - Auxílio Financeiro a Estudantes R\$ 1.000,00.  
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 7.000,00.  
 05.04.12.365.0005.2.023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ECOLARES MUNICIPAIS - FUNDEB  
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 7.000,00.  
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 40.000,00.

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA  
 06.02.06.182.0009.2.036 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SEGURANÇA  
 3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 2.400,00.  
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 500,00.  
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00.  
 06.02.15.451.0009.2.037 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRÂNSITO  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 1.000,00.

06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS  
 06.03.15.451.0008.1.006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÃO  
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00.  
 06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS  
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 500,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 5.000,00.  
 06.03.15.451.0008.2.031 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS  
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 700,00.  
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.800,00.

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO  
 07.01.23.695.0011.2.041 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TURISMO  
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 1.000,00.

07.02 - SETOR DE AGRICULTURA  
 07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA  
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 11.700,00.

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
 08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO  
 08.01.18.541.0015.2.043 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO AMBIENTAL  
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 700,00.

08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
 08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"  
 08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA  
 4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 60.000,00.  
 3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 21.000,00.  
 3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 65.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
 02.01 - CHEFIA DE GABINETE  
 02.01.04.122.0001.2.061 - MANUTENÇÃO DO PROCON  
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 500,00.  
 3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.000,00.  
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 4.000,00.

03 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS  
 03.02 - DIRETORIA DE INFORMÁTICA  
 03.02.04.122.0003.2.004 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO, INFORMÁTICA E PROTOCOLO  
 3.3.90.93.00.00.00.00 - Indenizações e Restituições R\$ 1.000,00.  
 3.3.90.92.00.00.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 500,00.  
 3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 1.000,00.  
 3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 14.000,00.  
 3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 1.000,00.  
 3.1.90.03.00.00.00.00 - Pensões R\$ 16.000,00.

03.06 - SETOR DE RECURSOS HUMANOS  
 03.06.04.122.0003.2.003 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE RECURSOS HUMANOS  
 3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 500,00.  
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 4.000,00.  
 3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 4.500,00.

03.07 - SETOR ADMINISTRATIVO

03.07.04.122.0003.2.007 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS  
3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.500,00.

**04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

04.01.08.243.0020.2.062 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 2.000,00.

**05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

**05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER**

05.01.27.812.0007.2.028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 15.000,00.

3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 5.000,00.

**05.03 - SETOR DE CULTURA**

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 1.500,00.

**05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER**

**05.03 - SETOR DE CULTURA**

05.03.13.392.0006.2.027 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CULTURAIS

3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 5.000,00.

**05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR**

05.04.12.361.0005.2.008 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 8.000,00.

3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 5.000,00.

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 1.000,00.

4.4.90.61.00.00.00.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 1.000,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 1.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 30.000,00.

05.04.12.361.0005.2.009 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00.

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 200.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 41.600,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 6.300,00.

05.04.12.365.0005.2.014 - MANUTENÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 10.000,00.

05.04.12.365.0005.2.017 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ESCOLARES MUNICIPAIS

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00.

05.04.12.365.0005.2.023 - MANUTENÇÃO DOS PRÉ-ECOLARES MUNICIPAIS - FUNDEB

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00.

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 25.000,00.

**06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**

**06.02 - DIRETORIA ADMINISTRATIVA**

06.02.06.182.0009.2.036 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE

**SEGURANÇA**

3.3.30.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 3.900,00.

06.02.15.451.0009.2.037 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRÂNSITO

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00.

**06.03 - ASSESSORIA DE OBRAS**

06.03.15.451.0008.1.006 - CONSTRUÇÃO DE PONTES/GALERIAS/PAVIMENTAÇÃO

4.4.90.42.00.00.00.00 - Auxílios R\$ 10.000,00.

06.03.15.451.0008.2.030 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE OBRAS

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente ..R\$ 4.000,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00.

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 1.000,00.

06.03.15.451.0008.2.031 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE PLANEJAMENTO DE OBRAS

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00.

**07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

**07.01 - DIRETORIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO**

07.01.23.695.0011.2.041 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE TURISMO

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00.

**07.02 - SETOR DE AGRICULTURA**

07.02.20.606.0010.2.039 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE AGRICULTURA

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00.

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 1.000,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF ..R\$ 500,00.

3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 7.200,00.

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 1.000,00.

**08 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO**

**08.01 - DIRETORIA DE SANEAMENTO**

08.01.18.541.0015.2.043 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE GESTÃO AMBIENTAL

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 700,00.

**08.02 - SETOR DAS "ÁGUAS DE SCHROEDER"**

08.02.17.512.0013.2.042 - MANUTENÇÃO DO SETOR DE SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 1.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 90.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 4.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 50.000,00.

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 1.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 28 de Agosto de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.  
Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

### **Decreto Nº 002496/12 de 28 de Agosto de 2012**

DECRETO Nº 002496/12 DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a

Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 46.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 14.500,00. 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 2.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 7.000,00.

04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 10.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.500,00.

04.03.10.304.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 4.650,00.

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 550,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 1.500,00.

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 2.300,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.301.0016.2.046 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

4.4.90.61.00.00.00.00 - Aquisição de Imóveis R\$ 1.000,00.

3.3.90.92.00.00.00.00 - Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 500,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 5.000,00.

3.3.90.33.00.00.00.00 - Passagens e Despesas com Locomoção R\$ 10.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 2.000,00.

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 5.000,00.

04.03.10.301.0017.2.051 - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

3.3.90.46.00.00.00.00 - Auxílio-Alimentação R\$ 3.000,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 6.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 1.000,00.

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 1.000,00.

3.3.90.47.18.00.00.00 - Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF R\$ 500,00.

3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 2.000,00.

04.03.10.304.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 2.000,00.

4.4.90.51.00.00.00.00 - Obras e Instalações R\$ 3.000,00.

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.03 - SETOR DE SAÚDE PÚBLICA

04.03.10.304.0016.2.050 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 4.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 28 de Agosto de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

DENILSON WEISS

Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

### **Decreto Nº 002497/12 de 28 de Agosto de 2012**

DECRETO Nº 002497/12 DE 28 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2012.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SCHROEDER no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SCHROEDER e autorização contida na Lei Municipal nº 001863/11 de 8 de Novembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 69.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.3.50.41.00.00.00.00 - Contribuições R\$ 17.300,00.

3.3.90.39.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 2.700,00.

04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.1.90.13.00.00.00.00 - Obrigações Patronais R\$ 9.000,00.

3.1.90.11.00.00.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 40.000,00.

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01.08.243.0018.2.056 - ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 5.000,00.

3.3.90.36.00.00.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 1.000,00.

3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 8.000,00.

4.4.90.52.00.00.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 1.000,00.



3.3.90.48.00.00.00.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$ 5.000,00.  
 04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 3.3.90.32.00.00.00.00 - Material de Distribuição Gratuita R\$ 25.000,00.  
 3.3.90.30.00.00.00.00 - Material de Consumo R\$ 18.000,00.  
 3.3.50.43.00.00.00.00 - Subvenções Sociais R\$ 1.000,00.

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 04.01 - DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 04.01.08.244.0018.2.057 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 3.1.90.34.01.00.00.00 - Substituição de Mão de Obra (LRF, art. 18, §1º) R\$ 5.000,00.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 28 de Agosto de 2012.

FELIPE VOIGT  
 Prefeito Municipal

DENILSON WEISS  
 Secretário Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças.  
 Publicado na mesma data.

GELSON STEIN  
 Auxiliar de Expediente

**Decreto Nº 2.502/2012, de 11 de Setembro de 2012.**  
 DECRETO Nº 2.502/2012, de 11 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando a abertura do Protocolo nº 420/2012, da Prefeitura Municipal de Schroeder, efetuado pela servidora desta municipalidade, senhora Cleuza Dias Caetano;

Considerando o disposto no art. 33, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, da funcionária abaixo relacionada, conforme disposto no art. 33 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder - LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Cargo Anterior	Cargo Atual	Nível Anterior	Nível Atual
Cleuza Dias Caetano	Professora A	Professora B	A-8-II	B-8-II

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
 Prefeito Municipal

Publicado na mesma data.

GELSON STEIN  
 Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.749/2012, de 10 de Setembro de 2012**  
 PORTARIA Nº 4.749/2012, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012  
 NOMEIA DEFENSOR GRATUITO PARA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSO DISCIPLINAR .

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, o Bacharel em Direito, Senhor Paulo Roberto dos Santos Lima, para manifestar defesa no Âmbito do Processo Disciplinar do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinado a apurar falta funcional praticada por Conselheira Tutelar, nos termos do art. 51 e seguinte da Lei Municipal nº. 1.628/2007, de 11 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Schroeder, 10 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
 Prefeito Municipal

Registrada e publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
 Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.750/2012, de 10 de Setembro de 2012.**  
 PORTARIA Nº 4.750/2012, de 10 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o pedido de demissão da funcionária, senhora Juliana Bizatto, em 06 de setembro de 2012;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

Considerando o Decreto Municipal nº 2.501/2012, de 05/09/2012, que autoriza a contratação emergencial para atender a necessidade de especial interesse público na Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Alan Cezar Ghissi, para exercer o cargo de Médico - ESF, percebendo o nível salarial nº 01 (Nível 73), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 079/2009, de 16/10/2009, e suas alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, e no Decreto nº 2.501/2012, de 05/09/2012, e contrato assinado entre as partes, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT NÁDIA CRISTIANE HEFTER TAMBOSI  
Prefeito Municipal Secretária de Saúde e Assistência Social

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.751/2012, de 10 de Setembro de 2012.**  
PORTARIA Nº 4.751/2012, de 10 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o disposto no Art. 2º, V, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando o afastamento em virtude de Auxílio Doença por tempo indeterminado do funcionário, senhor Ademir José Pereira, em 24 de agosto de 2012;

Considerando o remanejamento do funcionário, senhor Elpídio Castro Alves dos Santos;

Considerando a realização do Processo Seletivo nº 001/2012/SECEL/PMS;

Considerando o Decreto nº 2.463/2012, de 12/06/2012, que homologa a lista dos classificados no referido Processo Seletivo;

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu Art. 6º, a educação como um direito social pétreo e inalienável, e que as demandas auxiliares à atividade docente são fundamentais para a garantia da qualidade do serviço prestado;

**RESOLVE:**

Art. 1º ADMITIR, a Sra. Marlene Aparecida da Silva, para exercer o cargo de Servente, percebendo o nível salarial nº 07, conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Processo Seletivo nº 001/2012/SECEL/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 10 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT  
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.752/2012, de 11 de Setembro de 2012.**  
PORTARIA Nº 4.752/2012, de 11 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da funcionária, Sra. Edaise Sasse, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT  
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.753/2012, de 11 de Setembro de 2012.**  
PORTARIA Nº 4.753/2012, de 11 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o pedido efetuado pela funcionária Vanderléia Padilha Verbinen à Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a pedido, a carga horária da funcionária Sra. Vanderléia Padilha Verbinen, de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT  
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN  
Auxiliar de Expediente

**Portaria Nº 4.754/2012, de 11 de Setembro de 2012.**  
PORTARIA Nº 4.754/2012, de 11 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990,

Considerando o afastamento em virtude de Auxílio Doença da funcionária, senhora Edaise Sasse;

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da funcionária Sra. Rose Marli Tomaselli, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, por necessidade de atendimento aos serviços essenciais deste Município conforme o disposto no Art. 2º, III, da Lei Municipal nº 1.690/2008 e alterações, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 11 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

ARMELINDA WALZ SCHMITT

Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada na mesma data.

GELSON STEIN

Auxiliar de Expediente

**Aviso de Licitação Edital Nº 02 - Pregão Presencial Nº. 69/2012-PMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191 - CEP: 89275-000

- SCHROEDER - SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 02 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 69/2012-PMS

PROCESSO Nº. 108/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: aquisição de livros para a Biblioteca Municipal Cruz e Sousa e Procuradoria Jurídica do Município de Schroeder/SC.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de setembro de 2012 às 08h45min.

Abertura do Processo: 25 de setembro de 2012 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no Site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 12 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal



**Encerramento da Licitação****ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 63/2012 - PR**Processo Administrativo:  
Processo de Licitação: 98/2012  
Data do Processo: 25/07/2012**Objeto:** aquisição de toldo colocado para reforma da cobertura existente no ambiente da Escola Municipal Emílio da Silva do Município de Schroeder/SC**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 8 / 2012****Motivo:** De acordo com a solicitação da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por não possuir dotação orçamentária atualmente.

SCHROEDER, 10 de Setembro de 2012

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL

**Encerramento da Licitação Pregão Presencial Nº. 63/2012-PMS**

MUNICÍPIO DE ACHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-1191

e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

**ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 63/2012-PMS

PROCESSO Nº. 98/2012-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados, o encerramento do Processo de licitação nº. 98/2012- PMS, na modalidade Pregão Presencial nº. 63/2012- PMS, para aquisição de toldo colocado para reforma da cobertura existente no ambiente da Escola Municipal Emílio da Silva do Município de Schroeder/SC, devido a uma tentativa de contratação fracassada e de acordo com a solicitação da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, atualmente não possui dotação orçamentária.

Schroeder, 10 de setembro de 2012.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Timbó****PREFEITURA****Decreto Nº 2814, de 1º de Agosto de 2012**

DECRETO Nº 2814, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 6.001,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

07.01.015.121.0040.2082. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE

07.01.015.121.0040.2082. PLANEJAMENTO URBANO

07.01.015.121.0040.2082. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 5.000,00

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.001,00

TOTAL 6.001,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 6.001,00 (seis mil e um reais), mediante a utilização

dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

07.01.015.121.0040.2082. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE

07.01.015.121.0040.2082. PLANEJAMENTO URBANO

07.01.015.121.0040.2082. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 6.001,00

TOTAL 6.001,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de agosto de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2815, de 1º de Agosto de 2012**

DECRETO Nº 2815, DE 1º DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação, no valor de R\$ 190.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município e com base na Lei nº 2543, de 16 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art.1º Fica aberto o Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art.2º deste decreto, conforme segue:

15.02.010.302.0072.2164. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

15.02.010.302.0072.2164. ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

15.02.010.302.0072.2164. MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10200 REC. IMP. E DE TRANSF IMP SAUDE 190.000,00

TOTAL 190.000,00

Art. 2º O Crédito Suplementar de que trata o artigo anterior, corre à conta do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 1º de agosto de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2817, de 10 de Agosto de 2012**

DECRETO Nº 2817, DE 10 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 4.355,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, e com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art.1º Abre crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, à conta de anulação no valor total de R\$ 4.355,00 conforme segue:

I - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.000,00, a seguinte dotação:

**a) ANULAÇÃO**

06.01.022.661.0030.2064. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.01.022.661.0030.2064. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS

06.01.022.661.0030.2064. INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

336000.00 TRANSF. A INST. PRIV. C/ FINS LUCRATIVOS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00

TOTAL 1.000,00

**b) SUPLEMENTAÇÃO**

06.01.022.661.0030.2064. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.01.022.661.0030.2064. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS

06.01.022.661.0030.2064. INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00

TOTAL 1.000,00

II - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 114,00, a seguinte dotação:

**a) ANULAÇÃO**

06.02.011.334.0032.2066. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.02.011.334.0032.2066. INCENTIVO AO TRABALHO

06.02.011.334.0032.2066. MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 114,00

TOTAL 114,00

**b) SUPLEMENTAÇÃO**

06.02.011.334.0032.2066. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.02.011.334.0032.2066. INCENTIVO AO TRABALHO

06.02.011.334.0032.2066. MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 114,00

TOTAL 114,00

III - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 2.241,00, a seguinte dotação:

**a) ANULAÇÃO**

06.02.011.333.0032.2068. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.02.011.333.0032.2068. INCENTIVO AO TRABALHO

06.02.011.333.0032.2068. MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL.

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.241,00

TOTAL 2.241,00

**b) SUPLEMENTAÇÃO**

06.02.011.333.0032.2068. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.02.011.333.0032.2068. INCENTIVO AO TRABALHO

06.02.011.333.0032.2068. MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL.

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 2.241,00

TOTAL 2.241,00

IV - suplementa, mediante anulação no valor de R\$ 1.000,00, a seguinte dotação:

**a) ANULAÇÃO**

10.01.016.482.0066.2108. FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT

10.01.016.482.0066.2108. FHT

10.01.016.482.0066.2108. MANUTENÇÃO DO FHT.

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00

TOTAL 1.000,00

**b) SUPLEMENTAÇÃO**

10.01.016.482.0066.2108. FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT

10.01.016.482.0066.2108. FHT

10.01.016.482.0066.2108. MANUTENÇÃO DO FHT.

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00

TOTAL 1.000,00

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de agosto de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2818, de 10 de Agosto de 2012**

DECRETO Nº 2818, DE 10 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 2.707,30.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

03.01.004.122.0015.2020. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2020. CONSELHOS MUNICIPAIS

03.01.004.122.0015.2020. MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339100.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.000,00

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.707,30

TOTAL 2.707,30

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 2.707,30 (dois mil, setecentos e sete reais e trinta centavos), mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

03.01.004.122.0015.2020. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.122.0015.2020. CONSELHOS MUNICIPAIS

03.01.004.122.0015.2020. MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 2.707,30

TOTAL 2.707,30

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de agosto de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó/SC

**Decreto Nº 2819, de 10 de Agosto de 2012**

DECRETO Nº 2819, DE 10 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 688.456,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011 e Lei nº 2594, de 10 de agosto de 2012,

**DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

02.01.004.122.0011.2006. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.01.004.122.0011.2006. ASSESSORIA DO GABINETE

02.01.004.122.0011.2006. MANUTENÇÃO DO ADMINISTRANDO NOS BAIRROS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 21.000,00

TOTAL 21.000,00

02.03.006.182.0013.2010. SECRETARIA DA ARTICULACAO POLITICA E INSTITUCIONAL

02.03.006.182.0013.2010. DEFESA CIVIL

02.03.006.182.0013.2010. MAN. DA DEFESA CIVIL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 1.474,00

TOTAL 1.474,00

03.01.004.0122.0015.1009. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

03.01.004.0122.0015.1009. ADMINISTRAÇÃO GERAL

03.01.004.0122.0015.1009. FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA

400000.00 DESPESAS DE CAPITAL

440000.00 INVESTIMENTOS

449000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 14.000,00

TOTAL 14.000,00

04.02.012.365.0020.2046. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.02.012.365.0020.2046. UNIDADES PRE-ESCOLARES

04.02.012.365.0020.2046. MANUTENÇÃO DAS UPES

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 355.000,00

TOTAL 355.000,00

04.03.012.365.0022.2052. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.03.012.365.0022.2052. ENSINO FUNDAMENTAL

04.03.012.365.0022.2052. MAN. DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 100.000,00

TOTAL 100.000,00

04.03.012.361.0022.2060. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

04.03.012.361.0022.2060. ENSINO FUNDAMENTAL

04.03.012.361.0022.2060. INCLUSÃO DIGITAL NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 18.000,00

TOTAL 18.000,00

06.01.022.661.0030.2062. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.01.022.661.0030.2062. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS

06.01.022.661.0030.2062. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

300000.00 DESPESAS CORRENTES

310000.00 PESSOAL E ENCARGOS

319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 60.000,00

TOTAL 60.000,00

06.01.022.661.0030.2064. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

06.01.022.661.0030.2064. INDUSTRIA, COMERCIO E SERVIÇOS

06.01.022.661.0030.2064. INCENTIVOS FISCAIS E ECONÔMICOS

300000.00 DESPESAS CORRENTES

330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS

0.10000 VINCULO LIVRE 16.000,00  
 TOTAL 16.000,00  
 06.02.011.334.0032.2066. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
 06.02.011.334.0032.2066. INCENTIVO AO TRABALHO  
 06.02.011.334.0032.2066. MANUTENÇÃO E APOIO AO ENSINO PROFISSIONAL  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 982,00  
 TOTAL 982,00  
 06.02.011.333.0032.2068. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO  
 06.02.011.333.0032.2068. INCENTIVO AO TRABALHO  
 06.02.011.333.0032.2068. MANUTENÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO TELECENTRO E INCLUSÃO DIGITAL.  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 2.000,00  
 TOTAL 2.000,00  
 09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO  
 09.01.004.062.0060.2104. PROCURADORIA DO MUNICÍPIO  
 09.01.004.062.0060.2104. MANUTENCAO DA CASA DA CIDADANIA  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 20.000,00  
 TOTAL 20.000,00  
 09.01.004.092.0060.2100. PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO  
 09.01.004.092.0060.2100. PROCURADORIA DO MUNICIPIO  
 09.01.004.092.0060.2100. MAN. DO DEPARTAMENTO JURIDICO  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 70.000,00  
 TOTAL 70.000,00  
 10.01.016.482.0066.2108. FUNDO DE HABITAÇÃO DE TIMBÓ - FHT  
 10.01.016.482.0066.2108. FHT  
 10.01.016.482.0066.2108. MANURENÇÃO DO FHT.  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 10.000,00  
 TOTAL 10.000,00  
 RESUMO  
 0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 373.000,00  
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 14.000,00  
 0.10000 VINCULO LIVRE 301.456,00  
 ANULAÇÃO TOTAL 688.456,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 688.456,00 (seiscentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais), autorizado pela Lei nº 2594, de 10 de agosto de 2012, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

07.01.015.121.0040.2082. SECR. PLANEJAMENTO, TRANSITO E MEIO AMBIENTE  
 07.01.015.121.0040.2082. PLANEJAMENTO URBANO  
 07.01.015.121.0040.2082. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 VINCULO LIVRE 20.000,00  
 TOTAL 20.000,00  
 04.01.012.365.0020.2042. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 04.01.012.365.0020.2042. NUCLEOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
 04.01.012.365.0020.2042. MANUTENÇÃO DOS NEI'S  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 373.000,00  
 TOTAL 373.000,00  
 08.01.015.452.0050.2092. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 08.01.015.452.0050.2092. OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 08.01.015.452.0050.2092. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 14.000,00  
 0.10000 VINCULO LIVRE 281.456,00  
 TOTAL 311.456,00  
 RESUMO  
 0.10100 REC. IMPOSTOS E TRANSF. DA EDUCAÇÃO 373.000,00  
 0.30000 SUPERAVIT FINANCEIRO DO ANO ANTERIOR 14.000,00  
 0.10000 VINCULO LIVRE 301.456,00  
 SUPLEMENTAÇÃO TOTAL 688.456,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de agosto de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

### **Decreto Nº 2820, de 10 de Agosto de 2012**

DECRETO Nº 2820, DE 10 DE AGOSTO DE 2012

Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 9.598,98.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011 e Lei nº 2594, de 10 de agosto de 2012,

#### **DECRETA:**

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

16.10.008.244.0086.2272. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS  
 16.10.008.244.0086.2272. APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO DPTO E DOS EQUIP.  
 16.10.008.244.0086.2272. CAPACITAÇÃO DOS AGENTES SOCIAIS, REALIZAÇÃO DE CONF.  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 4.598,98  
 TOTAL 4.598,98  
 16.12.008.244.0088.2286. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS  
 16.12.008.244.0088.2286. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA





16.12.008.244.0088.2286. MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 2.000,00  
 TOTAL 2.000,00  
 16.12.008.244.0088.2290. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS  
 16.12.008.244.0088.2290. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA E ALTA  
 16.12.008.244.0088.2290. MANUTENÇÃO DO SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 3.000,00  
 TOTAL 3.000,00  
 RESUMO  
 0.10000 RECURSOS ORDINÁRIOS 9.598,98

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 9.598,98 (nove mil, quinhentos e noventa e oito reais e noventa e oito centavos), autorizado pela Lei nº 2594, de 10 de agosto de 2012, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

16.11.008.244.0087.2278. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS  
 16.11.008.244.0087.2278. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO BÁSICA  
 16.11.008.244.0087.2278. MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 9.598,98  
 TOTAL 9.598,98  
 RESUMO  
 0.10000 VINCULO LIVRE 9.598,98

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de agosto de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

### Decreto Nº 2821, de 10 de Agosto de 2012

DECRETO Nº 2821, DE 10 DE AGOSTO DE 2012  
 Abre Crédito Suplementar à conta de anulação no valor de R\$ 40.000,00.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.50, Incisos V, VII e XXII e c/c art.70, Inciso I, alíneas "a" e "c" da Lei Orgânica do Município, com base na Lei nº 2.543, de 16 de dezembro de 2011 e Lei nº 2594, de 10 de agosto de 2012,

#### DECRETA:

Art.1º Fica anulado no saldo existente de dotação, do seguinte Projeto/Atividade, item, elemento e unidade orçamentária do Orçamento-Programa 2012:

19.01.027.813.0090.2236. FUNDAÇÃO MUNICIPAL ESPORTES - FME  
 19.01.027.813.0090.2236. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E

DE RENDIMENTO  
 19.01.027.813.0090.2236. MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 310000.00 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS  
 319000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 40.000,00  
 TOTAL 40.000,00  
 RESUMO  
 0.10000 RECURSOS ORDINÁRIOS 40.000,00

Art.2º Abre Crédito Suplementar ao Orçamento-Programa 2012, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), autorizado pela Lei nº 2594, de 10 de agosto de 2012, mediante a utilização dos recursos indicados no art.1º deste Decreto, conforme segue:

19.01.027.813.0090.2238. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME  
 19.01.027.813.0090.2238. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO  
 19.01.027.813.0090.2238. MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTES COMUNITÁRIO E ESCOLAR  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 15.000,00  
 TOTAL 15.000,00  
 19.01.027.813.0090.2240. FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME  
 19.01.027.813.0090.2240. ESPORTE AMADOR, COMUNITÁRIO E DE RENDIMENTO  
 19.01.027.813.0090.2240. MANUTENÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS  
 300000.00 DESPESAS CORRENTES  
 330000.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES  
 339000.00 APLICAÇÕES DIRETAS  
 0.10000 RECURSOS ORDINARIOS 25.000,00  
 TOTAL 25.000,00  
 RESUMO  
 0.10000 RECURSOS ORDINÁRIOS 40.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

Município de Timbó, em 10 de agosto de 2012; 142º ano de Fundação; 78º ano de Emancipação Política.  
 LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
 Prefeito de Timbó/SC

### Extrato Contrato Nº 148/2012

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
 EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/148  
 CONTRATANTE: Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
 CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Serviços de pavimentação da Rua Pernambuco.  
 VALOR TOTAL: R\$ 18.898,04 (dezoito mil, oitocentos e noventa e oito reais e quatro centavos).

ORLEI ADAZIR PEDRON  
 Secretario de Obras e Serviços Urbanos



**Extrato Contrato Nº 149/2012**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2012/149

CONTRATANTE: Secretaria de Educação

CONTRATADO: SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para construção, ampliação e reforma da Escola Municipal São Roque.

VALOR TOTAL: R\$ 184.000,00 (cento e oitenta e quatro mil reais).

LAERCIO D. SCHUSTER JÚNIOR

Prefeito Municipal

**Vargeão****PREFEITURA****Aviso de Abertura de Propostas de Preço**

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS DE PREÇO

TOMADA DE PREÇOS Nº 0008/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

A Comissão Permanente de Licitações, designada através do Decreto nº 001/2012, convoca os licitantes habilitados, conforme relação apensa, no processo de licitação Tomada de Preços nº 0008/2012, tendo como objeto a execução de projeto de pavimentação asfáltica e sinalização nas Ruas Mamante Danielli e Cesar Danielli e em partes da Avenida 21 de Abril e da Rua 7 de Setembro, a ser executada na cidade de Vargeão, neste Estado, para comparecerem à sessão pública de Abertura das Propostas de Preço a ser realizada no dia 17/09/2012, às 10hs, na Sala de Reuniões do Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Vargeão, sita a Rua 7 de Setembro, 477, Centro, Vargeão, SC.

01-Setep Construções S.A.; 02-Terramax Construções e Obras Ltda e 03-Planaterra Terraplenagens e Pavimentações Ltda.

Vargeão, SC, 11 de setembro de 2012.

ELENICE APARECIDA FROZZA

Presidente da Comissão

Permanente de Licitações

**Extrato de Contrato**

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: EDMAR DA SILVA ME

OBJETO: Fornecimento de material e serviços elétricos para manutenção de iluminação pública no município de Vargeão.

VALOR: R\$ 60.576,20 (sessenta mil quinhentos e setenta e seis reais e vinte centavos);

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 169/2012.

Vargeão, SC, 11 de setembro de 2012.

Volmir Felipe

Secr. Mun. Adm. e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: ERVINO GOLDONI - ME

OBJETO: Locação de brinquedos infláveis e recreação para as festividades em comemoração ao Dia da Criança.

VALOR: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 168/2012.

Vargeão, SC, 10 de setembro de 2012.

VOLMIR FELIPE

Secr. Mun. Adm. e Fazenda

**Vidal Ramos****PREFEITURA****Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº. 33/2012 - Aquisição Lubrificantes**

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 33/2012

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 33/2012

OBJETO: Constitui objeto do presente certame AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, ÓLEOS HIDRÁULICOS, GRAXAS, FLUIDOS DE FREIO, CONFORME CONSTA NO TERMO DE REFERÊNCIA OBJETO DO PRESENTE CONSISTE NO FORNECIMENTO PARCELADO, PELA CONTRATADA E, MEDIANTE NECESSIDADE DA CONTRATANTE.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 257/2005 de 26/08/2005 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 33/2012, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 21/09/2012, às 09:00 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 hrs, telefone (47) 3356-1122, e-mail: [compras@prefeituravidalramos.com.br](mailto:compras@prefeituravidalramos.com.br).

MARIO MACHADO

Prefeito em Exercício

# Videira

## PREFEITURA

### Decreto Nº 10.191/12

DECRETO N.º 10.191/12, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10.456/2012, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Ivo Testolin e sua esposa;

Considerando que o pedido da requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 06 (seis) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 1.046,00 m<sup>2</sup> (um mil e quarenta e seis metros quadrados), sendo a área nº 02 com 477,75 m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e sete metros e setenta e cinco decímetros quadrados), sendo a área nº 03 com 462,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e dois metros quadrados), sendo a área nº 04 com 465,30 m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e cinco metros e trinta decímetros quadrados), sendo a área nº 05 com 473,00 m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e três metros quadrados) sendo a área nº 06 com 463,60 m<sup>2</sup> (quatrocentos e sessenta e três metros e sessenta decímetros quadrados), de propriedade de Ivo Testolin e esposa, constante da matrícula 29.698, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 112.856,78 m<sup>2</sup> (cento e doze mil, oitocentos e cinquenta e seis metros e setenta e oito decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 10.456/12.

#### DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 339,23 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e nove metros e vinte e três decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 29.698 é superior a área de 5.000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 10.456/12.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

### Decreto Nº 10.192/12

DECRETO N.º 10.192/12, DE 10 DE SETEMBRO DE 2012.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 4.129/2012, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Veroni Gemelli;

Considerando que o pedido da requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 04 (quatro) áreas distintas, sendo a área nº 01 com 974,00 m<sup>2</sup> (novecentos e setenta e quatro metros quadrados), sendo a área nº 02 com 1.084,01 m<sup>2</sup> (um mil e oitenta e quatro decímetros metros e um decímetros quadrados), sendo a área nº 03 com 1.116,22 m<sup>2</sup> (um mil, cento e dezesseis metros quadrados e vinte e dois decímetros), sendo a área nº 04 com 1.174,29 m<sup>2</sup> (um mil, cento e setenta e quatro metros e vinte e nove decímetros quadrados), de propriedade de Veroni Gemeli, constante da matrícula 11.647, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira e remanescente na referida matrícula a área de 67.974,62 m<sup>2</sup> (sessenta e sete mil, novecentos e setenta e quatro metros e setenta e dois decímetros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo constante do Processo Administrativo nº 4.129/12.

#### DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 434,86 m<sup>2</sup> (quatrocentos e trinta e quatro metros e oitenta e seis decímetros quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 11.647 é superior a área de 5.000,00m<sup>2</sup> (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 4.129/12.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando as disposições em contrário.

Videira, 10 de setembro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

### Portaria Nº 1408/12

PORTARIA nº 1408/12

Nomeia Comissão de Avaliação de Imóvel

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica

do Município, e a vista do que consta na comunicação interna da Secretaria de Planejamento nº 57/12;

**RESOLVE**

Art. 1º Designar MIGUEL ALBERTO VIECELI, ARNALDO POSSANSKE e MARCELO RODRIGO VELOSO LIMA, para comporem a Comissão de Avaliação, a fim de avaliarem, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de aquisição, o seguinte imóvel:

“Um imóvel rural, com área de 9.223,83 m2 (nove mil, duzentos e vinte e três metros e oitenta e três decímetros quadrados), parte integrante de uma área maior com 95.176,365 m2 (noventa e cinco mil, cento e setenta e seis metros e trezentos e sessenta e cinco decímetros quadrados), localizado na linha Dal Pizzol situada nesta cidade, 1º subdistrito deste Município e Comarca de Videira, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 11.105, de propriedade de Celso Jacó Dall Pizzol e sua esposa Sônia Dal Pizzol, com as seguintes confrontações: ao Norte, confronta-se com a área remanescente de Celso Jacó Dall Pizzol, com distância total de 45,39 metros; ao Sul, confronta-se com a área remanescente de Celso Jacó Dall Pizzol, com distância total de 94,15 metros; ao Leste, confronta-se com a área remanescente de Celso Jacó Dall Pizzol, com distância total de 131,89 metros; e ao Oeste, confronta-se com a área do Aeroporto Municipal de Videira, com distância de 141,05 metros”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de agosto de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de agosto de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 1493/12**

PORTARIA nº 1493/12

Retifica a Portaria nº 0320/94

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta na Lei Complementar nº 112/11, de 25 de novembro de 2011,

**RESOLVE**

Retificar a Portaria nº 0320/94, de 04 de maio de 1994, que admitiu Sebastiana Alves de Moraes, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços I, e todos os seus atos posteriores, adequando o cargo de provimento efetivo para onde se lê “Varredor de Rua” leia-se “Trabalhador Braçal”.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de abril 1994.

Videira, 10 de setembro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2012.

MARIA APARECIDA BOSCATTO  
Secretária de Administração em Exercício

**Dispensa de Licitação N. 20/2012 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2012 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2012 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 11/09/2012

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÕES DA REDE ELÉTRICA DA PARTE SUPERIOR DAS SALAS NOVAS DA DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL DE VIDEIRA, CONFORME PROJETO BÁSICO.

CONTRATADA: VR INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA.

VALOR: R\$ 13.606,20 (treze mil seiscentos e seis reais e vinte centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I da Lei de Licitações.

Videira - SC, 11 de Setembro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**Pregão Presencial N. 17/2012 - FMAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2012 - FMAS

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 17/2012 - FMAS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE ROUPAS PARA ADOLESCENTES QUE FAZEM PARTE DO GRUPO DE DANÇA DO PETI E BOLSA FAMÍLIA, PARA PARTICIPAREM DO VIII FESTIVAL DE DANÇA DE VIDEIRA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. CREDENCIAMENTO: a partir das 14:00 horas do dia 25 de Setembro de 2012, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC. 4. ABERTURA: às 14:15 horas do mesmo dia. 5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45. 6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012/3566-9032.

Videira/SC, 10 de Setembro de 2012.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

# Associações

## EGEM

### Resolução 003/2012 RESOLUÇÃO Nº 003/2012

O Presidente e o Diretor Geral da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17, 18 e 19, do Estatuto Social, RESOLVEM:

Art. 1º. Fica instituída Comissão de seleção para a avaliação das propostas de intenção dos candidatos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento.

Art. 2º. A Comissão será composta por:

- Camile Martinelli Silveira
- Janice Merigo
- Juliana Dell' Agnelo
- Luana Silva Réus

Art. 3º. Os candidatos serão selecionados, conforme critérios que seguem:

I- Envio de todos os documentos solicitados em edital;

II- Envio de proposta de pesquisa científica em uma das áreas, conforme edital;

III- Utilizar a pesquisa científica como Trabalho de Conclusão Curso / Relatório Final.

Florianópolis, 11 de setembro de 2012.

ADERBAL MANOEL DOS SANTOS    ALEXANDRE ALVES  
Presidente da EGEM                      Diretor Geral

### Edital Nº53/2012 - PP&Amp;D

FEDERAÇÃO CATARINENSE DOS MUNICÍPIOS - FECAM  
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - EGEM  
EDITAL 53/2012

CHAMADA PARA O PROCESSO DE INSCRIÇÃO E SELEÇÃO PARA O FOMENTO DE PESQUISAS NA ÁREA DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O presidente da Federação Catarinense de Municípios - FECAM, Douglas Gleen Warmling, e o presidente da Escola de Gestão Pública - EGEM, Aderbal Manoel dos Santos, tornam público o processo de inscrição e seleção para o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (PP&D).

#### 1. INSCRIÇÕES

O período de inscrições será de 13/09/2012 à 01/10/2012.

#### 2. VAGAS

Serão oferecidas 2 (duas) bolsas de pesquisa, no valor de R\$ 500,00. As parcelas serão pagas de acordo com a duração do projeto, sendo que, a duração mínima deverá ser de 6 (seis) meses e a duração máxima de 12 (doze) meses. A carga horária será de 64h/a mensais, estas deverão ser cumpridas da seguinte forma: 16 h/a semanais, a combinar com o co-orientador.

- Áreas de Pesquisa:

- Gestão de Pessoas na Administração Pública Municipal.
- Sistema de Indicadores de desenvolvimento Municipal Sustentável: Meio ambiente
- Educação
- Finanças
- Economia

#### 3. PÚBLICO-ALVO

Estudantes de graduação e tecnólogos que estejam no último ano do curso e desejam fazer o TCC / monografia ou relatório final nas áreas afins.

#### 4. PROCEDIMENTOS DE INSCRIÇÃO

1ª fase - O interessado deverá se inscrever através do ([http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod\\_cliente=1&cod\\_evento=802](http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod_cliente=1&cod_evento=802)) e realizar o envio dos documentos de seleção para [cursos@egem.org.br](mailto:cursos@egem.org.br).

Documentos:

- Cópia do documento de Identidade digitalizado,
- Formulário de Inscrição digitalizado (disponível em [http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod\\_cliente=1&cod\\_evento=802&cod\\_pagina=3151](http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod_cliente=1&cod_evento=802&cod_pagina=3151));
- Documento de intenção (disponível em [http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod\\_cliente=1&cod\\_evento=802&cod\\_pagina=3151](http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod_cliente=1&cod_evento=802&cod_pagina=3151));
- Link do Currículo Lattes.
- Comprovante de matrícula digitalizado, contendo o carimbo e assinatura do responsável da Instituição de Ensino digitalizado;
- Atestado de frequência, contendo o carimbo e assinatura do responsável da Instituição de Ensino digitalizado,
- Cópia de certificados de cursos de extensão digitalizados;

Todos os documentos solicitados devem ser enviados em pasta de arquivos comprimidos (ex: .zip, .rar).

#### 2ª fase - Entrevista

- O resultado da seleção dos candidatos estará disponível em ([http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod\\_cliente=1&cod\\_evento=802&cod\\_pagina=3159](http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod_cliente=1&cod_evento=802&cod_pagina=3159)) a partir do dia 04/10/2012.
- A entrevista com os candidatos selecionados na primeira fase ocorrerão nas dependências da FECAM, Florianópolis, SC, entre os dias (08/10/2012 à 11/10/2012).
- A entrevista será baseada no documento de intenção, o qual esta disponibilizado no site da EGEM ([http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod\\_cliente=1&cod\\_evento=802&cod\\_pagina=3151](http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod_cliente=1&cod_evento=802&cod_pagina=3151))
- A comissão de seleção se reserva no direito de não preencher as vagas previstas.
- Dúvidas referentes ao PP&D devem ser sanadas somente através do e-mail [cursos@egem.org.br](mailto:cursos@egem.org.br)
- O resultado final dos candidatos selecionados será disponibilizado no site da EGEM ([http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod\\_cliente=1&cod\\_evento=802&cod\\_pagina=3160](http://eventos.fecam.org.br/hotsite/home/index.php?cod_cliente=1&cod_evento=802&cod_pagina=3160))

#### 5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para o candidato ser selecionado ele deverá seguir os critérios estabelecidos pela Comissão de Seleção, os quais estão expostos abaixo:

- Preencher todos os campos do Formulário de Inscrição;
- Preencher todos os campos do documento de intenção;
- Enviar TODOS os documentos solicitados, na forma solicitada.
- Atender a todos os critérios pré-estabelecidos neste edital.



**6. CRONOGRAMA**

Período	Ação
13/09 à 01/10/2012	Inscrições no site da EGEM (www.egem.org.br)
04/10/2012	Divulgação dos acadêmicos selecionados para as entrevistas.
08 à 11/10/2012	Entrevistas
17/10/2012	Resultado final das entrevistas
22/10/2012	Início das atividades da pesquisa na FECAM

**7. DISPOSIÇÕES GERAIS**

- Após selecionado o acadêmico deverá entregar mensalmente relatórios (pequenas análises) ao co-orientador referente a temática abordada a ser definido com o co-orientador.
- O projeto a ser desenvolvido deve ser tema do Trabalho de Conclusão de Curso e/ou Relatório Final.
- Ao se candidatar o aluno deverá estar ciente de todos os seus deveres e obrigações dispostos neste edital.
- O não envio da documentação, exposta neste edital pelo candidato invalidará a sua inscrição.

Florianópolis, 11 de setembro de 2012

## Consórcios

### AGIR

**Resolução Nº. 019/2012 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 019/2012

ALTERA RESOLUÇÃO Nº. 03/2012, QUE ESTABELECE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE DA AGIR.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto e pelo Artigo 88 do Regimento Interno do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO a alteração do horário estabelecido pela Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, onde está estabelecida a sede desta Agência;

CONSIDERANDO a necessidade de conciliar os horários de atendimento;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Estabelecer o horário de expediente da AGIR das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, respeitando-se 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor a partir de 03 de setembro de 2012.

Blumenau (SC), em 30 de agosto de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

**Resolução Nº. 020/2012 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 020/2012

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar a instauração de procedimento administrativo para apreciação do pedido de reajuste do Contrato nº. 22/2010, firmado entre a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. e o SAMAE de Gaspar, cujo objeto é a execução dos serviços de tratamento e disposição final de resíduos sólidos compactáveis domiciliares, comerciais-industriais (com características domiciliares), das repartições públicas e da limpeza de áreas públicas do município de Gaspar, encaminhado pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

Art. 2º. Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 30 de agosto de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

VANESSA FERNANDA SCHMITT

Diretora Administrativa da AGIR

(Diretora Geral Interina - Decreto nº. 003/2011)

**Resolução Nº. 021/2012 - AGIR**

RESOLUÇÃO Nº. 021/2012

ESTABELECE OS VALORES DE RATEIO DOS RECURSOS DA AGIR PARA O EXERCÍCIO DE 2013 E APROVA O CONTRATO DE RATEIO AD REFERENDUM DA ASSEMBLÉIA GERAL.

JOÃO PAULO KARAM KLEINÜBING, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 30, Inciso XI do Estatuto e pela Cláusula 24, Inciso VII do Protocolo de Intenções, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis e:

CONSIDERANDO que após várias tentativas de conciliar uma data para a realização da Assembleia Geral, inclusive em conjunto com a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI;

CONSIDERANDO que todas as tentativas restaram frustradas em virtude do pleito eleitoral;

CONSIDERANDO a necessidade de firmar os contratos de rateios para inclusão deste nos orçamentos dos Municípios Consorciados;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam aprovados ad referendum da Assembleia Geral, os valores de rateio da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR para o exercício de 2013 e seus respectivos contratos.

Art. 2º. Os valores devidos, a título de rateio, pelos municípios consorciados, nos termos do Artigo 14 e Parágrafos do Estatuto, são os seguintes:

Nº.	Município:	Habitantes:	Cota Mensal R\$	Cota Anual R\$
01	APIÚNA	9.605	384,20	4.610,40
02	ASCURRA	7.419	296,76	3.561,12
03	BENEDITO NOVO	10.331	413,24	4.958,88
04	BLUMENAU	309.214	12.368,56	148.422,72
05	BOTUVERÁ	4.468	178,72	2.144,64
06	DOUTOR PEDRINHO	3.604	144,16	1.729,92
07	GASPAR	57.958	2.318,32	27.819,84
08	GUABIRUBA	18.433	737,32	8.847,84
09	INDAIAL	54.794	2.191,76	26.301,12
10	POMERODE	27.772	1.110,88	13.330,56
11	RIO DOS CEDROS	10.280	411,20	4.934,40
12	RODEIO	10.914	436,56	5.238,72
13	TIMBÓ	36.817	1.472,68	17.672,16

Art. 3º. Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o 5º. (quinto) dia útil de cada mês.

Parágrafo Único. A cota devida referente ao mês de janeiro de 2013 poderá ser quitada juntamente com a cota do mês de fevereiro.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 30 de agosto de 2012.

JOÃO PAULO KARAM KLEINUBING

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

#### **Termo de Convênio Nº. 001/2011 - AGIR**

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 001/2011

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO E CESSÃO DE PESSOAL E SERVIÇOS QUE ENTRE SI ESTABELECEM A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AGIR E O MUNICÍPIO DE GASPAR PARA CESSÃO DE PESSOAL.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrito no CNPJ sob n.º 11.762.843/0001-41 constituída pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº. 6.017/07 com sede na Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, CEP: 89036-200, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada "AGIR", representada neste ato pelo Presidente de sua Diretoria Executiva, Sr. SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, brasileiro, casado, Prefeito do município de Indaial, SC, CPF nº. 383.728.439-53 e Ced. Id. nº. 1.111.815-6 e de outro lado o MUNICÍPIO DE GASPAR, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.244/0001-02, com sede na Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº. 435 - Bairro: Centro, CEP: 89110-000, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. PEDRO CELSO ZUCHI, brasileiro, casado, empresário, CPF nº. 181.649.359-72 e Ced. Id. nº. 221280-3, simplesmente denominado "MUNICÍPIO" firmam o presente Convênio, com amparo na legislação em vigor e mediante adoção das cláusulas seguintes:

#### **Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto estabelecer, em regime de cooperação mútua entre os participantes, para o desenvolvimento de ações e serviços, com a cessão de pessoas para atuação na área do saneamento básico da AGIR e nos termos dos respectivos

Estatutos.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO cede, com ônus, pessoal para a execução dos trabalhos contábeis, administrativos em geral e de apoio necessários para a AGIR executar seus objetivos, como o controle, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos municipais do setor de saneamento básico.

#### **Cláusula Segunda - DO COMPROMISSO DAS PARTES**

Comprometem-se os signatários:

##### **I - O MUNICÍPIO:**

- Fazer a cessão de servidor(s) habilitado(s) para elaboração dos controles administrativos, de fiscalização, de regulação e todos demais serviços previstos no Estatuto e determinados pela AGIR;
- Todas os servidores cedidos executarão as tarefas e serviços na sede da AGIR e junto aos seus consorciados, nos locais e horários habituais de trabalho da AGIR;
- Os servidores cedidos ficarão subordinados diretamente ao Diretor Geral da AGIR, com disponibilidade exclusiva;
- Os servidores cedidos têm o seu contrato de trabalho suspenso, cabendo a AGIR todas as responsabilidades legais, sociais e trabalhistas.

##### **II - A AGIR:**

- Deverá, nos termos de seu Estatuto, remunerar os servidores cedidos por força deste Convênio e, de acordo com o seu quadro de vencimentos e remuneração;
- Aos servidores cedidos aplicar-se-á o Regulamento de Pessoal da AGIR, no que couber e na falta de regras específicas, as situações verificadas serão disciplinadas através de Resolução, após aprovação pela Diretoria;
- Os servidores cedidos para a AGIR, devem cumprir as determinações gerais expedidas pela AGIR;
- A AGIR fica responsável pelo controle de pessoal cedido pelo MUNICÍPIO, a qualquer título, bem como quanto à organização documental e trabalhista, onde esta se fizer necessária e obrigatória

#### **Cláusula Terceira - DO PRAZO**

O presente Convênio é por prazo indeterminado, tendo como termo inicial a data de sua assinatura, podendo ser renovado no interesse dos participantes por novos prazos e ou o seu término.

Parágrafo único. Se um dos convenientes não se interessar pela prorrogação, deverá comunicar o fato ao outro, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, por escrito.

#### **Cláusula Quarta - DA DENUNCIAÇÃO DO CONVÊNIO**

O presente Convênio poderá ser denunciado pelos convenientes, a qualquer tempo desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento e que não podem ser interrompidas antes do término do prazo previsto no Parágrafo Único da Cláusula Terceira.

#### **Cláusula Quinta - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Blumenau, SC, para dirimir as dúvidas que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos convenientes, ficando estabelecido ainda, que antes disso, todas as medidas de conciliação deverão ser esgotadas.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste Convênio, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Blumenau (SC), em 22 de julho de 2011.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR



PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

Testemunhas:  
HEINRICH LUIZ PASOLD VALDETE KORZ

### **Termo de Convênio Nº. 001/2012 - AGIR**

TERMO DE CONVÊNIO Nº. 001/2012

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO E CESSÃO DE PESSOAL E SERVIÇOS QUE ENTRE SI ESTABELECEM A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AGIR E O MUNICÍPIO DE ASCURRA PARA CESSÃO DE PESSOAL.

A AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAI - AGIR, pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, inscrito no CNPJ sob n.º 11.762.843/0001-41 constituída pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº. 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº. 6.017/07 com sede na Rua: Alberto Stein, nº. 466 - Bairro: Velha, CEP: 89036-200, nesta cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominada "AGIR", representada neste ato pelo Presidente de sua Diretoria Executiva, Sr. JOÃO PAULO KARAM KLEINUBING, brasileiro, casado, administrador, CPF nº. 901.403.629-91 / RG. 1.577.929-7 - SSP, domiciliado e residente na Rua Doutor Luis de Freitas Melro, nº. 202, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina e de outro lado o MUNICÍPIO DE ASCURRA, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.772/0001-61, com sede na Rua Benjamin Constant, nº. 221 - Bairro: Centro, CEP: 89138-000, na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. MOACIR POLIDORO, brasileiro, casado, empresário, CPF nº. 293.339.209-78, domiciliado e residente na Rua Benjamin Constant, 174, Aptº. 07, na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina, simplesmente denominado "MUNICÍPIO" firmam o presente Convênio, com amparo na legislação em vigor e mediante adoção das cláusulas seguintes:

#### **Cláusula Primeira - DO OBJETO**

O presente Convênio tem por objeto estabelecer, em regime de cooperação mútua entre os partícipes, para o desenvolvimento de ações e serviços, com a cessão de pessoas para atuação na área do saneamento básico da AGIR e nos termos dos respectivos Estatutos.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO cede, com ônus, pessoal para a execução dos trabalhos contábeis, administrativos em geral e de apoio necessários para a AGIR executar seus objetivos, como o controle, a regulação e a fiscalização dos serviços públicos municipais do setor de saneamento básico.

#### **Cláusula Segunda - DO COMPROMISSO DAS PARTES** Comprometem-se os signatários:

##### **I - O MUNICÍPIO:**

- Fazer a cessão de servidor(s) habilitado(s) para elaboração dos controles administrativos, de fiscalização, de regulação e todos demais serviços previstos no Estatuto e determinados pela AGIR;
- Todos os servidores cedidos executarão as tarefas e serviços na sede da AGIR e junto aos seus consorciados, nos locais e horários habituais de trabalho da AGIR;
- Os servidores cedidos ficarão subordinados diretamente ao Diretor Geral da AGIR, com disponibilidade exclusiva;
- Os servidores cedidos têm o seu contrato de trabalho suspenso, cabendo a AGIR todas as responsabilidades legais, sociais e

trabalhistas.

##### **II - A AGIR:**

- Deverá, nos termos de seu Estatuto, remunerar os servidores cedidos por força deste Convênio e, de acordo com o seu quadro de vencimentos e remuneração;
- Aos servidores cedidos aplicar-se-á o Regulamento de Pessoal da AGIR, no que couber e na falta de regras específicas, as situações verificadas serão disciplinadas através de Resolução, após aprovação pela Diretoria;
- Os servidores cedidos para a AGIR, devem cumprir as determinações gerais expedidas pela AGIR;
- A AGIR fica responsável pelo controle de pessoal cedido pelo MUNICÍPIO, a qualquer título, bem como quanto à organização documental e trabalhista, onde esta se fizer necessária e obrigatória.

#### **Cláusula Terceira - DO PRAZO**

O presente Convênio é por prazo indeterminado, tendo como termo inicial a data de sua assinatura, podendo ser renovado no interesse dos partícipes por novos prazos e ou o seu término.

Parágrafo único. Se um dos convenientes não se interessar pela prorrogação, deverá comunicar o fato ao outro, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, por escrito.

#### **Cláusula Quarta - DA DENUNCIAÇÃO DO CONVÊNIO**

O presente Convênio poderá ser denunciado pelos convenientes, a qualquer tempo desde que fiquem ressalvadas as atividades em andamento e que não podem ser interrompidas antes do término do prazo previsto no Parágrafo Único da Cláusula Terceira.

#### **Cláusula Quinta - DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca de Blumenau, SC, para dirimir as dúvidas que não puderem ser resolvidas de comum acordo pelos convenientes, ficando estabelecido ainda, que antes disso, todas as medidas de conciliação deverão ser esgotadas.

E por estarem os convenientes certos e acordados quanto às cláusulas e condições deste Convênio, firmam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas.

Blumenau (SC), em 01 de junho de 2012.  
JOÃO PAULO KARAM KLEINUBING  
Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

MOACIR POLIDORO  
Prefeito do Município de Ascurra

Testemunhas:  
HEINRICH LUIZ PASOLD VALDETE KORZ

---

**ARIS**

---

### **Contrato Administrativo N. 08/2012 - Contrato Administrativo de Admissão por Tempo Determinado de Agente Público**

CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 08/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ADMISSÃO POR TEMPO DETERMINADO DE AGENTE PÚBLICO

Pelo presente instrumento de contrato, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Santos Saraiva, 1546, CNPJ n. 11.300.460/0001-05, neste ato representado pelo Diretor Geral,

Sr. Marcos Fey Probst, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.985.859-98, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado Ciro Loureiro Rocha, pessoa física, inscrito no CPF sob nº 119.124.130-00, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, 343, apto. 202, agrônômica, Florianópolis, CEP: 88.025-300, doravante denominado CONTRATADO, vêm de comum acordo, com amparo no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com as disposições do artigo 73, § 4º do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público de criação da ARIS, bem como pela homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, resolve contratar o presente Contrato Administrativo de Admissão em Caráter Temporário de Agente Público, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a admissão do CONTRATADO por tempo determinado, para o exercício das funções públicas do cargo de Engenheiro Sanitarista, com o fim de atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas semanais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O CONTRATADO receberá, como contraprestação aos serviços prestados, o valor mensal bruto de R\$ 4.264,12 (quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e doze centavos), deduzidos deste valor os tributos previstos em lei.

##### 1 - Da forma de pagamento:

A remuneração dos agentes públicos da ARIS será paga até o último dia útil de cada mês, mediante depósito bancário, conforme art. 1º da Instrução do Diretor Geral nº 01/2010.

##### 2 - Da dotação orçamentária:

Para fins de dotação orçamentária, serão utilizados recursos da fonte 0001.2.2.001, no elemento de despesa 31.90.04.00.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do contratado:

- I - cumprir as atribuições inerentes à função pública de Engenheiro Sanitarista, com zelo, probidade, desvelo e eficiência;
- II - contribuir para o Regime Geral da Previdência Social, na forma estabelecida no § 13 do artigo 40 da Constituição Federal e art. 71, § 6º, do Protocolo de Intenções da criação da ARIS.
- III - cumprir a carga horária determinada e as tarefas solicitadas pelos superiores hierárquicos;
- IV - submeter-se às normas disciplinadas e aos ditames, no que for concernente aos agentes temporários, do Estatuto constante do Anexo I deste Protocolo de Intenções; e
- V - manter as condições e os requisitos exigidos para o exercício das funções de Engenheiro Sanitarista.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

- I - pagar ao CONTRATADO o valor estabelecido na Cláusula Segunda deste contrato;
- II - oferecer condições necessárias ao desempenho das funções públicas;
- III - observar os direitos previstos nos artigos 39 a 41; 44 a 47; 49 a 52 e 62 do Estatuto constante do Anexo I do Protocolo de Intenções.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor Geral da ARIS, conforme artigo 73, § 3º, do Protocolo de Intenções de criação

da entidade.

Parágrafo único. O contrato firmado de acordo com este artigo extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa do CONTRATADO, de modo que a rescisão contratual promovida pela ARIS, antes do término do prazo estabelecido em contrato, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

O CONTRATADO não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos neste contrato.

§ 1º Não se aplicam aos contratados por prazo determinado as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, nem lhes são devidos os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

§ 2º Os candidatos serão contratados em regime administrativo, conforme disposições constantes do Protocolo de Intenções de criação da ARIS, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social (art. 40, § 13, da CRFB)

§ 3º As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste contrato deverão ser mantidas ao longo da contratação por prazo determinado, sob pena de rescisão do contrato por justo motivo, sem direito à indenização.

§ 4º Os agentes temporários contratados não terão direito à estabilidade no serviço público (art. 41 da Constituição da República), aplicando-se aos mesmos o disposto nos artigos 39 a 41 (diárias e indenizações); 44 a 47 (gratificação natalina); 49 a 52 (hora extraordinária e férias remuneradas); 62 (afastamento remunerado) e demais artigos do Estatuto constante do Anexo I do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público de criação da ARIS, compatíveis com os contratados temporariamente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Palhoça, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratos, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim sem emendas ou rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis, 03 de setembro de 2012.

MARCOS FEY PROBST      CIRO LOUREIRO ROCHA  
Diretor Geral da ARIS      Agente temporário

TESTEMUNHAS:

JOÃO LUIZ COBALCHINI  
Procurador da ARIS

CLARICE TEREZINHA LENZ  
Contadora da ARIS

#### **Contrato Administrativo N. 09/2012 - Contrato Administrativo de Admissão por Tempo Determinado de Agente Público**

CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 09/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ADMISSÃO POR TEMPO DETERMINADO DE AGENTE PÚBLICO

Pelo presente instrumento de contrato, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Santos Saraiva, 1546, CNPJ n. 11.300.460/0001-05, neste ato representado pelo Diretor Geral,

Sr. Marcos Fey Probst, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.985.859-98, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado Cristina Vasconcelos Amaral, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 622.450.581-00, residente e domiciliada na Rua Porto União, 178, centro, Caçador, CEP: 89.500-000, doravante denominada CONTRATADA, vêm de comum acordo, com amparo no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com as disposições do artigo 73, § 4º do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público de criação da ARIS, bem como pela homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, resolve contratar o presente Contrato Administrativo de Admissão em Caráter Temporário de Agente Público, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a admissão da CONTRATADA por tempo determinado, para o exercício das funções públicas do cargo de Engenheiro Sanitarista, com o fim de atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas semanais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

A CONTRATADA receberá, como contraprestação aos serviços prestados, o valor mensal bruto de R\$ 4.264,12 (quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e doze centavos), deduzidos deste valor os tributos previstos em lei.

##### 1 - Da forma de pagamento:

A remuneração dos agentes públicos da ARIS será paga até o último dia útil de cada mês, mediante depósito bancário, conforme art. 1º da Instrução do Diretor Geral nº 01/2010.

##### 2 - Da dotação orçamentária:

Para fins de dotação orçamentária, serão utilizados recursos da fonte 0001.2.2.001, no elemento de despesa 31.90.04.00.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I - cumprir as atribuições inerentes à função pública de Engenheiro Sanitarista, com zelo, probidade, desvelo e eficiência;
- II - contribuir para o Regime Geral da Previdência Social, na forma estabelecida no § 13 do artigo 40 da Constituição Federal e art. 71, § 6º, do Protocolo de Intenções da criação da ARIS.
- III - cumprir a carga horária determinada e as tarefas solicitadas pelos superiores hierárquicos;
- IV - submeter-se às normas disciplinadas e aos ditames, no que for concernente aos agentes temporários, do Estatuto constante do Anexo I deste Protocolo de Intenções; e
- V - manter as condições e os requisitos exigidos para o exercício das funções de Engenheiro Sanitarista.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

- I - pagar à CONTRATADA o valor estabelecido na Cláusula Segunda deste contrato;
- II - oferecer condições necessárias ao desempenho das funções públicas;
- III - observar os direitos previstos nos artigos 39 a 41; 44 a 47; 49 a 52 e 62 do Estatuto constante do Anexo I do Protocolo de Intenções.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor Geral da ARIS, conforme artigo 73, § 3º, do Protocolo de Intenções de criação

da entidade.

Parágrafo único. O contrato firmado de acordo com este artigo extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa da CONTRATADA, de modo que a rescisão contratual promovida pela ARIS, antes do término do prazo estabelecido em contrato, importará no pagamento à CONTRATADA de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos neste contrato.

§ 1º Não se aplicam aos contratados por prazo determinado as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, nem lhes são devidos os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

§ 2º Os candidatos serão contratados em regime administrativo, conforme disposições constantes do Protocolo de Intenções de criação da ARIS, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social (art. 40, § 13, da CRFB)

§ 3º As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste contrato deverão ser mantidas ao longo da contratação por prazo determinado, sob pena de rescisão do contrato por justo motivo, sem direito à indenização.

§ 4º Os agentes temporários contratados não terão direito à estabilidade no serviço público (art. 41 da Constituição da República), aplicando-se aos mesmos o disposto nos artigos 39 a 41 (diárias e indenizações); 44 a 47 (gratificação natalina); 49 a 52 (hora extraordinária e férias remuneradas); 62 (afastamento remunerado) e demais artigos do Estatuto constante do Anexo I do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público de criação da ARIS, compatíveis com os contratados temporariamente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Palhoça, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratos, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim sem emendas ou rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis, 03 de setembro de 2012.

MARCOS FEY PROBST  
Diretor Geral da ARIS

CRISTINA VASCONCELOS AMARAL  
Agente temporário

TESTEMUNHAS:

JOÃO LUIZ COBALCHINI  
Procurador da ARIS

CLARICE TEREZINHA LENZ  
Contadora da ARIS

**Contrato Administrativo N. 10/2012 - Contrato Administrativo de Admissão por Tempo Determinado de Agente Público**

CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 10/2012

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ADMISSÃO POR TEMPO DETERMINADO DE AGENTE PÚBLICO

Pelo presente instrumento de contrato, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Santos Saraiva, 1546, CNPJ n.



11.300.460/0001-05, neste ato representado pelo Diretor Geral, Sr. Marcos Fey Probst, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.985.859-98, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado Mayara Vieira e Vieira, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 034.561.389-97, residente e domiciliada na Travessa, 76, Saco dos Limões, Florianópolis/SC, CEP: 88.045-420, doravante denominada CONTRATADA, vêm de comum acordo, com amparo no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com as disposições do artigo 73, § 4º do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público de criação da ARIS, bem como pela homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, resolve contratar o presente Contrato Administrativo de Admissão em Caráter Temporário de Agente Público, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a admissão da CONTRATADA por tempo determinado, para o exercício das funções públicas do cargo de Engenheiro Sanitarista, com o fim de atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas semanais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

A CONTRATADA receberá, como contraprestação aos serviços prestados, o valor mensal bruto de R\$ 4.264,12 (quatro mil, duzentos e sessenta e quatro reais e doze centavos), deduzidos deste valor os tributos previstos em lei.

##### 1 - Da forma de pagamento:

A remuneração dos agentes públicos da ARIS será paga até o último dia útil de cada mês, mediante depósito bancário, conforme art. 1º da Instrução do Diretor Geral nº 01/2010.

##### 2 - Da dotação orçamentária:

Para fins de dotação orçamentária, serão utilizados recursos da fonte 0001.2.2.001, no elemento de despesa 31.90.04.00.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA:

- I - cumprir as atribuições inerentes à função pública de Engenheiro Sanitarista, com zelo, probidade, desvelo e eficiência;
- II - contribuir para o Regime Geral da Previdência Social, na forma estabelecida no § 13 do artigo 40 da Constituição Federal e art. 71, § 6º, do Protocolo de Intenções da criação da ARIS.
- III - cumprir a carga horária determinada e as tarefas solicitadas pelos superiores hierárquicos;
- IV - submeter-se às normas disciplinadas e aos ditames, no que for concernente aos agentes temporários, do Estatuto constante do Anexo I deste Protocolo de Intenções; e
- V - manter as condições e os requisitos exigidos para o exercício das funções de Engenheiro Sanitarista.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

- I - pagar à CONTRATADA o valor estabelecido na Cláusula Segunda deste contrato;
- II - oferecer condições necessárias ao desempenho das funções públicas;
- III - observar os direitos previstos nos artigos 39 a 41; 44 a 47; 49 a 52 e 62 do Estatuto constante do Anexo I do Protocolo de Intenções.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor Geral da ARIS,

conforme artigo 73, § 3º, do Protocolo de Intenções de criação da entidade.

Parágrafo único. O contrato firmado de acordo com este artigo extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa da CONTRATADA, de modo que a rescisão contratual promovida pela ARIS, antes do término do prazo estabelecido em contrato, importará no pagamento à CONTRATADA de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATADA não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos neste contrato.

§ 1º Não se aplicam aos contratados por prazo determinado as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, nem lhes são devidos os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

§ 2º Os candidatos serão contratados em regime administrativo, conforme disposições constantes do Protocolo de Intenções de criação da ARIS, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social (art. 40, § 13, da CRFB)

§ 3º As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste contrato deverão ser mantidas ao longo da contratação por prazo determinado, sob pena de rescisão do contrato por justo motivo, sem direito à indenização.

§ 4º Os agentes temporários contratados não terão direito à estabilidade no serviço público (art. 41 da Constituição da República), aplicando-se aos mesmos o disposto nos artigos 39 a 41 (diárias e indenizações); 44 a 47 (gratificação natalina); 49 a 52 (hora extraordinária e férias remuneradas); 62 (afastamento remunerado) e demais artigos do Estatuto constante do Anexo I do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público de criação da ARIS, compatíveis com os contratados temporariamente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA- DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste Termo de Contrato fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Palhoça, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratos, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim sem emendas ou rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis, 03 de setembro de 2012.

Marcos Fey Probst  
Diretor Geral da ARIS

Mayara Vieira e Vieira  
Agente temporário

TESTEMUNHAS:

João Luiz Cobalchini  
Procurador da ARIS

Clarice Terezinha Lenz  
Contadora da ARIS

### CIM-AMAVI

#### Aviso de Retificação - Edital de Pregão Presencial 02/2012 - CIM-AMAVI

Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 02/2012

Termo de Retificação nº 02

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, torna público a seguinte retificação ao Edital de Pregão Presencial nº 02/2012, nos seguintes termos:

1. Fica alterado o item 7.1 do Anexo II do Edital, passando a constar como preço total do item o valor de R\$ 699,00 (seiscentos e noventa e nove reais), resultado da multiplicação do valor unitário de R\$ 34,95 (trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos) pela quantidade de 20 itens, informações estas já constantes do Edital. 1.1. O valor máximo total estimado para a licitação, considerando todos os itens e lotes passa a ser de R\$ 101.289,56 (cento e um mil reais, duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos).

2. Permanece inalterada a data da sessão pública do Pregão Presencial.

3. O Anexo II do Edital de Pregão Presencial nº 02/2012 passa a vigorar conforme versão retificada constante do Anexo I.

Rio do Sul, 11 de setembro de 2012.

VALMIR BATISTA JOCELINO AMANCIO

Pregoeiro Oficial Presidente do CIM-AMAVI

### Edital de Convocação de Audiência Pública

Edital de convocação DE audiência pública

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI - PGIRS

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, CNPJ sob n.º 14.695.989/0001-00, com sede na Rua XV de Novembro, 737, Laranjeiras, Rio do Sul/SC, CONVOCA a população em geral de todos os municípios integrantes do CIM-AMAVI, associações representativas e demais segmentos interessados e envolvidos na elaboração do PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DO CIM-AMAVI, para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA no dia 11 de outubro de 2012, das 14h às 16h30min, no IFC - Instituto Federal Catarinense, situada na Rua Abrahan Lincon, 210 - Bairro Jardim América, município de Rio do Sul/SC. A versão preliminar do Diagnóstico do PGIRS está disponível no sítio eletrônico [www.amavi.org.br/cim](http://www.amavi.org.br/cim). Mais informações poderão ser obtidas no CIM-AMAVI junto a Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - AMAVI, através do telefone (47)3531-4242.

Rio do Sul, 11 de setembro de 2012.

JOCELINO AMANCIO

Presidente do CIM-AMAVI.

## CINCO

### Decisão Cancelamento Item Medilar Pe 0004/2012 - Medicamentos

Processo Administrativo Licitatório n. 0007/2012

Pregão Eletrônico n. 0004/2012

Registro de Preços n. 0005/2012

#### DECISÃO

Trata-se de informações do Departamento de Compras e Licitações comunicando o descumprimento da autorização de fornecimento nº 887 do município consorciado de Arroio Trinta, do item 346, decorrente das Atas de Registros de Preços relativas ao processo administrativo licitatório supracitado, pela empresa Medilar

Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares Ltda.

Consta dos autos notificação administrativa para entrega do produto em 2 (dois) dias, notificação esta proferida após já decorrido o prazo máximo de entrega do produto após a autorização (10 dias).

O medicamento autorizado é essencial para atendimento aos municípios do município consorciado ao CINCO, de modo que o atraso vem causando prejuízos ao interesse público e a toda a população.

As condições, formas e prazos de entrega dos medicamentos eram previstas no Edital e na Ata firmada entre as partes, sendo que a empresa deve cumprir suas determinações, sob pena das sanções legais e contratuais.

Assim, não resta alternativa senão determinar o cancelamento do Item das Atas de Registros de Preços firmadas com a empresa Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares Ltda, face ao seu descumprimento, a fim de evitar maiores prejuízos ao interesse público e aplicação das sanções legais e contratuais, dado a inexecução parcial contratual, nos termos das cláusulas sexta e sétima do referido item.

Dessa forma, DETERMINO o CANCELAMENTO do Item 346 das Atas de Registros de Preços n. 623/2012, 625/2012 e 630/2012, por culpa única e exclusiva da empresa Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares Ltda, dado a sua inexecução parcial contratual (cláusula 7º, das atas).

Convoquem-se os demais licitantes, por ordem de classificação, para oportunizar negociação e pronto cumprimento do item objeto das atas canceladas, nos termos da lei e do edital supracitado.

Ainda, o descumprimento das obrigações contratuais determinam a aplicação de sanções legais, editalícias e contratualmente previstas (cláusula 6º). Contudo, a fim de garantir o contraditório e ampla defesa, DETERMINO a notificação da empresa referida, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente DEFESA PRÉVIA.

Notifique-se a interessada.

Encaminhe-se a Pregoeira para que tome as providências de estilo.

Cumpra-se.

Fraiburgo, 11 de setembro de 2012.

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo